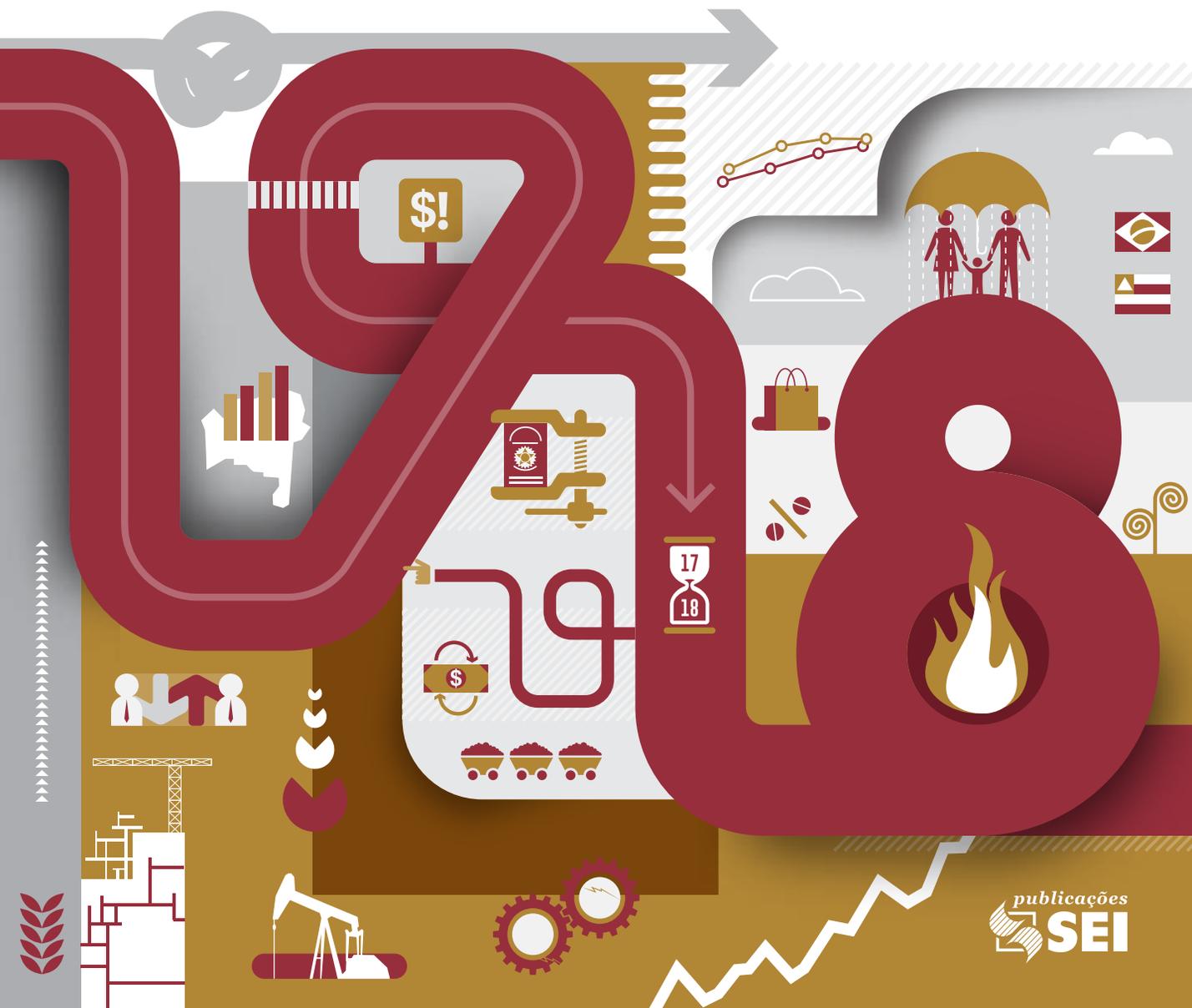


BA&D

BAHIA ANÁLISE & DADOS

RETROSPECTIVA 2017 E PERSPECTIVAS:
OS CAMINHOS PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO
ECONÔMICO NO BRASIL E NA BAHIA



BA&D

BAHIA ANÁLISE & DADOS

Governo do Estado da Bahia

Rui Costa dos Santos

Secretaria do Planejamento

Antonio Henrique de Souza Moreira

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

Eliana Maria Santos Boaventura

Diretoria de Indicadores e Estatísticas

Gustavo Casseb Pessoti

Coordenação de Disseminação de Informações

Augusto Cezar Pereira Orrico

Coordenação de Biblioteca e Documentação

Eliana Marta Gomes da Silva Sousa

Editoria-Geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Editoria Adjunta

Aline Pereira Rocha, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Guillermo Javier Pedreira Etkin, Lucigleide Nery Nascimento, Pedro Marques de Santana

Conselho Editorial

Ângela Borges, Ângela Franco, Ardemirio de Barros Silva, Asher Kiperstok, Carlota Gottschall, Carmen Fontes de Souza Teixeira, Cesar Vaz de Carvalho Junior, Edgard Porto, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Eduardo L. G. Rios Neto, Eduardo Pereira Nunes, Elsa Sousa Krachete, Inaiá Maria Moreira de Carvalho, José Geraldo dos Reis Santos, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Lino Mosquera Navarro, Luiz Mário Ribeiro Vieira, Luiz Filgueiras, Moema José de Carvalho Augusto, Mônica de Moura Pires, Nádia Hage Fialho, Nadya Araújo Guimarães, Oswaldo Guerra, Renato Leone Miranda Leda, Rita Pimentel, Tereza Muricy de Abreu, Vitor de Athayde Couto

Coordenação Editorial

Luiz Mário Vieira Ribeiro, Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo, Pedro Marques de Santana

Coordenação de Produção Editorial

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Editoria de Arte e de Estilo

Ludmila Nagamatsu Dias

Assistência de Produção

Marília Gabriela Magalhães Almeida

Revisão de Linguagem

Laura Dantas

Edição da Entrevista

Maria Luisa Gouveia (Ascom)

Design Gráfico e Web

Julio Vilela, Vinícius Luz

Web Developer

Ingrid Souza Pinheiro (Coinf)

Editoração

Nando Cordeiro

Capa

Julio Vilela

Normalização

Isabel Dino Almeida, Patrícia Fernanda Assis da Silva

Impressão

EGBA - Tiragem: 100 exemplares

A Bahia Análise & Dados é uma publicação semestral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia. Todos os números podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "Publicações".

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que a fonte original seja creditada de forma explícita.

Esta publicação está indexada no Library of Congress, Ulrich's International Periodicals Directory e no sistema Qualis da Capes.

Bahia Análise & Dados, v. 1 (1991-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2018.
v.27
n.2
Semestral
ISSN 0103 8117

CDU 338 (813.8)



Estado da Bahia

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

Apresentação	5
Entrevista: Perspectivas para 2018 não garantem crescimento sustentável	7
ROSEMBERGUE VALVERDE DE JESUS REINALDO SAMPAIO	
Economia baiana: retrospectiva 2017 e perspectivas	31
CARLA DO NASCIMENTO ELISSANDRA BRITTO PEDRO M. DE SANTANA	
Bahia: liderança econômica regional e desigualdade social	55
OSWALDO GUERRA	
A dinâmica do setor de serviços na Bahia e seus impactos sobre os municípios e o mercado de trabalho entre os anos de 2006 e 2015	87
ANA ELÓZIA DE FREITAS MERELLES JO O PAULO CAETANO SANTOS	
Educação superior como vetor de desenvolvimento regional: análise atual da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e seus reflexos econômicos para o município de Cachoeira	105
ROBERTO LUCAS SPÍNOLA SOUTO FJ BIO DA SILVA SANTOS GUSTAVO CASSEB PESSOTI	
Dinâmica e perfil econômico dos municípios baianos em 2015	131
JO O PAULO CAETANO SANTOS	
Economia, política e o bloco no poder no Brasil	147
LUIZ FILGUEIRAS	
As políticas fiscal e monetária do Brasil no Governo Temer: deterioração da situação fiscal e recessão econômica	175
PRISCILA MARTINS DE O. SANTANA LAÍSE STEFANY SANTOS COSTA	
As flutuações ondulatórias do capital incontrolável	191
FERNANDO PEDR O	



Apresentação

Com grande satisfação entregamos aos leitores esta nova edição da revista *Bahia Análise & Dados*, cuja temática remete à análise retrospectiva da conjuntura econômica recente e às perspectivas para a retomada do crescimento econômico no Brasil e na Bahia. Os trabalhos selecionados, em conjunto com as entrevistas de dois importantes especialistas, compõem um panorama do atual momento da economia nacional e baiana, em particular.

A *Bahia Análise & Dados* mantém-se, dessa forma, em sintonia com as transformações da sociedade e oferece um espaço editorial para reflexões e análises das questões econômicas relevantes que animam o debate público. Com esse propósito, a presente edição contou com a colaboração de especialistas engajados na compreensão dos processos que nos trouxeram até o presente curso da história. A situação da economia brasileira e baiana é salientada aqui diante de incertezas produzidas pela profunda instabilidade institucional que se abateu sobre a sociedade brasileira no período recente.

Trata-se de um momento singular da história social, econômica e política nacional, cujos horizontes possíveis estão por ser delineados. Neste contexto desafiador vem à luz a presente edição, que colocamos à disposição do público com a esperança de que possa contribuir, em alguma medida, para inspirar novas abordagens, estimular o debate e as pesquisas, assim como a formulação de políticas públicas relevantes. Cabe ressaltar a novidade desta edição, que contou com a participação de dois entrevistados, destacados profissionais em suas áreas de atuação, que revisitam o passado recente para analisar as causas da recessão e as possíveis alternativas de saída para as dificuldades econômicas que ora enfrentamos.

Fiel ao compromisso de informar com acuidade e profundidade, bem como contribuir para a formação da capacidade analítica e do senso crítico dos seus leitores, a revista *Bahia Análise & Dados* visa, mais uma vez, propor reflexões e apontar caminhos. Cumpre destacar que esta tarefa não seria possível sem a colaboração diligente dos autores, dos entrevistados e da equipe técnica envolvida no processo de sua elaboração.



REINALDO SAMPAIO



ROSEBERGUE VALVERDE DE JESUS

Perspectivas para 2018 não garantem crescimento sustentável

A SEÇÃO de entrevistas desta edição traz como enfoque principal a complexa conjuntura política e econômica pela qual passa o país. A convite da Bahia Análise & Dados, os especialistas Reinaldo Sampaio e Rosembergue Valverde analisam o panorama de recessão e as perspectivas para a economia da Bahia do Brasil em 2018. O confronto das avaliações feitas por ambos tem como objetivo ampliar a compreensão em torno de questões que estão no centro do debate público. Reinaldo Sampaio é presidente do Conselho Regional de Economia da Bahia, presidiu a Federação das Indústrias do Estado da Bahia e foi superintendente de Estudos e Políticas Públicas da Secretaria de Desenvolvimento do Estado da Bahia. Rosembergue Valverde é professor titular de Economia da Universidade Estadual de Feira de Santana, mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia e doutor em Economia pela Universidade de Paris III.

REINALDO SAMPAIO

"A seguir o receituário atual, as perspectivas de crescimento da economia nacional são de incerteza."

ROSEMBERGUE VALVERDE DE JESUS

"A partir das perspectivas do comportamento dos principais elementos da demanda agregada, a recuperação da economia brasileira será muito mais lenta do que se poderia desejar."

A recessão recente foi iniciada a partir da retomada da elevação da taxa básica de juros que aumentou drasticamente as transferências dos recursos públicos para o sistema financeiro

BA&D – Vivenciamos uma das conjunturas mais difíceis das últimas décadas. A recessão da economia levou a um rápido aumento do desemprego. Quais foram os principais fatores que determinaram a recessão enfrentada pelo Brasil e pela Bahia no biênio 2015-2016?

Reinaldo Sampaio – Guardo uma compreensão de que alguns fatores determinantes do comportamento de uma economia em determinado período, em geral, datam de um período antecedente e que condicionou a sua capacidade de expansão e de enfrentamento das crises cíclicas. Não cabe aqui avançar essa abordagem, mas posso me referir às equivocadas decisões estratégicas do Brasil no final da década de 1970 e durante as décadas de 1980 e 1990, em especial quanto à adesão ao neoliberalismo, fazendo a inserção brasileira à economia global pela via financeira, desregulamentando a economia, promovendo a abertura da conta de capital sem deter uma moeda conversível, renunciando dessa maneira à inserção pela via industrial competitiva. Esse erro estratégico estabeleceu as fragilidades estruturais da economia brasileira que permanecem no período mais recente da nossa história.

Ao contrário das expectativas esperadas, o que ocorreu foram situações como: a elevação das taxas de juros a níveis extraordinários, que trouxe como resultado a brutal elevação do custo de financiamento da dívida pública, exaurindo a capacidade de investimento público; a valorização da taxa de câmbio, destruindo a capacidade competitiva da indústria brasileira e ampliando a defasagem tecnológica em relação a outras economias; e a elevação da carga tributária, do patamar anterior de 26% do PIB para 34%, para fazer frente à crescente transferência de recursos públicos para o setor financeiro, dado que a dívida pública estava sendo financiada à taxa real de juros da ordem de 27,2% ao ano, diante do crescimento nulo do PIB.

A recessão recente foi iniciada a partir da retomada da elevação da taxa básica de juros que aumentou drasticamente as transferências dos recursos públicos para o sistema financeiro, pela via do financiamento da dívida pública, ao tempo que caía o superávit primário, tornando-se negativo a partir de 2014. O déficit primário voltara a ocorrer, depois de 11 anos, por erros de política fiscal que fizeram cair a arrecadação em um momento de retração da economia mundial. Somam-se a esses fatos econômicos inibidores do crescimento outros de natureza política a partir de 2015, que completaram o quadro de incertezas, paralisando os investimentos e inibindo a demanda. Entre os anos de 2016 e 2017, o atual governo, fiel à tese da ‘austeridade’ (uma fraude teórica da economia), adotou reformas que aprofundaram a queda da demanda e dos investimentos e, por consequência, acelerou a taxa de desemprego, sendo que o resultado foi o aprofundamento da recessão.

Quanto à Bahia, uma economia que, no plano industrial, está atrelada à indústria das regiões Sul e Sudeste, os efeitos são reflexos, tendendo a acompanhar o comportamento do coração industrial do país. Quanto ao setor da construção civil, este depende do nível de renda da sociedade, agora em declínio, e de programas governamentais como o Minha Casa Minha Vida e infraestrutura, que sofreram severo esvaziamento. No segmento do agronegócio, fatores climáticos contribuíram para a queda da produção, agravando o histórico quadro de desigualdade social. Importante destacar que o Governo do Estado da Bahia, apesar da queda de arrecadação, mantém um nível de investimento que é o segundo maior do país e que, em termos relativos à receita estadual, detém o primeiro lugar, superando até mesmo o estado de São Paulo. A continuidade dessa orientação contribuirá para a retomada futura do crescimento.

Rosemergue Valverde – A economia brasileira respondeu de forma eficiente e eficaz à grande crise econômica e financeira que abateu a economia mundial no ano de 2008. Os efeitos imediatos dessa crise foram uma forte redução da oferta de crédito, da demanda agregada, do produto agregado e da renda mundial. Em sequência, assistiu-se a uma retração dos preços das commodities, do comércio exterior, dos investimentos diretos internacionais, dos fluxos financeiros internacionais e a uma elevação da taxa de câmbio, com a valorização do Dólar. Ante essas adversidades, que afetaram diretamente a dinâmica de acumulação da economia brasileira, com o objetivo de manter a renda e o emprego, adotaram-se exitosas políticas expansionistas de demanda. Essas políticas permitiram uma rápida recuperação da economia brasileira, sendo festejadas ao redor do mundo como um exemplo de combate à crise.

De fato, havia motivos concretos para a comemoração das políticas anticíclicas empreendidas pelo Brasil. Os números não deixam dúvidas. No ano de 2009, a retração da economia brasileira foi menor que aquela verificada na maior parte das demais economias do mundo. Em 2010, a economia brasileira já voltava a crescer a níveis superiores ao período anterior à crise. Entretanto, deve-se entender que políticas anticíclicas, expansionistas de demanda, possuem um caráter emergencial. Os seus efeitos positivos são datados e tendem a se dissipar com o tempo mais rapidamente do que se poderia aspirar. Assim, essas políticas, depois de cumprirem o seu próprio ciclo, não poderiam, pura e simplesmente, serem mantidas, renovadas ou ampliadas, sob pena de desorganizar a economia e gerar efeitos contrários aos desejados. A economia brasileira assumiu esses riscos. Desse modo, ante uma nova deterioração do cenário econômico internacional, a partir de 2011, caminhamos rapidamente para uma forte recessão.

Inicialmente, o sucesso das políticas expansionistas de demanda, empreendidas a partir da crise de 2008, deveu-se a três razões. A primeira

No ano de
2009, a
retração da
economia
brasileira
foi menor
que aquela
verificada na
maior parte
das demais
economias do
mundo

Em resposta à crise, para sustentar o nível da atividade produtiva e do emprego, a política econômica atuou em três frentes: ampliação das políticas de transferências de renda; adoção de uma política monetária expansionista [...] e execução de uma política fiscal expansionista

concerne à acumulação de reservas cambiais, gerada durante o boom das commodities. Isso permitiu que o Banco Central compensasse a queda da oferta de crédito internacional por meio da venda de divisas no mercado à vista, financiamento de exportações e operações de swaps cambiais. Com isso, a economia brasileira passou bem pelo estresse da fuga de capitais para a qualidade e evitou uma maior depreciação cambial nos primeiros meses que se seguiram à crise. Em segundo lugar, a economia brasileira contava com uma relação dívida pública/PIB que oferecia um espaço fiscal confortável. Isso permitiu que a economia suportasse uma elevação dos gastos públicos concomitante com a ampliação de incentivos fiscais e tributários. Por fim, a taxa de inflação encontrava-se dentro das bandas fixadas pelo sistema de metas, o que oferecia um espaço para políticas monetárias expansionistas, sem riscos imediatos de uma explosão inflacionária.

Dadas essas condições favoráveis, em resposta à crise, para sustentar o nível da atividade produtiva e do emprego, a política econômica atuou em três frentes: ampliação das políticas de transferências de renda; adoção de uma política monetária expansionista, embora contraditória com a manutenção de taxa de juros elevadas, e execução de uma política fiscal expansionista.

No que concerne às políticas de transferências de renda, mantiveram-se os programas de assistência social e combate à pobreza, os aumentos reais do salário mínimo e dos salários dos servidores públicos. O resultado imediato foi um aumento da demanda agregada através do consumo das famílias. Contudo, em uma conjuntura de queda da arrecadação, isso comprometia as contas públicas e limitava o tempo de sustentação dessas políticas, que é inversamente proporcional à velocidade de redução do espaço fiscal. Vale notar ainda que o aumento dos salários acima da produtividade do trabalho, como característica desse período, gerou pressões inflacionárias latentes, também influenciadas por uma política monetária e creditícia expansionista. Essas pressões inflacionárias puderam permanecer ocultas pela apreciação da taxa de câmbio e pelo controle dos preços administrados.

Quanto às políticas monetárias, já no final do ano de 2008, houve uma redução dos depósitos compulsórios. Todavia, ante riscos e incertezas, os bancos privados não utilizaram o excedente de recursos para ampliar a oferta de crédito. Aos olhos dos bancos privados parecia mais seguro utilizar o excesso de liquidez na compra de títulos do governo do que emprestar esses recursos para consumidores e empresas. Os bancos públicos foram então acionados para comprar as carteiras dos bancos privados de pequeno e médio porte. Além disso, os bancos públicos (BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica) deveriam também reduzir seus spreads de taxa de juros e ampliar suas linhas de créditos de curto

prazo ao setor produtivo e ao consumo de bens duráveis para as famílias. Por fim, a partir de 2009, quando os riscos de uma fuga de capitais estavam afastados, o Banco Central começou a reduzir a Selic.

No tocante às políticas fiscais expansionistas, o governo atuou em quatro frentes. Primeiro, promoveu uma ampla desoneração tributária, envolvendo notadamente os setores de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos) e da construção civil. Segundo, ofereceu incentivos fiscais e creditícios para a manutenção dos investimentos do setor privado. Terceiro, ampliou as transferências orçamentárias extraordinárias para os governos estaduais e municipais. Quarto, elevou os investimentos públicos.

Como resultado dessas políticas, em novembro de 2010, a economia brasileira atingiu uma taxa de crescimento acumulada em 12 meses em torno de 8,5%. Crescíamos a um ritmo chinês. Não obstante, a produção começou a recuar e atingimos o fundo do poço em julho de 2016, com uma taxa acumulada em 12 meses de - 5,5%. Foi um tombo de 14%, explicado pela deterioração do cenário econômico internacional e pelo esgotamento das políticas expansionistas de demanda.

Do lado externo, a piora do cenário internacional pode ser caracterizada, em linhas gerais, pela fraca recuperação das economias desenvolvidas e uma desaceleração das taxas de crescimento das economias emergentes. Como resultado houve uma retração dos preços das commodities, afetando diretamente a economia brasileira.

Do lado interno, o endividamento das famílias e do Estado ditava o esgotamento das políticas expansionistas de demanda. Para agravar a situação, houve erros primários na condução da política econômica. O governo não se deu conta do encurtamento do espaço fiscal, monetário e cambial. Assim, de forma imprudente, sem atentar para quaisquer fundamentos econômicos, ampliaram-se as isenções fiscais e desonerações das folhas de pagamentos dos setores intensivos em mão de obra. Ante uma das maiores crises hídricas do país e o aumento da demanda final, promoveu-se uma redução forçada nos preços da energia elétrica. Para aumentar a competitividade da economia brasileira e tentar enxugar o excesso de liquidez internacional que mantinha o câmbio sobrevalorizado, promoveu-se uma forte redução da Selic. O resultado pretendido foi alcançado, com uma intensa desvalorização cambial. Porém, as pressões inflacionárias logo apareceram. O discurso inicial era que alguma inflação poderia ser suportada para garantir o crescimento e o emprego. Contudo, os resultados apontaram para a péssima combinação de recessão e inflação.

O governo procurou combater a recessão com aumento dos gastos públicos e ampliação das políticas de desoneração fiscal. Em meio à redu-

Para aumentar a competitividade da economia brasileira e tentar enxugar o excesso de liquidez internacional que mantinha o câmbio sobrevalorizado, promoveu-se uma forte redução da Selic

O pequeno crescimento da produção industrial, influenciado pela injeção na economia de recursos financeiros extemporâneos, decorreu da ocupação de capacidade ociosa

ção das receitas tributárias, pela queda da atividade econômica, essas políticas contribuíram para elevar a dívida pública e reduzir ainda mais o espaço fiscal. Para combater a inflação, o governo voltava a elevar a taxa de juros. Nesse momento, havia uma nítida contradição entre a política fiscal e monetária.

A Nova Matriz Econômica, combinando redução da taxa de juros, depreciação cambial e política fiscal expansionista, havia fracassado. Após a reeleição de Dilma Rousseff, ainda que não se admitissem os erros cometidos, o governo cedeu à ortodoxia econômica, adotando políticas fiscais e monetárias contracionistas. O resultado não poderia ser outro: um aprofundamento da recessão que duraria até o final de 2016.

BA&D – Em 2017, alguns indicadores econômicos apontaram para o arrefecimento da recessão. O Banco Central trabalha com a hipótese de ter havido um processo de “recuperação lenta e gradual”. Quais são as perspectivas de crescimento para os próximos anos? Por que a ‘retomada’ da Bahia segue em ritmo inferior à do Brasil?

RS – É verdade que alguns indicadores melhoraram, não por uma dinâmica de crescimento, mas por fatores como a repatriação de capitais de brasileiros no exterior e a liberação de saldos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Ao mesmo tempo, o déficit primário se ampliou, assim como a dívida pública que cresceu 27,2% em relação a 2015, alcançando 82% do PIB. A taxa de investimento situou-se no patamar de 16,08%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e é considerada a mais baixa dos últimos 20 anos, com geração de emprego negativa em 30 mil postos de trabalho.

É preciso muito otimismo para ver reversão de expectativas. Até o pequeno crescimento da produção industrial, influenciado pela injeção na economia de recursos financeiros extemporâneos, decorreu da ocupação de capacidade ociosa, e não de expansão de capital fixo ou modernização tecnológica. Por exemplo, a indústria do aço, dada a sua importância estratégica: a produção de aço bruto alcançou 34 milhões de toneladas e a de aços planos, 22,4 milhões de toneladas, apresentando crescimento em relação a 2015 e 2016. Ambas as produções estão aquém da capacidade instalada e o crescimento de produção teve como principal destino a exportação e a indústria automobilística, não se traduzindo em crescimento da produção de bens de capital ou infraestrutura.

Por sua vez, a queda da Selic esconde um aumento da taxa de juros real que onera o Tesouro Nacional e que, de acordo com dados divulgados pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), não tem qualquer relação com as taxas de

juros cobradas das empresas de micro, pequeno e médio portes (96% do universo empresarial e 95% dos empregos), da ordem de 66,0% ao ano, e das pessoas físicas, da ordem de 137% ao ano. Esses indicadores não criam expectativas positivas para os próximos anos, salvo se houver forte reorientação da política econômica.

Nesse sentido, não vejo “retomada” do crescimento da economia nacional, não havendo possibilidade de havê-la na Bahia. O desempenho da economia baiana nesse cenário de curto prazo, descolando-se do desempenho médio nacional, decorreu da conjugação de vários fatores que atuaram em conjunto: os reflexos da recessão nacional, a parada não programada seguida da redução da produção da Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe, a queda da produção da metalurgia do cobre e ainda, do lado da indústria, o mercado da construção civil, que depende da expansão da renda e de programas governamentais, ambos em declínio. Apenas o setor agrícola teve bom desempenho em 2017, mas sobre uma base muito deprimida pelos efeitos do fator climático em 2016.

RV – Trata-se de uma recuperação cíclica, lenta e gradual. Devemos terminar o ano de 2017, os dados finais ainda não foram divulgados, com uma taxa de crescimento entre 0,8 e 1%. Para 2018, é natural que, depois de um tombo tão grande, a economia se comporte melhor, apresentando, para sermos otimistas, uma taxa de crescimento próxima a 3%. A questão é saber se essa taxa de crescimento é sustentável em médio e longo prazos. Tudo dependerá da retomada dos investimentos públicos e privados e do consumo das famílias.

Por enquanto, depois do início da recuperação, o único elemento da demanda agregada que vem respondendo bem é o comércio exterior. Os saldos positivos da balança comercial vêm cumprindo o seu papel, sendo o principal responsável pela recuperação do crescimento da economia em 2017, e ainda devem continuar jogando positivamente em 2018. Apesar disso, devemos ficar atentos, não estamos diante de um novo boom de commodities. Apenas soubemos aproveitar a retomada do crescimento da economia mundial, que promoveu certa recuperação dos preços dos produtos da nossa pauta de exportações, e conquistamos novos mercados com um aumento forte dos volumes exportados. Isso é válido tanto para a economia brasileira quanto para a economia baiana, cujo fraco desempenho da indústria, comércio e serviços foi compensado pelo dinamismo do agronegócio para exportações.

No que concerne aos investimentos privados, temos apenas uma sinalização positiva, com a melhora dos indicadores de confiança do empresariado que vinha em queda constante desde 2010 até agosto de 2015. Para o empresariado baiano, o indicador de confiança, produzido pela

Depois do
início da
recuperação, o
único elemento
da demanda
agregada
que vem
respondendo
bem é o
comércio
exterior

Os investimentos em infraestrutura [...] são caminhos sólidos para a sustentação do crescimento no longo prazo, com ganhos de produtividade e competitividade para a economia como um todo

SEI, mostra que houve uma redução do pessimismo. Não é o melhor dos mundos, mas, sem dúvidas, trata-se de um sinal positivo. A queda das taxas reais de juros é outro ponto favorável para a retomada dos investimentos. Contudo, é preciso ressaltar que a melhora dos indicadores de confiança do empresariado, apesar do pequeno revés em fevereiro de 2017, ainda não se refletiu em um aumento efetivo na formação bruta do capital fixo. Em outras palavras, o investimento não mostrou sinais claros de retomada. O aumento da taxa de crescimento que nos permitiu sair tecnicamente da recessão está baseado nas exportações e em uma redução da capacidade ociosa da indústria. Houve um ligeiro aumento da utilização da capacidade produtiva, mas ainda não atingimos os níveis pré-crise, ponto a partir do qual se poderia desencadear um novo círculo virtuoso de retomada dos investimentos privados na economia.

Existem três razões básicas para essa lenta retomada dos investimentos privados. Primeira, o nível de capacidade ociosa na indústria ainda é elevado, o que faz com que o 'espírito animal' do empresariado continue adormecido. Segunda, o setor de construção civil, importante elemento da formação bruta do capital fixo, ainda levará algum tempo para voltar a crescer. Isso porque a demanda por moradias esbarra no endividamento das famílias e em um excesso da oferta existente no mercado. Há também o envolvimento das principais construtoras do país com a Operação Lava Jato, o que restringe a capacidade de investimento dessas empresas. Isso sem falar no endividamento dos estados, que vêm reduzindo sistematicamente a sua capacidade de investimento em infraestrutura e construção pesada. A terceira e última razão diz respeito ao fato de que as decisões para investimentos em máquinas, equipamentos e inovações tecnológicas estão condicionadas aos riscos e incertezas políticas que estarão fortemente presentes até, pelo menos, o final do ano de 2018, quando a sociedade brasileira decidirá quem será o novo presidente da República e a composição do Congresso Nacional. Em síntese, os investimentos privados se recuperarão de forma mais lenta que o desejado.

Os investimentos públicos permanecerão paralisados em função da crise fiscal do Estado brasileiro. No Brasil, os investimentos públicos puxam os investimentos privados. Não há um crowding out entre investimentos públicos e privados. Os investimentos em infraestrutura (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, saneamento básico etc.) são caminhos sólidos para a sustentação do crescimento no longo prazo, com ganhos de produtividade e competitividade para a economia como um todo. Conquanto, em curto prazo, a combinação de queda da arrecadação e elevação dos gastos constitucionais não permitem vislumbrar uma recuperação consistente dos investimentos públicos. Isso dependerá do equacionamento da crise fiscal do Estado, o que é de longe o maior desafio para qualquer que seja o próximo governo.

No que diz respeito ao consumo das famílias, em 2018, a expectativa é que grande parte da recuperação do crescimento econômico seja impulsionada por esse elemento da demanda agregada. Há uma demanda reprimida muito forte pelos anos de recessão. Parte dessa demanda reprimida será realizada com o menor comprometimento da renda das famílias com o pagamento de dívidas e menores taxas de inflação e juros. O aumento gradual da oferta de crédito, tanto para pessoas físicas quanto para pequenas e médias empresas, também contribuirá positivamente para o crescimento econômico. Esse aumento só não será mais forte por causa da lenta recuperação do emprego e da renda do trabalhador. Do lado do mercado de trabalho, o desemprego tem diminuído a um ritmo muito lento. Pior ainda, a redução da taxa de desemprego deve-se muito mais a um aumento da informalidade que a um aumento do número de trabalhadores com carteira assinada. Isso pesa negativamente para o aumento do consumo. Do lado da renda do trabalhador, a queda da inflação, em 2017, permitiu um aumento da renda real para os trabalhadores empregados. Em 2018, a renda real do trabalho assalariado não deve crescer tanto porque a inflação será maior que a verificada em 2017. Esse fato, associado ao brando crescimento do trabalho assalariado, fará com que a massa salarial cresça também a um ritmo lento e restrinja o potencial do crescimento da produção. Ainda assim, em 2018, o consumo das famílias pesará positivamente sobre a taxa de crescimento econômico.

Em síntese, a partir das perspectivas do comportamento dos principais elementos da demanda agregada, a recuperação da economia brasileira será muito mais lenta do que se poderia desejar. Em 2018, o crescimento poderá parecer robusto aos olhos de alguns, mas não há indícios de que seja sustentado a médio e longo prazo. Nesse cenário, dadas as características da sua estrutura produtiva, a Bahia deverá seguir um ritmo mais lento que o Brasil. A concentração produtiva em determinados setores e sua concentração espacial condicionam a estrutura de repartição de rendas do estado e limitam a sua taxa potencial de crescimento econômico.

BA&D – As economias avançadas têm apresentado comportamento até certo ponto surpreendente do ponto de vista do crescimento. A estagnação do pós-crise 2008 parece ter sido superada. A China continua crescendo a taxas elevadas. Quais são as oportunidades que a Bahia poderia explorar dessa conjuntura externa mais favorável?

RS – Creio que o comportamento recente das economias avançadas não reflete uma retomada do crescimento e a superação da crise de 2008. Não podemos desconsiderar que a crise de 2008, gestada e amplificada dentro do sistema financeiro privado, constituindo-se em dívida de grande magnitude, transformou-se em dívida pública ao recorrer

A partir das perspectivas do comportamento dos principais elementos da demanda agregada, a recuperação da economia brasileira será muito mais lenta do que se poderia desejar

A meu ver, o crescimento da economia mundial não parece ser crescimento em longo prazo

aos tesouros nacionais. A dívida foi socializada ao constatar-se que os bancos eram considerados grandes demais para falir sem desorganizar radicalmente a economia mundial.

Esse fato nos leva à constatação da inconsistência da teoria neoliberal, pela evidência de que os mercados e os agentes econômicos não foram capazes de fazer uma correta “avaliação do valor em risco”, agiram em completa contradição àquilo que seriam “as expectativas racionais” que maximizariam a eficiência dos mercados gerando bem-estar social e, por consequência, desmentiu a hipótese dos mercados eficientes, que conduzem à ótima alocação dos recursos e ao equilíbrio no longo prazo.

No âmbito da União Europeia, a fragilidade do sistema financeiro continua elevada, principalmente porque os bancos têm um peso desproporcional ao PIB de todas as principais economias da região e ainda administram carteiras de elevado risco de default. As dívidas dos países, geradas pela assunção das dívidas privadas do setor bancário e não por políticas públicas sociais, chegou a patamares superiores, na média, a 100% dos seus respectivos PIB, invocando políticas de austeridade como remédio para a estabilização, o que tem inibido o crescimento e a geração de emprego. Some-se a esse cenário a hegemonia econômica e política da Alemanha, dada a sua alta produtividade e baixa elasticidade de preço dos bens industriais, diante da desvantagem competitiva das demais economias do continente, em regime de câmbio fixo.

A China, embora ainda cresça a taxa elevada, é 30% menor do que as que vigoraram até 2009 e a economia dos Estados Unidos, apesar de ser o locus da gênese da maior crise financeira da história do capitalismo, detém a moeda de reserva de valor mundial e pode emití-la quando necessário. Tem, portanto, uma capacidade diferenciada de enfrentar o problema dela decorrente, como se viu no pós-2008, mas está sustentando a taxa de crescimento (menor que as vigentes no período de 1990 a 2007) influenciada por uma perigosa política protecionista, que, a se propagar para outras economias, provocará uma crise sistêmica global.

A meu ver, o crescimento da economia mundial não parece ser crescimento em longo prazo. No caso da Bahia creio que as oportunidades decorrerão da consolidação dos investimentos em infraestrutura, como o complexo Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) e o Porto Sul, a modernização e a ampliação do Porto de Aratu associadas a novos investimentos para a interiorização da banda larga de alta velocidade, avanços na educação, energia e comunicação no interior do estado, que poderão ser um divisor de águas como possibilidade de desconcentração das atividades produtivas de maior complexidade, permitindo a interiorização do desenvolvimento, além de continuar este esforço de atração de novos investimentos para o estado.

RV – Como disse anteriormente, a dinâmica da economia mundial contribuirá positivamente para a recuperação da taxa de crescimento econômico. Afirmado uma vez mais, grande parte do crescimento econômico no ano de 2018 será puxada pelo comércio internacional. Os saldos comerciais não devem se manter nos mesmos níveis de 2017, por causa da própria recuperação econômica que elevará a demanda por importações. De toda forma, os efeitos serão positivos, não sendo mais elevados em função do modo de inserção internacional da economia brasileira e, em particular, da economia baiana na dinâmica de acumulação mundial. Em outras palavras, a estrutura das vantagens comparativas reveladas da economia brasileira se concentra na primeira ponta das cadeias globais de valor, com a oferta de commodities agrícolas e metálicas. Essa avaliação não muda para a economia baiana, cujos principais produtos da sua pauta comercial restringem-se a bens intermediários industriais e ao agronegócio. Para aproveitar melhor as oportunidades geradas pelo crescimento do comércio internacional, tanto a economia brasileira quanto a economia baiana precisam buscar um reposicionamento nas cadeias globais de valor. É preciso empreender esforços para ampliar a oferta de produtos com maior valor agregado.

BA&D – Qual a avaliação acerca das reformas aprovadas nos últimos anos, notadamente a que limita o crescimento das despesas públicas à variação da inflação do ano anterior e as mudanças na legislação trabalhista? Elas impactam positivamente nas perspectivas de crescimento da economia nacional?

RS – As reformas fazem parte do receituário da política de austeridade e, lamentavelmente, são levadas à sociedade sob formas simplórias de interpretação que induzem a sua aceitação. Esse é um mecanismo cruel de se construir a “engenharia do consentimento” pensada por Edward Bernays, considerado o pai do marketing. A prudência dos gastos públicos não poderia ser aprovada excluindo a parte financeira referente ao custo da dívida pública, financiada a uma taxa de juro real sem equivalente entre as 36 maiores economias do mundo. Esse é o escoadouro dos recursos do Tesouro Nacional, cujo serviço da dívida representa 40% do Orçamento da União e ficou fora dos limites dos gastos, o que torna o Tesouro Nacional refém do sistema financeiro. Por sua vez, a sociedade brasileira apresenta elevado grau de desigualdade, em que mais de $\frac{3}{4}$ da população dependem fundamentalmente de investimentos públicos em saúde, educação, habitação, saneamento e outros, que se tornam ainda mais necessários em períodos recessivos que elevam sobremaneira a taxa de desemprego e as desigualdades sociais. Desta forma, a Proposta de Emenda à Constituição 55/2016 (a PEC dos gastos públicos) penalizará a maioria da população brasileira sem, entretanto, contribuir para a diminuição do déficit e da dívida pública, haja vista o agravamento desse quadro ocorrido nos dois últimos anos e que já se antevê para os próximos.

A sociedade brasileira apresenta elevado grau de desigualdade, em que mais de 3/4 da população dependem fundamentalmente de investimentos públicos em saúde, educação, habitação, saneamento e outros

Estudos demonstram que as experiências realizadas em diversos países [política de austeridade] não trouxeram as consequências benéficas esperadas

Quanto à reforma trabalhista, embora seja necessário atualizar os dispositivos legais adequando-os às mudanças das relações de trabalho decorrentes dos avanços tecnológicos e outros, a sua contribuição à competitividade da economia não é relevante. O vetor da competitividade é a inovação, o aumento do capital fixo da economia, as infraestruturas, a elevação da base técnico-científica da sociedade que aumenta o poder de compra desta, indispensável para sustentar os ciclos inovadores da indústria e dos serviços. Essas questões não fazem parte efetiva da agenda governamental, e o crescimento econômico depende desses fatores. A reforma trabalhista aprovada pretende elevar a competitividade das empresas através da redução do custo do trabalho, o que já está ocorrendo através do declínio do salário médio da economia. Isto afetará a demanda, anulando algum efeito positivo pretendido e também não promoverá o aumento do emprego, haja vista os resultados de 2017, que registrou uma redução de cerca de 30 mil postos de trabalho no ano.

A política de austeridade não é um instrumental profundamente estudado no campo teórico da economia, e estudos demonstram que as experiências realizadas em diversos países não trouxeram as consequências benéficas esperadas. Sobre um dos casos citados como de sucesso, a Dinamarca na década de 1980, esquece-se que aquela economia entrou em profunda recessão na década seguinte. Em geral, quanto às experiências mais recentes em Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia, houve ampliação das desigualdades e do desemprego, ainda que o sistema financeiro tenha realizado lucros elevados. Portanto, a seguir o receituário atual, as perspectivas de crescimento da economia nacional são de incerteza.

RV - Antes de responder diretamente à questão proposta é necessário deixar claros dois pontos. O primeiro ponto é que a economia brasileira enfrenta um enorme desafio de ordem fiscal. Necessita também de uma reforma trabalhista. O segundo ponto é que um governo acuado por denúncias de corrupção e com uma desaprovação maciça da população dificilmente fará boas escolhas de políticas econômicas.

Tal como foi concebida, a proposta do “Teto dos Gastos” (Emenda Constitucional nº 95, de 16/12/2016) ou não será cumprida ou levará a economia para mais uma recessão e não para o crescimento econômico. A austeridade expansionista ou austeridade fiscal, com redução pura e simples dos gastos públicos como forma de estimular a atividade e manter o endividamento público em uma trajetória sustentável, não se aplica ao Brasil. Por aqui, os multiplicadores dos gastos públicos parecem ser maiores que a unidade. Há uma complementaridade entre investimentos públicos e privados e não uma substituição entre eles. As transferências públicas também não são neutras com relação à renda e ao emprego, dado que a propensão a consumir dos mais pobres é muito

superior àquela correspondente às parcelas mais abastadas. Isso não significa dizer que a economia brasileira não se encontre diante de um grande desafio fiscal. Há muito tempo a Lei de Responsabilidade Fiscal (04/05/2000) vem sendo burlada criativamente por grande parte dos estados da Federação. A regra de ouro, instituída pela Constituição de 1988 (Artigo 167, inciso III), está chegando a um limite.

A realidade é que não há espaço fiscal para aumentar os gastos públicos, elevar os subsídios ao setor produtivo e ainda ampliar o tamanho do Estado Providência. Isso exigiria um aumento das receitas tributárias incompatível com o nível da renda da sociedade brasileira. Por inércia, os gastos públicos constitucionais crescerão mais que as receitas nos próximos anos. Em consequência, a dívida pública continuará a se expandir, reduzindo ainda mais o espaço fiscal.

Por enquanto, a maior parte dos economistas está pensando 'dentro da caixa' (soluções convencionais), buscando elevar o superávit primário para garantir a estabilidade fiscal, com a manutenção da relação dívida / PIB em um nível aceitável. As proposições envolvem ou um aumento das receitas ou uma redução das despesas ou uma combinação dos dois. É claro que a solução passa por 'dentro da caixa', mas requer também considerar pontos que se encontram fora dela.

É preciso empreender uma reforma tributária e fiscal ainda não implementada muito mais por razões de interesse político dos grupos no poder que por razões técnicas da economia. Um ponto fora da caixa é garantir o financiamento da dívida pública a custos menos elevados. Se a dívida pública cresce a um ritmo menos elevado, o risco soberano, em função do crescimento da dívida, também diminuiria. Com isso, um nível ótimo para a relação dívida / PIB poderia ser estabelecido em um patamar mais elevado. As receitas não precisariam aumentar tanto nem os gastos públicos precisariam diminuir tão rapidamente quanto quer a ortodoxia econômica. Com isso, alguns pactos sociais poderiam ser mantidos. Mais um ponto fora da caixa é a instituição de um fundo soberano para financiamento do crescimento do déficit da Previdência. Com o fim da transição demográfica, ainda que se eleve a idade mínima para aposentadoria, o rápido envelhecimento da população brasileira não permitirá que as receitas previdenciárias cubram integralmente as despesas previdenciárias. Mas não se pode transformar a população idosa em um novo pobre ou novo miserável.

Quanto à reforma trabalhista, não é razoável pensar que uma legislação vigente há mais de 70 anos possa atender às transformações técnicas produtivas que se sucederam nesse período. O trabalho a distância é um bom exemplo dessas transformações, induzidas pelos avanços da informática e das telecomunicações. Reconhecemos que uma reforma

É preciso empreender uma reforma tributária e fiscal ainda não implementada muito mais por razões de interesse político dos grupos no poder que por razões técnicas da economia

O fundamento básico da última reforma é a negociação coletiva, direta, sem intermediação da Justiça, entre trabalhadores e empregadores

trabalhista é necessária. Resta então definir os seus princípios. Uma boa reforma trabalhista é aquela que permite uma combinação ótima entre proteção ao trabalhador (emprego, formalização e renda) e aumento da eficiência do trabalho com ganhos de produtividade. Com base nesse conceito vamos então analisar alguns pontos da reforma trabalhista empreendida pelo Governo Temer.

O fundamento básico da última reforma é a negociação coletiva, direta, sem intermediação da Justiça, entre trabalhadores e empregadores. Em tese, isso permitiria: atender a especificidades de certos segmentos produtivos não contemplados por uma legislação trabalhista genérica; reduzir custos de transações; aumentar a segurança jurídica; e ampliar a formalização do trabalho. Vamos considerar este último ponto. A informalidade do trabalho no Brasil, considerando-se os trabalhadores sem carteira assinada, gira em torno de 30% da força de trabalho. Muito possivelmente, a reforma contribuirá muito pouco para a redução da informalidade do trabalho, dado que a sua maior parte é composta de trabalhadores com baixa escolarização e produtividade.

Outro ponto importante diz respeito à rotatividade da mão de obra. Uma boa reforma trabalhista deve contribuir para a sua redução. No Brasil, as grandes empresas empregam proporcionalmente pouco. Dito de outra forma, os maiores empregadores da economia brasileira são um grande número de pequenas empresas que empregam, individualmente, um número restrito de trabalhadores. Nessas empresas, a rotatividade do trabalho é elevada e a reforma não contribuirá para reduzi-la. Em alguns casos pode mesmo acelerar a rotatividade.

Uma boa reforma deve manter certa estabilidade da renda e do emprego. Um ponto positivo na reforma é que, em momentos de crise, o desemprego pode ser substituído por uma redução dos salários. Mas quando você retira o poder dos sindicatos nas negociações coletivas por meio da reforma trabalhista, os empresários podem assumir comportamentos oportunistas e, a qualquer tempo, demitir para recontratar com salários mais baixos. A reforma pode gerar outro comportamento oportunista com um substancial aumento da terceirização e redução dos salários. Do ponto de vista do capital individual, isso pode apresentar ganhos de rentabilidade. Mas, considerando-se a economia como um todo, a redução dos salários afetará negativamente a demanda agregada e, por conseguinte, o crescimento econômico.

Por fim, o ponto mais polêmico da reforma refere-se ao trabalho intermitente. O principal exemplo de quem vê com bons olhos essa medida é o trabalho de garçons e outros profissionais que atuam em bares e restaurantes. Mas o que dizer dos professores universitários das instituições privadas do Brasil que estão sendo demitidos em massa e recon-

tratados sob a forma de trabalho intermitente? Como cerca de 80% das matrículas de nível superior no Brasil encontram-se nessas instituições, o que esperar da qualidade do ensino? O que esperar da formação de milhares de jovens inscritos nesses cursos? Há um comprometimento da sua formação como cidadão e como profissional.

Mais uma vez, reformas necessárias, quando mal implementadas, podem conduzir a resultados perversos, não desejados. Insisto na qualidade dos desenhos das políticas públicas. Muitas vezes há consenso no diagnóstico da doença, mas um tratamento mal feito pode apressar a morte do paciente.

BA&D – A economia estadual caracteriza-se pela concentração espacial das atividades econômicas. Um dos gargalos da integração econômica do estado está na infraestrutura. Quais as estratégias disponíveis para inverter a lógica da concentração em favor da interiorização do desenvolvimento? Por favor, destaquem as opiniões de vocês na FIOLE, Porto Sul e na Ponte de Integração Salvador-Itaparica.

RS – Essa questão, de certo modo, está respondida na pergunta anterior. O que considero adicional é o fato de que os ideais ‘neoliberais’ propõem que os investimentos públicos sejam regidos pela mesma lógica do interesse privado, ou seja, mensurando o retorno do capital aportado na lógica do mercado. Acontece que todas as nações que lograram crescimento e desenvolvimento precisaram fazer investimentos públicos com retorno a longo prazo, baseadas no princípio de que, sem a oferta da infraestrutura, a demanda não ocorreria. Além disso, associavam-se ao investimento indutor da demanda e de novos investimentos, políticas de desenvolvimento territorial ou setorial, alterando, em longo prazo, a matriz produtiva e sua localização espacial. Nesse sentido, o complexo Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOLE) e o Porto Sul, a ponte Salvador-Itaparica, as novas fontes de energia se enquadram nessa categoria de investimentos e parecem centrais para a interiorização do desenvolvimento, observados os ‘fluxos’ referidos.

RV – Temos aqui um problema estrutural. Em que pesem os esforços empreendidos pelo estado, a Bahia apresenta uma forte concentração produtiva, espacial e de rendas que se retroalimenta. Trata-se de um velho e consensual diagnóstico. Iniciativas têm sido colocadas em prática para diversificação da estrutura produtiva e desconcentração espacial. Entretanto, até aqui, os problemas continuam.

As atividades industriais ainda continuam muito concentradas na Região Metropolitana de Salvador, com base nos setores químico, petroquímico, metalúrgico e indústria automobilística. Todas essas atividades são capital intensivo. As duas primeiras (química / petroquímica), produto-

Todas as nações
que lograram
crescimento e
desenvolvimento
precisaram fazer
investimentos
públicos com
retorno a longo
prazo

A concentração produtiva e espacial da economia baiana condiciona tanto as trajetórias de crescimento econômico quanto a sua estrutura de repartição de rendas

ras de bens intermediários, são pouco integradas com a estrutura produtora de bens finais e, portanto, com baixa absorção de mão de obra. A indústria automobilística oferece mais possibilidades de integração com o restante da estrutura industrial. Contudo, ainda não desenvolveu todo o seu potencial gerador de encadeamentos produtivos, multiplicadores da produção, renda e empregos.

Fora da Região Metropolitana de Salvador, os problemas de falta de capilaridade da estrutura industrial da economia baiana persistem. Vamos tomar como exemplo as atividades ligadas à produção de papel e celulose localizadas principalmente no extremo sul do estado. Esse segmento produtivo, segundo ou terceiro mais importante na estrutura industrial da Bahia, é também capital intensivo. Além dos problemas ambientais e sociais, ligados principalmente ao uso da terra, também apresenta baixa integração com o restante da estrutura industrial do estado.

Como afirmei anteriormente, a concentração produtiva e espacial da economia baiana condiciona tanto as trajetórias de crescimento econômico quanto a sua estrutura de repartição de rendas. Para focar em um único aspecto, por sua relevância econômica e social, a estrutura produtiva da economia baiana explica uma parte significativa do forte nível de desemprego, do elevado grau de informalidade e da baixa qualidade dos empregos gerados. Deve-se observar que a relação entre desemprego e educação para a Bahia assume uma forma bem definida de um U invertido. Isso significa que a taxa de desemprego da população com baixa escolaridade compara-se com os níveis daquela parcela da população com 15 ou mais anos de estudos. De forma esdrúxula, o desemprego aumenta com a escolaridade. Essa situação permanece até que os indivíduos completem o nível de ensino superior, quando a empregabilidade e a renda do trabalho aumentam substancialmente. Em síntese, a Bahia não é capaz de criar empregos médios de qualidade. A estrutura da distribuição da renda permanece concentrada e reduz o potencial de crescimento econômico.

A questão das estratégias para inverter a lógica da concentração produtiva, espacial e distributiva da economia baiana é importante, mas muito difícil de ser respondida. Soluções têm sido buscadas há pelo menos 50 anos. Para termos uma ideia da dimensão do problema, basta lembrar que a região semiárida da Bahia ocupa quase 70% do seu território; 62% dos municípios baianos pertencem a essa área, onde prevalecem níveis preocupantes de pobreza e de desenvolvimento humano. É também inquietante o fato de a maior parte dos municípios baianos sobreviver às custas de transferência de recursos da União ou do estado. A concentração da produção de riqueza em poucos municípios reduz a capacidade de arrecadação tributária do estado e, por conseguinte, a sua capacidade de investir em bens públicos, infraestrutura etc.

Quanto às estratégias propriamente ditas para inverter a lógica de concentração e reduzir essas diferenças entre os níveis de desenvolvimento dos municípios baianos, pode-se tomar como ponto de partida a definição dos territórios de identidade para o estado da Bahia. É preciso acelerar a integração dos sistemas logísticos tomando por base as 'capitais' de cada um dos territórios de identidade.

Nesse contexto, torna-se imprescindível acelerar a conclusão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste e do Porto Sul. A operação conjugada desses dois empreendimentos permitirá não somente escoar a produção de grãos do oeste do estado e do minério da região de Caetité, mas abrirá portas para muitos outros empreendimentos. Ao contrário, a Ponte de Integração Salvador-Itaparica apresenta resultados produtivos controversos. O projeto de financiamento ainda não está suficientemente amarrado. Por exemplo, é difícil imaginar que a valorização imobiliária na Ilha de Itaparica possa atrair o capital do setor para garantir parte do financiamento do empreendimento. Nesse caso, os gargalos logísticos podem ser superados a um custo/benefício bem menor a partir de outras alternativas. O Plano de Desenvolvimento Logístico para a Bahia deve primeiro assegurar a integração das capitais dos territórios de identidade, para fazer brotar complementaridades técnico-produtivas entre eles.

Em cada Território de Identidade, é necessário identificar arranjos produtivos e clusters com potencial para gerar externalidades positivas, principalmente aquelas criadoras de renda e emprego. Essas atividades não podem ser pensadas isoladamente ou restritas ao desenvolvimento local. A única forma de torná-las dinâmicas e sustentáveis é integrá-las a cadeias de valor mais amplas, regionais, nacionais e internacionais. Até aqui, as políticas públicas com o objetivo de promover a desconcentração produtiva do estado da Bahia têm sido desenvolvidas em dois eixos. Os maiores esforços se localizam em incentivos à formação de arranjos produtivos locais e/ou no apoio a grandes empreendimentos, principalmente ligados a setores de energia e mineração. Contudo, ambos com baixo poder de integração territorial e diminutos efeitos multiplicadores de renda e emprego. Observe que a proposição aqui não é reinventar a roda, mas promover um redesenho de certas políticas públicas, tão importante quanto as políticas em si.

BA&D – No acumulado de janeiro a dezembro, a produção física da indústria cresceu 2,3% no Brasil. Na Bahia, por sua vez, o setor não acompanhou a tendência nacional, apresentando queda de 2,7%. O que explica o comportamento dessa atividade no estado? Sempre se falou que a indústria da Bahia trabalha em sintonia com a matriz produtiva do Brasil. Vocês acham que existe um processo de desindustrialização na Bahia?

É preciso
acelerar a
integração
dos sistemas
logísticos
tomando
por base as
'capitais' de
cada um dos
territórios de
identidade

No caso da Bahia, creio que o que mais pesou na queda da produção industrial [...] foi a parada para manutenção não programada seguida da redução deliberada da produção na Refinaria Landulpho Alves

RS – Há um lento, mas continuado processo de desindustrialização no Brasil, que não se caracteriza necessariamente pelo fechamento de indústrias, mas pela crescente quebra de elos da produção interna que são transferidos e importados das indústrias chinesas, inclusive com a marca das empresas nacionais. Preocupa ainda mais o fato de que esses elos, em geral, estão relacionados a peças e componentes de maior complexidade tecnológica. Desse modo diminui-se o valor da transformação industrial no país, fazendo com que a indústria perca substância na formação do PIB.

No caso da Bahia, creio que o que mais pesou na queda da produção industrial, além da queda da renda e da demanda em geral, foi a parada para manutenção não programada seguida da redução deliberada da produção na Refinaria Landulpho Alves, que tem relevância no valor da transformação industrial. De igual modo, houve a queda da produção da metalurgia do cobre. Outro setor, como o de informática que sofre um declínio continuado, contribuiu, mas apenas marginalmente. O declínio relativo do peso da indústria na composição do PIB do estado decorre do perfil da matriz industrial, que apresenta baixa participação da indústria de transformação.

RV – A desindustrialização precoce tem sido um conceito mal compreendido. Pode haver desindustrialização com o crescimento absoluto da produção industrial. O processo de desindustrialização precoce caracteriza-se por uma redução da participação da indústria no PIB antes que a renda per capita do país ou de uma região alcance um determinado patamar. Normalmente, isso acontece em resposta a uma sobrevalorização da taxa de câmbio que conduz a uma perda de competitividade da indústria nacional. Essa perda de competitividade se reflete na incapacidade crescente de colocar produtos manufaturados nos mercados internacionais e resistir à concorrência internacional desses mesmos produtos nos mercados nacionais. Quando a sobrevalorização da taxa de câmbio decorre da acumulação de reservas, gerada pelas exportações de commodities, tem-se caracterizado um caso clássico de Doença Holandesa. Quando decorre da elevação da taxa de juros tem-se o caso da Doença Brasileira.

Inúmeros trabalhos diagnosticam com precisão um processo de desindustrialização precoce para a economia brasileira, fruto de um misto de Doença Holandesa e Doença Brasileira. Para a economia brasileira, a perda de participação relativa do emprego industrial no total do emprego e a perda de participação do valor adicionado da indústria no Produto Interno Bruto parecem ser incompatíveis com o nosso nível de renda per capita. Esse dado é ainda mais marcante quando se constata que a renda per capita da economia brasileira parou de convergir para aquelas observadas nas grandes economias desenvolvidas, desde os anos de 1980. Parece que ficamos presos em uma armadilha de renda

média, difícil de ser superada quando se encontra ante um processo de desindustrialização precoce.

Não é o desempenho conjuntural da indústria da Bahia com relação ao desempenho industrial da economia brasileira que caracteriza o processo de desindustrialização precoce. O que nos preocupa é que a renda média da economia baiana é inferior à renda média nacional e a participação da indústria no PIB tem decrescido sistematicamente. Na Região Metropolitana de Salvador, a mais industrializada do estado, o emprego na indústria de transformação responde apenas por 7,6% do total de empregos. Se agregarmos os empregos gerados pela indústria da construção, esse número se eleva para 15,4%, o que é ainda muito baixo para os níveis de renda média e da mediana da renda na RMS. A taxa de desocupação é também maior na Bahia (16,7%) que no Brasil (12,4%). A informalidade também é maior que a média nacional. Tudo isso dificulta uma retomada mais firme das taxas de crescimento econômico na Bahia. Sem dúvidas estamos diante de um processo de desindustrialização precoce. Se não formos capazes de retomar as políticas de desenvolvimento industrial no estado, estaremos, por muito tempo, condenados a criar empregos de baixa qualidade e remuneração. A indústria continua sendo, para o nosso estágio de desenvolvimento, a via mais rápida para assegurar uma trajetória de crescimento sustentável e inclusiva. A alternativa de criarmos empregos de qualidade no setor de serviços, coadunados com a terceira e a quarta revolução tecnológica, requer investimentos massivos em educação e com tempo de maturação mais longo.

BA&D – A agricultura baiana é heterogênea do ponto de vista da sua estrutura fundiária e da capacidade tecnológica dos produtores. É também bastante diversificada do ponto de vista dos produtos cultivados. Sua importância econômica e social é indiscutível. Quais são os vetores potenciais de desenvolvimento dessa atividade? O estado da Bahia poderia ter na agricultura o seu maior vetor de crescimento econômico?

RS – Embora a Bahia apresente diversificada produção agrícola, com destaque relevante na produtividade de alguns segmentos do agronegócio, não imagino que esse setor se transforme no principal vetor do crescimento da economia do estado. Continuo entendendo que esse papel cabe à indústria e a sua complexificação, que transborda para o setor de serviços especializados, alcançando inclusive a agricultura.

Em primeiro lugar porque o agronegócio não é potencialmente capaz de gerar empregos em escala compatível com a necessidade de uma população de 15,5 milhões de habitantes e, por outro lado, 67% do seu território está representado pela região semiárida que apresenta graves desequilíbrios climáticos, inibidores da produtividade agrícola. Nessa

A indústria
continua sendo,
para o nosso
estágio de
desenvolvimento,
a via mais rápida
para assegurar
uma trajetória
de crescimento
sustentável e
inclusiva

O agronegócio na economia baiana tem apresentado um desempenho superior ao agronegócio do conjunto da economia brasileira e também superior ao comportamento da indústria, comércio varejista e serviços no estado

parte do território localizam-se cerca de 700 mil propriedades de agricultura familiar, na sua maioria, desestruturadas e de baixíssima produtividade, e nela reside mais de 80% do pessoal ocupado na agricultura.

Entretanto, imagino que o desenvolvimento desse setor poderia contribuir muito para a diminuição da desigualdade social secular através de um esforço concentrado de políticas públicas para disponibilizar um instrumental técnico-científico que, conhecendo o clima e as características físico-químicas do solo e de suas potencialidades, desenvolva espécies vegetais e animais adaptados à região; que monitore os recursos de água de superfície e subterrânea e das possibilidades do seu aproveitamento; que associe a esse esforço algum outro, orientado para ampliar o conhecimento do cristalino rochoso e do seu potencial mineral, completado por um estudo etnológico da população, associando esses conhecimentos a formas criativas de organização da produção.

Algumas iniciativas fundamentais seriam necessárias, a começar por uma reorientação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) que se destinam ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A agricultura familiar do Nordeste, que representa 50% das propriedades familiares do Brasil, sendo que só na Bahia representa cerca de 17% do total do país, deveria ser financiada pelo Tesouro Nacional, a mesma fonte que financia essas propriedades nas regiões Sul e Sudeste. Isso significaria um ingresso adicional na economia da Região Nordeste da ordem de R\$ 3 bilhões por ano e liberaria igual valor do FNE, que poderia ser destinado à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, orientados para o semiárido e para apoiar a sua disseminação, que resultaria em novas formas de organização da produção e comercialização, beneficiando milhões de nordestinos e baianos em particular. Dessa forma, o FNE cumpriria com os objetivos para o qual foi criado: contribuir para a transformação da base produtiva do Nordeste e reduzir as desigualdades de renda intra e entre os estados e segmentos da sociedade nordestina.

Adicionalmente, a instalação de um centro de pesquisa tecnológica do semiárido no próprio território aglutinaria os esforços de recursos e inteligência aplicada na busca de soluções para os desafios da região, incorporando novas tecnologias e fortalecendo mecanismos associativos de natureza empresarial, que elevassem a produtividade, o valor adicionado da produção e a geração de excedentes, possibilitando o progresso social.

RV – O agronegócio na economia baiana tem apresentado um desempenho superior ao agronegócio do conjunto da economia brasileira e também superior ao comportamento da indústria, comércio varejista e serviços no estado. Esses dados já o tornam um importante vetor de

crescimento econômico da Bahia, mas não necessariamente o maior ou o principal, dado que os níveis de produtividade agregada desse segmento produtivo são, em média, inferiores aos setores industriais e de serviços. De toda sorte, há ainda espaço para aumentar o papel do agronegócio no desenvolvimento do estado. Isso passa necessariamente por reduções das heterogeneidades presentes tanto na estrutura da propriedade fundiária quanto na capacidade tecnológica dos produtores. Nesse sentido, um foco especial terá que ser dado aos pequenos e médios produtores, buscando integrá-los às cadeias de valor locais, nacionais e globais.

É preciso pensar a competitividade estrutural do setor agroindustrial, incluindo os pequenos e médios produtores. Para isso, a jusante da produção agrícola, a transformação e a comercialização dos produtos não podem ficar restritas à subsistência dos produtores ou a sua comercialização local. Por exemplo, existem inúmeras cooperativas de agricultura familiar que transformam frutos em geleias. O destino dessa transformação segue, em sua maior parte, a demanda das prefeituras municipais para a merenda escolar. Melhorias na qualidade desses produtos e na sua forma de apresentação podem ampliar o espaço de comercialização para a rede de supermercados. Essas redes queixam-se da falta de padronização dos produtos ofertados, irregularidade nas entregas, além dos problemas existentes para o registro nos órgãos competentes pela fiscalização sanitária. A montante da atividade agrícola, sempre me referindo aos pequenos e médios produtores – há descontinuidades técnicas e produtivas na prestação de serviços (energia, transporte, logística e condicionamento da produção), de insumos, conhecimentos técnicos e de máquinas e equipamentos. É preciso superar esses gargalos.

Pensando nos pequenos e médios produtores agrícolas, a estratégia é criar sistemas agroindustriais inclusivos, com geração de empregos e renda no campo. Esses sistemas terão que ser igualmente eficazes, com aumento competitivo da oferta de alimentos e da renda do agricultor. Não são ideias originais. Mas é preciso vontade política e alguma competência técnica para implementá-las.

BA&D – Alguns dados recentes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia apontam a possibilidade de um aporte de R\$ 30 bilhões em investimentos industriais entre 2017-2020. Os projetos principais concentram-se em energia e gás, gêneros alimentícios, borracha e plástico e na indústria metal-mecânica. É possível pensar em alguma mudança significativa na matriz produtiva do estado, com base nesses investimentos?

RS – A maior parcela dos investimentos previstos está concentrada no setor de energia renovável, que integra o elenco de infraestruturas necessárias para o desenvolvimento econômico. Porém, faltam outras ainda

A maior
parcela dos
investimentos
previstos está
concentrada no
setor de energia
renovável,
que integra
o elenco de
infraestruturas
necessárias
para o
desenvolvimento
econômico

Uma alteração substantiva da matriz econômica do estado seria mais viável se assentada em um plano de desenvolvimento de longo prazo que nortearia as estratégias necessárias

mais determinantes que, em minha opinião, jamais serão supridas através da capacidade endógena da economia do estado, pela limitada capacidade de investimento tanto do setor público quanto da iniciativa privada. Uma alteração substantiva da matriz econômica do estado seria mais viável se assentada em um plano de desenvolvimento de longo prazo que nortearia as estratégias necessárias, as ações a serem implementadas ao longo do tempo e as metas a serem alcançadas, evidentemente, ancorando esse plano de desenvolvimento a um instrumental de monitoramento que permitisse o acompanhamento e as correções de rumo necessárias.

Adicionalmente, para o êxito de um projeto dessa envergadura, seria indispensável a efetiva existência da política nacional de desenvolvimento regional, que direcionasse fundos constitucionais com fins específicos para as regiões beneficiárias, até estas alcançarem determinado estágio de elevação relativa dos indicadores sociais e econômicos da região comparados aos das regiões mais desenvolvidas. Sei que estou no plano das utopias, mas prefiro nela me manter que aceitar a demagogia da promessa do desenvolvimento a partir do ufanismo e do voluntarismo.

RV – Todas essas iniciativas visam promover mudanças na matriz produtiva do estado e deverão produzir alguns resultados positivos, sobretudo no que concerne à desconcentração produtiva e espacial que até aqui tem sido muito lenta e basicamente promovida pelo agronegócio e a mineração. Entretanto, o sucesso da estratégia dependerá de como essas políticas serão implementadas. É preciso pensar como cada um desses empreendimentos se liga às cadeias de valor através das suas relações técnicas intersetoriais. Isoladamente, nenhum projeto consegue oferecer todo o seu potencial de desenvolvimento econômico.

Por exemplo, a energia eólica é indiscutivelmente um dos grandes feitos dos últimos governos da Bahia. Já contamos com mais de 40 parques eólicos. Com um dos maiores potenciais eólicos do mundo, a Bahia certamente se transformará no maior produtor de energia eólica do país. Entretanto, a presença de turbinas eólicas em uma dada localidade não é necessariamente sinônimo de desenvolvimento local. A mesma coisa acontece com a indústria do gás. Em princípio, o fato de um trajeto de gasoduto estar longe das grandes áreas industrializadas pode não ser um ponto negativo, desde que seja acompanhado de políticas de atração para a sua proximidade de empresa que tenha o gás como insumo importante. Inicialmente longe das áreas de concentração industrial, a linha do gasoduto pode se constituir em um fator de desconcentração produtiva e espacial da economia. A montante da extração e produção de gás ou da produção de turbinas eólicas pode-se buscar atrair indústrias de fabricação de máquinas e equipamentos, visando completar a estrutura da cadeia produtiva. Mais uma vez, isoladamente, nenhum projeto consegue oferecer todo o seu potencial econômico.

BA&D – Quais são as perspectivas para as economias brasileira e baiana para 2018? O pior da crise já passou?

RS – Creio que o conjunto das minhas considerações sinaliza as preocupações com a economia brasileira neste e nos próximos anos, se mantida a continuidade da política atual e seus graves reflexos sobre a sociedade brasileira. O pensamento neoliberal orientou o debate (isso quando há) e o acompanhamento do comportamento da economia e, em curto prazo, a análise da conjuntura. Não tem futuro em longo prazo porque essa preocupação evidenciará a fraude dessa teoria econômica. No entanto, os desafios da economia brasileira e em especial da Bahia e do Nordeste, por ser a expressão maior dos desequilíbrios socioeconômicos do país, passam pela pactuação de um plano de desenvolvimento nacional. Um desafio extraordinário, porque exige que ele se materialize em uma faixa de soberania nacional, cada vez mais ameaçada pelas forças de um sistema financeiro que se põe perante as nações como dono do mundo.

A crise tornou-se a regra: o estado permanente do mundo atual está presente em todas as dimensões: na imoral concentração de riqueza, no empobrecimento de parcelas crescentes das sociedades antes do bem-estar social, na desestruturação das economias em desenvolvimento, cada vez mais reféns do sistema financeiro global, no aumento em larga escala dos refugiados que, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), conhecido como a Agência da ONU para Refugiados, passou de 30 milhões em 2003 para 60 milhões de pessoas em 2015 e continua crescendo, no aumento do terrorismo e tudo isso junto, justificando a renúncia das liberdades individuais e dos princípios democráticos em todas as sociedades pela disseminação do medo generalizado. Qual será a próxima crise após sairmos desta?

RV – Essa questão permite sumarizar os pontos anteriormente explorados. Durante o ano de 2018, se não houver nenhum fenômeno imponderável, a economia brasileira crescerá a uma taxa em torno de 3%. Isso se repercutirá de forma igualmente positiva sobre a taxa de crescimento da economia baiana. Entretanto, não se pode esquecer, pelas razões explicitadas ao longo desta entrevista, que se trata de uma recuperação cíclica sem que ainda estejam reunidas as condições que garantem o crescimento em longo prazo. O pior já passou, mas o melhor ainda não chegou.

Os desafios da economia brasileira e em especial da Bahia e do Nordeste, por ser a expressão maior dos desequilíbrios socioeconômicos do país, passam pela pactuação de um plano de desenvolvimento nacional

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar retrospectivamente a trajetória dos principais indicadores conjunturais da economia baiana para o ano de 2017 e apontar alguns prognósticos iniciais para seu comportamento em 2018. A reversão do processo recessivo da economia nacional se reproduz de forma peculiar na economia baiana. A forte queda do PIB em 2016 foi aprofundada pelo mau desempenho da agropecuária, em razão da estiagem prolongada. Para 2017, a expectativa é de uma ligeira alta do PIB estadual, tendo como carro-chefe a agropecuária, em especial devido à boa safra de grãos.

Palavras-chave: Macroeconomia. Economia baiana. Recessão. Indicadores econômicos.

ABSTRACT

This article aims to analyze retrospectively the trajectory of the main economic indicators of the Bahian economy for the year 2017; and to point out some initial prognoses for its behavior in 2018. The reversal of the recessive process of the national economy reproduces peculiarly in the Bahian economy. In 2016, the sharp drop in GDP was deepened by poor agricultural performance, due to a prolonged drought. In 2017, the expectation is a slight increase of the state's GDP, with the main segment being the agricultural sector, especially because of the good harvest of grains.

Keywords: *Macroeconomics. Bahian Economy. Recession. Economic indicators.*

Economia baiana: retrospectiva 2017 e perspectivas

CARLA DO NASCIMENTO

Mestre em Economia, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduada em Ciências Econômicas, pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

ELISSANDRA BRITTO

Mestre e graduada em Economia, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

PEDRO M. DE SANTANA

Mestre e graduado em Economia, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em produção de informações econômicas, sociais e geoambientais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). pedromarques@sei.ba.gov.br

O OBJETIVO deste artigo é realizar uma análise conjuntural da economia baiana, relativamente ao ano de 2017, a partir das informações estatísticas disponíveis até o momento de conclusão deste trabalho. Tendo em vista que a economia baiana não pode ser compreendida de forma isolada, optou-se por realizar inicialmente uma breve contextualização do cenário macroeconômico nacional e internacional, destacando as tendências gerais observadas no período.

Em resumo, o ano de 2017 marcou o arrefecimento da profunda recessão pela qual a economia brasileira transitou no biênio 2015-2016. Apesar das instabilidades políticas, iniciou-se um movimento gradual de reversão das expectativas dos agentes econômicos e de lenta recuperação da demanda doméstica, medida pelos indicadores de atividade econômica.

Do ponto de vista externo, as economias avançadas apresentaram taxas mais aceleradas de crescimento econômico, sinalizando, pouco a pouco, a saída da estagnação na pós-crise financeira de 2008. A política

econômica adotada no sentido de estimular a atividade econômica, fundamentalmente lastreada numa agressiva política monetária expansionista, começa aparentemente a dar resultados, ainda que num cenário de incertezas quanto aos seus desdobramentos.

A China e Índia são pontos fora da curva do crescimento, com histórico de taxas que se mantêm em patamares elevados. Beneficiam-se dos ganhos de escala permitidos pela grandeza de seus mercados internos e, sobretudo, por suas estratégias de inserção na economia globalizada. São países de industrialização tardia, mas que têm aproveitado as externalidades do processo de integração econômica em favor de uma inserção soberana no mercado mundial.

A economia brasileira, por sua vez, recupera-se lentamente, deixando incertos os horizontes possíveis de sua evolução macroeconômica. A conjuntura atual combina inflação baixa, taxa Selic em queda, tímida reativação do mercado de trabalho, dificuldades fiscais relevantes, níveis de arrecadação tributária ainda baixos e capacidade ociosa na indústria. Essa conjunção de fatores não permite vislumbrar, em médio e longo prazos, uma saída sustentável para a crise, ainda que a elevada capacidade ociosa dos fatores de produção enseje um crescimento da produção no curto prazo.

A economia baiana ressentiu-se da grave crise que atingiu os setores da indústria e de serviços. Embora haja uma desaceleração no ritmo de queda destes, os indicadores não registram, diferentemente do que ocorre em outros estados, resultados positivos para estes setores. Portanto, a retomada da economia baiana ocorre de forma mais lenta em comparação com a economia nacional em seu conjunto. Este ano, somente o setor agropecuário, em especial a atividade agrícola, apresentará resultados positivos, tendo em vista o bom desempenho da safra de grãos.

ECONOMIA INTERNACIONAL

As projeções econômicas, captadas pelas agências oficiais de estatísticas, sinalizaram um cenário mais otimista para a economia mundial em 2017. O Fundo Monetário Internacional (FMI) previu um crescimento médio anual de 3,6%, sendo 0,4 ponto percentual acima da taxa estimada para 2016. Em 2018, a expansão projetada para o Produto Interno Bruto (PIB) mundial é de 3,7% (WORLD ECONOMIC OUTLOOK, 2017).

A recuperação do crescimento das economias avançadas tem sido acompanhada por níveis de inflação abaixo das metas estipuladas pelos respectivos bancos centrais. Os efeitos mais graves da grande recessão

provocada pela crise financeira de 2007 parecem ter sido deixados para trás, considerando-se o recuo significativo nas taxas de desemprego e o aumento do consumo das famílias. Não obstante, persistem as preocupações ao modo de financiamento dessa recuperação, ancorada em massivos estímulos monetários realizados pelos bancos centrais dessas economias nos últimos anos.

A expansão média das economias avançadas está projetada em 2,2%, para 2017, e em 2,0%, para 2018, contra a alta de 1,7% em 2016 (WORLD ECONOMIC OUTLOOK, 2017). A taxa de crescimento esperada para a Zona do Euro é de 2,1% em 2017 e de 1,9% em 2018. Essa expansão é atribuída ao aumento dos gastos de consumo e da formação bruta de capital. Nos três primeiros trimestres, o PIB cresceu 2,3%, 2,4% e 2,6%, respectivamente, na comparação com o mesmo período do ano anterior (EUROSTAT, 2017). A inflação anual da região, medida pela agência estatística oficial da União Europeia, foi calculada em 1,5%, em novembro. A taxa de desemprego ficou estimada em 7,4% em outubro.

Nos EUA, o Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) do Federal Reserve (FED) mantém a estratégia de normalização da política monetária. Não obstante, a autoridade tem sido cautelosa na elevação da taxa básica de juros, mantendo-a na faixa de 1,0% a 1,25% como prêmio de risco para os títulos federais. O crescimento projetado pelo Fundo Monetário Internacional (2017) para a economia norte-americana foi de 2,2% para 2017 e de 2,3% para 2018. De acordo com o Departamento de Comércio houve taxas positivas, respectivamente, de 1,2%, 3,1% e 3,0%, nos três primeiros trimestres, na comparação anual, determinadas principalmente pelo aumento dos gastos de consumo das famílias (WORLD ECONOMIC OUTLOOK, 2017)

A expansão média das economias emergentes e em desenvolvimento ficou estimada em 4,6% para 2017, ante o resultado de 4,3% verificado em 2016. Em 2018, o crescimento esperado é de 4,9% do PIB, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (WORLD ECONOMIC OUTLOOK, 2017). A China e a Índia, devido às dimensões de seus mercados e à estratégia de inserção na economia mundial, são as grandes locomotivas desse crescimento. A taxa de crescimento estimada para a China é de 6,8%, com perspectiva de ligeira desaceleração (6,5%) em 2018.

A economia chinesa tem contrariado as expectativas negativas relativamente ao processo de transição do seu modelo econômico. Tem apresentado altas taxas de crescimento, sendo sustentadas pelas exportações e pelos investimentos públicos. Por sua vez, para a região da América Latina e Caribe, que sofreu retração de 1,0% em 2016, deve crescer 1,2% em 2017 e 1,9% em 2018. Para o Brasil, o FMI estima alta de 0,7% em 2017 e 1,5% em 2018.

A taxa de crescimento esperada para a Zona do Euro é de 2,1% em 2017 e de 1,9% em 2018. Essa expansão é atribuída ao aumento dos gastos de consumo e da formação bruta de capital

A economia brasileira atravessou um dos ciclos recessivos mais acentuados da sua história recente

ECONOMIA NACIONAL

A economia brasileira atravessou um dos ciclos recessivos mais acentuados da sua história recente. Segundo o Comitê de Datação dos Ciclos Econômicos (Codace), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (ROSAS, 2015), o marco inicial desse processo ocorreu no segundo trimestre de 2014, chegando a termo no quarto trimestre de 2016. O PIB apresentou variação positiva (0,5%) em 2014, e negativa de 3,5% nos anos subsequentes, pelos cálculos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além dos fatores especificamente econômicos, internos e externos, a queda da atividade econômica foi potencializada pelas incertezas geradas a partir do agravamento da instabilidade política e institucional do país nos últimos dois anos.

As incertezas políticas permaneceram em 2017, entretanto, a atividade econômica arrefeceu seu ritmo de descenso e começou a apresentar sinais de reversão do ciclo, como pode ser aferido pela retomada tímida de certos indicadores a patamares positivos. Trata-se de um processo lento e gradual de recuperação da atividade, tendo em vista a elevada ociosidade dos fatores de produção, expressa pelo alto contingente de força de trabalho desocupada e o baixo nível de utilização da capacidade produtiva no setor industrial.

Com base nos dados trimestrais do IBGE (INDICADORES IBGE, 2017), o PIB nacional atingiu a cifra de R\$ 1,641 trilhão em valores correntes no terceiro trimestre de 2017, correspondente a um crescimento real de 1,4% em relação ao mesmo trimestre de 2016. No acumulado do ano até o mês de setembro, a variação foi positiva em 0,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse indicador havia registrado queda de 4,0% nessa mesma base de comparação. No acumulado dos últimos quatro trimestres, a atividade econômica recuou 0,2% contra 4,2% no ano anterior.

Na decomposição dos resultados, sob a ótica da demanda interna, verificou-se que a despesa de consumo das famílias voltou a apresentar resultado positivo no terceiro trimestre (2,2%). No acumulado do ano, o indicador variou 0,4%, influenciado pela desaceleração da inflação e pelo crescimento real da massa salarial. Já a formação bruta de capital fixo variou negativamente (0,5%) no terceiro trimestre e no acumulado do ano (3,6%) em relação ao mesmo período de 2016, em função, principalmente, do desempenho negativo do segmento da construção, que acumulou queda de 6,1% no ano.

A despesa de consumo do governo também recuou (0,6%) no período, mesmo resultado em relação ao terceiro trimestre do ano anterior. As exportações apresentaram alta de 7,6% no trimestre e 4,0% no acumulado do ano, destacando-se o crescimento das vendas externas de bens

agropecuários, veículos automotivos, máquinas e tratores, petróleo e siderurgia. As importações reagiram no período em análise, registrando alta de 5,7% no terceiro trimestre e de 3,9% no acumulado do ano, com aumento relevante nas compras de matérias-primas, bens de capital e produtos de vestuário.

Pela análise da oferta, o setor agropecuário apresentou o melhor resultado (9,1%) tanto na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior como no acumulado do ano (14,5%). A estimativa de safra nacional supera em cerca de 30,0% a produção agrícola de 2016, alcançando 241,6 milhões de toneladas. As culturas de soja (19,4%), arroz (16,0%), milho (54,7%) e algodão (10,7%) registraram altas relevantes no ano, contribuindo para o resultado. A indústria registrou variação positiva de 0,4% no terceiro trimestre e queda de 0,9% no acumulado do ano. Os segmentos de extração mineral (5,9%), transformação (0,3%) e eletricidade e gás (1,3%) tiveram resultado positivo. O setor de serviços apresentou crescimento de 1,0% no trimestre e recuou 0,2% no acumulado do ano. Dentre os segmentos relevantes, somente o comércio e as atividades imobiliárias apresentaram dados positivos, ambos de 0,8% ao longo do ano.

Ainda de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais (INDICADORES IBGE, 2017), analisando os indicadores mensais por setores econômicos, observa-se que a indústria cresceu a uma taxa de 1,9% no acumulado de janeiro a outubro. O segmento de bens de capital (5,6%) foi o que mais avançou no período, seguido pelo de bens de consumo (2,9%) e bens intermediários (0,9%). Nota-se que, na categoria de bens de consumo, o segmento de bens duráveis apresentou uma taxa positiva relevante de 12,4% na mesma base de comparação.

O comércio varejista cresceu à taxa de 1,4%, em termos de volume de vendas, e a uma taxa de 1,9% em receita nominal, no acumulado do ano até outubro. O comércio varejista ampliado teve expansão de 3,2%, em volume de vendas, e de 1,9%, em receita nominal, no acumulado janeiro-outubro. A venda de veículos, motos, partes e peças acumulou variação de 1,7% no período. Quanto ao segmento de material de construção, houve variação foi de 8,6% para o volume de vendas nos dez primeiros meses.

O setor de serviços registrou queda de 3,4% na taxa acumulada anual até outubro, e de 3,7% na taxa acumulada dos 12 meses, medida pelo volume de serviços prestados. Em termos de receita nominal, a taxa acumulada no ano foi positiva (2,1%), e, em 12 meses, 1,6%. Observa-se, portanto, um efeito de preços sobre o resultado do indicador.

No tocante ao mercado trabalho, a taxa de desocupação ficou estimada em 12,0% no trimestre setembro-outubro-novembro de 2017, de acordo

Pela análise da oferta, o setor agropecuário apresentou o melhor resultado (9,1%) tanto na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior como no acumulado do ano (14,5%)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, registrou variação de 2,5%, no acumulado do ano até novembro

com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) (2017), somando 12,6 milhões de pessoas desocupadas. O resultado supera em 0,1 ponto percentual o verificado para o mesmo período em 2016 e registra queda de 0,6 ponto percentual na comparação com o trimestre anterior (junho-julho-agosto).

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) (BRASIL, 2017) apontaram acréscimo de 299.635 postos de trabalho no país, de janeiro a novembro de 2017. O resultado representou uma variação positiva de 0,78% em relação ao estoque de empregos formais relativos a dezembro de 2016.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, registrou variação de 2,5%, no acumulado do ano até novembro, portanto abaixo dos 5,97% registrados em igual período de 2016, sendo esta a menor variação acumulada para um mês de novembro desde 1998 (1,32%). No acumulado dos 12 meses, o índice registrou variação positiva de 2,80%. A expectativa do mercado para o IPCA, ao final de 2017, é de 2,8% e de 4,0%, em 2018 (SISTEMA DE ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, 2017)

Diante da evolução do cenário inflacionário, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil (Bacen) iniciou, desde outubro de 2016, o ciclo de flexibilização da política monetária, atuando pela redução gradual da meta da taxa Selic. Na última reunião anual, o comitê decidiu pelo corte de 0,5 ponto percentual, definindo a taxa em 7,0% ao ano (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017).

A conta de transações correntes apresentou déficit de US\$ 2,4 bilhões em outubro de 2017. Em 12 meses, o saldo negativo acumulado alcançou US\$ 11,3 bilhões, equivalente a 0,56% do PIB. As reservas internacionais totalizaram US\$ 381,1 bilhões em novembro de 2017, superior, em US\$ 705 milhões, ao resultado do mês anterior. Por sua vez, o superávit da balança comercial acumulou saldo recorde US\$ 64,3 bilhões de janeiro até a terceira semana de dezembro, o que corresponde a uma variação de 42,9% em relação ao mesmo período de 2016.

No acumulado do ano até novembro, o déficit primário do setor público consolidado registrou R\$ 78,3 bilhões. No acumulado dos 12 meses para o mesmo período, o resultado foi de R\$ 149,0 bilhões, o que representa 2,3% do PIB, portanto, ainda muito acima dos limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Relativamente ao exercício financeiro de 2017, a lei autorizava um déficit de até R\$ 143,1 bilhões, sendo modificada pela Lei nº 13.480/2017, que alterou as metas fiscais, passando a permitir um déficit de até R\$ 163,1 bilhões para os exercícios de 2017 e 2018. No tocante ao endividamento público, a dívida líquida do setor público atingiu R\$ 3,33 trilhões (51,1% do PIB) em novembro;

já a dívida bruta do governo geral foi de R\$ 4,85 trilhões, o que corresponde a 74,4% do PIB (BONFANTI, SIMÃO, 2016).

Os analistas do mercado financeiro estimam crescimento de 1,0% do PIB em 2017 e de 2,7% em 2018. O cenário que se descortina para 2018 tende a ser um pouco mais otimista, diante da reação observada dos principais indicadores econômicos. Há expectativa de continuidade do processo de recuperação gradual da economia, dada a existência de alta capacidade ociosa na indústria e retomada, ainda que lenta, do poder de compra das famílias, a partir do controle da inflação.

ECONOMIA BAIANA

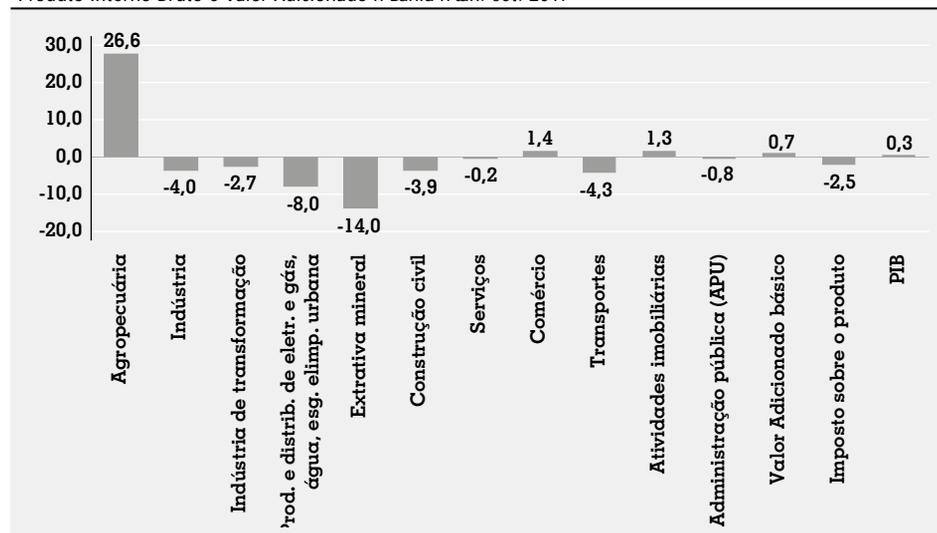
O PIB da Bahia, divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) no Informativo PIB Trimestral (2017), apresentou leve crescimento neste ano, após declinar a uma taxa de 4,9%, em 2016. No acumulado do ano até o terceiro trimestre, a atividade econômica baiana aumentou 0,3% (Gráfico 1). A agropecuária variou positivamente em 26,6%, enquanto os setores da indústria e de serviços apresentaram queda de 4,0% e 0,2%, respectivamente.

O cenário macroeconômico de elevado endividamento das famílias e das empresas e o baixo nível de emprego afetaram o consumo e os investimentos privados, o que acarretou baixo crescimento do setor serviços. A fraca demanda doméstica prejudicou o crescimento da produção industrial, especialmente da indústria de transformação. O setor agropecuário, por sua vez, apresentou desempenho bastante satisfatório, influenciado principalmente pelo clima favorável.

No acumulado do ano até o terceiro trimestre, a atividade econômica baiana aumentou 0,3%. A agropecuária variou positivamente em 26,6%, enquanto os setores da indústria e de serviços apresentaram queda de 4,0% e 0,2%, respectivamente

Gráfico 1

Produto Interno Bruto e Valor Adicionado ã Bahia ã ãn.-set. 2017



Fonte: SEI - Informativo PIB Trimestral.
Nota: dados preliminares sujeitos a revisão.

O valor adicionado da agropecuária baiana apresentou alta de 10,9% no terceiro trimestre, na comparação com o mesmo período do ano anterior

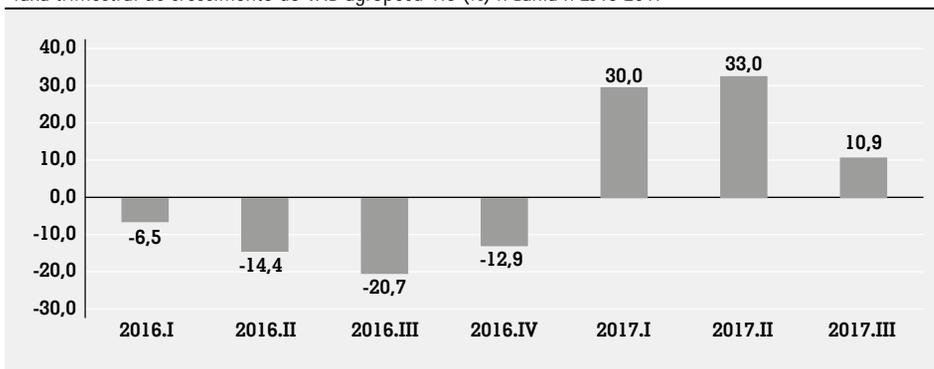
SETOR AGRÍCOLA

Assim como nos dois trimestres anteriores, a agropecuária baiana foi o setor determinante para o desempenho positivo do PIB até o terceiro trimestre. As condições climáticas favoráveis contribuíram para a expansão da produção física, considerando-se a base de comparação deprimida, e da área plantada das principais lavouras.

O valor adicionado da agropecuária baiana apresentou alta de 10,9% no terceiro trimestre, na comparação com o mesmo período do ano anterior, de acordo com o Informativo PIB Trimestral (2017). O setor cresceu pelo terceiro trimestre consecutivo (Gráfico 2). Com isso, o valor adicionado acumulou uma variação positiva de 26,6% na comparação com o acumulado para o mesmo período de 2016.

Gráfico 2

Taxa trimestral de crescimento do VAB agropecuário (%) - Bahia - 2016-2017



Fonte: SEI - Informativo PIB Trimestral.

Elaborado: SEI/CAC.

Nota: trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

O bom desempenho do setor resultou da recuperação da produção agrícola, em especial da safra de grãos, cuja estimativa, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (2017), realizado pelo IBGE em novembro, totalizou de 8,6 milhões de toneladas para 2017. Este volume representa um crescimento de 41,1% em relação a 2016.

A produção estimada de soja alcançou 5,1 milhões de toneladas, superando em cerca de 60,0% a safra anterior, numa área colhida em torno de 1,6 milhão de hectares. O LSPA apontou um volume aproximado de dois milhões de toneladas de milho para a atual temporada, correspondendo a um crescimento de 28,7% na comparação com 2016. A área plantada, estimada em 677 mil hectares, representou incremento de 7,4% na comparação anual. Por sua vez, o algodão apresentou estimativa de queda de 5,1% em relação à safra passada, somando 833

mil toneladas. No tocante à área colhida, houve retração de 25,8% na comparação anual, somando um total de 204 mil hectares.

A previsão para a safra do feijão totalizou 268 mil toneladas, o que correspondeu a um aumento de 85,5% em relação a 2016, numa área plantada de 473 mil hectares. A primeira safra alcançou 141,4 mil toneladas, sendo 32,6% maior que a de 2016, em 229,6 mil hectares. A previsão da segunda safra estadual foi revisada para 126,8 mil toneladas, ainda resultando em significativo aumento (233,8%) comparativamente à safra anterior.

A produção de café totalizou 205 mil toneladas, correspondendo a uma variação positiva de 58,4% em relação à safra anterior. A safra do arábica foi projetada em torno de 60,9 mil toneladas, ao passo que a da *canephora*, em 143,5 mil toneladas, com variação, respectivamente, de 33,1% e 189,4%, na comparação com 2016.

Os dados negativos, entretanto, estão associados às lavouras de cana-de-açúcar (-49,6%) e cacau (-27,5%), que vêm sofrendo perdas significativas nos últimos anos. Destaque positivo, no entanto, para a produção de mandioca, estimada em cerca de 2,1 milhões de toneladas, superando em 6,3% a colheita de 2016.

Para 2018, as condições climáticas definirão o nível de produção. A regularidade na distribuição das chuvas nas regiões do estado é condição necessária para o bom desempenho da agricultura. Os primeiros prognósticos apontam para a manutenção do nível de produção de grãos verificado em 2017.

SETOR INDUSTRIAL

O valor adicionado pela indústria baiana caiu 4,0% no acumulado até o terceiro trimestre do ano, comparado com o mesmo período de 2016. Dentre as atividades do setor, todas acumularam queda no período: indústria de transformação (-2,7%), indústria extrativa (-14,0%), eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (-8,0%) e construção (-3,9%) (INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL, 2017).

A indústria de transformação, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (2017) do IBGE, registrou, no acumulado de janeiro a outubro, contração de 3,0%. O resultado pode ser parcialmente explicado pela demanda interna retraída. Mais da metade dos segmentos da indústria baiana registrou queda em 2017 (Gráfico 3).

O baixo desempenho da indústria de transformação decorreu da contração na produção física dos segmentos de Metalurgia (-28,9%), Deri-

O valor
adicionado
pela indústria
baiana caiu
4,0% no
acumulado
até o terceiro
trimestre do
ano, comparado
com o mesmo
período de 2016

vados do petróleo e biocombustíveis (-8,7%), Produtos químicos (-2,6%), Celulose, papel e produtos de papel (-2,2%), Bebidas (-1,9%) e Minerais não metálicos (-0,3%), explicados, sobretudo, pela menor produção de barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre, no primeiro segmento; de óleo diesel, naftas para petroquímicas e óleos combustíveis, no segundo; de ureia, amônia e princípios ativos de herbicidas, no terceiro; de pasta química de madeira, no quarto; de refrigerantes, no quinto; e de cimentos Portland, no último.

Em sentido oposto, os segmentos que exerceram as contribuições positivas sobre o total da indústria baiana foram: Veículos automotores (21,8%), Couro, artigos para viagem e calçados (7,6%), Produtos de borracha e de material plástico (7,2%) e Produtos alimentícios (1,5%), influenciados, principalmente, pela maior produção de automóveis, no primeiro segmento; de tênis de material sintético, no segundo; de pneus novos de borracha para automóveis e tubos ou canos de plástico para construção civil, no terceiro; de açúcar cristal, farinha de trigo, cacau e chocolate em pó, no último.

As vendas internas de veículos estão contribuindo para a retomada da atividade do setor, embora ainda lenta e gradual. As montadoras seguem com elevado nível de ociosidade, resultado da queda acentuada de vendas nos quatro últimos anos. As exportações estão sendo um importante canal de escoamento da produção e vêm permitindo minimizar a ociosidade. Os esforços para a realização de acordos comerciais com países da América Latina e o crescimento econômico na região vêm contribuindo positivamente para a expansão dos embarques.

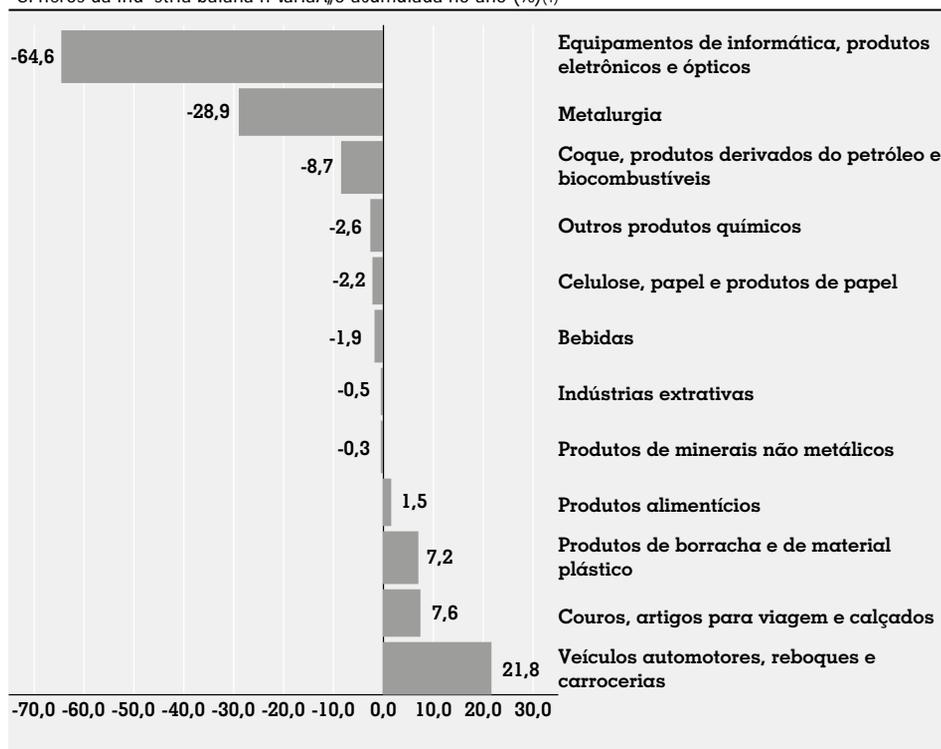
A produção industrial, que vinha sendo estimulada especialmente pelo crescimento das exportações, passou a refletir também uma melhora na demanda doméstica, alcançando no terceiro trimestre aumento de 5,4%, quando comparado com mesmo trimestre do ano anterior (Gráfico 4). O aumento dos níveis de ocupação no mercado de trabalho nos últimos meses, acompanhado da recuperação do poder de compra dos salários e da redução das taxas de juros, explica boa parte da retomada da demanda.

Ainda de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (2017), a indústria extrativa recuou 0,5% no período, associada ao posicionamento da Petrobras em reduzir suas atividades de exploração de petróleo e de gás natural, na Bahia, que caíram 11,2% e 9,1%, respectivamente, de acordo com dados acumulados até outubro, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2017).

O setor de serviços industriais de utilidade pública também contribuiu negativamente para o PIB, explicado, especialmente, pela queda de

Gráfico 3

Variações da indústria baiana em Variação acumulada no ano (%)⁽¹⁾



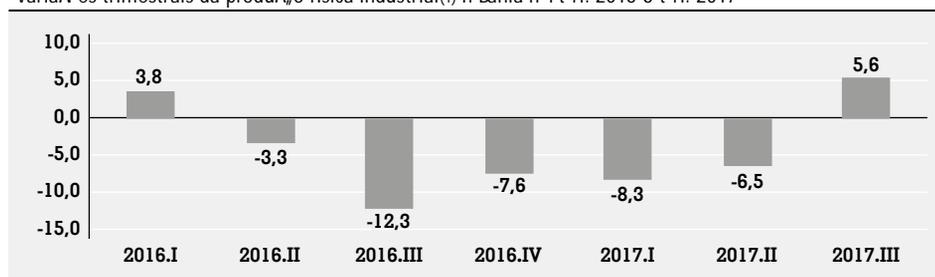
Fonte: Indicadores IBGE em Pesquisa Industrial Mensal.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Jan.-out. 2017/Jan.-out. 2016.

Gráfico 4

Variações trimestrais da produção física industrial⁽¹⁾ em Bahia em 1 t.ri. 2016-3 t.ri. 2017



Fonte: IBGE em Pesquisa Industrial Mensal.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

4,9% no consumo de energia elétrica no estado, com base nos dados acumulados até outubro, da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), uma vez que o consumo de gás natural aumentou 2,9% no período, conforme dados acumulados até setembro, da Bahiagás.

E a construção civil segue a tendência nacional, justificada pela redução no nível de ocupação na atividade que, segundo dados de emprego formal, divulgados pelo Ministério do Trabalho, indicaram perda de 2.736

As exportações alcançaram US\$ 7,4 bilhões e estão 18,1% acima do total registrado em igual período de 2016, enquanto que as importações foram de US\$ 6,5 bilhões, 12,8% maiores se comparadas ao mesmo período do ano passado

postos de trabalho no período de janeiro a outubro de 2017 (BRASIL, 2017). Esse setor foi prejudicado pela conjuntura desfavorável de queda da renda e do crédito habitacional. Como o mercado imobiliário encontra-se ainda deprimido e com muita oferta excedente, o governo estadual assume papel de destaque no estímulo à atividade da construção, conduzindo os projetos de infraestrutura.

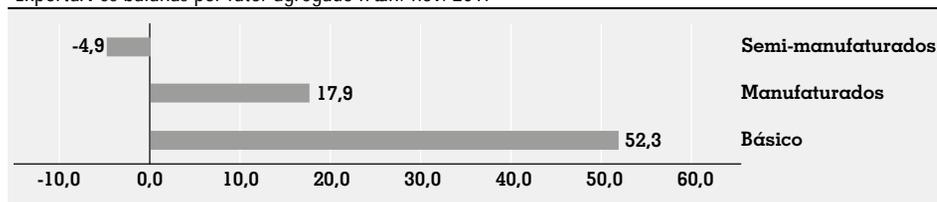
COMÉRCIO EXTERIOR

A Bahia apresentou superávit de US\$ 865,4 milhões em sua balança comercial, com base nos dados acumulados até o mês de novembro, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), divulgadas no Boletim de Comércio Exterior (2017) da SEI. As exportações alcançaram US\$ 7,4 bilhões e estão 18,1% acima do total registrado em igual período de 2016, enquanto que as importações foram de US\$ 6,5 bilhões, 12,8% maiores se comparadas ao mesmo período do ano passado. A corrente de comércio exterior do estado alcançou US\$ 14,0 bilhões, superando em 15,5% o resultado para igual período de 2016.

Os segmentos mais beneficiados das exportações baianas foram os produtos básicos, impulsionados pela recuperação da produção agrícola, cujas vendas externas registraram crescimento de 52,3% no acumulado até novembro, na comparação com o mesmo período de 2016 (Gráfico 5) (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR, 2017).

Gráfico 5

Exportações baianas por fator agregado n.º jan.-nov. 2017

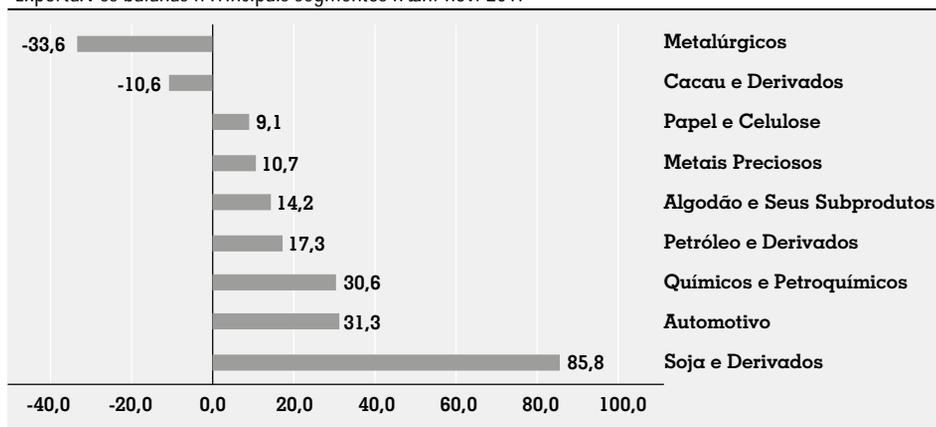


Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 06/12/2017. Elaboração: SEI.

Os embarques foram realizados principalmente por derivados de soja (grão, farelo e óleo) com vendas de US\$ 1,4 bilhão e incremento de 85,8% em relação ao mesmo período do ano passado (Gráfico 6). O volume embarcado da oleaginosa chegou a 3,9 milhões de toneladas até novembro, alcançando recorde histórico. Além da maior produção em relação ao ano passado, quando houve perdas significativas decorrentes do período da seca, os embarques do produto, reduzidos desde o

Gráfico 6

Exportações das baianas nos Principais segmentos em jan.-nov. 2017



Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 06/12/2017.
Elaborado: SEI.

fim de 2016, ganharam impulso desde maio em razão da maior demanda por soja por parte da China, responsável por 81,2% dos embarques até novembro, e do aumento de suas cotações no mercado internacional (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR, 2017).

As vendas de produtos manufaturados cresceram 17,8%, comparadas ao mesmo período do ano anterior. O setor químico/petroquímico teve incremento de 30,5%, o de derivados de petróleo cresceu 17,3%, enquanto o automotivo, duramente atingido em 2016, teve expansão de 31,3%.

O câmbio mais competitivo desde meados do ano passado reorientou as vendas do setor automotivo ao exterior, que cresceu 31,6% em volume físico. O mercado da Argentina teve importância absoluta no segmento, sendo responsável por 80,8% do valor das compras de automóveis.

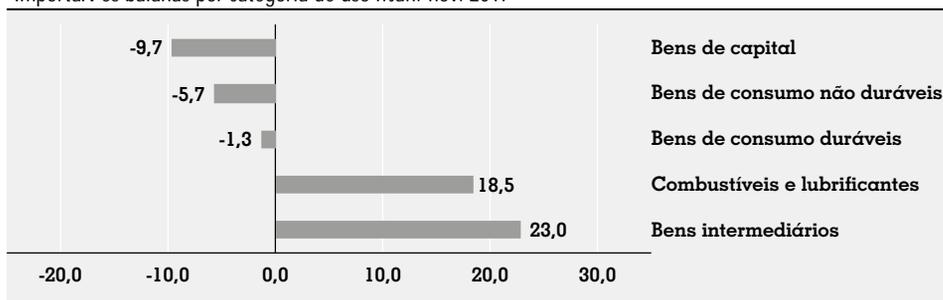
As importações acumularam US\$ 6,5 bilhões, com base nos dados acumulados até o mês de novembro, o que representa um crescimento de 12,8% sobre o mesmo período de 2016 (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR, 2017). O incremento das compras externas no ano deve-se, além do aumento nas compras de combustíveis (18,5%), ao incremento em 11,1% do *quantum* importado, principalmente de matérias-primas, como minério de cobre e insumos, para a indústria química; do aumento das compras de peças e acessórios para indústria automotiva; e da baixa base de comparação, uma vez que houve forte retração da atividade econômica em 2016 (Gráfico 7).

As compras de bens intermediários tiveram um crescimento de 23,0%, resultado da alta reposição de matérias-primas pela indústria e, principalmente, da baixa base de comparação, pois o ano passado foi marcado pela forte contração da economia e da atividade industrial. Conside-

O setor químico/petroquímico teve incremento de 30,5%, o de derivados de petróleo cresceu 17,3%, enquanto o automotivo, duramente atingido em 2016, teve expansão de 31,3%

Gráfico 7

Importações baianas por categoria de uso em Jan.-nov. 2017



Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 06/12/2017.
Elaboração: SEI.

Quando se trata das compras de bens de capital, termômetro de investimentos no parque produtivo, estas apresentaram queda de 9,7%, reflexo da lenta recuperação do ritmo de atividade econômica e da paralisação dos investimentos.

SETOR DE SERVIÇOS E COMÉRCIO VAREJISTA

O valor adicionado de serviços do estado teve queda de 0,2% no acumulado até o terceiro trimestre de 2017, na comparação com o do mesmo período do ano anterior. O desempenho do setor foi influenciado pela Administração pública (-0,8%) e os Transportes (-4,3%), enquanto as demais atividades tiveram resultados positivos: Comércio atacadista e varejista (1,4%) e Atividades imobiliárias (1,3%) (Gráfico 1).

Com base nos resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (2017) do IBGE (Tabela 1), houve queda de 4,5% no volume de serviços no acumulado até outubro. Observa-se que a pesquisa acompanha somente 1/3 das atividades que compõem o valor adicionado do setor de serviços. Tal resultado foi atribuído à queda nas atividades de serviços profissionais, administrativos e complementares (-17,3%), de serviços prestados às famílias (-1,8%) e de serviços de informação e comunicação (-4,2%).

Tabela 1

Volume de serviços em Bahia em Jan.-out. 2017

Atividades de serviços	%
Total	-4,5
Serviços prestados às famílias	-1,8
Serviços de informação e comunicação	-4,2
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-17,3
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	3,4
Outros serviços	-8,3

Fonte: IBGE em Pesquisa Mensal de Serviços.
Elaboração: CAC/SEI.

No comércio, as vendas do varejo ampliado no país cresceram 3,2% no acumulado do ano até outubro de 2017. De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (2017), divulgada pelo IBGE, comparadas ao mesmo período do ano anterior, esse crescimento foi de 0,3% na Bahia. Apesar de tímido, o crescimento no varejo baiano é resultado do comportamento dos segmentos de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção que registraram, no acumulado do ano, crescimento de 3,4% e 5,3%, respectivamente. Esse comportamento revela que os segmentos atrelados à confiança e ao crédito têm tido desempenho mais robusto que aqueles dependentes da renda. A confirmação dessa prerrogativa é confirmada, quando se analisam, de forma mais detalhada, as razões para o comportamento do comércio varejista restrito nos últimos meses na Bahia.

As vendas do comércio varejista restrito baiano apresentaram queda de 1,5%, na mesma base de comparação. Dos oito segmentos que compõem o setor apenas três registraram comportamento negativo (Tabela 2).

A análise por atividade indica que, em 2017, o segmento mais comprometido no âmbito do comércio varejista foi o de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-13,7%), seguido por Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (-5,8%) e Combustíveis e lubrificantes (-2,9%).

O comportamento de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo chamou a atenção ao longo do ano. Segmento de maior peso para o indicador de volume de vendas, essa ati-

O crescimento no varejo baiano é resultado do comportamento dos segmentos de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção

Tabela 2

Volume de vendas do comércio varejista na Bahia em jan.-out. 2017⁽¹⁾

Atividade	%
Comércio varejista	-1,5
1 - Combustíveis e lubrificantes	-2,9
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-13,7
2.1 - Hipermercados e supermercados	-14,3
3 - Tecidos, vestuário e calçados	6,5
4 - Móveis e eletrodomésticos	25,3
4.1 - Móveis	2,6
4.2 - Eletrodomésticos	30,3
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	-5,8
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	4,6
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	24,8
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	7,0
Comércio Varejista Ampliado ⁽²⁾	0,3
9 - Veículos, motos, partes e peças	3,4
10 - Material de construção	5,3

Fonte: IBGE em Pesquisas Mensal do Comércio.

Elaboração: CAC/SEI.

Notas: (1) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(2) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

O desempenho positivo da maioria dos segmentos esteve atrelado ao crescimento da ocupação aliado à queda da inflação, que proporcionou ganhos reais de massa salarial e beneficiou o consumo

vidade registrou quedas consecutivas nas vendas desde maio de 2015. Provavelmente, essa trajetória se deve à mudança de comportamento do consumidor, que está preferindo comprar em estabelecimentos de atacados, os quais não fazem parte da amostra da pesquisa. Ou ainda, em função da contração do nível de atividade econômica, o consumidor tenha se tornado mais seletivo nos seus gastos, cortando bens considerados supérfluos da sua lista de consumo, além de optar por realizar suas compras em mercadinhos de bairro.

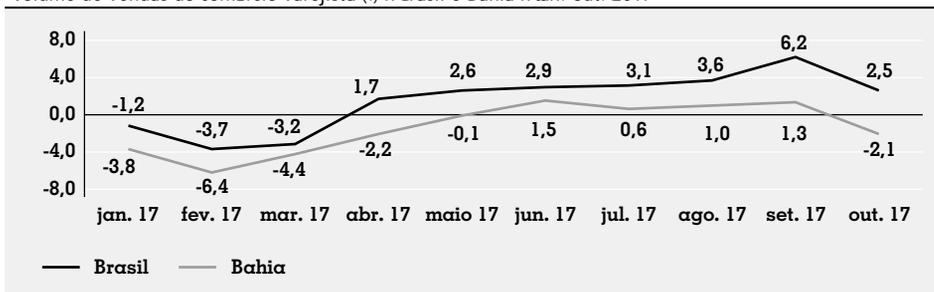
O segmento de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria, juntamente com Combustíveis e lubrificantes, também comprometeu as vendas do setor. A queda nas vendas, no primeiro caso, pode estar associada à moderação nos gastos com produtos supérfluos, restringindo o consumo aos produtos necessários, como remédios. Enquanto, no segundo, a redução no consumo deveu-se às oscilações nos preços dos combustíveis, verificadas ao longo do ano.

Em contraposição ao desempenho registrado por esses segmentos, tem-se o de Móveis e eletrodomésticos, que expandiu 25,3% no acumulado até outubro. O seu comportamento foi determinante para trazer novas perspectivas para o setor. No subgrupo, destaca-se o desempenho registrado por *eletrodomésticos* que acumulou no ano um crescimento de 30,3%, comparado ao de *móveis* que registrou expansão de 2,6% nas vendas.

Diante do exposto, verifica-se que o comércio varejista já apresenta leve recuperação, uma vez que a despeito da taxa negativa para o mês de outubro, observou-se, ao longo ano de 2017, que o setor saiu da zona de variação negativa. (Gráfico 8). O desempenho positivo da maioria dos segmentos esteve atrelado ao crescimento da ocupação aliado à queda da inflação, que proporcionou ganhos reais de massa salarial e beneficiou o consumo. Os saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) também foram positivos para o varejo.

Gráfico 8

Volume de vendas do comércio varejista (1) em Brasil e Bahia em jan.-out. 2017



Fonte: IBGE em Pesquisa Mensal do Comércio.

Elaborado: CAC/SEI.

(1) Variação mensal, em relação ao mesmo mês anterior.

Quando se observa o comportamento dos segmentos de Móveis e eletrodomésticos, de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção, percebe-se uma nova perspectiva para o setor em 2018 que vai de encontro ao desempenho do setor no ano de 2017. Pois esses segmentos dependem da taxa de juros praticada às pessoas físicas e da recomposição da massa de rendimentos reais, além do fato de as compras serem normalmente realizadas a prazo, visto que comercializam bens de maior valor agregado.

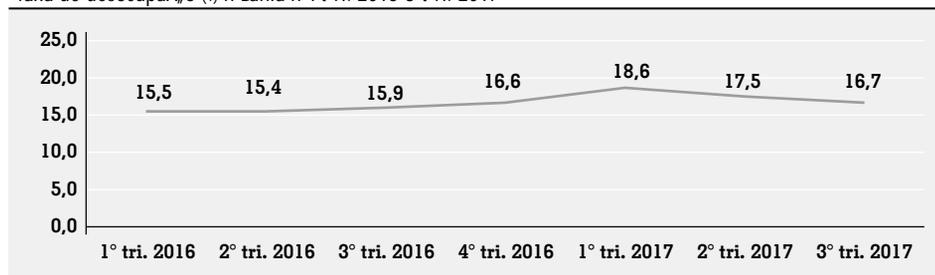
MERCADO DE TRABALHO

Em 2017, o mercado de trabalho baiano manteve elevada a taxa de desemprego, mas o saldo de empregos formais foi positivo, conforme pode ser observado a partir dos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2017), do IBGE, e do Cadastro de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (BRASIL, 2017).

A taxa de desocupação, apurada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2017) do IBGE para a Bahia, passou de 15,9% no terceiro trimestre de 2016 para 16,7% no terceiro trimestre de 2017, registrando aumento de 0,8 p.p. ao longo do período. No entanto, no mesmo terceiro trimestre de 2017 ocorreu queda da taxa de desocupação de 0,9 p.p., em comparação ao segundo trimestre de 2017. A trajetória dessa taxa a partir de 2016 pode ser observada no Gráfico 9.

Gráfico 9

Taxa de desocupação (1) na Bahia - 1º tri. 2016-3º tri. 2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaborado: CAC/SEI.

(1) Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência.

Com relação à taxa de participação na força de trabalho para a Bahia, registrou-se decréscimo tanto na comparação anual, passando de 59,5% para 58,1%, como no terceiro trimestre de 2017, se comparado ao período exatamente anterior, quando a taxa passou de 59,2% para 58,1%.

A taxa de desocupação [...], passou de 15,9% no terceiro trimestre de 2016 para 16,7% no terceiro trimestre de 2017, registrando aumento de 0,8 p.p. ao longo do período

A população ocupada na Bahia reduziu 1,8% no terceiro trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto, na média nacional, houve aumento de 1,6% na mesma comparação

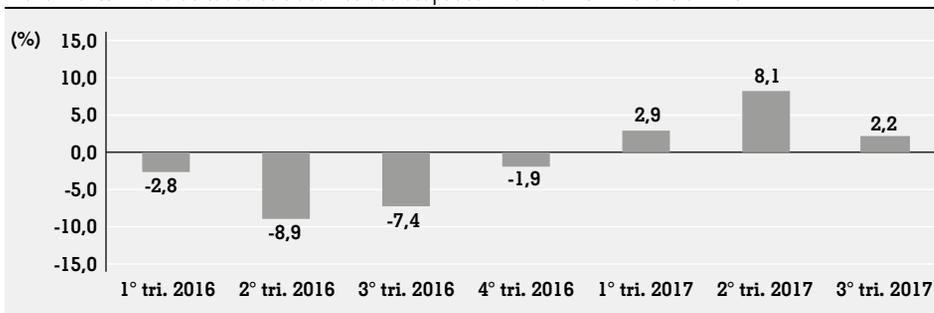
A população ocupada na Bahia reduziu 1,8% no terceiro trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto, na média nacional, houve aumento de 1,6% na mesma comparação. No que diz respeito à distribuição setorial da população ocupada na Bahia, os resultados apontam desempenho desfavorável no confronto entre valores do terceiro trimestre de 2017 e o de 2016, com destaque para os segmentos de Construção (-15,4%), Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-8,7%) e Comércio e reparação de veículos (-1,8%).

Na análise da população ocupada assalariada quanto à posição na ocupação, verificou-se que os empregados no estado com carteira assinada baiana registraram redução de 0,8% no terceiro trimestre de 2017, em relação ao mesmo período do ano anterior. Os empregados sem carteira assinada, por sua vez, aumentaram em 2,0%.

Na Bahia, o rendimento médio real (em todos os trabalhos) aumentou para os ocupados (2,2%) na comparação entre o terceiro trimestre de 2017 e o mesmo trimestre de 2016 (Gráfico 10). Da mesma forma, a massa de rendimentos reais (em todos os trabalhos) cresceu 0,2% na comparação entre o terceiro trimestre de 2017 e o terceiro de 2016 (Gráfico 11).

Gráfico 10

Rendimento médio de todos os trabalhos dos ocupados na Bahia no 1º t.ri. 2016-3º t.ri. 2017



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaborado: CAC/SEI.

Nota: usa o deflator do mês do meio do último trimestre de coleta divulgado.

(1) Rendimento médio de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

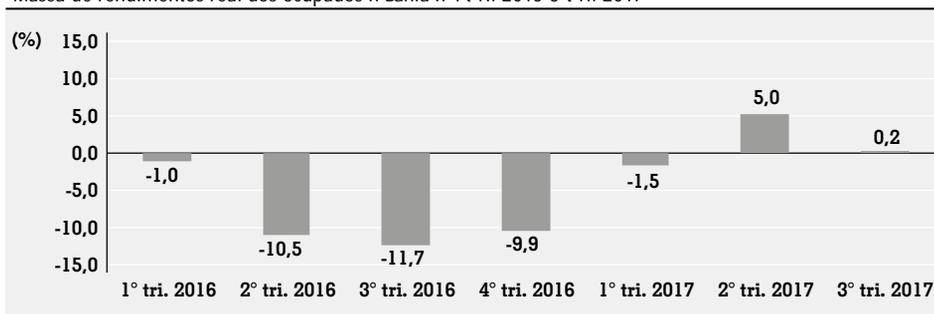
O aumento da massa salarial em 2017 refletiu principalmente a dinâmica favorável da taxa de inflação. No acumulado dos últimos 12 meses até setembro, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (2017) do IBGE foi de 2,54%. Nesse mesmo período, em 2016, essa taxa era de 8,48%.

Quanto ao emprego formal, no período de janeiro a outubro de 2017, a Bahia gerou 14.228 postos de trabalho, de acordo com os dados do Caged (BRASIL, 2017) divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego¹,

¹ Dados divulgados em novembro de 2017.

Gráfico 11

Massa de rendimentos real dos ocupados ã Bahia ã 1 t ri. 2016-3 t ri. 2017



Fonte: IBGE ã Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

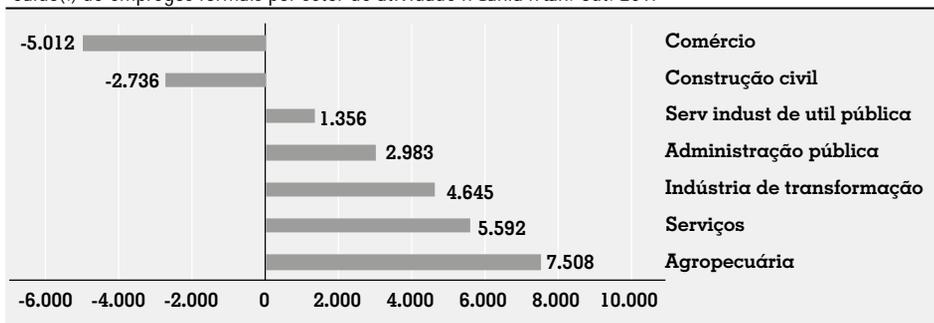
Elaboraã, o: CAC/SEI.

Nota: usa o deflator do mÍ s do meio do ã ltimo trimestre de coleta divulgado.

(1) Massa de rendimento de todos os trabalhos, efetivamente recebido por mÍ s, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referê ncia.

Gráfico 12

Saldo(1) de empregos formais por setor de atividade ã Bahia ã jan.-out. 2017



Fonte: MTE ã Cadastro Central de Empregados e Desempregados (Caged).

Elaboraã, o: CAC/SEI.

Notas: (1) Saldo líquido = admitidos e desligados. Todos os setores incluídos.

(2) Dados ajustados até setembro de 2017.

o que corresponde à variação percentual do estoque de emprego de 0,84%, acima da média nacional (0,79%) e nordestina (0,19%). No país, houve um ganho de 302.189 postos e, no Nordeste, de 11.809 postos.

Setorialmente, a agropecuária, com 7.508 vagas, respondeu pelo maior saldo de empregos. O setor de serviços apurou um saldo positivo de 5.592 postos de trabalho, e a indústria de transformação contabilizou aumento de 4.645 postos de trabalho. Em sentido contrário, o comércio perdeu 5.012 novos empregos, enquanto a construção civil registrou menos 2.736 vagas. Por sua vez, os serviços industriais de utilidade pública apuraram um resultado de -1.683 vagas de emprego. Outro setor que apresentou saldo negativo foi o de extrativa mineral, com -1.139 postos de trabalho perdidos em 2017 (BRASIL, 2017)². O Gráfico 12 ilustra esses dados.

2 Dados divulgados em outubro de 2017.

Os indicadores analisados apontam resultados ainda insuficientes para confirmar a retomada do mercado de trabalho baiano em 2017, com exceção da massa de rendimentos que reflete ganhos com a queda da inflação

Os indicadores analisados apontam resultados ainda insuficientes para confirmar a retomada do mercado de trabalho baiano em 2017, com exceção da massa de rendimentos que reflete ganhos com a queda da inflação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da conjuntura macroeconômica evidenciou um cenário um pouco mais favorável no que se refere às questões econômicas e seus desdobramentos para o país e para a Bahia em 2017. As expectativas para a economia brasileira são de que o PIB deverá atingir crescimento de 0,7% em 2017 e 2,6% em 2018.

No contexto macroeconômico, a expectativa sustenta-se na manutenção da taxa Selic no patamar de 7,0% em 2018, por parte do Banco Central, a qual propiciará condições favoráveis ao financiamento de despesas de consumo e investimento (RELATÓRIO DE INFLAÇÃO, 2017). Para tanto, a taxa de inflação deverá permanecer dentro da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional. Ressalta-se que a retomada do crescimento da economia brasileira depende muito do ajuste fiscal e da percepção de risco em relação à sustentabilidade das contas públicas.

As perspectivas elaboradas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) indicam para a economia baiana, a partir de 2018, retomada na produção, nas vendas internas e externas, na geração de empregos e nas receitas tributárias, com crescimento mais robusto do que o observado em 2017. Em 2018, todos os setores de atividade deverão contribuir para o aumento do PIB.

Tendo em vista o forte crescimento da atividade agropecuária em 2017, a contribuição do setor para 2018 deverá manter-se positiva, mas com taxa menos expressiva. As primeiras estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS, 2017) apontam para uma taxa de crescimento da produção baiana na margem, podendo chegar a 2,7% em relação à safra de 2017, algo em torno de 8,6 milhões de toneladas de grãos. Pelas características da própria atividade, o comportamento do clima, no tocante às temperaturas e à regularidade na distribuição das chuvas, será determinante para o desempenho do setor.

Na indústria, a atividade deverá apresentar resultados positivos, condicionada à elevada capacidade ociosa, aos baixos estoques, à demanda interna e externa aquecida e aos juros mais baixos. Mas o crescimento do setor ainda deverá ser suave, apesar da baixa base de comparação, pois a construção civil e a extrativa mineral ainda deverão exibir desempenho aquém da indústria de transformação.

O principal fator a compensar esse cenário está na atração de investimentos, que poderá influenciar o desempenho de setores importantes para a indústria baiana, a exemplo de energia, alimentos, petroquímica entre outros. Para o orçamento de 2018 estão previstos investimentos de R\$ 3,5 bilhões, considerando-se todas as fontes de recursos.

As perspectivas para o setor de serviços e comércio estão pautadas pela retomada da produção industrial, associada à manutenção da inflação e de taxas de juros mais baixas, aumento do crédito e aumento do poder aquisitivo. O aumento da ocupação deverá proporcionar ganhos reais de massa salarial, impulsionando o consumo. Há expectativas de que a retração da taxa de juros favoreça o financiamento para aquisição de bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos.

O cenário internacional tem-se mostrado benéfico, na medida em que a atividade econômica global vem recuperando-se sem pressionar em demasia as condições financeiras nas economias avançadas. Neste sentido, tanto os EUA quanto outras economias avançadas, principalmente as europeias, vêm dando mostras de reestabelecimento. As previsões são de crescimento do PIB mundial em 2018, com taxa de 3,7%, segundo projeção do último relatório do FMI em outubro de 2017 (WORLD ECONOMIC OUTLOOK, 2017).

Nesse contexto, a taxa de crescimento da economia baiana tende a se aproximar da média nacional em 2018. Espera-se que um ambiente político menos conturbado e a maior confiança dos agentes econômicos estimulem os investimentos do setor privado, sobretudo em infraestrutura (portos, aeroportos, ferrovias e rodovias), com intuito de alavancar o crescimento da economia baiana nos próximos anos, assegurando, assim, ganhos sociais fundamentais para mitigar os efeitos da crise sobre a população baiana.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS. Brasília: Conab, v. 5, n. 2, nov. 2017. Segundo levantamento. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_12_01_09_55_21_boletim_de_grao_-_20_lev_2017.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2017.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. *Dados estatísticos mensais*. out. 2017. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/wwwanp/dados-estatisticos>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Notas do Copom. Brasília: Bacen, dez. 2017. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ATACOPOM>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

BOLETIM: acompanhamento de safras. Salvador: SEI, nov. 2017. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1459&Itemid=166>. Acesso: 8 dez. 2017.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, nov. 2017. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_nov_2017.pdf>. Acesso em: 15 dez.2017.

BOLETIM MENSAL DO CAGED. Salvador: SEI, out. 2017. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_out17.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BONFANTI, Cristiane SIMÃO, Edna. *Déficit primário do setor público consolidado dobra em novembro*. dez. 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4819036/deficit-primario-do-setor-publico-consolidado-dobra-em-novembro>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Brasília: MTE, out. 2017. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/caged>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

EUROSTAT. *News releases: GDP*. Bruxelas: Comissão Europeia, 2017. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/web/national-accounts/publications/news-releases>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

INDICADORES IBGE: contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, jul./set. 2017. 3º trimestre. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201703caderno.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL. Salvador: SEI, v. 8, n. 3, jul./set. 2017. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2017_3.p>. Acesso em: 16 dez. 2017.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, v. 30, n. 9, nov. 2017. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_\[mensal\]/Fasciculo/lspa_201711.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_[mensal]/Fasciculo/lspa_201711.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2017.

PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL: 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física: regional. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2017. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpf/regional/default.shtm>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2017. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/comerc/default.asp>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

PESQUISA MENSAL DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/bahia>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 3º trimestre. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm>. Acesso em: 20 dez. 2017.

RELATÓRIO DE INFLAÇÃO. Brasília: Banco Central, v. 19, n. 4, dez. 2017. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/direita.asp?idioma=P&ano=2017&acaoAno=ABRIR&mes=12&acaoMes=ABRIR>>. Acesso: 21 dez. 2017.

ROSAS, Rafael. *Brasil está em recessão desde 2º trimestre de 2014, nota comitê da FGV*. ago. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4163592/brasil-esta-em-recessao-desde-2-trimestre-de-2014-nota-comite-da-fgv>>. Acesso em: 30 out. 2017.

SISTEMA DE ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm>. Acesso em: 19 dez. 2017.

WORLD ECONOMIC OUTLOOK: *Seeking sustainable growth: short-term recovery, long-term challenges*. Washington: IMF, Oct. 2017. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2017/09/19/world-economic-outlook-october-2017>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

RESUMO

A liderança econômica da Bahia na Região Nordeste está para ser perdida, previu o governador de Pernambuco, Paulo Câmara, em entrevista à revista Carta Capital em 2014. Isto é verdade? A trajetória que resultou nessa liderança permitiu que a Bahia revertesse o histórico de desigualdades sociais que caracteriza sua evolução econômica? Quais as fragilidades atuais e as perspectivas para que a economia baiana ganhe uma nova dinâmica? A análise feita neste artigo indica que a Bahia ainda mantém a liderança econômica regional, mas sua distância com relação a Pernambuco vem diminuindo e, no *ranking* dos maiores PIB do país, foi ultrapassada por Santa Catarina. Além disso, a Bahia ainda não conseguiu superar a forte concentração setorial e espacial e as grandes desigualdades sociais que marcam sua evolução econômica; existem sérias fragilidades a ser enfrentadas, mas também oportunidades, a exemplo de um conjunto de investimentos, alguns deles estruturantes, que podem gerar uma nova dinâmica para a economia local.

Palavras-chave: Economia baiana. Liderança econômica. Desigualdades sociais.

ABSTRACT

In 2014, during an interview with Carta Capital magazine, Pernambuco's governor, Paulo Câmara predicted that Bahia's economic leadership in the Northeast region is to be lost. Is it true? Has the trajectory that resulted in this leadership allowed Bahia to revert the history of social inequalities that characterizes its economic evolution? What are the current weaknesses and the prospects for the local economy to gain a new dynamism? The analysis made in this article indicates that Bahia still maintains the regional economic leadership, but its distance from Pernambuco has been decreasing and, in the ranking of the country's largest GDP, it was surpassed by Santa Catarina. Furthermore, Bahia has still not been able to overcome the strong sectoral and spatial concentration and the great social inequalities that mark its economic evolution, there are serious weaknesses to be faced, but also opportunities, such as a set of investments, some of them structuring ones, that can generate new dynamics for the local economy.

Keywords: Bahian Economy. Economic leadership. Social inequalities.

Bahia: liderança econômica regional e desigualdade social

OSWALDO GUERRA

Doutorado em Ciências Econômicas, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); mestre em Economia, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e especialista em Desenvolvimento Econômico, pela Vanderbilt University. Professor-associado 4 aposentado da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e conselheiro do Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-BA). oguerra@ufba.br

O ANO de 2016 foi mais difícil para a economia baiana que para a média da economia brasileira. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2017a), a contração do Produto Interno Bruto (PIB) estadual chegou a uma taxa negativa de 4,9%, maior que a registrada no PIB brasileiro (-3,6%). Os três setores da atividade econômica (agropecuária, indústria e serviços) recuaram em 2016. O tombo do PIB baiano, quando comparado com o do PIB brasileiro, é explicado pela grande retração do setor agropecuário, bem maior na Bahia (-20,6%) que no Brasil (-6,6%), um reflexo da forte seca no Nordeste. Na indústria, a variação negativa foi de 7,7%. Já nos serviços, que responderam por 71% da economia baiana, a queda foi de 2,5%. Em 2015, a economia baiana já tinha encolhido 3,3% e, em 2014, o crescimento foi de apenas 0,5%.

Tendo em vista esse desempenho recente da economia baiana e a atração nos últimos anos de importantes investimentos por outras economias nordestinas, a exemplo de Pernambuco, Ceará e Maranhão, a liderança econômica da Bahia na região está para ser perdida, como previa o governador de Pernambu-

Constata-se que, entre 2006 e 2016, o desempenho anual do PIB baiano só foi melhor que o do PIB brasileiro nos anos de 2012 (3,0% contra 1,9%), 2014 (2,3% contra 0,5%) e 2015 (-3,3% contra -3,8%)

co, Paulo Câmara, em entrevista à revista Carta Capital em 2014? A trajetória que resultou nessa liderança permitiu que a Bahia reverteresse o histórico de desigualdades sociais que caracteriza sua evolução econômica? Quais as fragilidades atuais e as perspectivas para que a economia baiana ganhe uma nova dinâmica?

O objetivo deste artigo é responder a essas questões. Para tanto, além dessa introdução, há mais três seções. Na próxima, com o intuito de responder à primeira questão, compara-se os desempenhos do PIB do Brasil, da Bahia e de alguns estados brasileiros. O período de análise é ampliado para que essa comparação não seja fortemente influenciada pela atual crise econômica brasileira e pela seca que aflige a Região Nordeste. Na terceira seção, indicadores econômicos e sociais são usados para dar conta da segunda questão. Como feito na seção anterior, a Bahia é comparada com outras unidades da Federação. Por fim, na última seção, a terceira questão é abordada ao se listar e comentar as fragilidades e perspectivas para a economia baiana.

LIDERANÇA REGIONAL

A Tabela 1 expõe as taxas de crescimento anuais e acumuladas do PIB brasileiro e baiano. Examinando-se os dados, constata-se que, entre 2006 e 2016, o desempenho anual do PIB baiano só foi melhor que o do PIB brasileiro nos anos de 2012 (3,0% contra 1,9%), 2014 (2,3% contra 0,5%) e 2015 (-3,3% contra -3,8%). Considerado todo o período, o crescimento acumulado do PIB local (20,4%) ficou abaixo do PIB nacional (26,6%), e, necessariamente, o crescimento médio (1,70%) também foi inferior ao brasileiro (2,17%).

Tabela 1

Taxa de crescimento anual e acumulada ñ Brasil e Bahia ñ 2006-2016

Ano	PIB Brasil anual	PIB Brasil acumulado	PIB Bahia anual	PIB Bahia acumulado
2006	4,0	4,0	3,0	3,0
2007	6,1	10,3	4,9	8,0
2008	5,1	15,9	5,1	13,5
2009	- 0,1	15,7	- 0,3	13,2
2010	7,5	24,5	6,1	20,2
2011	4,0	29,4	2,1	22,6
2012	1,9	31,9	3,0	26,3
2013	3,0	35,9	1,3	27,9
2014	0,5	36,5	2,3	30,9
2015	- 3,8	31,3	- 3,3	26,6
2016	- 3,6	26,6	- 4,9	20,4

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2017a).

Tabela 2

Variação real em % do PIB ã Brasil e estados do Nordeste ã 2003-2014

Ano	BR	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
2003	1,1	5,0	5,7	1,3	2,4	5,2	-2,7	- 1,1	2,6	2,3
2004	5,8	7,2	7,7	5,2	4,1	3,5	5,1	6,0	6,5	9,4
2005	3,2	5,9	3,9	2,5	2,4	2,7	4,3	3,6	4,3	4,1
2006	4,0	3,6	5,6	8,2	3,0	7,7	4,9	2,8	4,3	3,0
2007	6,1	7,0	5,4	3,1	3,0	2,2	5,4	5,2	6,3	4,9
2008	5,1	5,0	6,2	7,9	4,3	4,5	4,9	6,8	2,6	5,1
2009	- 0,1	0,6	6,3	0,4	1,2	1,4	1,6	1,0	4,3	- 0,3
2010	7,5	8,2	4,2	6,8	4,1	10,5	7,2	5,3	5,8	6,1
2011	4,0	6,5	5,2	3,9	5,4	5,7	4,5	4,7	4,8	2,1
2012	1,9	4,3	6,1	1,6	0,6	4,1	3,9	2,0	1,5	3,0
2013	3,0	5,6	2,3	5,1	4,5	5,8	2,9	0,4	1,0	1,3
2014	0,5	3,9	5,3	4,2	1,6	2,9	1,9	4,8	0,4	2,3

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2017a).

A Bahia, até 2010, possuía a sexta maior economia do país, superada nesse ranking por São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná

Ao se ampliar a análise para toda a economia nordestina, incorporando-se o período 2003 a 2005, exceto os dados dos anos 2015 e 2016, por não estarem disponíveis nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da SEI para o conjunto dos estados do Nordeste, verifica-se, na Tabela 2, que em vários anos, entre 2003 e 2014, alguns estados da região cresceram mais que a Bahia.

Nesses estados, isto decorreu do impacto de políticas assistenciais federais sobre uma base muito pequena e/ou pela atração de importantes investimentos, como foram os casos de Pernambuco (Complexo Portuário de Suape, fábrica da Fiat, Refinaria do Nordeste, plantas petroquímicas, estaleiro), Ceará (Complexo Portuário de Pecém, produção de energia eólica, Companhia Siderúrgica do Ceará) e, em uma menor dimensão, Maranhão (Porto do Itaqui, produção de celulose e os empreendimentos da Vale e da Alumina). O Maranhão, Ceará e Pernambuco não cresceram mais que a Bahia apenas em 2004 e 2008, 2003, 2004, 2005, 2007 e 2008, e 2003, 2004 e 2008, respectivamente.

Em que pese a captação de recursos por esses três estados, a Bahia também atraiu importantes investimentos, a exemplo, entre outros, do polo acrílico e de fábricas de celulose e fertilizantes. Todavia, isso não impediu que ela perdesse posição relativa em termos de participação no PIB nacional. Como se verifica na Tabela 3, a Bahia, até 2010, possuía a sexta maior economia do país, superada nesse ranking por São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. A partir de 2011, Santa Catarina empurra a Bahia para a sétima posição.

A contribuição baiana para o PIB brasileiro, ao longo do período 2003-2014, oscilou entre 4,1% e 3,8%, já a de Santa Catarina exibiu uma tra-

A mudança é naturalmente lenta, mas a tendência é clara. A Bahia perde importância, o oposto de Santa Catarina

Tabela 3

Posição relativa e participação percentual no PIB no Brasil e estados selecionados em 2003-2014

Ano	SP	RJ	MG	RGS	PR	BA	SC	PE	CE
2003	1°	2°	3°	4°	5°	6° (3,9%)	7° (3,7%)	10° (2,3%)	11° (1,9%)
2004	1°	2°	3°	4°	5°	6° (4,0%)	7° (3,7%)	10° (2,3%)	13° (1,9%)
2005	1°	2°	3°	4°	5°	6° (4,1%)	7° (3,8%)	10° (2,3%)	12° (1,9%)
2006	1°	2°	3°	4°	5°	6° (4,0%)	7° (3,8%)	10° (2,3%)	12° (1,9%)
2007	1°	2°	3°	4°	5°	6° (4,0%)	7° (3,8%)	10° (2,3%)	13° (1,9%)
2008	1°	2°	3°	4°	5°	6° (3,9%)	7° (3,9%)	11° (2,3%)	13° (1,9%)
2009	1°	2°	3°	4°	5°	6° (4,1%)	7° (3,9%)	10° (2,4%)	12° (2,0%)
2010	1°	2°	3°	4°	5°	6° (4,0%)	7° (4,0%)	10° (2,5%)	13° (2,0%)
2011	1°	2°	3°	4°	5°	7° (3,8%)	6° (4,0%)	10° (2,5%)	13° (2,0%)
2012	1°	2°	3°	4°	5°	7° (3,8%)	6° (4,0%)	10° (2,7%)	13° (2,0%)
2013	1°	2°	3°	4°	5°	7° (3,8%)	6° (4,0%)	10° (2,7%)	13° (2,0%)
2014	1°	2°	3°	4°	5°	7° (3,9%)	6° (4,2%)	10° (2,6%)	12° (2,2%)

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2017a).

jetória crescente, aumentando de 3,7% para 4,2%. A mudança é naturalmente lenta, mas a tendência é clara. A Bahia perde importância, o oposto de Santa Catarina.

Quanto às participações percentuais das três maiores economias nordestinas no PIB brasileiro, nota-se que a da Bahia oscila entre 3,8% e 4,1%, a de Pernambuco entre 2,3% e 2,7%, e a do Ceará entre 1,9% e 2,2% (Tabela 3). Pernambuco manteve-se, em todo o período, na décima posição, com exceção do ano de 2008 quando caiu para a décima primeira colocação, e o Ceará oscilou entre a décima primeira e décima terceira posição. Em 2014, esse estado ficou em décimo segundo lugar. Nos dois anos extremos da série (2003 e 2014), a participação da Bahia esteve inalterada, enquanto a de Pernambuco e a do Ceará subiram, respectivamente, de 2,3% para 2,6% e de 1,9% para 2,2%. Ou seja, as tendências foram diferentes. A Bahia ficou onde estava e os percentuais de Pernambuco e Ceará avançaram.

A Tabela 4 mostra a participação das grandes regiões no PIB brasileiro e a dos principais estados do Nordeste no PIB da região. Entre 2003 e 2014, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste aumentaram sua participação relativa. O maior ganho coube à Região Nordeste, cuja contribuição para o PIB brasileiro cresceu de 12,8% para 13,9% no período, e a maior perda foi a da Região Sudeste. Sua participação, ainda muito alta, caiu de 56,5% para 55%.

Quando se restringe a análise à contribuição dos estados nordestinos para o PIB regional, observa-se que, entre 2003 e 2014, a de Pernambuco saltou de 17,6% para 19,2% e a do Ceará de 14,8% para 15,7%. Houve, sem dúvida, um aumento na contribuição de Pernambuco e Ceará

Tabela 4

PIB em R\$ bilhões e Regiões e unidades da Federação 2003/2014

Brasil, regiões, unidades	2003	2014
Brasil	1.718,1 (100%)	5.779,0 (100%)
Norte	81,6 (4,7%)	308,1 (5,3%)
Nordeste	220,6 (12,8%)	805,1 (13,9%)
Bahia	67,2 (30,5%)	223,9 (27,8%)
Pernambuco	38,8 (17,6%)	155,1 (19,2%)
Ceará	32,7 (14,8%)	126,5 (15,7%)
Sudeste	969,8 (56,5%)	3.174,7 (55,0%)
Sul	293,5 (17,1%)	948,5 (16,4%)
Centro-oeste	152,6 (8,9%)	542,6 (9,4%)

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2017a).

para o PIB nordestino e para o PIB brasileiro, como visto na Tabela 3. Isto, todavia, não ameaçou a liderança baiana, em que pese o fato de a participação da Bahia no PIB da região ter caído de 30,5%, em 2003, para 27,8%, em 2014. Pernambuco, que mantém a segunda posição no *ranking* econômico regional, contribuiu em 2014 com 8,6% a menos que a Bahia para o PIB nordestino. Em 2003, essa diferença era de 13%.

Vale destacar que a elevada concentração do PIB nordestino nos três estados mais importantes permaneceu inalterada ao longo do período, apesar de ter ocorrido uma redistribuição desta, com a Bahia perdendo participação. Em 2003, essa concentração foi de 62,9% e, em 2014, de 62,7%.

Enfim, a despeito dos importantes investimentos captados por outros estados nordestinos, especialmente Pernambuco e Ceará, e do desempenho da Bahia nos últimos anos, a liderança econômica baiana na Região Nordeste não foi, por enquanto, ameaçada, ainda que a distância da Bahia com relação ao segundo colocado tenha diminuído.

EVOLUÇÃO ECONÔMICA E QUADRO SOCIAL

A trajetória da economia baiana a partir da segunda metade do século XX tem sido marcada pela concentração econômica – em termos de segmentos industriais (químico/petroquímico, celulose e metalúrgico) e empresariais (poucas empresas respondem por significativa parcela da arrecadação de impostos) – e espacial (em torno da Região Metropolitana de Salvador nas atividades industriais e de serviços).

Essa concentração resultou, fundamentalmente, de um processo de industrialização iniciado nos anos 1950 cuja dinâmica foi caracterizada por Guerra e Teixeira (2000) como sendo exógena e espasmódica. Tal

A liderança econômica baiana na Região Nordeste não foi, por enquanto, ameaçada, ainda que a distância da Bahia com relação ao segundo colocado tenha diminuído

Esse meritório propósito de tentar deter a tendência concentradora do processo de desenvolvimento capitalista não é fácil de alcançar

caracterização aponta, em síntese, que a trajetória de industrialização da Bahia, até o início dos anos 2000, teve momentos marcantes. Eles ocorreram após a realização de blocos de investimentos concentrados no tempo, a partir de intervenções estatais planejadas e a vinda de capitais forâneos. Tais investimentos modificavam a tendência dessa trajetória, gerando ondas de otimismo. Esgotados os efeitos multiplicadores destes e na ausência de uma dinâmica econômica endógena, o processo de industrialização ficou no aguardo de um novo choque exógeno que derrubasse a apatia e despertasse outro período de otimismo.

Na década de 1990, vários empreendimentos industriais (têxtil, calçados, eletrônico, transformação plástica, químico e automobilístico) vieram para a Bahia. Eles foram atraídos por incentivos fiscais e financeiros concedidos pelos governos federal e estadual. Este último forneceu incentivos que envolviam galpões dotados de água, energia, comunicações e acesso viário. No caso dos segmentos têxtil e de calçados, os planejadores estatais buscaram direcioná-los para municípios fora da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Nessa estratégia existia o propósito de tentar desconcentrar as atividades econômicas e criar uma nova feição para a economia baiana. Ela seria marcada pela diversificação/interiorização da indústria e a constituição de aglomerações produtivas que pudessem representar uma alternativa complementar às políticas de atração de investimentos exógenos concentrados na RMS.

Esse meritório propósito de tentar deter a tendência concentradora do processo de desenvolvimento capitalista não é fácil de alcançar. A Tabela 5 identifica a participação dos dez principais municípios baianos na formação do PIB estadual. Eles aumentaram sua participação nesse indicador, de 50% em 2002 para quase 52% em 2014.

Tabela 5

Dez maiores municípios em relação ao PIB Bahia, em R\$ bilhões

Estado/municípios	PIB 2002	(%)	PIB 2014	(%)
Bahia	59,0	100%	224,0	100%
Municípios	29,6	50,3%	116,3	51,6%
Salvador (1)	15,8	27,0%	57,0	25,3%
Camaçari (2)	4,9	8,3%	17,6	7,8%
F. de Santana (3)	2,2	3,7%	11,7	5,2%
L. de Freitas (8, 4)	1,0	1,6%	5,9	2,6%
V. da Conquista (6, 5)	1,1	1,8%	5,4	2,4%
S. Filho (5, 6)	1,1	1,9%	4,4	2,0%
L. E. Magalhães (10, 7)	0,6	1,0%	3,8	1,7%
Itabuna (7, 8)	1,0	1,7%	3,7	1,6%
Ilhéus (4, 9)	1,1	1,9%	3,5	1,5%
Barreiras (9, 10)	0,8	1,4%	3,3	1,5%

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2017b).

Desses dez municípios, quatro pertencem à RMS (Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho). Incorporando-se Feira de Santana à RMS, esses cinco municípios responderam, em 2002, por 42,5% do PIB estadual, participação que cresceu para 43% em 2014. Ou seja, a concentração econômica cresceu e permaneceu espacialmente localizada na RMS ampliada. Ao longo desses anos, a posição dos três mais importantes municípios (Salvador, Camaçari e Feira de Santana) não se alterou.

Em 2014, Salvador, pelas suas características de capital do estado e principal polo de serviços, foi o município que respondeu pela maior participação no PIB (25,3%), seguido por Camaçari (7,8%), com uma economia baseada na indústria de transformação, em especial nos segmentos químico e automotivo. No período, esses dois municípios mantiveram-se nas primeiras posições, ainda que tenham perdido participação relativa. Feira de Santana, por sua vez, ampliou sua participação, de 3,7% em 2002 para 5,2% em 2014. O município, por servir de entroncamento das principais rodovias federais e estaduais que cortam o estado, tem-se destacado como um importante hospedeiro de atividades comerciais e de logística de distribuição. Esses aspectos e a proximidade com Camaçari e Salvador permitiram a atração de empreendimentos para Feira, tais como Pirelli, Klabin, Nestlé e Femsa.

Modificações no *ranking* do PIB estadual ocorreram entre 2002 e 2014. Lauro de Freitas saiu da oitava para a quarta posição, aumentando sua participação de 1,6% em 2002 para 2,6% em 2014, por conta, principalmente, da diversificação de atividades como serviços financeiros, serviços de informação, comércio em geral e lazer. Vitória da Conquista pulou da sexta para a quinta posição, sendo que sua participação cresceu de 1,8% em 2002 para 2,4% em 2014. O município é uma referência regional nos setores de educação, saúde, principalmente, e comércio, atraindo milhares de usuários e consumidores de municípios vizinhos, inclusive de outros estados.

Outra modificação que merece ser citada diz respeito à ausência do município de São Francisco do Conde, que sedia a Refinaria Landulpho Alves, a segunda maior da Petrobras, no *ranking* dos maiores PIB da Bahia. A desastrosa política de controle de preços dos derivados de petróleo adotada no Governo Dilma, com o intuito de evitar pressões inflacionárias, afetou não apenas o caixa da Petrobras, mas também todos os municípios que sediam refinarias. São Francisco do Conde costumava estar entre os maiores PIB da Bahia. De acordo com os dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2017b), em 2010, o município foi o quarto maior PIB do estado (cerca de R\$ 5,3 bilhões). A partir daí sucessivas quedas ocorreram. Em 2013, desapareceu do *ranking* e seu PIB caiu para um valor próximo a R\$ 1,3 bilhão.

Em 2014, Salvador, pelas suas características de capital do estado e principal polo de serviços, foi o município que respondeu pela maior participação no PIB (25,3%), seguido por Camaçari (7,8%)

O destaque negativo foi Ilhéus. Este município e outros em seu entorno garantiram à Bahia e ao Brasil, durante muito tempo, a posição de maior produtor de cacau do mundo

Essa forte queda do PIB deveu-se à elevação do consumo intermediário causado pela alta cotação, em Dólar, do barril de petróleo naquele período, cotação esta que não era repassada para os preços dos derivados. Somado a isso, a Petrobras teve que recorrer também ao mercado internacional para comprar nafta, necessária para o processamento das resinas petroquímicas que são produzidas pela indústria de transformação do estado. O resultado foi uma grande elevação no consumo intermediário, sem um correspondente aumento no valor bruto de produção, uma vez que os preços dos produtos transformados não eram majorados na mesma proporção dos custos de produção (PESSOTI; PESSOTI, 2015).

Um último destaque positivo é o município de Luis Eduardo Magalhães. Em 2002, com 1,0% de participação, ele ocupava a última posição no *ranking*. Em 2014, passou a ser o sétimo município em contribuição para a formação do PIB baiano, com participação de 1,7%. Na região oeste do estado, onde o município se localiza, predomina a agropecuária empresarial, irrigada e com alta intensidade de capital. Ademais, os produtores locais foram beneficiados, em muitos anos, pelos bons preços das *commodities* ali produzidas (soja, algodão, milho e café).

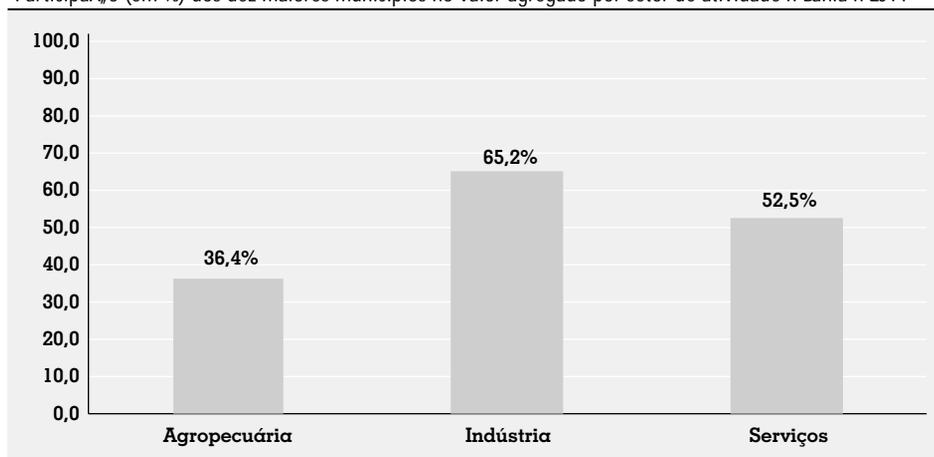
O destaque negativo foi Ilhéus. Este município e outros em seu entorno garantiram à Bahia e ao Brasil, durante muito tempo, a posição de maior produtor de cacau do mundo. Antes da consolidação do processo de industrialização, na segunda metade do século XX, a estrutura produtiva baiana apoiava-se no setor primário exportador. Seu desempenho dependia fortemente do comportamento do cacau, o principal produto agrícola do estado. Ao ter sua produção direcionada quase que exclusivamente para o mercado externo, a lavoura cacauzeira transformou-se numa grande geradora de divisas. No entanto, com o aumento da oferta mundial do produto, os baixos preços internacionais na década de 1990, as condições climáticas desfavoráveis, e as pragas (podridão parda e vassoura-de-bruxa) que reduziram a oferta local, esse quadro mudou dramaticamente. A lavoura cacauzeira na Bahia entrou em forte crise, o Brasil foi superado por outros países e, em consequência, o município foi muito afetado, caindo da quarta posição em 2002 (1,9%), para a nona posição (1,5%) em 2014.

Cabe agora examinar a concentração da atividade econômica nos dez maiores municípios, em termos de valor agregado nos três setores de atividade econômica em 2014 (Gráfico 1). Naquele ano, o peso da agropecuária, da indústria e dos serviços na estrutura do PIB da Bahia foi, pela ordem, de 7,9%, 21,0% e 71,1%.

Como é possível observar no Gráfico 1, o nível mais baixo de concentração na produção do valor agregado é o do setor agropecuário (36,4%).

Gráfico 1

Participação (em %) dos dez maiores municípios no valor agregado por setor de atividade na Bahia em 2014



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2017c).

Isto porque a agricultura, principalmente a de subsistência, encontra-se espalhada por grande parte dos 417 municípios baianos. Como a indústria e os serviços, especialmente os que geram mais valor agregado, estão menos espalhados pelo território do estado, esse nível de concentração é bem mais elevado, 65,2% e 52,5%, respectivamente.

O passo seguinte é identificar a participação dos dez maiores municípios em cada setor de atividade. O intuito é mapear a localização espacial dessas atividades e eventuais transformações temporais ocorridas entre 2002 e 2014. A Tabela 6 mostra a participação dos dez maiores municípios no valor agregado do setor agropecuário nos anos de 2002 e 2014.

Tabela 6

Participação dos dez maiores municípios no valor agregado da agropecuária na Bahia em 2002-2014

Estado/municípios	2002	2014
Bahia	100%	100%
Municípios	23,2%	36,4%
São Desidério (1, 1)	6,4%	11,0%
Formosa do Rio Preto (6, 2)	1,7%	5,7%
Barreiras (4, 3)	3,4%	4,1%
Correntina (5, 4)	2,2%	3,7%
Luis Eduardo Magalhães (2, 5)	3,6%	3,5%
Rio Real (4, 6)	2,8%	2,4%
Jaborandi (9, 7)	0,7%	1,8%
Riachão das Neves (7, 8)	1,2%	1,6%
Mucugê (10, 9)	0,4%	1,5%
Itamaraju (9, 10)	0,8%	1,1%

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2017b).

Sete dos dez principais municípios agropecuários do estado estão situados na região oeste, que concentra os representantes de maior expressão da agropecuária

Esses dez municípios respondiam, em 2014, por um pouco mais de 36% do valor adicionado do setor. Sete dos dez principais municípios agropecuários do estado (São Desidério, Formosa do Rio Preto, Barreiras, Correntina, Luis Eduardo Magalhães, Jaborandi e Riachão das Neves) estão situados na região oeste, que concentra os representantes de maior expressão da agropecuária. É uma das regiões que mais crescem economicamente na Bahia, em razão, principalmente, da exploração agroindustrial, com suporte no agronegócio, em especial na produção de grãos (soja, algodão, milho e café). Ela está para a agropecuária, em termos de geração de valor agregado, assim como a RMS está para a indústria e os serviços. Em 2014, esses sete municípios geravam 31,4% do valor agregado da agropecuária baiana.

São Desidério, nesse intervalo de 12 anos, manteve-se na primeira posição, aumentando sua participação no valor agregado de 6,4% para 11%. É o maior produtor de algodão e também foi, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), o maior PIB agropecuário do Brasil em 2012 e 2013. De acordo com a mesma fonte, Formosa do Rio Preto, outro destaque, saltou da sexta posição em 2002 (1,7%) para a segunda em 2014 (5,7%). É o maior produtor de soja da Bahia e o quinto do Brasil. Lá também são produzidos algodão e milho.

Destaca também a pecuária leiteira no município de Jaborandi, que já abriga a fábrica da Leitíssimo e sediará um dos maiores empreendimentos de produção de leite do país – uma unidade da Agribrasil. A unidade industrial do grupo holandês irá ocupar 244 milhões de metros quadrados e pretende gerar 1.500 empregos diretos, para atingir uma produção de cinco milhões de litros de leite por dia – o que representaria o maior volume produtivo do mundo (PORTAL DBO, 2016). A fazenda da Leitíssimo, instalada na região oeste há 14 anos, já produz mais leite por hectare do que fazendas dos Estados Unidos, país que é o maior produtor do mundo, e quase três vezes mais do que a Nova Zelândia, a maior exportadora mundial.

Dois outros municípios, que não se situam na principal região agrícola do estado, merecem menção. O primeiro, Rio Real, tem ocupado boas posições na geração do valor agregado do setor agropecuário. Isto ocorre por conta da produção de laranja, a maior do estado e uma das maiores do país (BAHIA, 2014). O segundo, Mucugê, praticamente quadruplicou sua participação no PIB agropecuário estadual (Tabela 6). Por dispor de terras planas banhadas por diversos rios e afluentes, sendo o Rio Paraguçu sua principal fonte hídrica, Mucugê passou a atrair grupos empresariais nacionais e estrangeiros voltados para o agronegócio. Fazendas altamente mecanizadas começaram a se instalar no município, direcionadas, principalmente, para a produção de batata-inglesa, café, feijão, milho, tomate, uva, morango e citrus (DEEPASK, 2017; BAHIA, 2013).

A Tabela 7 exhibe a participação dos dez maiores municípios no valor agregado do setor industrial nos anos de 2002 e 2014. Este setor é o segundo de maior peso na economia do estado (21,0% em 2014) e caracteriza-se pelo alto grau de concentração econômica do ponto de vista espacial. Em 2014, esses dez municípios respondiam por 65,2% do valor adicionado do setor.

Tabela 7

Participação dos dez maiores municípios no valor agregado da indústria na Bahia em 2002-2014

Estado/municípios	2002	2014
Bahia	100%	100%
Municípios	55,6%	65,2%
Salvador (2, 1)	19,0%	22,5%
Camaçari (1, 2)	19,0%	16,1%
Feira (5, 3)	2,9%	6,0%
Dias D'Ávila (7, 4)	2,3%	3,6%
Lauro de Freitas (8, 5)	2,1%	3,4%
Simões Filho (3, 6)	3,9%	3,2%
Candeias (4, 7)	3,6%	3,2%
Cairu (10, 8)	0,1%	3,0%
Ilhéus (6, 9)	2,5%	2,1%
Conceição do Jacuípe (9, 10)	0,2%	2,1%

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2017b).

Os três municípios mais importantes pertencem à RMS ampliada com Feira de Santana. Em 2014, o valor agregado gerado por estes foi de quase 45%. Salvador passou a liderar o *ranking*, com 22,5% de participação, ocupando o posto de Camaçari, graças ao desempenho do segmento da construção civil. Na sequência destacou-se Camaçari (16,1%), onde se situa um dos maiores polos industriais da América Latina, que abriga diversos segmentos (químico/petroquímico, automotivo, celulose etc.). Feira de Santana, com 6,0%, figurou em terceiro lugar. Sua participação tem crescido pela expansão dos segmentos de construção civil e da indústria de transformação localizada no Centro Industrial de Subaé.

Quando se somam Dias d'Ávila, cuja economia é fortemente dependente da metalurgia do cobre, Lauro de Freitas, Simões Filho e Candeias, também na RMS, o percentual alcança 58% da riqueza gerada por toda a atividade industrial na Bahia. Duas curiosidades nesse *ranking* são as presenças dos municípios de Cairu e Conceição do Jacuípe. Em 2002, Cairu não gerava valor agregado para o setor industrial, mas em 2014 apareceu em oitavo lugar (3,0%), resultado do início da produção de gás natural no campo de Manati, em 2007. Já Conceição do Jacuípe tem-se beneficiado de sua conurbação com Feira de Santana para sediar

Salvador passou a liderar o ranking, com 22,5% de participação, ocupando o posto de Camaçari, graças ao desempenho do segmento da construção civil

Feira de Santana, com 5,4%, destaca-se na atividade comercial e na produção de serviços de apoio à atividade industrial

alguns empreendimentos industriais. Apesar de ter caído da nona para a décima posição, multiplicou por dez sua participação no PIB estadual.

A Tabela 8 apresenta a participação dos dez maiores municípios no valor agregado do setor de serviços nos anos de 2002 e 2014. Este setor é o de maior peso na economia do estado (71,1,0% em 2014) e caracteriza-se, a exemplo da indústria, pelo alto grau de concentração econômica em termos de localização espacial. Em 2014, esses dez municípios respondiam por 52,5% do valor adicionado do setor.

Tabela 8

Participação dos dez maiores municípios no valor agregado dos serviços em Bahia em 2002-2014

Estado/municípios	2002	2014
Bahia	100%	100%
Municípios	55,0%	52,5%
Salvador (1 , 1)	34,4%	28,7%
Feira (2 , 2)	4,4%	5,4%
Camaçari (3 , 3)	3,5%	4,4%
Vitória da Conquista (4 , 4)	3,3%	2,8%
Lauro de Freitas (7 , 5)	1,7%	2,6%
S. Francisco do Conde (6 , 6)	1,9%	2,0%
Itabuna (5 , 7)	2,0%	1,9%
Simões Filho (10 , 8)	1,1%	1,6%
Juazeiro (8 , 9)	1,4%	1,6%
Barreiras (9 , 10)	1,3%	1,5%

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2017b).

Os três primeiros municípios do *ranking* localizam-se na RMS ampliada e mantiveram suas posições ao longo do período. Somadas, suas respectivas participações representavam o percentual de 38,5% em 2014. Salvador (28,7%), capital do estado e uma das principais metrópoles do Nordeste, oferta uma ampla gama de serviços. Feira de Santana, com 5,4%, destaca-se na atividade comercial e na produção de serviços de apoio à atividade industrial. Camaçari (4,4%) tem forte presença nos serviços relacionados à atividade industrial, além de serviços bancários e comércio. Vitória da Conquista (2,8%) e Lauro de Freitas (2,6%) sobressaem-se nas atividades de comércio, serviços educacionais e de saúde.

Pelo exposto até aqui, é lícito afirmar que diversos governos concederam, a partir dos anos 1990, vários tipos de incentivos para atrair empreendimentos industriais para a Bahia. O principal propósito era diminuir a elevada concentração do valor agregado deste setor de atividade, especialmente na RMS. O êxito dessa estratégia foi reduzido. Entre 2002 e 2014, os dez principais municípios industriais aumentaram sua participação no PIB do setor de 55,6% para 65,2%. Do ponto de

vista espacial, a participação da RMS ampliada na riqueza gerada por toda a atividade industrial na Bahia cresceu ainda mais. Em 2002, era de 52,8%, percentual que saltou para 58% em 2014. O pequeno êxito pode ser creditado principalmente ao crescimento de Conceição do Jacuípe e Cairu. Ressalte-se que, no caso deste último município, as razões foram alheias à estratégia governamental. No setor de serviços, a realidade não é muito diferente. Os três primeiros municípios no *ranking* do valor agregado desse setor (Salvador, Camaçari e Feira de Santana) localizam-se na RMS ampliada, e suas respectivas participações somadas ficaram praticamente inalteradas entre 2002 (41,9%) e 2014 (42,9%).

Ou seja, as economias de aglomeração existentes na RMS ampliada e a ausência de vantagens competitivas autênticas em boa parte de outras regiões do estado inviabilizam a localização sustentada de atividades industriais e de serviços voltados para fora da RMS ampliada. Em outras palavras, é meritório e necessário o propósito de deter a tendência concentradora do processo de desenvolvimento capitalista, que costuma gerar fortes desequilíbrios regionais. Todavia, qualquer estratégia baseada unicamente na concessão de vantagens competitivas artificiais para atrair segmentos industriais que possam gerar efeitos multiplicadores no setor de serviços tende a fracassar.

Mesmo na agropecuária, onde a concentração na geração do valor agregado nos dez maiores municípios é menor que a observada na indústria e nos serviços, a exploração agroindustrial, com suporte tecnológico e empresarial na região oeste, tem aumentado a participação desta na geração de valor agregado ao longo dos anos. Em 2002, sete municípios localizados ali respondiam por 19% dessa geração. Em 2014, esse percentual já tinha subido para quase 32%.

O foco agora se volta para o quadro social. Como visto na Tabela 3, o PIB baiano foi o sexto maior do país de 2003 a 2010. A partir de 2011, a Bahia perdeu essa posição para Santa Catarina. Todavia, quando se observa o *ranking* nacional do PIB per capita, a posição da Bahia cai bastante (Tabela 9). Trata-se de, evidentemente, indicadores diferentes que produzem resultados muito diferentes. Para os objetivos deste texto, o PIB per capita será um primeiro indicador a ser examinado com o propósito de estudar a realidade social baiana.

Por ser, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD 2017), do IBGE, o quarto maior estado brasileiro em número de habitantes e o primeiro do Nordeste, com uma população de 15,1 milhões de habitantes em 2014, a Bahia ocupa os últimos lugares no *ranking* do PIB per capita. Em 2002, foi o 20º estado do Brasil (R\$ 4.388,3), abaixo da média nacional (R\$ 8.440,3) e bem abaixo do maior PIB per capita bra-

Qualquer
estratégia
baseada
unicamente
na concessão
de vantagens
competitivas
artificiais
para atrair
segmentos
industriais
que possam
gerar efeitos
multiplicadores
no setor de
serviços tende
a fracassar

A economia baiana exibiu taxas de desocupação mais altas que todos os outros estados nordestinos nos anos de 2013, 2015 e 2016

sileiro, o do Distrito Federal (R\$ 24.721,2). Em 2014, a situação piorou. O PIB per capita baiano tornou-se o 22º do país.

Na tabela 9, os quatro primeiros lugares (Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina) e o último (Maranhão) não se alteraram nos dois anos pesquisados. Destaque para o Espírito Santo que, com suas atividades industriais e portuárias, superou o Rio Grande do Sul, e o Mato Grosso, que pulou do décimo para o oitavo lugar devido à força do seu agronegócio. Em 2002 e 2014, outros dois grandes estados do Nordeste, Pernambuco e Ceará, não ocuparam posições de destaque. Pernambuco permaneceu estacionado no 19º lugar, situando-se à frente da Bahia. O Ceará ficou em 24º e 23º, respectivamente, atrás da Bahia.

Tabela 9

Ranking do PIB per capita (em R\$) dos estados selecionados ñ 2002/2014

Brasil/estados	2002	2014
Brasil	8.440,3	28.500,2
Distrito Federal	24.721,2 (1º)	69.216,8 (1º)
S.,o Paulo	13.444,0 (2º)	42.198,0 (2º)
Rio de Janeiro	12.414,8 (3º)	40.767,3 (3º)
Santa Catarina	9.745,9 (4º)	36.055,9 (4º)
Esplrito Santo	8.348,8 (6º)	33.148,6 (5º)
Rio Grande do Sul	9.423,8 (5º)	31.927,2 (6º)
Paran-	8.927,5 (7º)	31.410,7 (7º)
Mato Grosso	7.265,4 (10º)	31.396,8 (8º)
Mato Grosso do Sul	7.599,1 (8º)	30.137,6 (9º)
Goi- s	7.308,0 (9º)	25.296,6 (10º)
Pernambuco	4.427,0 (19º)	16.722,0 (19º)
Bahia	4.388,3 (20º)	14.804,0 (22º)
Cear-	3.712,0 (24º)	14.255,0 (23º)
Maranh,,o	2.718,1 (27º)	11.216,4 (27º)

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), Superintendñ cia de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2017a).

Na geração de empregos, a Bahia também ocupa uma posição desfavorável. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017) do IBGE, a economia baiana exibiu taxas de desocupação mais altas que todos os outros estados nordestinos nos anos de 2013, 2015 e 2016. Nos dois outros anos (2012 e 2014), também ficou nos últimos lugares. Em 2012, só foi superada por Rio Grande do Norte e Alagoas, e em 2014, pelo Rio Grande do Norte (Tabela 10).

No *ranking* dos maiores PIB do país, estados de outras regiões do país apresentaram taxas de desocupação menores que a da Bahia (Tabela 10). A comparação das taxas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina com as da Bahia torna o quadro ainda pior. A Bahia não consegue ficar à frente de nenhum deles em qual-

Tabela 10

Taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade, estados selecionados (média anual em %) ã 2012-2016

Estados	2012	2013	2014	2015	2016
Maranhão	8,1	7,9	6,8	8,6	11,9
Piauí	6,9	7,5	6,5	7,6	9,4
Ceará	7,7	7,8	7,4	8,8	12,0
Rio Grande do Norte	11,4	10,7	11,0	12,0	14,2
Paraná	9,2	8,8	8,9	9,5	11,4
Pernambuco	9,1	9,0	8,2	9,9	14,6
Alagoas	11,4	10,6	9,6	11,2	14,1
Sergipe	10,3	10,3	9,2	9,1	13,3
Bahia	11,1	11,2	10,3	12,3	15,9
Minas Gerais	6,9	6,6	6,7	8,5	11,1
Rio de Janeiro	7,5	6,8	6,3	7,6	11,7
São Paulo	7,3	7,2	7,1	9,3	12,4
Paraná	5,0	4,3	4,0	5,9	8,2
Santa Catarina	3,4	3,1	2,9	4,1	6,3
Rio Grande do Sul	4,8	4,8	5,0	6,2	8,2

Fonte: IBGE-PNAD Contínua (2017).

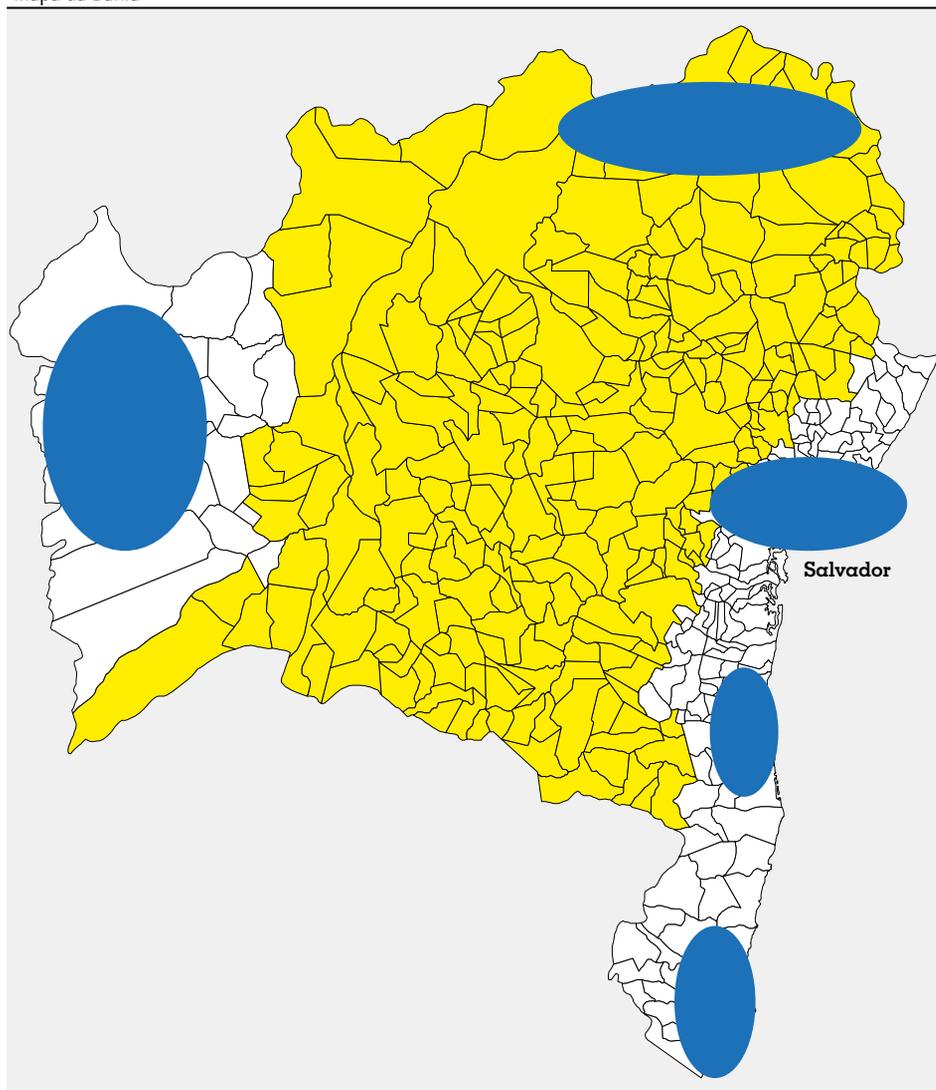
As chamadas ilhas de prosperidade, a RMS incluindo Feira de Santana; a região do cacau, o extremo sul, o oeste e o Vale de São Francisco respondiam por mais de 70% do PIB baiano em 2014

quer dos anos selecionados. Em todos os anos, a taxa de desocupação na Bahia foi mais que o dobro da de Santa Catarina, estado que apresenta a menor taxa de desocupação e possui o sexto maior PIB do Brasil.

Por que a sétima economia do país ocupa posição tão desfavorável em geração de emprego? O mapa da Bahia ajuda a responder a questão e ilustra o grande desafio baiano. As chamadas ilhas de prosperidade (expostas de modo aproximado na Figura 1), a RMS incluindo Feira de Santana (entorno de Salvador no mapa); a região do cacau (entre a RMS e o extremo sul no mapa), o extremo sul, o oeste e o Vale de São Francisco (nordeste no mapa) respondiam por mais de 70% do PIB baiano em 2014.

Nas demais áreas, com poucas exceções, a extrema pobreza impacta negativamente nos vários tipos de indicadores para todo o estado, como se verá adiante. Se a Bahia se limitasse às ilhas de prosperidade, o quadro social seria outro. Dos 417 municípios existentes, 259 estão no semiárido, correspondendo a 62% da área estadual (na cor amarela no mapa). O semiárido caracteriza-se pela pouca água de superfície, pelas águas subterrâneas salobras (o uso de água salobra saliniza o solo, salga a terra), a escassez e a irregularidade de chuvas, além de intensa evapotranspiração. Ou seja, as condições edafoclimáticas dificultam bastante as atividades agropecuárias que são predominantes em uma área com elevada densidade demográfica. As consequências são desemprego, grande número de minifúndios, imensa informalidade, ocupações precárias com baixa remuneração, reduzido nível de urbanização, péssimos indicadores sociais e forte pressão migratória sobre as demais cidades possuidoras de infraestrutura econômica e social.

Figura 1
Mapa da Bahia



Fonte: elaboração própria.

Isso não significa dizer que grandes propriedades rurais geridas empresarialmente sejam mais desejáveis que minifúndios. Essas duas formas de propriedade podem conviver no espaço rural, mas é preciso diferenciar minifúndios marcados pela gestão familiar, com uso de técnicas agrícolas adequadas e produção voltada para o mercado, dos minifúndios tradicionalmente dedicados à produção de subsistência que predominam no semiárido baiano – com pequenos produtores sem condições de incorporar o progresso tecnológico, aumentar a produtividade e buscar a diversificação produtiva.

Os primeiros fixam famílias de forma orgânica, os segundos, geridos por esses pequenos produtores rurais descapitalizados, atrasados tec-

nologicamente e sem condições de competir com os empreendimentos agrícolas organizados em moldes empresariais, costumam expulsar muitos membros da família, criando levas de migrantes em busca de oportunidades que, muitas vezes, devido à baixa escolaridade, não são alcançadas. A RMS, área mais desenvolvida do estado, tem sido um polo de atração desses migrantes e, em consequência, exhibe altas taxas de desocupação.

O exame dessas taxas, para as regiões metropolitanas brasileiras, pode ser vista na Tabela 11. A taxa de desocupação para pessoas com 14 anos ou mais na RMS só não foi a mais elevada, dentre todas as regiões metropolitanas brasileiras, no ano de 2012. Naquele ano, apesar de alta (11,4%), quando comparada com a mais baixa que pertenceu a Florianópolis (3,3%), a taxa de desocupação da RMS foi menor que as das regiões metropolitanas nordestinas de São Luís, Natal, Recife, Maceió e Aracajú. Nos demais anos, a RMS ocupou o posto de maior taxa de desocupação das regiões pesquisadas, sendo que, em todos os anos da série, foi quase o quádruplo da taxa mais baixa – Florianópolis em 2012, 2013, 2015 e 2016, e Curitiba em 2014.

Uma breve retrospectiva do processo de desenvolvimento da RMS¹, juntamente com a caracterização feita da região semiárida, é indicativa para que se possa entender o desemprego na Bahia, na RMS, bem como o quadro social baiano. Foi na RMS, a partir do fim dos anos 1950, que se concentraram os grandes investimentos, a exemplo da Refinaria da Petrobras, do Centro Industrial de Aratu e do Polo Industrial de Camaçari, com destaque para os complexos químico/petroquímico e o automotivo (GUERRA; GONZALEZ, 1996).

Esses investimentos transformaram as feições da economia baiana, de estagnada e agroexportadora, fortemente apoiada na atividade cacaueteira, no maior centro de atividades econômicas do Nordeste e, até 2010, no sexto PIB do país. Com seu crescimento, a RMS passou a atrair um grande contingente populacional do interior da Bahia, especialmente da região semiárida. No entanto, esse contingente, majoritariamente com baixa formação educacional e profissional, não tem apresentado qualificação suficiente para atuar em segmentos industriais intensivos em capital e tecnologia e/ou atividades no setor de serviços que exigem um razoável nível educacional para atender ao público. Essa é uma possível explicação para o alto desemprego registrado, mesmo no espaço geográfico mais dinâmico da RMS, onde apenas quatro de seus municí-

1 A RMS ocupa cerca de 20% do território do estado e é composta por 13 municípios (Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz). Pelas estimativas de população do IBGE Cidades@ para 2016, 2,9 milhões de pessoas residiam em Salvador, enquanto mais de 1 milhão se espalhava pelos demais municípios.

Foi na RMS,
a partir do
fim dos anos
1950, que se
concentraram
os grandes
investimentos,
a exemplo da
Refinaria da
Petrobras,
do Centro
Industrial de
Aratu e do Polo
Industrial de
Camaçari

Desde meados da década de 1990, políticas públicas têm sido usadas por diversos governos para tentar reverter essa configuração econômica, que faz de vastos recortes do território da Bahia desertos econômicos

Tabela 11

Taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade nas regiões metropolitanas (média anual em %) n 2012-2016

Regiões	2012	2013	2014	2015	2016
Manaus	11,3	10,8	8,9	10,9	16,4
Belém	11,0	10,8	11,4	12,5	14,3
Macapá	13,2	11,2	10,6	12,2	16,4
S. o Luls	13,7	11,4	9,9	13,5	16,6
Teresina	8,8	9,7	8,1	9,3	9,6
Fortaleza	8,8	7,9	7,4	8,9	12,4
Natal	11,7	10,4	11,7	12,6	14,8
Jo. o Pessoa	10,1	10,0	10,0	11,2	12,1
Recife	11,6	10,5	9,4	9,2	15,1
MaceiÓ	12,5	12,6	12,1	11,9	14,5
Aracaju	12,1	12,0	10,8	11,0	17,0
Salvador	11,4	13,1	14,0	15,8	19,1
Belo Horizonte	7,2	7,2	7,7	9,7	13,8
VitÓria	8,9	8,9	8,5	10,3	15,2
Rio de Janeiro	7,5	6,5	6,2	7,0	11,2
S. o Paulo	7,7	7,8	7,5	9,6	13,2
Curitiba	5,4	4,4	3,8	5,5	9,1
FlorianÓpolis	3,3	3,6	4,3	5,1	6,7
Porto Alegre	5,1	5,4	5,5	6,8	9,7
Cuiab-	5,7	5,3	5,2	7,7	11,1
Goi, nia	4,5	4,7	4,0	6,2	9,5

Fonte: IBGE-PNAD Contlnua (2017).

pios (Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho) respondiam por quase 38% do PIB estadual em 2014 (Tabela 5).

Como mencionado, desde meados da década de 1990, políticas públicas têm sido usadas por diversos governos para tentar reverter essa configuração econômica, que faz de vastos recortes do território da Bahia desertos econômicos, incapazes de reter parte de população, especialmente a mais jovem. Incentivos de vários tipos foram concedidos, visando atrair para alguns desses espaços empreendimentos industriais, principalmente. A concepção teórica por trás dessas políticas é que regiões atrasadas como o semiárido baiano podem ter vantagens locais devido à concessão de incentivos e ao baixo custo de alguns fatores produtivos, como mão de obra e recursos naturais. O investimento inicial deveria ser feito pelo Estado, por empresas estrangeiras, ou de outras regiões do país, uma vez que a disponibilidade de capital local e a capacidade empreendedora nas regiões atrasadas seriam escassas.

Em uma etapa posterior, essas vantagens locais seriam reforçadas pela criação de eficiências coletivas que se originariam dos encadeamentos produtivos e das interações entre os agentes, mediante articulações locais, regionais ou intrarregionais, capazes de gerar fluxos de

conhecimentos e informações entre produtores, fornecedores e consumidores. O resultado seria o desenvolvimento gradual de uma estrutura produtiva local geradora de vantagens aglomerativas com capacidade de se transformarem em vantagens competitivas, a partir da criação de polos de crescimento (TEIXEIRA; GUERRA; ARAÚJO, 2011).

Com o acirramento da globalização e da concorrência, o tempo para o encadeamento gradual dessas etapas estreitou-se dramaticamente, em especial para regiões nas quais inexistem vantagens competitivas, tais como mercado consumidor, disponibilidade de infraestrutura física e tecnológica, mão de obra qualificada, economia de escala e centros fornecedores de serviços. Mão de obra barata e abundante, por si só, não basta, e a concessão de incentivos, especialmente os de natureza fiscal, esgota-se em algum momento, levando muitos empresários, antes beneficiados, a fecharem as portas. Ou seja, a lógica empresarial é implacável e, em decorrência, a concentração econômica nas “ilhas de prosperidade” continua acentuada, gerando fortes desigualdades entre os territórios do estado, o que se reflete em diversos indicadores.

No item renda, por exemplo, similarmente ao que ocorre com a geração de emprego, a Bahia não tem um bom desempenho (Tabela 12). O rendimento médio real das pessoas ocupadas no estado é baixo. Em todo o período 2012-2016, somente foi superior ao auferido por pessoas ocupadas nos estados de Maranhão, Piauí e Alagoas. Foi também maior que o do Ceará (com exceção do ano de 2013) e o da Paraíba em 2012 e 2013.

A lógica empresarial é implacável e, em decorrência, a concentração econômica nas “ilhas de prosperidade” continua acentuada, gerando fortes desigualdades entre os territórios do estado

Tabela 12

Rendimento médio de todos os trabalhos, efetivamente recebido por mês, pelas pessoas ocupadas com 14 anos ou mais de idade, nos estados selecionados (média anual real em R\$) ã 2012-2016

Estados	2012	2013	2014	2015	2016
Maranhão	1086	1109	1043	1075	1101
Piauí	1183	1283	1306	1307	1331
Ceará	1310	1369	1361	1348	1342
Rio Grande do Norte	1401	1435	1486	1589	1587
Paraná	1244	1304	1422	1433	1445
Pernambuco	1738	1835	1893	1688	1615
Alagoas	1281	1311	1390	1408	1360
Sergipe	1554	1615	1741	1588	1622
Bahia	1357	1357	1402	1418	1367
Minas Gerais	1818	1859	1915	1885	1882
Rio de Janeiro	2202	2260	2194	2299	2369
São Paulo	2548	2632	2703	2774	2765
Paraná	2213	2253	2311	2293	2252
Santa Catarina	2245	2253	2287	2297	2230
Rio Grande do Sul	2227	2369	2362	2317	2370

Fonte: IBGE-PNAD Contínua (2017).

No que diz respeito à população pobre, que recebe mensalmente entre R\$ 84 e R\$ 168, na Bahia, em 2007, era superior a três milhões de pessoas

Observando-se os estados situados à frente da Bahia no *ranking* dos maiores PIB do Brasil, constata-se que os menores rendimentos médios, em todos os anos, foram recebidos em Minas Gerais. Em 2012, quando ocorreu a menor diferença entre o rendimento médio dos mineiros e o dos baianos, essa diferença foi de R\$ 461. Quando essa mesma comparação é feita com o estado de maior rendimento médio (São Paulo), a diferença varia entre R\$ 1.191 (menor valor em 2012) e R\$ 1.398 (maior valor em 2016).

No que diz respeito à população pobre, que recebe mensalmente entre R\$ 84 e R\$ 168, na Bahia, em 2007, era superior a três milhões de pessoas, para uma população total de mais de 14 milhões, equivalendo a um percentual de 21,7% de baianos pobres, bem acima da média brasileira de 11,0% (Tabela 13).

Tabela 13

População vivendo em condições de extrema pobreza (EXP) e pobreza (P) no Brasil e estados selecionados em 2007/2013 (em %)

Brasil/estados	Exp 2007	P 2007	Exp 2013	P 2013
Brasil	5,5	11,0	3,5	5,3
Maranhão	18,5	19,6	14,8	13,0
Piauí	15,4	19,5	5,5	12,0
Ceará	13,3	19,9	7,5	11,8
Rio Grande do Norte	11,2	16,0	4,9	9,3
Paraíba	10,4	21,6	6,0	10,7
Pernambuco	11,9	20,0	6,9	8,5
Alagoas	15,9	21,7	9,6	13,8
Sergipe	8,8	18,3	4,2	9,1
Bahia	10,0	21,7	6,5	10,4
Minas Gerais	2,8	10,1	1,9	3,5
Rio de Janeiro	1,8	5,5	2,0	2,3
São Paulo	1,4	3,9	1,0	1,6
Paraná	2,2	5,9	1,3	1,8
Santa Catarina	0,8	2,8	1,0	1,3
Rio Grande do Sul	2,8	6,5	1,4	2,3

Fonte: IBGE-PNAD Contínua (2017).

Graças, basicamente, aos programas sociais, esse percentual caiu para 10,4% em 2013 (mais de 1,5 milhão de pessoas em uma população total de um pouco mais de 15 milhões). Ainda assim, muito alto para a sétima economia do país. Para se ter uma ideia, Santa Catarina, estado mais bem situado na tabela, possuía apenas 1,3% de seus cidadãos considerados pobres em 2013. Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e Alagoas, estados bem distantes da Bahia em termos econômicos, estavam, em 2013, numa situação pior que esta. Em Alagoas, último colocado naquele ano, 13,8% da população era pobre.

Já a população extremamente pobre na Bahia, que auferia menos de R\$ 84 por mês, era um pouco mais de 1,4 milhão de pessoas em 2007, re-

presentando 10,0% da população total. O percentual é elevado, quando comparado com a média brasileira de 5,5% e com os dos estados que estão à frente da Bahia no *ranking* dos maiores PIB do Brasil, especialmente Santa Catarina (0,8%). Todavia, todos os estados nordestinos, com exceção de Sergipe, estavam em situação pior que a Bahia naquele mesmo ano. Em 2013, influenciada especialmente pelo programa Bolsa Família, a situação no Nordeste como um todo apresentou melhora. Na Bahia, o número de pessoas extremamente pobres caiu para menos de um milhão de pessoas, representando 6,5% da população total. Na região nordestina, Sergipe (4,2%) continuou mais bem colocado que Bahia e Piauí (5,5%); Rio Grande do Norte (4,9%) e Paraíba (6,0%) também conseguiram superar o estado baiano. Enquanto em Santa Catarina e São Paulo, melhores posições na tabela, esse percentual era de 1,0%, no Maranhão, pior colocado, era de 14,8%.

Até agora foram exibidos indicadores de PIB per capita, emprego, renda, população pobre e extremamente pobre. Eles evidenciam que, embora o processo de crescimento econômico tenha transformado a economia baiana, tornando seu PIB o sexto e, posteriormente, sétimo do país, ainda não conseguiu reverter o histórico de desigualdades sociais que caracteriza a evolução econômica da Bahia. O uso dos indicadores do Radar do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) reforça essa afirmação.

O Radar IDHM é uma iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Fundação João Pinheiro e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que se uniram, em 2015, para satisfazer a demanda por um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) atualizado, uma vez que o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil é baseado exclusivamente nos censos demográficos realizados a cada 10 anos pelo IBGE. Essas instituições fizeram um exercício de observação das tendências do índice em anos mais recentes, utilizando a PNAD do IBGE, divulgada anualmente. O resultado desta iniciativa está disponível para todas as unidades da Federação nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 (Tabela 14).

O IDHM reúne indicadores de renda (IDHM Renda), longevidade (IDHM Longevidade) e educação (IDHM Educação). Quanto mais perto de 1, melhor o indicador; se estiver situado entre 0 e 0,499, o estado é considerado de desenvolvimento muito baixo; entre 0,500 e 0,599 é considerado baixo; entre 0,600 e 0,699 é médio; entre 0,700 e 0,799 é alto, e, finalmente, entre 0,800 e 1 é avaliado como muito alto.

Entre 2011 e 2014, o IDHM do Brasil apresentou uma tendência de avanço de 0,023. Todas as 27 unidades da Federação apresentaram avanços positivos no período. Os maiores foram observados no Amapá (0,047),

**Na Bahia,
o número
de pessoas
extremamente
pobres caiu
para menos
de um milhão
de pessoas,
representando
6,5% da
população total**

Tabela 14
Ranking dos estados brasileiros no IDHM ñ 2011/2014

Unidades da federaç,õ	2011	2014
Brasil	0,738	0,761
Rondônia	0,687	0,715
Acre	0,688	0,719
Amazonas	0,672	0,709
Roraima	0,721	0,732
Par-	0,658	0,675
Amap-	0,700	0,747
Tocantins	0,702	0,732
Maranh,õ	0,649	0,678
Piaul	0,644	0,678
Cear-	0,700	0,716
Rio Grande do Norte	0,705	0,717
Paralba	0,681	0,701
Pernambuco	0,679	0,709
Alagoas	0,635	0,667
Sergipe	0,679	0,681
Bahia	0,675	0,703
Minas Gerais	0,745	0,769
Esprito Santo	0,759	0,771
Rio de Janeiro	0,752	0,778
S,õ Paulo	0,802	0,819
Paran-	0,761	0,790
Santa Catarina	0,791	0,813
Rio Grande do Sul	0,752	0,779
Mato Grosso do Sul	0,743	0,762
Mato Grosso	0,747	0,767
Goi- s	0,740	0,750
Distrito Federal	0,819	0,839

Fonte: PNUD, IPEA e FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2016).

Amazonas (0,037) e Piauí (0,034), e os menores em Roraima (0,011) Goiás (0,010) e Sergipe (0,002). O avanço baiano ficou entre esses extremos (0,028). No Nordeste, ele foi superado por Piauí (0,034), Alagoas (0,032), Pernambuco (0,030) e Maranhão (0,029).

Em 2014, cinco unidades da Federação obtiveram médio desenvolvimento humano, e 19 alcançaram a faixa de alto desenvolvimento. A Bahia é uma delas, com um IDHM de 0,703. Em 2011, este índice era médio (0,675). Apenas três unidades federativas estão inseridas na faixa de muito alto desenvolvimento humano: Distrito Federal (0,839), São Paulo (0,819) e Santa Catarina (0,813). Apesar do avanço baiano nesse indicador em 2014, o Distrito Federal e todos os estados das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte (com exceção do Pará) tiveram índices superiores à Bahia. No Nordeste, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte também superaram a Bahia. Nos dois anos, a Bahia ficou abaixo da média

nacional. Vale destacar que o IDHM revela as desigualdades regionais no país. Nos dois anos, os 13 estados das regiões Norte e Nordeste ocuparam a parte de baixo do *ranking*, com indicadores menores que os do Distrito Federal e dos outros 13 estados das demais regiões. Como se verá logo a seguir, essa desigualdade se reflete também nos indicadores setoriais do IDHM (renda, expectativa de vida e educação).

O IDHM Renda do Brasil, entre 2011 e 2014, mostra avanço de 0,023, um acréscimo de R\$ 104,9 na renda domiciliar per capita média para o país (Tabela 15).

Todas as unidades da Federação, com exceção de Sergipe, apresentaram avanços positivos no período. Os maiores aumentos foram observados em Amapá (0,046), Amazonas (0,038) e Maranhão (0,037), enquanto os menores foram registrados no Pará (0,009), Rio Grande do Norte (0,008) e Roraima (0,004). Sergipe (-0,008) apresentou ten-

Tabela 15

Ranking dos estados brasileiros no IDHM-R ñ 2011/2014

Unidades da federaÁo	2011	2014
Brasil	0,718	0,741
Rondônia	0,697	0,711
Acre	0,667	0,679
Amazonas	0,650	0,688
Roraima	0,706	0,710
Pará	0,645	0,654
Amapá	0,656	0,702
Tocantins	0,677	0,701
Maranhão	0,601	0,638
Piauí	0,627	0,661
Ceará	0,640	0,659
Rio Grande do Norte	0,666	0,674
Paraná	0,661	0,678
Pernambuco	0,640	0,674
Alagoas	0,608	0,634
Sergipe	0,673	0,665
Bahia	0,653	0,682
Minas Gerais	0,717	0,738
Espirito Santo	0,724	0,743
Rio de Janeiro	0,750	0,776
São Paulo	0,761	0,783
Paraná	0,743	0,764
Santa Catarina	0,762	0,783
Rio Grande do Sul	0,748	0,776
Mato Grosso do Sul	0,741	0,764
Mato Grosso	0,726	0,749
Goiás	0,723	0,739
Distrito Federal	0,837	0,852

Fonte: PNUD, IPEA e FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2016).

Em 2014, o IDHM Renda incluiu 12 unidades da Federação na faixa do médio desenvolvimento humano. A Bahia está entre elas, com índice de 0,682

dência negativa no período. Novamente, o avanço baiano (0,029) ficou entre esses extremos. No Nordeste, foi superado por Maranhão (0,037), Piauí (0,034) e Pernambuco (0,034).

Em 2014, o IDHM Renda incluiu 12 unidades da Federação na faixa do médio desenvolvimento humano. A Bahia está entre elas, com índice de 0,682; 14 unidades foram classificadas como de alto desenvolvimento humano, e uma na faixa de muito alto desenvolvimento humano (Distrito Federal). Todas as 12 unidades com os menores valores, e agrupadas na faixa de médio desenvolvimento humano, estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste. Dentre elas, Pará (0,654), Maranhão (0,638) e Alagoas (0,643) apresentaram os menores valores do IDHM Renda, o que equivaleria a uma renda domiciliar per capita média de R\$ 469, R\$ 424 e R\$ 414, respectivamente.

Por sua vez, as unidades com os maiores valores registrados foram Distrito Federal (0,852), São Paulo (0,783) e Santa Catarina (0,783), representando uma renda domiciliar per capita média de R\$ 1.606, R\$ 1.047 e R\$ 1.042, respectivamente. Em 2014, a maior renda domiciliar per capita média (Distrito Federal) era quase quatro vezes maior do que a menor renda domiciliar per capita (Alagoas).

A exemplo do ocorrido no IDHM, a Bahia, em 2014, avançou no IDHM Renda, mas o Distrito Federal e todos os estados das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte (com exceção do Acre e Pará) tiveram índices superiores ao da Bahia, sendo que esta não foi superada por nenhum estado do Nordeste. No entanto, nos dois anos, a Bahia ficou abaixo da média nacional.

A evolução do IDHM Longevidade do país, entre 2011 e 2014, mostrou um avanço de 0,016 (Tabela 16). As 27 unidades da Federação avançaram no período. Os maiores aumentos foram observados nos estados de Pernambuco (0,023), Alagoas (0,020) e Acre (0,019), e os menores em Rondônia (0,011), Goiás (0,009) e Piauí (0,009).

O avanço baiano (0,013) ficou abaixo da média nacional e, no Nordeste, igualou-se ao do Ceará e do Rio Grande do Norte, sendo inferior ao de Pernambuco (0,023), Alagoas (0,020), Paraíba (0,017), Maranhão (0,015) e Sergipe (0,014). Apesar disso, a Bahia, com seu índice de 0,800 em 2014, ficou junto com outras 15 unidades da Federação na faixa de muito alto desenvolvimento humano. Foi o melhor índice obtido pelo estado no Radar IDHM.

Dez unidades federativas encontram-se na faixa do alto desenvolvimento humano. Em 2014, a diferença entre a unidade com a maior esperança de vida (Santa Catarina) e a de menor esperança de vida (Maranhão) totalizava 8,4 anos. Todas as dez unidades da Federação

com os menores valores e agrupadas na faixa de alto desenvolvimento humano estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste. Maranhão (0,750), Piauí (0,761) e Alagoas (0,764) apresentaram os menores valores para a esperança de vida ao nascer, 70 anos, 70,7 anos, e 70,8 anos, respectivamente. Por sua vez, as unidades com os maiores valores foram Santa Catarina (0,890), Distrito Federal (0,876) e Espírito Santo (0,875). Por ordem, estas expressariam uma esperança de vida ao nascer de 78,4 anos, 77,6 anos e 77,5 anos.

Similarmente ao ocorrido com os dois outros índices anteriormente apresentados, a Bahia, em 2014, avançou no IDHM Longevidade, situando-se na faixa de muito alto desenvolvimento econômico, mas o Distrito Federal e todos os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste obtiveram índices superiores à Bahia. Acre, Amapá, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte também ficaram à frente do estado baiano que, nos dois anos, classificou-se abaixo da média nacional.

Similarmente ao ocorrido com os dois outros índices anteriormente apresentados, a Bahia, em 2014, avançou no IDHM Longevidade, situando-se na faixa de muito alto desenvolvimento econômico

Tabela 16

Ranking dos estados brasileiros no IDHM-L n.º 2011/2014

Unidades da federação	2011	2014
Brasil	0,820	0,836
Rondônia	0,755	0,766
Acre	0,785	0,804
Amazonas	0,761	0,774
Roraima	0,748	0,765
Paraná	0,768	0,779
Amapá	0,791	0,806
Tocantins	0,782	0,797
Maranhão	0,735	0,750
Piauí	0,752	0,761
Ceará	0,794	0,807
Rio Grande do Norte	0,824	0,837
Paraná	0,777	0,794
Pernambuco	0,778	0,801
Alagoas	0,744	0,764
Sergipe	0,772	0,786
Bahia	0,787	0,800
Minas Gerais	0,847	0,862
Espírito Santo	0,856	0,875
Rio de Janeiro	0,826	0,843
São Paulo	0,858	0,875
Paraná	0,842	0,858
Santa Catarina	0,872	0,890
Rio Grande do Sul	0,855	0,870
Mato Grosso do Sul	0,819	0,833
Mato Grosso	0,799	0,812
Goiás	0,805	0,814
Distrito Federal	0,861	0,876

Fonte: PNUD, IPEA e FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2016).

A Bahia, com seu índice de 0,627 em 2014, ficou, junto com outras 15 unidades da Federação, na faixa do médio desenvolvimento humano

O último indicador exibido é o IDHM Educação (Tabela 17). Trata-se do pior índice do Brasil e também da Bahia. No país, entre 2011 e 2014, avançou 0,030, com ganhos, no período, em 25 unidades da Federação. Os maiores aumentos foram observados em Amapá (0,082), Amazonas (0,062) e Acre (0,061), e os menores em São Paulo (0,013), Roraima (0,012) e Goiás (0,004). Apresentaram tendência estável ou negativa, Sergipe (0,000) e Espírito Santo (-0,002).

O avanço baiano (0,041) ficou acima da média nacional e, no Nordeste, só foi superado por Piauí (0,059) e Alagoas (0,049). A Bahia, com seu índice de 0,627 em 2014, ficou, junto com outras 15 unidades da Federação, na faixa do médio desenvolvimento humano. Mais uma vez, a Bahia avançou no indicador, mas, de todas as unidades federativas, apenas Pará, Piauí, Alagoas e Sergipe tiveram índices inferiores ao da Bahia que, nos dois anos, ficou abaixo da média nacional.

Tabela 17

Ranking dos estados brasileiros no IDHM-E ã 2011/2014

Unidades da federa�o	2011	2014
Brasil	0,676	0,706
Rondônia	0,609	0,667
Acre	0,612	0,673
Amazonas	0,604	0,666
Roraima	0,708	0,720
Pará	0,562	0,592
Amapá	0,652	0,734
Tocantins	0,647	0,698
Maranhão	0,610	0,647
Piaul�	0,553	0,612
Ceará	0,665	0,682
Rio Grande do Norte	0,624	0,640
Par�ba	0,604	0,631
Pernambuco	0,618	0,651
Alagoas	0,554	0,603
Sergipe	0,591	0,591
Bahia	0,586	0,627
Minas Gerais	0,671	0,707
Esprito Santo	0,697	0,695
Rio de Janeiro	0,680	0,714
São Paulo	0,787	0,800
Paraná	0,697	0,748
Santa Catarina	0,739	0,765
Rio Grande do Sul	0,652	0,691
Mato Grosso do Sul	0,668	0,668
Mato Grosso	0,716	0,739
Goiás	0,693	0,697
Distrito Federal	0,758	0,789

Fonte: PNUD, IPEA e FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2016).

Duas unidades da Federação registraram baixo desenvolvimento humano; oito apresentaram alto desenvolvimento humano, enquanto uma classificou-se na faixa de muito alto desenvolvimento humano. Alagoas (0,603), Pará (0,592) e Sergipe (0,591) apresentaram os menores valores do IDHM Educação, enquanto São Paulo (0,800), Distrito Federal (0,789) e Santa Catarina (0,765) foram os estados com os maiores valores.

Em síntese, em todos os indicadores do Radar IDHM, a Bahia avançou entre os anos de 2011 e 2014. Porém, em todos eles, apesar desse avanço, foi superada pelo Distrito Federal e por todos os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Com relação às outras regiões, no IDHM, todos os estados da Região Norte, com exceção do Pará, e ainda Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte tiveram índices superiores aos da Bahia. No IDHM Renda, na Região Norte somente o Acre e o Pará não obtiveram índices superiores ao da Bahia, que, no entanto, não foi superada por nenhum estado do Nordeste. No IDHM Longevidade, Acre, Amapá, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte também ficaram à frente da Bahia. E, por fim, no IDHM Educação, apenas Pará, Piauí, Alagoas e Sergipe não conseguiram obter valores superiores ao da Bahia.

Tem-se então que a liderança econômica do estado baiano no Nordeste e seu sétimo lugar no *ranking* nacional, em termos de PIB, não se traduzem em indicadores sociais vistosos. Além disso, sua evolução econômica, que resultou nessa liderança, não se espalhou por todo o território baiano e pouco contribuiu para reduzir os históricos problemas sociais existentes na Bahia.

FRAGILIDADES E PERSPECTIVAS

Diante do exposto nas seções anteriores, destacam-se como principais fragilidades da economia baiana:

- a elevada concentração econômica, principalmente do ponto de vista territorial;
- o alto desemprego e a baixa renda;
- o fato de 62% do seu território (259 municípios) ser localizado no semiárido, onde as condições edafoclimáticas dificultam bastante as atividades agropecuárias. Tais condições predominantes nesta área com elevada densidade demográfica provocam alta migração rural-urbana;
- a presença marcante de uma agricultura familiar de baixa produtividade;
- os baixos IDHM, especialmente quanto à educação.

Tem-se então
que a liderança
econômica
do estado
baiano no
Nordeste e seu
sétimo lugar
no ranking
nacional, em
termos de
PIB, não se
traduzem em
indicadores
sociais vistosos

Tendo em vista essas fragilidades, tem-se claro, há certo tempo, que o principal desafio a ser enfrentado por uma ação governamental compartilhada com a sociedade civil é fazer um vigoroso esforço para melhorar a educação na Bahia. E, além disso, encontrar novos caminhos econômicos que possam ajudar na busca por uma maior integração territorial, uma diversificação mais ampla da matriz produtiva e uma superação do longo histórico de desigualdades sociais.

Para tanto, conta-se com a efetivação de significativos investimentos de infraestrutura de integração regional e de diversificação e interiorização da indústria que começaram a ser trabalhados no âmbito do planejamento governamental. Alguns deles são projetos estruturantes, com o potencial de integrar a economia baiana com as demais regiões do país e com importantes mercados internacionais².

Pessoti e Pessoti (2015) tinham a expectativa de que, confirmados esses investimentos, a Bahia estaria apta para um novo ciclo de crescimento econômico, capaz de promover uma nova dinâmica estrutural para sua economia.

Como se sabe, os efeitos de investimentos estruturantes levam tempo. Alguns desses vetores de crescimento para o futuro da Bahia já se efetivaram (polo acrílico, energia eólica e novos empreendimentos agroindustriais), mas preocupa o fato de a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) e o Porto Sul estarem apenas parcialmente executados, assim como a indústria naval e a produção de alguns minérios estarem temporariamente paralisadas ou terem sido prejudicadas, enquanto a ponte Salvador-Itaparica ainda permanece como um sonho.

No caso específico dos recursos minerais, que vinham sendo apontados como fonte sustentável de vantagem locacional para alguns municípios do semiárido baiano, estão perdendo essa condição diante da queda dos preços internacionais, que, se espera, seja conjuntural. Assim, a estratégia de estimular economicamente o semiárido baiano pela via da atração de empreendimentos industriais, com a possível exceção da energia eólica, parece limitada.

2 A Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) e o Porto Sul estariam articulados diretamente com a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO), viabilizando o escoamento de parte da produção de grãos do interior do Brasil pelos portos baianos. No sentido oeste-leste, a articulação entre a FICO e a FIOL passaria a constituir um novo corredor de movimentação de minérios e grãos, conectando importantes zonas de expansão da produção do Centro-Oeste do país, do oeste baiano, e da mineração do interior do estado da Bahia ao novo Porto Sul. No sentido norte-sul, a adequação da malha da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) e a proposta de concessão anunciada para a ligação ferroviária Salvador-Recife promoveriam um intercâmbio comercial ainda maior entre a economia baiana e as regiões Nordeste e Sudeste, articulado com o complexo portuário da Baía de Todos os Santos. Adicionalmente, ao se considerarem os projetos da Hidrovia do São Francisco e a requalificação da FCA, nos seus ramais de Salvador para Minas Gerais e Salvador para Juazeiro, e se agregarem os projetos de plataformas logísticas na macrorregião de Salvador-Feira de Santana, em Juazeiro, em Itabuna e em Vitória da Conquista, estaria construída uma grande rótula de articulação dos fluxos econômicos (PESSOTI; PESSOTI, 2015).

O que fazer então? Algumas alternativas seriam formatar políticas de dinamização de aglomerações produtivas preexistentes nos diversos municípios; continuar os esforços para atrair empreendimentos eólicos, ainda que se saiba dos poucos efeitos multiplicadores que eles geram no próprio semiárido (empregam pouca mão de obra e as fábricas de alguns equipamentos para essa atividade têm-se instalado na RMS); e, inevitavelmente, adotar políticas sociais compensatórias para uma região tão escassa de atrativos econômicos e muito povoada.

Além disso, não se pode deixar de mencionar as enormes oportunidades ainda existentes na agropecuária, em termos de encadeamento produtivo, no turismo – tão pouco explorado para um estado com as potencialidades culturais e históricas da Bahia e que sedia baías como a de Todos os Santos e a de Camamu – e na infraestrutura logística.

O setor turístico é um grande gerador de emprego e renda e, embora na Bahia ele se firme no ‘triumvirato’ sol, praia e cultura, como aponta Alban (2016), não se pode menosprezar o segmento de convenções. “Ele é fundamental em períodos de baixa estação e é também um poderoso instrumento de *marketing*, na medida em que atrai pessoas que, bem recepcionadas, voltam posteriormente, muitas vezes com as respectivas famílias, para viver mais intensamente o destino”. Nesse contexto, urge uma solução para o Centro de Convenções de Salvador.

Na infraestrutura, a mesma Baía de Todos os Santos, que é um ativo de alto valor para atividades turísticas, enseja soluções capazes de melhorar a infraestrutura portuária do estado. Como destaca o mesmo Alban (2017), com portos praticamente naturais em suas margens, ela vem estruturando o desenvolvimento baiano há séculos e agora pode ir além. Nas suas palavras, “é preciso explorar o imenso potencial de suas águas profundas, viabilizando o desenvolvimento de um grande, e supercompetitivo, complexo portuário logístico às margens de seu canal central”. Esta ou outra solução que possa ser pensada por especialistas seria uma forma de a Bahia poder competir com *hub-ports* de grande porte que já existem, ou estão em curso, em Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Maranhão, Pernambuco e Ceará.

Por fim, a Bahia ainda mantém a liderança econômica regional, mas sua distância com relação a Pernambuco vem diminuindo e, no *ranking* dos maiores PIB do país, foi ultrapassada por Santa Catarina. Além disso, o estado baiano ainda não conseguiu superar a forte concentração setorial e espacial e as grandes desigualdades sociais que marcam sua evolução econômica. Existem sérios desafios a ser enfrentados e também oportunidades, a exemplo de um conjunto de investimentos, alguns deles estruturantes, que começaram a ser trabalhados no âmbito do planejamento governamental. Eles podem gerar uma nova dinâmica

para a economia baiana. Todavia, ainda que se saiba que investimentos estruturantes levam tempo para dar frutos, preocupa o fato de que alguns deles tenham se frustrado ou estejam parados.

REFERÊNCIAS

ALBAN, M. O desabamento do Centro de Convenções e a Fonte Nova. *Correio da Bahia*, Salvador, 09 out. 2016. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/editorial-o-desabamento-do-centro-de-convencoes-e-a-fonte-nova>>. Acesso em: 10 maio 2017.

ALBAN, M. A Bahia fora dos trilhos. *Correio da Bahia*, Salvador, 12 jan. 2017. Disponível em: <<http://www2.correio24horas.com.br/detalhe/artigo/noticia/marcus-alban-a-bahia-fora-dos-trilhos/?cHash=b33db720e9499fe163236b6f04b098c4/>>. Acesso em: 10 maio 2017.

BAHIA. Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. *Culturas de uva, morango e citrus potencializam a produção agrícola da Chapada Diamantina*. Salvador: SEAGRI, 2013. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias/2013/08/19/culturas-de-uva-morango-e-citrus-potencializam-produ%C3%A7%C3%A3o-agr%C3%ADcola-da-chapada>>. Acesso em: 20 maio 2017.

_____. *Em Rio Real, Bahia, produtores comemoram a safra de laranja*. Salvador: SEAGRI, 2014. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias/2014/05/14/em-rio-real-bahia-produtores-comemoram-safra-da-laranja>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

MARTINS, Rodrigo. Paulo Câmara: “Pernambuco voltará a ser a liderança do Nordeste”. *CartaCapital*, São Paulo, 09 set. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/cartas-da-esplanada/paulo-camara-201cpernambuco-voltara-a-ser-a-lideranca-do-nordeste201d-3658.html>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

CIDADES@. *Projeção da população*: Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/pesquisa/53/49645?ano=2016>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

CONTAS TRIMESTRAIS DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

DEEPASK. *Produção agrícola e área plantada*: Mucugê. Disponível em: <<http://www.deepask.com/goes?page=Veja-ranking-de-municipios-pela-producao-agricola-e-area-plantada>>. Acesso em: 20 maio 2017.

GUERRA, O. F.; GONZALEZ, P. S. H. Evolução recente e perspectivas para a economia baiana. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 27, n. 1, 1996.

GUERRA, O. F.; TEIXEIRA, F. L. C. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produto interno bruto dos municípios: 2010 - 2013*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 71 p. il. (Contas nacionais, 49). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>>. Acesso em: 16 maio 2017.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA: trimestral. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

PESSOTI, G. C.; PESSOTI, F. C. C. Tendências recentes a perspectivas para a economia baiana. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 25, n. 1, p. 31-48, jan./mar. 2015.

PORTAL DBO. *Maior empreendimento leiteiro do país*. São Paulo. 2016. Disponível em: <<http://www.portaldbo.com.br/Mundo-do-Leite/Noticias/Maior-empreendimento-leiteiro-do-pais/15202>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Brasília: PNUD, 2016. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso em: 21 maio 2017.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *PIB e estudos correlatos*. Salvador: SEI, 2017a. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=137&Itemid=337>. Acesso em: 19 abr. 2017.

_____. *PIB municipal, Bahia: 2002-2014*. Salvador: SEI, 2017b. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=561&Itemid=335>. Acesso em: 19 abr. 2017.

_____. *Estrutura do PIB por grandes setores*. Salvador: SEI, 2017c. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2096&Itemid=333>. Acesso em: 20 maio 2017.

TEIXEIRA, F. L. C.; GUERRA, O. F.; ARAUJO, S. Limites para uma dinâmica endógena na economia baiana. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 21, n. 2, 2011.

RESUMO

Este artigo se propõe a analisar e demonstrar algumas das transformações pelas quais a economia baiana passou entre os anos de 2006 e 2015, observando especificamente o setor de serviços. A análise de referencial adotada tem como respaldo as constatações das teorias de localização reveladoras sobre o processo de hierarquias estabelecido por um setor de produção, seja esse agrícola, industrial ou de serviços. Porém, com o foco nos serviços, as análises de conjunturas setoriais foram embasadas em dados sobre o Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia e dos municípios, o Valor Adicionado (VA) setorial e os números pertinentes ao mercado de trabalho, com intuito de destacar a participação do setor. O objetivo é compreender o comportamento deste, no estado, através da dinâmica de crescimento das atividades associadas, aportando-se, principalmente, nas discussões sobre o processo de descentralização setorial da indústria e desconcentração da oferta de serviços na capital e na Região Metropolitana de Salvador.

Palavras-chave: Bahia. Descentralização. Setor de serviços.

Abstract

This article proposes to analyze the transformations that the Bahia's economy underwent between the years 2006 and 2015 in the services sector. The analysis adopted has as support the findings of the localization theories revealing the process of hierarchies established by a production sector, be it agricultural, industrial or service sector. However, as the focus of this article is to approach services, analyzes of sectorial conjunctures were based upon data on the Gross Domestic Product of Bahia and municipalities, the sectoral Added Value, and the numbers pertinent to the labor market, in order to highlight the participation of the sector. The results contemplate the objectives of understanding the behavior of the sector in the state through the growth dynamics of the activities associated with it, contributing mainly to the discussions on the process of sector decentralization of industry and deconcentration of services in the capital and in the Metropolitan Region of Salvador (RMS).

Keywords: Bahia. Decentralization. Services sector.

A dinâmica do setor de serviços na Bahia e seus impactos sobre os municípios e o mercado de trabalho entre os anos de 2006 e 2015

ANA ELÔSIA DE FREITAS MERELLES

Mestre em Economia e doutoranda em Geografia, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora-assistente do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

JO O PAULO CAETANO SANTOS

Mestre em Economia e graduado em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador de Contas Regionais e Finanças Públicas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). joaopaulo@sei.ba.gov.br

A EXPANSÃO do setor de serviços em todas as economias mundiais tem chamado a atenção de estudiosos quanto às características e nuances desse processo tão peculiar para cada ciclo da economia. Desde as antigas sociedades agrícolas, evoluindo com o aparato da dinâmica industrial, e, em décadas recentes, a propagação da economia de serviços ocorre em diferentes escalas e em conjunturas muito específicas.

Embora os relatos históricos para economias desenvolvidas e subdesenvolvidas tenham divergências sobre o início do processo, questões comuns permeiam essas realidades, como, por exemplo: de que forma o setor terciário impacta nas relações produtivas entre as diversas categorias setoriais e geográficas onde se instala? Como ficaram estabelecidas as divergentes relações de trabalho do setor de serviços?

Os estudos de Kon (1995, 1999) afirmam ser a descentralização das atividades do setor secundário, ocorrida nas décadas de 1960 e 1970, um fenômeno internacional de impacto nas oportunidades de investimentos de recursos de capital da manufatura, deslocando-os para os serviços financeiros. Porém, essa descrição não é uma constatação generalizada.

A partir dessa provocação, procurou-se responder, através desta sucinta pesquisa, quais as modificações do setor de serviços na Bahia, e como, nos últimos dez anos, internalizaram-se características oriundas da conjuntura setorial dos serviços. As estatísticas são responsáveis por caracterizar a realidade.

Por um tempo, a prospecção e a extração de óleo e gás eram as atividades de inserção nos centros dinâmicos da economia baiana, com o aumento, inclusive, da migração para os municípios de: Camaçari, Candeias e São Francisco do Conde, nos anos 1950-1965. Por um longo período de tempo, essas atividades foram determinantes para a dinâmica dessas economias locais, através dos campos de petróleo e gás natural. Porém, mesmo que de modo embrionário, a atuação da Petrobras no Recôncavo Baiano já se reportava para necessidades de serviços de vários tipos, desde obras civis e de montagens industriais até transporte de valores (BRITO, 2008).

Quando se observa a trajetória recente da economia brasileira – e baiana –, as estatísticas evidenciam uma conjuntura desfavorável, principalmente nos anos das crises econômicas, de 2008 e 2011, e nos recorrentes declínios de ciclos antes prósperos, ocorridos entre 2014 e 2016, os quais impactaram o setor industrial, sendo que este foi o que mais perdeu participação na estrutura produtiva (nacional e estadual).

A despeito da trajetória declinante observada no setor industrial, os serviços vêm-se destacando em termos de participação no Valor Adicionado (VA) do Brasil e da Bahia. De acordo com as avaliações regionais e setoriais realizadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o estado está entre as unidades da Federação com menor retração no volume de serviços, ocupando atualmente, com os dados preliminares de 2017, a 12ª posição entre as menores retrações do período.

Dessa forma, nas seções seguintes serão analisadas algumas estatísticas relacionadas ao VA dos serviços na Bahia, bem como à geração de emprego formal, tendo como objetivo entender o comportamento do setor no estado através da dinâmica de crescimento das atividades associadas a este, e de que forma essa dinâmica se relaciona com o processo de descentralização econômica. Isto é, se existe uma tendência de desconcentração econômica na Bahia, e, principalmente,

de que forma o setor de serviços tem contribuído para que esta se mantenha ao longo do tempo, ou ainda se tal processo subsistirá nos períodos futuros.

No que concerne aos municípios, observa-se que, tal como ocorre em nível estadual, a maioria dos citados acima tem nos serviços a principal atividade econômica. Dentre as atividades destacam-se: administração pública, educação e saúde mercantil, comércio e transportes. Nesse sentido, as questões que se refletem são: existe uma desconcentração no setor de serviços na Bahia? Essa descentralização está respaldada por municípios com maior renda, população e dinamismo econômico?

Dadas as inquietações motivadoras, este artigo está organizado da seguinte maneira: após a introdução propõe-se uma breve revisão do debate em torno das teorias da dinâmica locacional; em seguida, destacam-se algumas observações sobre as estatísticas da conjuntura setorial de serviços na economia do estado. Na parte empírica da proposta, são apresentados e analisados dados sobre a evolução dos serviços no Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia, o setor de serviços nos municípios e o mercado de trabalho do setor, e por fim, as considerações finais.

TEORIAS DA DINÂMICA LOCACIONAL

Através da genialidade nas observações empíricas dos modelos teóricos de Von Thünen, Lösch e Christaller é que vão-se fundamentar as 'clássicas' teorias da Escola Alemã. Estas consideradas abstratas por não ter respaldo no condicionamento histórico das sociedades, pois respaldam-se em hipóteses necessárias para observação da realidade com objetividade e neutralidade.

Como pioneiro das teorias de localização, a contribuição de Thünen restringiu-se à elaboração de um modelo de localização agrícola como principal referência. Dentro de um processo lógico em que o foco era discutir as distâncias entre os centros de produção agrícola e o de manufaturados, fomentaram-se princípios direcionados à organização espacial da população, dadas as especializações dessas atividades econômicas. Um marco para os padrões da época.

Desde a elaboração desse modelo de localização agrícola surgiram concepções para as definições norteadoras quanto à integração desta com o centro urbano, ideia que será apropriada pelos contemporâneos do autor na dinâmica da localização influenciada por sua obra. Através do modelo esquemático de Thünen, foi feita a representação dos limites de espaço entre as atividades econômicas, medidos através da

Através
do modelo
esquemático
de Thünen,
foi feita a
representação
dos limites de
espaço entre
as atividades
econômicas

No que tange às formas de utilização da terra e às características pioneiras para precificar o uso do solo, é um 'divisor de águas' nas questões espaciais

ilustração de anéis concêntricos, símbolo da delimitação entre o rural e urbano (ALVES, 2015).

Da interpretação feita por Thünen, explicitam-se questionamentos óbvios sobre a noção de espaços sugerida pelo autor, porém, para o seu contexto, eram dúvidas ainda impensadas. Entre as quais, uma questão principal: a distância entre os sistemas produtores agrários (horticultura, fruticultura, criação de gado) e as cidades, provedoras de itens necessários à produção no campo, impactaria na localização dos respectivos sistemas de produção? Conforme a concepção de Thünen, sim. E, apenas com o conhecimento da distância envolvendo a proximidade dos sistemas de produção é que os padrões produtivos em questão se estabeleceriam.

E, de fato, seu raciocínio teórico respalda-se na logística da relação cidade-campo, e em como as dificuldades com produtos perecíveis e as necessidades de insumos distantes implicariam na escolha da localização, priorizado, dessa forma, a importância do fator locacional na escolha da região produtora. A leitura de Bezzi (2004, p. 158) sintetiza que “o próprio ângulo utilizado pelo autor proporciona uma visão de conjunto das atividades econômicas num certo espaço”. E, assim, mais uma vez, reitera-se a preocupação com a questão da escolha para o que deve ser produzido.

Ainda Alves (2015) conclui que, no modelo thüniano, há possibilidades de haver sobreposição dos anéis concêntricos, ou, até mesmo, se comprovar a hipótese de que os centros urbanos podem se expandir, embora as relações de trabalho sejam bem diferenciadas nos distintos espaços, os quais as respaldam por conta das especializações produtivas bem características.

Não há dúvidas de que o referido modelo, no que tange às formas de utilização da terra e às características pioneiras para precificar o uso do solo, é um 'divisor de águas' nas questões espaciais. Pois, conforme palavras de Thisse (2011, p. 19), Thünen:

[...] usou um cenário muito simples e elegante, no qual o espaço é representado por uma planície onde a terra é homogênea sob todos os aspectos, exceto por uma cidade-mercado onde ocorrem todas as transações relacionadas aos produtos agrícolas. A localização da cidade mercado é dada e os motivos de sua existência são deixados de fora da análise. Ao se alocar um alqueire de terra próximo da cidade para uma determinada cultura, os custos de produção de todas as outras culturas são afetados indiretamente, pois elas são forçadas a ser cultivadas mais longe.

A essência da obra de Christaller respalda-se na certeza de que a centralidade resulta da organização em torno de um núcleo

Como, a partir desse respaldado teórico fundamentado nas questões de localização, podem ser pensadas as hierarquias do setor de serviços? Os setores secundários e terciários da economia podem se apropriar de um referencial dentro desses mesmos moldes? Certamente não, pois o setor agrícola tem as suas peculiaridades. Assim, há outros parâmetros condicionantes sobre a teoria de determinante locacional para o setor terciário?

Para responder a essa questão é necessário se reportar à concepção de Christaller e às influências que sua lógica absorveu a partir de Thünen (1826) e Weber (1909), estipulando a organização espacial priorizada pelos enfoques da concentração populacional e o planejamento das cidades, na sua Teoria da Centralidade.

Desse modo, a sua interpretação identifica a divisão do espaço nas cidades por setores de influência das atividades econômicas e prioriza o espaço urbano como espaço geográfico hierarquizado, suprimindo as atividades agrícolas. Portanto, em 1933, a contribuição teórica proposta representou um avanço nas formulações referentes à problemática regional.

Christaller (1893-1969) foi mais um representante da Escola Alemã que, ante as influências anteriores, não se preocupou apenas em focar as cidades, mas também voltou-se para o seu entorno. É relevante observar o significado de hierarquias estabelecido por esse teórico, pois, daí é que foi possível estabelecer os princípios de ordenamento da distribuição espacial, como: centralidade e região complementar, conforme leitura de Bezzi (2004). Além do que, esses conceitos são muito difundidos para os estudos das cidades até hoje.

Nesse contexto, se estabelece a condição de o campo ser subordinado às decisões socioeconômicas das atividades urbanas, vinculadas ao comércio e à indústria, apenas corroborando com a realidade de que o campo é um reflexo das decisões articuladas pelas polarizações ou redes dos centros urbanos. Assim, é muito pertinente afirmar que o espaço rural apresenta-se como de menor concentração populacional e pouco dinamismo nas atividades desenvolvidas, portanto, sem vínculos de decisões com outras áreas (ALVES, 2015).

A essência da obra de Christaller respalda-se na certeza de que a centralidade resulta da organização em torno de um núcleo. Suas premissas levantaram aspectos muito evidentes à construção de uma teoria de localização para os serviços e instituições urbanas que pudessem corresponder ao modelo thüniano. Conforme reflexão de Nunes (2004), a importância dos lugares centrais seria determinada pelo número de

O sistema de lugares-centrais, indicado por Christaller, foi o percussor de que havia uma hierarquia de tamanhos urbanos de acordo com certas funções fornecidas por cada cidade

bens oferecidos pelos mesmos, os quais ganhariam mais visibilidade para atuar quanto maior a oferta de bens.

Por certo, dimensiona-se, através desse respaldo, a precondição para a formação do núcleo urbano, o que pode ser verificado ao longo da história da humanidade, uma vez que a vida comunitária parte da organização desta em torno de certos locais, que vêm a se transformar em centros de futuras cidades, conforme interpretação contemporânea de Bezzi (2004). Portanto, o sistema de lugares-centrais, indicado por Christaller, foi o percussor de que havia uma hierarquia de tamanhos urbanos de acordo com certas funções fornecidas por cada cidade.

É com base nesse aporte teórico que os novos núcleos urbanos estabelecem hierarquias, potencializam as economias e promovem a expansão da dinâmica urbana para áreas que transcendem as regiões mais aglomeradas, também chamadas de metropolitanas. Assim, é a partir dessa análise que, no estado da Bahia, pode-se observar uma evidente correlação entre o crescimento da população, em proporções similares, e um aumento para demandas concernentes às prestações de serviços à sociedade.

OBSERVAÇÕES SOBRE AS ESTATÍSTICAS DA CONJUNTURA SETORIAL DE SERVIÇOS NA ECONOMIA DO ESTADO

Nesta seção avalia-se o desempenho do setor de serviços dentro da economia baiana, bem como sua dinâmica no que concerne à geração de postos de trabalho nas diversas atividades que o compõem. Para melhor explanação, as estatísticas serão exploradas na análise do estado e também do município.

Para tanto, busca-se entender e demonstrar não apenas a dinâmica interna das atividades que compõem o setor de serviços como também a sua dinâmica espacial, isto é, a espacialização do setor entre os municípios baianos, particularmente, nas maiores economias do estado.

A análise dos dados terá como base de comparação os anos de 2006 e 2015. A escolha desses anos decorre do fato de, no período, ter ocorrido mudança nas informações para o mercado de trabalho, disponibilizadas através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) divulgadas através do site oficial do Ministério do Trabalho e Emprego. Até o ano de 2005, a disponibilização das informações sobre o mercado de trabalho estava categorizada tendo como referência a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 1.0. A partir de 2006, essa categorização passou a ter como referência a CNAE

2.0, o que implicou a impossibilidade de se compararem os períodos anteriores. Dessa forma, a fim de compatibilizar as informações do mercado de trabalho e do PIB, optou-se por utilizar os dados deste último, iniciando-se em 2006, a despeito de se ter informação para esta variável a partir de 2002.

Evolução dos serviços no PIB da Bahia

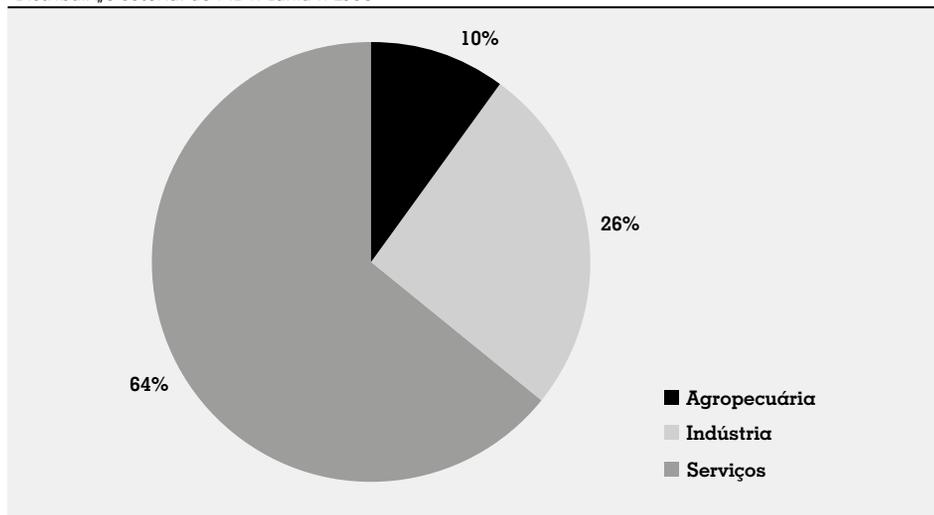
Nos últimos anos, a economia baiana tem apresentado comportamento determinado pela expansão de um conjunto de novas atividades, bem como pela retração de outras até então tradicionais e relevantes para o crescimento econômico do estado. Dentro dessa dinâmica, merece destaque o avanço do setor de serviços e das atividades associadas a este. A título de comparação, em 2006 este setor respondia por 64% das atividades econômicas, enquanto que, em 2015, a sua participação na economia baiana alcançou 70%, conforme pode ser observado nos gráficos 1 e 2.

Conforme os dados do Cadastro Central de Empresas (Cempre) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017), o número total de empresas formais atuando no setor de serviços era 188.700 mil em 2006 e passou para 205.883 mil em 2015, apontando crescimento de 9,1%. Nesse período, a evolução do setor, em termos de participação no VA, foi determinada por alguns segmentos específicos, conforme se pode observar na Tabela 1.

Merece destaque o avanço do setor de serviços e das atividades associadas a este. A título de comparação, em 2006 este setor respondia por 64% das atividades econômicas, enquanto que, em 2015, a sua participação na economia baiana alcançou 70%

Gráfico 1

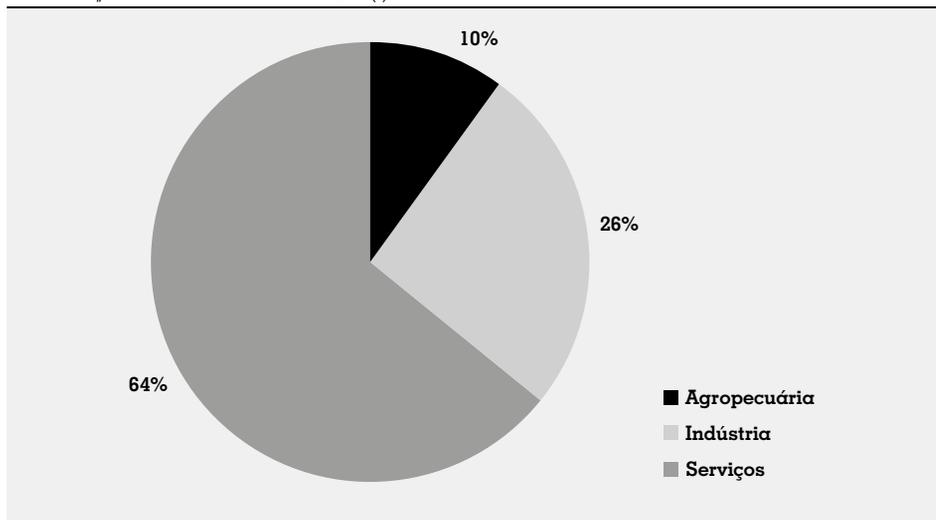
Distribuição setorial do PIB na Bahia em 2006



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2017a).

Gráfico 2

Distribuição setorial do PIB na Bahia em 2015⁽¹⁾



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2017a).

Nota: (1) dados sujeitos a alteração.

Nesta tabela, observa-se que os maiores impactos para o crescimento desse setor devem-se à expansão dos segmentos de *alojamento e alimentação*, com crescimento nominal de 37,5%; *transportes* (29,3%) e *atividades imobiliárias* (21,8%). Por sua vez, os segmentos de *serviços de informação*, *outros serviços* e *atividades profissionais* registram retração no mesmo período, contribuindo negativamente para o desempenho do setor.

Tabela 1

Evolução do setor de serviços e atividades na Bahia em 2006-2015

Ano	Serviços	Comércio	Transportes	Alojamento e alimentação	Informação	Financeiro	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais	Administração pública	Educação e saúde mercantis	Outros serviços
2006	64,5	11,1	3,6	2,4	2,9	3,0	9,1	5,7	19,8	3,2	3,7
2007	65,7	12,8	3,8	2,5	2,7	2,9	8,7	7,0	18,9	3,0	3,4
2008	65,5	13,4	4,4	2,2	2,5	2,6	9,2	5,8	19,2	2,9	3,5
2009	66,3	13,8	4,1	3,3	2,2	2,8	8,9	5,8	19,2	2,8	3,5
2010	65,0	13,1	4,3	2,6	2,0	3,0	8,7	6,4	19,0	2,7	3,1
2011	68,1	13,5	4,9	3,2	1,9	2,9	9,0	6,8	19,9	2,8	3,1
2012	69,9	13,2	4,8	2,9	1,8	3,1	10,6	6,8	20,1	3,2	3,3
2013	72,2	14,3	5,0	3,2	1,8	3,0	10,2	6,9	20,5	4,0	3,3
2014	71,1	13,5	4,7	3,3	1,7	3,3	10,2	7,1	20,5	3,8	3,2
2015 ⁽¹⁾	70,5	12,7	4,7	3,2	1,6	3,5	11,1	5,3	21,7	3,7	3,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2017a).

Nota: (1) Dados sujeitos a alteração.

As análises em seguida apontam os motivos de crescimento para alguns setores de destaque entre os avaliados. A seguir, alguns exemplos:

Atividades imobiliárias

Em termos absolutos, esse segmento aumentou o seu Valor Adicionado Bruto (VAB) de R\$ 7,3 bilhões em 2006 para R\$ 22,7 bilhões em 2015. O aumento da participação desse segmento está diretamente associado aos impactos gerados a partir dos programas governamentais de construção de moradias, particularmente aquelas destinadas às classes média e baixa. Isso porque o VA desse segmento tem em sua composição o elemento 'aluguel imputado', relativo ao conjunto de moradias disponíveis para habitação¹.

Transporte, armazenagem e correio

A atividade aumentou o VAB de R\$ 2,9 bilhões em 2006 para R\$ 9,6 bilhões em 2015 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2017a). Esse aumento é crédito à própria expansão da economia, caracterizando maior fluxo de mercadorias entre as diversas regiões produtoras e consumidoras. Apesar desse crescimento generalizado, o setor de agropecuária, particularmente a produção de grãos, contribuiu significativamente para o crescimento da atividade na medida em que os crescentes aumentos da produção agrícola passaram a demandar um também crescente número de caminhões para o seu deslocamento.

Serviços de alojamento e alimentação e comércio

A expansão dessas duas atividades foi determinada pelo aumento da renda das famílias no período. A maior disponibilidade de renda, bem como de crédito, possibilitou às famílias maior acesso aos produtos e serviços comercializados por estas atividades.

O setor de serviços nos municípios

Os dados do PIB municipal, disponíveis para o período de 2002 a 2014² (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2017b), apontam para uma conjuntura em que alguns dos municípios que registraram as maiores variações para esse produto foram também aqueles que se beneficiaram da expansão do setor de serviços, conforme indicado nas próximas tabelas. A Tabela 2 exibe os dez municípios com maiores VA no setor de serviços. Nesse caso, a capital (Salvador) lidera a predominância no segmento, ainda que, em 2006,

1 Mais informações devem ser aprofundadas através da leitura do Sistema de Contas Nacionais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015b).

2 Os dados do PIB municipal, para o ano de 2015, ainda não haviam sido divulgados até a finalização deste trabalho. Por conta disso, as análises relativas ao PIB dos municípios, diferentemente das demais informações (PIB estadual e RAIS), somente contemplaram o período 2006-2014.

A importância da RMS para o estado é ainda inegável, contudo não é desconsiderada a existência de “novos vetores da expansão econômica no estado

Tabela 2
Maiores VA nos serviços em 2014

	(R\$ mil, o)
Salvador	33.363
Feira de Santana	6.225
Camaçari	5.179
Lauro de Freitas	3.077
Vitória da Conquista	3.020
São Francisco do Conde	2.503
Itabuna	1.997
Luís Eduardo Magalhães	1.808
Simões Filho	1.800
Barreiras	1.629

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2017b).

os dez maiores municípios nesse setor tenham respondido por 63,9% de todo o VA, enquanto que, em 2014, os dez maiores correspondiam a 61% do VA do setor, com um decréscimo pouco significativo.

Ainda na Tabela 2 fica evidente a tendência de diversificação espacial no setor para, por exemplo, a segunda posicionada no *ranking* (Feira de Santana), fato intimamente associado à expansão das atividades comerciais e dos serviços educacionais e de saúde, prestados para municípios vinculados a sua zona de influência, os quais se associam a essa centralidade favorecida pelo intercâmbio da BR-324. Por sua vez, outras localidades, além das tradicionais, tendem a fomentar e gerar a necessidade de prestação desses mesmos serviços. Assim, é recorrente ocorrer descentralizações de ordem espacial do setor, antes, praticamente, exclusividade da Região Metropolitana de Salvador (RMS), exemplificadas pelas participações de Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho.

Nesse sentido, a pesquisa realizada por Santos, Silva e Pereira (2016), entre os anos de 2006 e 2014, aponta tendências associadas a dinâmicas econômicas próprias que qualificam os municípios e as suas respectivas regiões econômicas na Bahia com um desempenho expressivo na participação do PIB estadual. Segundo essa avaliação, a importância da RMS para o estado é ainda inegável, contudo não é desconsiderada a existência de “novos vetores da expansão econômica no estado”, por vezes, dada a pertinente participação de arranjos institucionais necessários ao condicionamento de êxito para essas novas atuações (SANTOS; SILVA; PEREIRA, 2016, p. 110).

Ainda nessa análise é possível fazer uma interpretação sobre as estatísticas apresentadas pelos autores citados (2016), pelo fato de as externalidades existentes oportunizarem interatividade constante entre os municípios e as hierarquias formadas por estes, pois há consonância

com as funções estabelecidas entre o público consumidor de cada serviço do município e o limiar da sua área de atuação.

Conforme as concepções apresentadas anteriormente a despeito dos princípios embasadores da teoria de lugar central, proposta por Christaller, fica compreensível que a variedade de bens e serviços de consumo oferecidos pelos estabelecimentos de uma cidade pertença a uma classe ou ordem de tamanho dependente do número de limiares que a população da cidade e seus arredores possam disponibilizar.

A Tabela 3 exhibe os dez municípios que registraram as maiores variações nominais no PIB entre 2006 e 2014, bem como a posição que esses mesmos municípios tiveram em termos de crescimento do setor de serviços em comparação com todos os municípios baianos.

Tabela 3

Maiores variações no PIB e posição nos serviços

Município	Var (%) PIB	Var. serviços
Cairu	3.042	1º
Conceição do Jacuípe	597	154º
Igaporã	536	26º
Barra do Rocha	471	185º
Formosa do Rio Preto	431	5º
Itagibá	371	6º
Mucugê	363	307º
Caculé	343	4º
Rodelas	327	31º
Luís Eduardo Magalhães	325	2º

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2017a).

Conforme se pode observar, dentre os dez municípios com as maiores variações no PIB, cinco também registraram as maiores variações no setor de serviços, o permite inferir que o crescimento do PIB observado nesse período foi influenciado pela dinâmica do setor de serviços. Nesse sentido, as variações observadas nesses municípios ocorreram em decorrência das seguintes dinâmicas: Cairu – beneficiado pelo crescimento de serviços associados à exploração de gás; Luís Eduardo Magalhães – teve crescimento em serviços associado ao segmento do agronegócio, particularmente nas vendas do comércio varejista e de insumos para a produção agrícola; Caculé – teve crescimento no segmento de comércio varejista, propiciado pelo aumento da renda local; Formosa do Rio Preto – foi impactada pela expansão nas vendas do comércio varejista, e Itagibá – teve crescimento nas vendas de comércio varejista e serviços de apoio à extração mineral.

Esses municípios são oriundos de diferentes regiões econômicas no estado, o que reitera a heterogeneidade da economia estadual, desde as

Dentre os dez municípios com as maiores variações no PIB, cinco também registraram as maiores variações no setor de serviços, o permite inferir que o crescimento do PIB observado nesse período foi influenciado pela dinâmica do setor de serviços

O aumento de participação dos serviços no VA da Bahia, entre 2006 e 2015 foi determinado pela expansão nominal de 177% no VA; já as ocupações formais no setor tiveram crescimento ligeiramente superior (187,0%)

atividades diversificadas nas economias do baixo sul da Bahia, como Cairu e Itagibá, até as mais especializadas, como as do oeste, a exemplo de Formosa do Rio Preto e Luís Eduardo Magalhães.

O MERCADO DE TRABALHO NO SETOR DE SERVIÇOS

Na discussão anterior, observou-se que a dinâmica do setor de serviços tende a ser descentralizadora à medida que a oferta de uma série de atividades associadas a este somente pode ser realizada na mesma região onde há demanda por tal serviço.

Em função disso, o avanço do setor de serviços no conjunto da economia baiana implicou também o crescimento expressivo de algumas cidades, contribuindo, dessa forma, para que esses locais auferissem taxas de expansão significativas entre 2006 e 2014.

Nesta seção, o objetivo é analisar o comportamento do mercado de trabalho no setor de serviços. Anualmente o Ministério do Trabalho divulga os dados relativos ao desempenho do mercado de trabalho brasileiro, destacando o seu desempenho nos três níveis federativos (União, estados e municípios). Estes dados exibem a dinâmica do mercado de trabalho formal³, contemplando uma série de informações sobre a qualidade da ocupação, o rendimento do trabalhador, dentre outros dados (BRASIL, 2017).

O aumento de participação dos serviços no VA da Bahia, entre 2006 e 2015 foi determinado pela expansão nominal de 177% no VA; já as ocupações formais no setor tiveram crescimento ligeiramente superior (187,0%). Entre 2006 e 2015, o total de pessoas trabalhando em alguma atividade no setor de serviços baiano passou de 1.263 mil trabalhadores para 3.623 mil trabalhadores. O comportamento do mercado de trabalho na Bahia, entre 2006 e 2015, é exibido na Tabela 4, onde se observa a dinâmica das ocupações dentro das atividades do setor de serviços.

Conforme pode-se observar na Tabela 4, o mercado de trabalho formal baiano tem a administração pública como principal atividade econômica para a geração de postos de trabalho, assim como ocorre na participação do VA. Em 2015, quase 600 mil de trabalhadores estavam inseridos nessa atividade, representando aproximadamente 33% de todos os ocupados nesse setor. Ainda que seja uma participação expressiva, os números evidenciam a redução de 7,2 p.p. no total de pessoas ocupadas nessa atividade entre 2006 e 2015. Essa redução é consequência de ajustes às crises de recessão pelas quais a economia passou no período.

3 Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (BRASIL, 2017) contemplam apenas os empregos efetivados com registro em Carteira de Trabalho, sendo assim, ocupados informalmente não fazem parte da análise.

Tabela 4

Evolução da ocupação nos serviços na Bahia em 2006-2015

Segmento	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
Comércio	454.132	459.125	442.796	424.822	420.739	385.397	358.929	333.629	308.878	290.694
Transportes	105.557	107.475	104.911	100.167	98.410	91.691	85.802	81.597	75.725	71.552
Alojamento e alimentação	97.434	98.391	91.374	88.545	84.445	79.539	72.895	68.816	64.299	59.084
Informação e comunicação	24.585	29.754	31.755	31.965	27.224	20.429	18.850	17.543	16.825	17.076
Atividades financeiras	28.515	28.492	27.787	27.190	25.783	24.125	22.639	23.057	22.179	20.824
Atividades imobiliárias	8.872	8.232	6.121	6.275	6.811	4.719	3.566	3.161	2.535	2.332
Atividades profissionais	43.923	51.395	45.355	43.024	43.133	39.410	36.323	29.312	26.027	22.543
Administração pública	599.742	603.006	588.171	576.218	629.395	614.372	608.842	577.230	567.647	530.041
Saúde e educação mercantil	193.067	182.956	173.165	165.800	153.913	139.587	133.426	127.612	126.367	122.435
Artes, cultura e esportes	9.196	8.916	8.482	8.198	7.234	6.281	5.931	5.505	5.285	5.425
Outros serviços	275.070	278.065	264.788	263.173	245.475	236.212	217.016	201.234	193.006	189.754

Fonte: Brasil (2017).

Dentre as demais atividades do setor de serviços, a que apresentou a maior variação no total de ocupados foi o comércio. No período, a atividade comercial registrou expansão de 2,9% no total de ocupados formais, representando 24,7% de todas as ocupações nos serviços. Outro destaque foi a expansão dos serviços de *educação e saúde mercantil*, com crescimento de 1,3% associado à expansão da renda das famílias no mesmo período. Considerando-se apenas a massa salarial média dos ocupados formais em todas as atividades, o crescimento observado no período foi de 75,0%, conforme se pode observar na Tabela 5.

Tabela 5

Massa salarial real (1) média dos ocupados formais na Bahia em 2006/2015

(1,00 R\$)

Atividades econômicas	2015	2006	Var. real
Agricultura	1.398.452.684	905.404.089	54,5
Extrativa	1.141.643.089	930.559.177	22,7
Transformação	5.438.246.319	3.393.813.015	60,2
Eletricidade e gás	450.520.252	331.625.480	35,9
Liquidação, esgoto e gestão de resíduos.	543.267.451	311.293.323	74,5
Construção civil	3.181.219.920	1.502.625.050	111,7
Comércio	6.964.712.654	3.425.492.165	103,3
Transporte	2.382.977.977	1.353.210.868	76,1
Alojamento e alimentação	1.313.170.708	652.171.185	101,4
Informação e comunicação	668.328.539	480.269.252	39,2
Atividades financeiras	1.766.417.391	1.154.492.635	53,0
Atividades imobiliárias	141.953.117	27.900.972	408,8
Atividades profissionais	1.114.593.386	516.068.032	116,0
Administração pública	21.074.012.481	12.342.897.587	70,7
Educação e saúde mercantil	3.696.148.685	2.005.382.053	84,3
Artes e cultura	2.325.080.094	1.335.904.612	74,1
Outros serviços	4.367.222.415	2.621.639.495	66,6
Total	57.343.586.035	32.766.099.948	75,0

Fonte: Brasil (2017).

Cálculos dos autores.

(1) Calculado com base no IPCA, a preços de 2015.

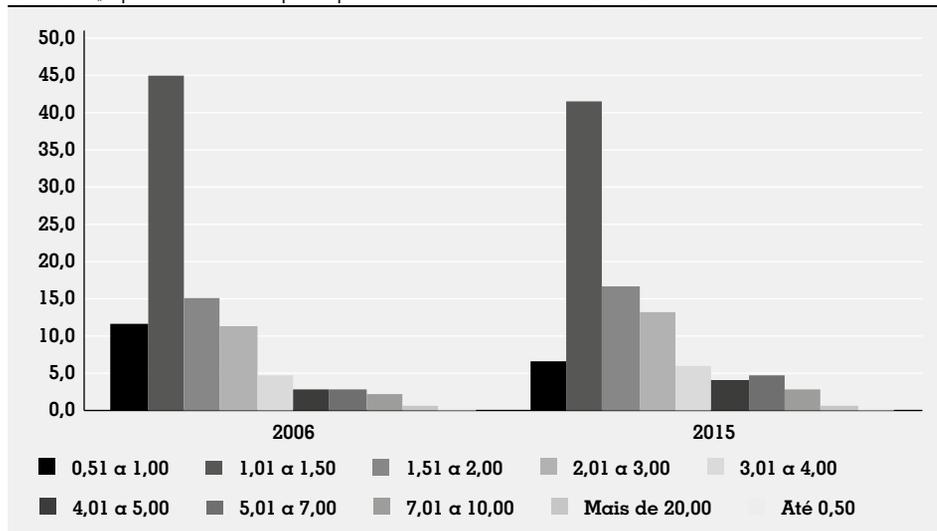
As atividades que registraram os maiores ganhos em termos reais na massa salarial foram: atividades imobiliárias, atividades profissionais, construção civil, comércio e alojamento e alimentação

Os dados da Tabela 5 demonstram que as atividades que registraram os maiores ganhos em termos reais na massa salarial foram: *atividades imobiliárias, atividades profissionais, construção civil, comércio e alojamento e alimentação*. Ou seja, dentre as cinco maiores variações, três são relativas ao setor de comércio. Tendo em vista que a evolução das ocupações no setor não foi tão significativa, conforme destacado na Tabela 4, o crescimento na renda real das atividades de serviços reflete o momento propício de expansão pelo qual passou o setor.

O ganho na massa salarial, descrito no parágrafo anterior é confirmado ao se analisar o total de ocupados por faixa salarial. O Gráfico 3 demonstra que, em 2006, aqueles que recebiam entre 1 e 1,5 salário mínimo correspondia a quase 45% dos ocupados, ao passo que, em 2015, essa parcela respondia por 41,5%. Já as faixas variando entre 1,5 e 7 salários variaram entre 1,2% e 1,9% no total de ocupados. O principal destaque negativo nesta análise comparativa foi o crescimento dos ocupados recebendo menos que 0,5 salário mínimo, que passou de 0,4% para 0,6% do total de ocupados nos serviços.

Gráfico 3

Distribuição percentual dos ocupados por faixa de rendas na Bahia em 2006/2015



Fonte: Brasil (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar o desempenho do setor de serviços na Bahia, entre os anos de 2006 e 2015, observando tanto a sua evolução enquanto componente do VA – a qual foi crescente ao longo do período – quanto os seus impactos sobre a atividade econômica dos municípios e ainda a relação entre a atividade e a geração de empregos.

Os dados apontam que o setor de serviços vem ganhando, ao longo dos anos, maior participação na estrutura econômica da Bahia sendo que este ganho de participação ocorre tanto em função do aumento da renda das famílias, a qual vai impactar diretamente na demanda pelos bens e serviços ofertados neste setor, quanto da perda de importância de setores econômicos tradicionais.

Pois, há uma obviedade que a desconcentração se dá em função de que a maioria das atividades de serviços requererem a proximidade entre a demanda e a oferta pelos mesmos, daí o crescimento de atividades em locais onde se observa aumentos na renda. Ocorre também o fenômeno, ainda que incipiente, da desconcentração espacial da atividade econômica baiana, respaldado no aumento das populações municipais, mesmo que essa informação não tenha sido um aspecto explanado pela pesquisa.

A evolução do setor também implicou em aumento na geração de empregos com uma ligeira melhora na distribuição da massa de rendimentos, quando se observa que no período, os ganhos reais foram bastante significativos em algumas atividades.

Assim, com base na análise realizada, tem-se como perspectiva a continuidade do processo de desconcentração produtiva, baseada na diversificação espacial das atividades associadas aos serviços no estado da Bahia. Esse processo, por certo, se manterá ou mesmo será ampliado se contínuos ganhos no rendimento real da massa salarial dos trabalhadores forem auferidos.

Em suma, a proposta conseguiu dimensionar um panorama sobre o setor de serviços e as descentralizações produtivas e espaciais para os anos da análise. Outros elementos são necessários para o planejamento de novos investimentos privados e públicos no setor de serviços, desde que sejam também respaldados pelos interesses da sociedade baiana, desprovida de serviços básicos necessários a uma melhor qualidade de vida, e não apenas, os serviços subsidiários à dinâmica e logística da economia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Flamarion Dutra. Questões teórico-metodológicas entre geografia econômica e desenvolvimento regional. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, v. 1, n. 37, p. 5-21, jan./jul. 2015. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/3355>>. Acesso em: 20 maio 2017.

BEZZI, Meri Lourdes. *Região: uma (re) visão historiográfica - da gênese aos novos paradigmas*. Santa Maria: UFSM, 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS):2006-2015*. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>>. Acesso em: 15 out. 2017.

BRITO, Cristóvão. *A Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano*. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/jpst2/pdf/brito-9788523209216.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas do Cadastro Central de Empresas*: CEMPRE, 2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/outras-estatisticas-economicas/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html>>. Acesso em: 15 out. 2017.

_____. *Produto Interno Bruto dos municípios*: 2014. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>>. Acesso em: 15 out. 2017.

_____. *Sistema de Contas Nacionais*: Brasil: referência 2010. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. (Nota metodológica, 6).

KON, Anita. *Regiões metropolitanas brasileiras*: índices de diferenciação. São Paulo: FGV, 1995. (Relatório de pesquisa, 5).

_____. A internacionalização dos serviços. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 42-54, jan./mar 1999.

NUNES, Flaviana Gasparotti. *O econômico na Geografia*: influências do pensamento econômico na produção geográfica (1970-2001). 2004. 209 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SANTOS, João Paulo C.; SILVA, Karina M.; PEREIRA, Simone B. Medeiros. Interiorização produtiva e novos vetores de crescimento econômico na Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 26, n. 1, p. 109-119, jan./jun. 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *PIB estadual anual*: 2015. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2096&Itemid=333>. Acesso em: 18 out. 2017a.

_____. *PIB municipal*: 2014. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=373>. Acesso em: 1 set. 2017b.

_____. *Volume de serviços na Bahia cresceu 3,8% de julho para agosto de 2017*. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2537:volume-de-servicos-na-bahia-cresceu-3-8-de-julho-para-agosto-de-2017&catid=9&Itemid=555>. Acesso em: 18 out. 2017c.

THISSE, Jacques-François. Geografia econômica. In: CRUZ, Bruno de Oliveira et al. *Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil*. Brasília: IPEA, 2011. p. 17-42.

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo fazer uma análise atualizada da importância da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) para o desenvolvimento regional do estado, com especial referência ao município de Cachoeira. Os dados empíricos parecem confirmar que, após nove anos de instalação da universidade no município baiano, há uma mudança/evolução em indicadores de geração de empregos, crescimento do PIB local, bem como considerável melhoria no indicador de desenvolvimento humano municipal calculado pelo PNUD. Esses resultados, embora parciais, ante o estudo que está sendo elaborado por estes autores, com vistas a analisar os investimentos públicos federais na descentralização do ensino superior no Brasil, reforçam que a presença da UFRB aumentou a geração de empregos estatutários no município de Cachoeira e, ainda, promoveu uma melhoria na qualificação dos trabalhadores baianos. Configura-se, pois, uma nova força motriz para o interior do estado, capaz de gerar externalidades locais e diminuir a situação de estagnação de uma das mais importantes regiões econômicas da história baiana.

Palavras-chave: Cachoeira (BA). Educação e desenvolvimento. UFRB.

ABSTRACT

This article aims to make an updated analysis of the importance of the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB) for the regional development of the state, with special reference to the municipality of Cachoeira. The empirical data seems to confirm that after 09 years of university installation in the city of Cachoeira, there is a change/evolution in indicators of job creation, local GDP growth, as well as the considerable improvement in the UNDP Human Development Indicator for the municipality. These results, although partial, in view of a larger study being prepared by these authors to analyze federal public investments in the decentralization of higher education in Brazil, reinforce that the presence of UFRB increased the generation of statutory jobs in the municipality of Cachoeira, and also improved the qualification of Bahian workers. Thus, a new driving force is set up for the interior of the state, capable of generating local externalities and reducing the stagnation of one of the most important economic regions of the history of Bahia.

Keywords: Cachoeira (BA). Education and development. UFRB.

Educação superior como vetor de desenvolvimento regional: análise atual da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e seus reflexos econômicos para o município de Cachoeira

ROBERTO LUCAS SPÔNOLA SOUTO

Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano e graduado em Ciências Econômicas, pela Universidade Salvador (Unifacs). robertospinola@gmail.com

Fj BIO DA SILVA SANTOS

Mestre e doutorando em Desenvolvimento Regional e Urbano, pela Universidade Salvador (Unifacs); especialista em Direito Público, pela União Metropolitana para o Desenvolvimento da Educação e Cultura (Unime); especialista em Docência do Ensino Superior, pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) e graduado em Direito, pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). fabiosantos.ba@hotmail.com

GUSTAVO CASSEB PESSOTI

Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, pela Universidade Salvador (Unifacs) e graduado em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor adjunto da Unifacs; diretor de Indicadores e Estatísticas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e presidente do Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-BA).

A RELAÇÃO entre educação e desen-

volvimento tem sido bastante discutida através da teoria do capital humano, de

Theodore Schultz, e por ser um dos fatores considerados no processo que se denomina de economia de aglomeração.

Uma nova vertente, capitaneada em debates recentes por Stiglitz (2016) e Piketty (2014, 2017), já se refere às consequências

que os diferentes níveis educacionais

podem provocar na desigualdade

em uma determinada sociedade.

Em que pese a relevância dos temas citados anteriormente, o investimento público no setor educacional, com destaque para o ensino superior, além dos aspectos já mencionados, possibilita a geração de efeitos na estrutura produtiva do local onde uma nova instituição de ensino se instala, em especial nos municípios menos dinâmicos.

O direito à educação, enquanto direito social, além de funcionar como garantia de um mínimo existencial, é também norteador da atividade interpretativa e das medidas adotadas para atender aos fins relacionados à ordem social de um Estado democrático de direito

Neste sentido, o presente trabalho busca compreender os impactos na estrutura econômica e no mercado trabalho local a partir do investimento público no ensino superior, considerando a potencialidade deste como atividade motriz em determinado município e/ou região. O artigo limita-se a um estudo de caso, particularizando as externalidades percebidas no município de Cachoeira (BA), após a instalação do *campus* da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB) na cidade.

Toda discussão proposta ocorre a partir da análise de dados secundários referentes à evolução entre o período anterior à instalação da UFRB em Cachoeira até o período atual. Para efeito desta discussão, foram analisados o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e as características do mercado de trabalho obtidas através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho.

Para tanto, além desta breve introdução, o artigo está dividido em três partes: na segunda sessão é realizada uma discussão teórica abordando a relação entre o investimento público em educação e o processo de desenvolvimento da região. Na terceira sessão é feita uma breve apresentação das características do Recôncavo baiano, do histórico do município de Cachoeira e da UFRB. Em seguida, na quarta sessão, são apresentadas as análises dos dados secundários para verificar os possíveis impactos na estrutura econômica e do mercado de trabalho no município decorrentes da instalação do *campus* universitário. Ao final, são realizadas breves considerações sobre os principais pontos retratados ao longo do texto.

O INVESTIMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO COMO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

É de fundamental importância o papel da educação na formação dos indivíduos e na sua atuação positiva perante a sociedade. Por sua importância, a educação é considerada como elemento do chamado mínimo existencial que, por seu turno, é formado pelas condições materiais básicas para a existência digna de um indivíduo. Assim, pode-se afirmar que a educação cumpre o propósito de tornar o indivíduo socialmente diligente e independente, existindo como um legítimo cidadão, economicamente capaz e politicamente ativo.

O direito à educação, enquanto direito social, além de funcionar como garantia de um mínimo existencial, é também norteador da atividade interpretativa e das medidas adotadas para atender aos fins relaciona-

dos à ordem social de um Estado democrático de direito. Neste cenário, surgem as políticas públicas educacionais, enquanto planejamento e atuação estatal, no sentido de implementar os fins constitucionais para um desenvolvimento local e regional (SANTOS, 2016).

Observa-se que direito à educação, enquanto direito fundamental social de aplicabilidade imediata, demanda uma atuação positiva do Estado com vistas à sua implementação. O poder público fica obrigado a executar tal garantia por meio de políticas públicas educacionais. Estas atuarão como meio de efetivação do direito à educação e um instrumento de atendimento às necessidades sociais. As políticas públicas passam a ser compreendidas como diretrizes de ação do Estado, no sentido de garantir à sociedade a efetividade de seus direitos, principalmente àqueles cidadãos mais carentes.

As políticas de educação do nível superior no Brasil ganham destaque na década de 1990, principalmente com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), que estabelece um conjunto de princípios que reorientam o ensino superior em sintonia com as indicações dos organismos internacionais. Como propósito, apresenta-se a defesa de processos de descentralização, flexibilização e expansão das oportunidades educacionais, por meio da abertura de instituições privadas de ensino superior em todas as regiões brasileiras. Constata-se uma indução à privatização desse nível de ensino.

Para Teixeira (1998), a universidade deve ser um centro de saber, destinado a aumentar o conhecimento humano, e de cultura capaz de alargar a mente e amadurecer a imaginação dos jovens para a aventura do conhecimento. Além de funcionar como uma escola de formação de profissionais e instrumento mais amplo e profundo de elaboração e transmissão da cultura comum brasileira, Teixeira (1998) destaca que as instituições de ensino superior deviam ser profundamente nacionais, mas intimamente ligadas – por esse amplo conceito de suas finalidades – às universidades de todo o mundo, à grande fraternidade internacional do conhecimento e do saber.

Considerando-se os sistemas educativos, nas esferas federal, estadual e municipal, destaca-se o sistema federal de ensino composto, precipuamente, pela educação superior, objeto desta pesquisa. O artigo 16 da LDB regulamenta que tal sistema é integrado pelas instituições de ensino mantidas pela União, pelas instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e pelos órgãos federais de educação (BRASIL, 1996). Além das instituições de ensino e dos componentes materiais do sistema federal, este também é composto por um conjunto de normas, sendo da União competência, privativa e não exclusiva, legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional,

Os mercados de trabalho necessitam, cada vez mais, de desenvolvimento tecnológico, no sentido de promover não só o crescimento econômico, mas garantir a continuidade de soluções, notadamente nos campos da saúde e da educação

bem como fixar o Plano Nacional de Educação, o que será feito em colaboração com os demais entes federados.

No contexto das relações entre o capital humano e a educação, registra-se o ponto de reflexão estabelecido em conferências de Theodore Schultz na década de 1960, que aproximam a economia da educação. Assim, evidenciam-se outros teóricos que possuem discursos anteriores ao de Schultz, os quais, em alguma medida, contribuíram para a construção da teoria do capital humano.

Na perspectiva do pensamento de Marshall (1996), pode-se inferir uma relação entre o desenvolvimento nacional e os atributos éticos e intelectuais da população como um dos mais valiosos insumos da função da produção. Marshall (1996) defende estar diante de um dos ingredientes mais decisivos na receita do crescimento econômico, ou seja, a qualidade moral e intelectual do homem.

Entende-se que, na contemporaneidade, os mercados de trabalho necessitam, cada vez mais, de desenvolvimento tecnológico, no sentido de promover não só o crescimento econômico, mas garantir a continuidade de soluções, notadamente nos campos da saúde e da educação, no intento de mitigar as assimetrias sociais mais evidenciadas nos países periféricos (MARSHALL, 1996).

Sobre a especialização da mão de obra fornecida pela sociedade e a facilidade de difusão do conhecimento, o autor observa: “Os segredos da profissão deixam de ser segredos e, por assim dizer, ficam soltos no ar, de modo que as crianças absorvem inconscientemente grande número delas” (MARSHALL, 1996, p. 320). Todo este processo de difusão de conhecimento, propiciado pela interação da sociedade com a atividade industrial, poderia representar uma economia de material nas empresas.

Na década de 1990, foi muito debatido no Brasil o modelo de desenvolvimento econômico, enfatizando a eficiência da gestão e a inovação para melhorar a competitividade das empresas. Um conjunto de atividades de interação entre universidades e empresas foi estimulado, com destaque para serviços tecnológicos (testes, medições, consultorias, serviços de informação), serviços de educação, projetos de pesquisa, projetos realizados por empresas incubadas e projetos articulados com empresas juniores - consultoria organizada pelos alunos com *coaching* do corpo docente (FERREIRA, 2009).

Nesse sentido, houve um aumento de universidades públicas, bem como o apoio de instituições de incentivo à pesquisa e suporte ao ensino, como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), criada em 1967, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Ca-

pes), o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e as fundações de apoio à pesquisa dos estados que, nestes últimos anos, têm mantido um fluxo crescente de suporte financeiro às atividades de pesquisa voltadas para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação.

Importante destacar, ainda, que no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério de Educação e Cultura (MEC), em 2003, criou um programa para descentralizar as universidades públicas concentradas nas metrópoles, instalando-as em cidades com liderança nas economias regionais. Nesse mesmo período, o governo investiu na criação de cursos de graduação (Administração de Empresas, Administração Pública, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia) e no desenvolvimento de pesquisa tecnológica, inserido de forma incisiva para qualificar o desenvolvimento regional pretendido (FERREIRA, 2009).

O acesso à mão de obra qualificada representa um dos fatores dos quais decorrem as denominadas “economias de aglomeração”. Harvey (2016) explica que as empresas se beneficiam quando possuem acesso a mão de obra especializada, informação e infraestrutura adequada, e observa que “uma empresa treina os trabalhadores que outras empresas poderão contratar imediatamente, sem necessidade de treiná-los primeiro” (HARVEY, 2016, p. 141).

No entanto, conforme pontua Benko (1996, p. 69), “a vantagem comparativa é artificial; origina-se do processo da troca e se manifesta no decurso de uma trajetória do desenvolvimento regional no instante em que se transformam progressivamente as aglomerações industriais e as condições de suas economias externas”.

Se a vantagem comparativa é decorrente de um processo artificial, cabe ao Estado intervir, a fim de evitar que ocorram graves distorções no território, provocadas pela livre atuação do mercado. O papel do Estado não está ligado à garantia de uniformidade, mas é necessário compreender que o desenvolvimento desigual do território “se traduz por desigualdades cumulativas do lucro e da acumulação, com consequências sociais clássicas” (LIPIETZ, 1988, p. 157). “O capital nunca resolve suas falhas sistêmicas porque as desloca geograficamente” (HARVEY, 2016, p. 145).

Se o espaço social é a dimensão espacial da sociedade considerada como totalidade, como comunidade material, como produto da atividade coletiva, independente das atividades particulares, e impondo-se a cada uma delas como força estranha, então ele mantém uma relação específica com as instituições que representam o interesse “coletivo” e aparece como “comunidade ilusória”: com o Estado. (LIPIETZ, 1988, p. 149).

O acesso à
mão de obra
qualificada
representa um
dos fatores
dos quais
decorrem as
denominadas
“economias de
aglomeração”

O investimento público no ensino superior deve ser compreendido no âmbito da qualificação da mão de obra e dos reflexos consequentes deste na formação de “economias de aglomeração”

O papel a ser desempenhado pelo Estado está ligado à regulação das contradições entre o social e o privado em sua dimensão espacial. A intervenção estatal “visa atenuar a incapacidade da iniciativa privada em suscitar o desenvolvimento do espaço social.” (LIPIETZ, 1988, p. 146).

O tipo de racionalidade tipicamente imposto pelo Estado é exemplificado por suas práticas de planejamento urbano e regional. Essas intervenções e investimentos tentam conter as consequências normalmente caóticas do desenvolvimento desregulado do mercado. O Estado impõe estruturas cartesianas de administração, lei, cobranças de impostos e identificação individual [...] Os Estados podem usar seus poderes para orquestrar a vida econômica não só por intermédio do controle dos investimentos em infraestrutura, mas também pelo poder de criar ou reformar instituições básicas. (HARVEY, 2016, p. 148).

Em abordagens recentes, Stiglitz (2016) e Piketty (2014, 2017) reforçam a influência do acesso à educação na sustentação da desigualdade social. A educação é, de fato, um instrumento de ascensão social, e políticas públicas neste segmento são de extrema relevância para ao menos garantir a competição por espaço no mercado de trabalho em níveis mais equânimes de formação entre as classes mais carentes e a elite. De modo que pessoas das classes mais carentes possam vir a ocupar posições mais elevadas dentro da divisão do trabalho e ascender socialmente.

Neste sentido, o investimento público no ensino superior deve ser compreendido no âmbito da qualificação da mão de obra e dos reflexos consequentes deste na formação de “economias de aglomeração”, a partir dos efeitos que decorrem do multiplicador, advindos das externalidades por ele provocadas. Paelinck (1977, p. 162), ao analisar a teoria dos polos de desenvolvimento de Perroux, pontua que “um polo de crescimento seria toda a implantação de empresas importantes, de preferência industriais, que exercem efeitos benéficos sobre o meio geográfico em que se introduzem”. Assim, desde que exerça efeitos benéficos ao meio geográfico em que se encontra, a universidade pode cumprir o papel do polo de crescimento, representando uma atividade motriz.

Coraggio (1972) afirma que a teoria dos polos de crescimento pode ser entendida basicamente por quatro aspectos: uma nova atividade motriz é inserida em um subsistema regional, com altas taxas de crescimento e com tamanho suficiente para desestabilizar o sistema, apresentando uma série de efeitos positivos e negativos. Na medida em que os efeitos se concentram no subsistema regional, diz-se que a atividade motriz constitui-se em um polo para região, que pode ser de crescimento ou desenvolvimento, a depender do nível e da qualidade que os efeitos provocados terão sobre as estruturas já existentes. Se os efeitos positivos estiverem sujeitos a um processo de filtragem sobre o resto do sistema,

e os efeitos negativos tiverem uma maior concentração no subsistema, diz-se que a atividade representa um entrave para a região. A partir da classificação dos efeitos e seus filtros correspondentes, há uma explicação para as condicionantes de uma atividade motriz se constituir um polo ou um entrave, de modo que possam ser identificados os obstáculos ao desenvolvimento.

Há, no entanto, uma ideia de que os efeitos positivos da instalação de uma nova atividade motriz sempre superam os efeitos negativos, o que caracterizaria a existência dos polos de crescimento. Coraggio (1972) apresenta sete requisitos para que isto aconteça:

1. A atividade motriz deve conseguir transformar os insumos da região, oferecendo um tamanho de mercado suficiente para que sejam desenvolvidas nestas atividades produtoras destes insumos (encadeamento para trás).
2. A atividade deve ter uma tecnologia relativamente intensiva em mão de obra, para que contribua na transformação da qualidade do trabalho na região (efeito do trabalho).
3. A população ocupada diretamente pela nova atividade, em conjunto com a população já ocupada em outras atividades, deve elevar a demanda de modo que se superem os limites econômicos do fornecimento de bens e serviços básicos (efeito da demanda).
4. Os efeitos provocados devem recair sobre os empresários “modernos” locais, para que possa haver a reversão para outras atividades regionais que estejam ligadas ou não com a atividade principal, criando um efeito de expansão em um maior número de setores (efeito reversão).
5. Para que exista a possibilidade de os benefícios serem apropriados efetivamente pelos empresários locais, é necessário que os mecanismos de comercialização e de financiamento sejam manipulados pelo mesmo grupo de empresários locais, para que tenham uma estrutura competitiva e impeçam a transferência de recursos para outras regiões.
6. Os novos grupos sociais que participarão de forma direta destas novas atividades devem estar integrados à estrutura social da região, como forma de se facilitar o fenômeno da difusão.
7. As ações dos agentes das novas atividades e do setor público devem se concentrar num programa coerente, que reflita o interesse das elites e que considere os excessivos custos sociais.

Pode-se dizer que a colonização do Recôncavo começa com a divisão de suas terras em sesmarias, a partir da segunda metade do século XVI

No presente artigo, busca-se analisar os efeitos provocados pelo investimento público no ensino superior, retratado pela UFRB, na economia e no mercado de trabalho do município de Cachoeira, compreendendo a instituição de ensino superior como uma nova atividade motriz para a cidade e tomando por base os requisitos apontados por Coraggio (1972). Antes, porém, é necessário realizar uma breve incursão sobre as características gerais do Recôncavo baiano e um breve histórico de Cachoeira e da UFRB.

O RECÔNCAVO BAIANO, O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA E A UFRB

Breves notas sobre a história econômica do Recôncavo baiano

O Recôncavo apresenta-se historicamente como uma região que desempenha duas funções elementares: de um lado abastece de alimentos, provisões e produtos agrícolas a cidade do Salvador, por mais de dois séculos capital portuguesa no Novo Mundo; por outro, configura-se como praça produtora dos mais relevantes artigos – açúcar e fumo, principalmente – da pauta de exportação da América Portuguesa, atrelando o Brasil à cadeia do sistema colonial.

Pode-se dizer que a colonização do Recôncavo começa com a divisão de suas terras em sesmarias, a partir da segunda metade do século XVI. Assim, desenvolvem-se dois tipos de organização que, segundo Schwartz (1995), caracterizariam os dois primeiros séculos da exploração das terras do Recôncavo. De um lado, com o surgimento dos primeiros povoados, a subsequente fixação da Igreja Católica, formando as primeiras paróquias da região, e do outro, um modo de organização secular, manifesta principalmente a partir do século XVII, quando as municipalidades começam a tomar forma.

Já há algum tempo, a ideia de um Recôncavo voltado quase que exclusivamente para a produção de açúcar e de fumo vem sendo desconstruída e, em seu lugar, aparece uma região multifacetada, também no que diz respeito ao modo de exploração da terra. Para o historiador estadunidense Barickman (2004), o crescimento e a expansão da economia de exportação baiana estão associados a uma realidade que caracterizou o Recôncavo e que fazia coexistir a *plantation* escravista, a produção de fumo e diversas outras formas de exploração da terra, que se sustentavam em um vigoroso mercado interno. A paisagem do Recôncavo seria, então, diversificada e sua realidade econômica uma adaptação dos senhores de engenho não apenas aos interesses metropolitanos, mas também às necessidades e exigências do mercado interno.

Durante todo o século XIX, o Recôncavo apresentou-se como região mais densamente povoada de toda província da Bahia e permanece como a mais importante do ponto de vista econômico. A economia baiana, durante o mesmo período, foi controlada por comerciantes de Salvador. As atividades ligadas ao cultivo da cana ainda eram as mais importantes da província, e os comerciantes da capital a estas se ligaram, convertidos em financiadores dos donos de engenhos e canaviais do Recôncavo. Desde as primeiras décadas do século XIX existiam no Recôncavo fábricas de rapé e de charutos, localizadas em Cachoeira e em São Félix. Não havia, contudo, um sistema bancário que desse lastro a uma implantação fabril pujante e contínua (OLIVEIRA, 1999).

As limitações à expansão do mercado interno na Bahia de meados do século XIX encontravam-se na manutenção do trabalho escravo e na dificuldade de circulação de mercadorias, consequência da deficiente malha ferroviária de que dispunha a província. Além disso, outros contingentes de trabalhadores, não submetidos à escravidão, ou dela já libertados, estavam submetidos a condições que deprimiam consideravelmente seu poder aquisitivo. Para completar, persistia na província um significativo volume de produção de caráter eminentemente artesanal e doméstico, o que, quando não impossibilitava, dificultava sobremaneira, nas fábricas que surgiam, a concentração da produção de bens destinados ao consumo de sua população. O Recôncavo baiano enquadrava-se perfeitamente nesta categorização, portanto, apenas a partir da análise destas características, pode-se compreender sua gênese industrial.

Um elemento-chave para a compreensão da dificuldade em torno do desenvolvimento industrial da região é a não qualificação da mão de obra. A falta de treinamento técnico dos trabalhadores locais, um problema crônico secular, atravancou o desenvolvimento da economia do Recôncavo em diversas fases de sua evolução histórica. Não foi diferente com a agroindústria, nem com o advento das fábricas de tecidos. Apareceram várias explicações para justificar a falta de aperfeiçoamento da mão de obra, tolices etnocêntricas – por muito tempo levadas a sério – que serviram como base epistemológica de inúmeros intelectuais que tentaram explicar o atraso baiano e a falta de capacidade de sua classe trabalhadora em apreender técnicas modernas de produção. Ainda se considerou a rejeição, por parte dos trabalhadores, a tal condicionamento, rejeição esta vista hoje por alguns estudiosos como uma forma de resistência dos trabalhadores, já que, no contexto em que atuavam, não se considerava a possibilidade de aumento salarial em função da produtividade.

Após a Abolição da Escravatura, dois processos concomitantes passam a dar a tônica da região. Ao tempo em que o Recôncavo dos canaviais continua sua trajetória, a passos largos, rumo à depressão, a periferia

Um elemento-chave para a compreensão da dificuldade em torno do desenvolvimento industrial da região é a não qualificação da mão de obra

A industrialização do Recôncavo não tem sido capaz de promover o desenvolvimento sustentável da região, e também não criou mecanismos que potencializassem a capacidade de intervenção econômica do Recôncavo nas demais regiões

passa por uma marginalização, até então inédita, que ocasiona a gradativa e impreterível pauperização de seus quadros sociais. Contemporaneamente a esses acontecimentos, verifica-se uma ampliação da lavoura fumageira, numa expansão que não consegue preencher as lacunas deixadas pelo colapso do açúcar. Este apenas conhecerá uma nova e passageira fase de expansão na altura da segunda década do século XX. Nesta ocasião, o que se sucede é uma crise de superprodução que vitima, pela última vez, a lavoura de açúcar na Bahia.

A análise da situação atual do Recôncavo evidencia como a região foi incapaz de resolver problemas básicos nas últimas décadas. A fuga de capitais e de recursos humanos aflige suas cidades desde o início do século em decorrência da prostração que marcou a economia regional durante os séculos XIX e XX, e que não foi plenamente solucionada. Com o surto industrial em meados do século XX, que tem como marco inicial a instalação da Petrobras, a situação, num primeiro momento, parece se resolver, mas o que se segue é o agravamento do quadro, com a crise do petróleo que não tardou a acontecer e não interligou o Recôncavo açucareiro ao metropolitano. Os capitais que circulam na região não se renovam – e não integram o Recôncavo –, e a mão de obra especializada – quase toda exógena – começa a afluir para outras regiões no momento em que a exploração petrolífera entra em declínio.

Os dados dos primeiros anos do século XXI mostram que este ainda é um fator que, quando não impede, desestimula sobremaneira a vinda de novos capitais, indispensáveis para a integração da região. Outro problema que atinge o Recôncavo, desde as primeiras décadas do século passado e que não apresenta solução aparente no curto prazo, é o da emigração. A consequência é a incapacidade da região em conter os altos fluxos migratórios que levam embora tanto os trabalhadores sem especialização, quanto os mais qualificados.

Esta breve incursão histórica, portanto, só reforça a importância estratégica de uma universidade pública para um novo redesenho do capital humano e a endogenização de mão de obra, condição não suficiente, mas necessária para se repensar o processo de desenvolvimento regional.

A industrialização do Recôncavo não tem sido capaz de promover o desenvolvimento sustentável da região, e também não criou mecanismos que potencializassem a capacidade de intervenção econômica do Recôncavo nas demais regiões: a Bahia em termos estaduais, o Nordeste em termos regionais e o Brasil em termos nacionais. A relação que seus moradores – pessoas que se dedicam a uma infinidade de trabalhos de pequeno valor – mantêm com a capital é de total subordinação, considerando-se que, localmente, os bens produzidos por esses traba-

lhadores têm circulação restrita. O setor mais moderno da produção industrial, como já foi dito, a indústria do fumo, absorve contingentes irrisórios, ao se levar em conta a oferta de mão de obra, o que faz com que, para parcela significativa da população, a absorção do tempo com o trabalho seja insignificante. A pasmeira é completada pela constante fuga de capitais e recursos humanos, uma característica, aliás, que marcou o Recôncavo baiano por todo o século XX, e continua como traço dominante em princípios de XXI. Essa situação cíclica acaba com qualquer possibilidade de organização da região enquanto local autonomamente estruturado, predominando seus caracteres dissociativos em detrimento dos associativos, fazendo imperar um sistema produtivo atrofiado, de caráter local e absolutamente árido de perspectivas de expansão e/ou de articulação.

CARACTERIZAÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA

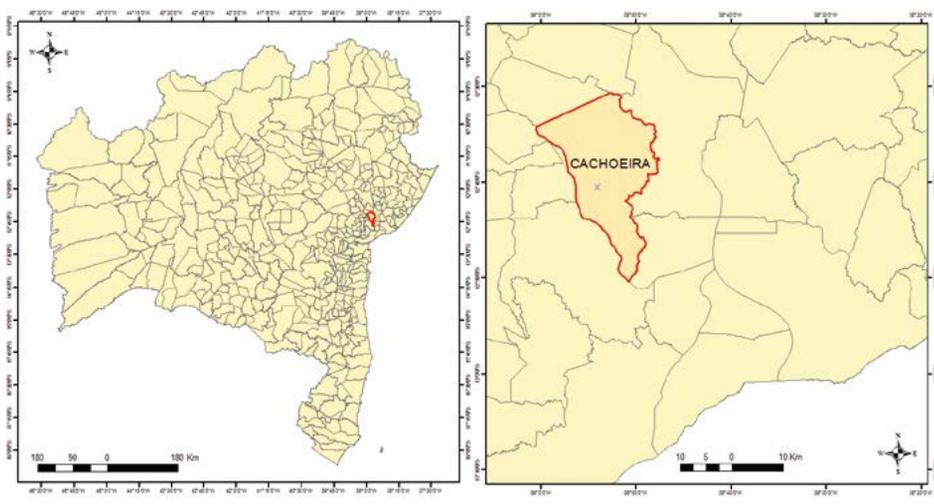
O município de Cachoeira situa-se às margens do Rio Paraguaçu, no estado da Bahia e integra o Território de Identidade do Recôncavo, distanciando-se, aproximadamente, 120 km da capital do estado, Salvador (Figura 1). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), no ano de 2016 a população local era estimada em 35.013 habitantes. A área do município é de 395 km².

A história brasileira registra que o período de maior destaque da cidade foi durante os séculos XVIII e XIX, quando seu porto era utilizado para escoamento de grande parte da produção agrícola do Recôncavo baiano. Dentre as suas principais atividades econômicas, destacaram-se, principalmente, açúcar e fumo, produtos até hoje produzidos no

A história brasileira registra que o período de maior destaque da cidade foi durante os séculos XVIII e XIX, quando seu porto era utilizado para escoamento de grande parte da produção agrícola do Recôncavo baiano

Figura 1

Localização e polígono de Cachoeira



Fonte: elaboração própria.

Observa-se que, entre 1991 e 2010, a população de Cachoeira vem passando por um processo de envelhecimento caracterizado pela redução de 35,9% da proporção de 0 a 14 anos na população total

município, em virtude do clima e do solo propícios da região. No início do século XX, porém, a economia da cidade entrou em declínio, recuperando-se somente no final do século, quando novas empresas instalaram-se na região, sendo que o município experimenta um novo ciclo de ascensão a partir da instalação da UFRB.

De acordo com o Censo Demográfico 2010, Cachoeira possuía 32.026 habitantes. Sua densidade demográfica era de 81,04 hab/km². Em relação à situação do domicílio, 16.387 habitantes residiam em áreas urbanas e 15.639 residiam em domicílios rurais, perfazendo um grau de urbanização de 51,2%. Na decomposição por gênero, a população era majoritariamente do sexo feminino, ou seja, em números absolutos eram 16.573 habitantes do gênero feminino e 15.453 do sexo masculino.

Para o ano de 2016, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), o município contava com uma população de 35.013 habitantes, apresentando um acréscimo de 9,3% em comparação ao ano de 2010.

Em relação ao crescimento, entre 1991 e 2000 a população de Cachoeira apresentou uma taxa média positiva de 0,8% ao ano, e no período de 2000 a 2010 cresceu a uma taxa de 1,1% a.a.. A população residente na área urbana cresceu a uma taxa de 6,8% a.a. no período de 1991 a 2000, e cresceu a uma taxa de 3,5% a.a. entre os anos de 2000 a 2010. Em relação à população residente na área rural registrou-se um decréscimo de 6,8% a.a. entre os anos de 1991 a 2000, e na década seguinte, de 2000 a 2010, houve um aumento de 0,4% a.a. Observa-se que, entre 1991 e 2010, a população de Cachoeira vem passando por um processo de envelhecimento caracterizado pela redução de 35,9% da proporção de pessoas de 0 a 14 anos na população total. Em contrapartida, tem apresentado crescimento em todos os demais estratos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017).

Em 2014, o Produto Interno Municipal (PIB) municipal foi estimado em R\$ 429,6 milhões, e o PIB per capita, em R\$ 12.491,21. De toda riqueza produzida no município no ano de 2014, 45,3% foi proveniente do setor industrial. O setor de comércio e serviços respondeu por 44,9% do Valor Agregado Bruto (VAB), e o setor primário (agropecuária) foi responsável por 6,7% do VAB do município de Cachoeira (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017).

As empresas registradas que funcionam no município têm a seguinte distribuição por setores: 141 registros no setor de comércio, 99 no setor de serviços e 19 empresas no setor industrial. Em 2014, segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016), o rendimento médio do emprego formal (exclusos os valores

relacionados às atividades informais) no município de Cachoeira foi de R\$ 1.501,88.

Em relação ao estoque de emprego formal, entre 2004 e 2014, Cachoeira teve um ganho de 42,4%. Enquanto que, em 2004, o município contava com 2.419 postos de trabalho em estoque, no ano de 2014 havia um estoque de 3.444 postos, sendo que os maiores estoques de emprego formal pertenciam aos seguintes setores de atividade econômica: serviços (936), comércio (634), indústria de transformação (764) e administração pública (968) (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2016).

Quanto à produção agrícola de lavouras permanentes, no ano de 2015, destacou-se em Cachoeira o cultivo de dendê (76,7% em relação ao total do TI), banana (11,6%) e coco-da-baía (10,1%). E nas lavouras temporárias, o destaque do município em relação ao TI foi a produção de cana-de-açúcar: 75,3% do total do território (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2016).

Em relação ao nível educacional em 2014, Cachoeira tinha 24 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 54 de ensino fundamental e sete de ensino médio. E as matrículas efetuadas nesse mesmo ano para estes níveis escolares foram, respectivamente, 999, 5.385 e 1.415 alunos (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2016).

Como resultado da educação básica ofertada pelo município, a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB – anos iniciais), em 2015, foi 3,9, sendo que a meta estabelecida era de 3,9 para este nível educacional. Já para as séries finais (IDEB – séries finais) neste mesmo ano, a nota alcançada por Cachoeira foi 2,8, sendo que a meta estabelecida era de 3,4. Com relação às instituições de ensino superior, em 2014, o município de Cachoeira contava com a Faculdade Adventista da Bahia, do setor privado (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2016).

Na dimensão da saúde municipal, no ano de 2015, Cachoeira disponibilizava 31 médicos e 32 enfermeiros no Sistema Único de Saúde (SUS). E em relação ao contingente de equipes de saúde para a atenção básica do município, Cachoeira tinha 13 equipes nos Postos de Saúde da Família (PSF). O município ainda disponibilizava 83 leitos para internação em hospitais públicos (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2016).

Conforme dados de mortalidade infantil, segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016), houve redução no número de casos, visto que, em 2000, Cachoeira possuía um nível de

Em relação ao nível educacional em 2014, Cachoeira tinha 24 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 54 de ensino fundamental e sete de ensino médio

A cidade de Cachoeira ganha destaque no cenário baiano por preservar a sua identidade cultural e histórica, o que contribui para que ela seja um dos principais roteiros turísticos históricos do estado

mortalidade infantil de 27,5 mortos por mil nascidos vivos, e em 2013 esse número caiu para oito mortos a cada mil nascimentos.

Quanto às condições de habitação, o município de Cachoeira, no ano de 2010, apresentou 58,6% dos domicílios com serviço de saneamento adequado (rede geral de esgoto e fossa séptica). Em relação à oferta de água por rede geral de distribuição, havia 73,2% dos domicílios atendidos por esse tipo de serviço público (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2016).

Na análise das vulnerabilidades municipais, entre os anos de 2000 e 2010, a proporção de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza em Cachoeira diminuiu de 28,3% para 17,4% da população total. São consideradas extremamente pobres as pessoas que obtiveram rendimento domiciliar per capita mensal inferior a R\$ 70,00 em 2010 e obedeciam aos critérios do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) que definem a extrema pobreza (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2016).

O índice de Gini mede a desigualdade na distribuição de renda, em que o valor 0 (zero) indica total igualdade de renda e o valor 1(um), total desigualdade de renda (uma pessoa detém toda a renda enquanto as demais do município não possuem renda alguma). Houve, também, redução da desigualdade social em termos de rendimento, de 2000 a 2010, visto que o índice de Gini caiu de 0,595 para 0,545 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2016).

Informações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2017) indicam que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o município de Cachoeira aumentou de 0,516 em 2000 para 0,647 em 2010. Vale ressaltar que o IDH é sintetizado por três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda, sendo que, quanto mais próximo de 1 (um) for o valor do IDH, maior será o nível de desenvolvimento da cidade.

A cidade de Cachoeira ganha destaque no cenário baiano por preservar a sua identidade cultural e histórica, o que contribui para que ela seja um dos principais roteiros turísticos históricos do estado. Destaca-se, ainda, a imponência do seu casario barroco e das suas igrejas e museus, fator este que levou a cidade a alcançar o *status* de Cidade Monumento Nacional e Cidade Heroica (pela participação decisiva nas lutas pela independência do Brasil) a partir do Decreto nº 68.045, de 13 de Janeiro de 1971, assinado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici.

Cumpra destacar o sincretismo religioso presente na cidade, com forte presença da cultura afro-brasileira e das manifestações do catolicismo,

além da rica e diversificada cultura popular. Tal fato justifica-se pela expressiva presença de africanos e afrodescendentes em interação com europeus de variadas nacionalidades em Cachoeira durante o período escravista. Daí então o porquê de a cidade destacar-se como uma das principais atrações culturais no estado da Bahia, com seus inúmeros museus e movimentos populares.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

A UFRB trata-se de uma autarquia pública criada no mês de julho de 2005, através da Lei nº 11.151. A sua criação é decorrente do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que estava sediada no município de Cruz das Almas e que possuía unidades instaladas nas cidades de Amargosa, Cachoeira, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, 2017).

Concebida num modelo *multicampi*, a UFRB possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-pedagógica. Consta como objetivo principal a exploração do potencial socioambiental dos espaços do Recôncavo baiano, onde está instalada, colocando-se como um polo de integração (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, 2017).

No século XIX, no mês de junho de 1822, houve uma primeira manifestação em favor da criação de uma universidade no Recôncavo da Bahia, numa reunião que foi realizada pelo Senado, no município de Santo Amaro. No entanto, a primeira experiência universitária na região só ocorreu no século XX, a partir da Escola de Agronomia da UFBA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, 2017).

Ainda assim, o debate em torno da criação da UFRB foi retomado no século XXI, mais precisamente no ano de 2002, com a apresentação de uma proposta, por parte do reitor da UFBA no período, professor Naomar Monteiro de Almeida Filho, durante reunião com a bancada de deputados federais e senadores baianos. A partir de então, deu-se início a uma série de reuniões, audiências e audiências públicas até que, em maio de 2005, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou projeto de lei ao Congresso Nacional instituindo a autarquia federal, aprovado no mês de julho do mesmo ano pelos parlamentares. Os investimentos iniciais para a consolidação da UFRB aconteceram em dezembro de 2005, mas as atividades só se iniciaram no mês de julho de 2006, tendo o professor Gabriel Soledade Nacif como reitor da universidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, 2017).

Com a instalação da UFRB, o município de Cachoeira ganha uma nova expectativa de desenvolvimento, principalmente em função dos seus reflexos no PIB municipal, no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e na estrutura do seu mercado de trabalho.

Cachoeira é sede do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da UFRB, ofertando os cursos de graduação em Artes Visuais, Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, Comunicação Social, Licenciatura em Ciências Sociais, Licenciatura em História, Museologia, Serviço Social e Tecnologia em Gestão Pública. Há ainda os programas de pós-graduação *stricto sensu* do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento; Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas; e o Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Mídia e Formatos Narrativos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, 2017).

Ao todo, no período letivo 2015.2, *campus* de Cachoeira possuía 1.451 alunos matriculados nos cursos de graduação e 72 alunos nos cursos de pós-graduação. O CAHL representa uma área construída de mais de 12 mil m² e, no ano de 2015, empregava, de forma direta, 37 técnicos administrativos, majoritariamente com ensino superior completo, e 107 professores, todos pós-graduados, destes, mais de 60% doutores (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, 2017).

Com a instalação da UFRB, o município de Cachoeira ganha uma nova expectativa de desenvolvimento, principalmente em função dos seus reflexos no PIB municipal, no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e na estrutura do seu mercado de trabalho.

A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA E DO MERCADO DE TRABALHO EM CACHOEIRA (BA) APÓS A INSTALAÇÃO DA UFRB

Desde o início do funcionamento da UFRB em 2006, a estrutura econômica e o mercado de trabalho no município de Cachoeira passaram por alterações relevantes, que podem ser creditadas aos efeitos diretos e indiretos provocados pela chegada da instituição de ensino superior no município.

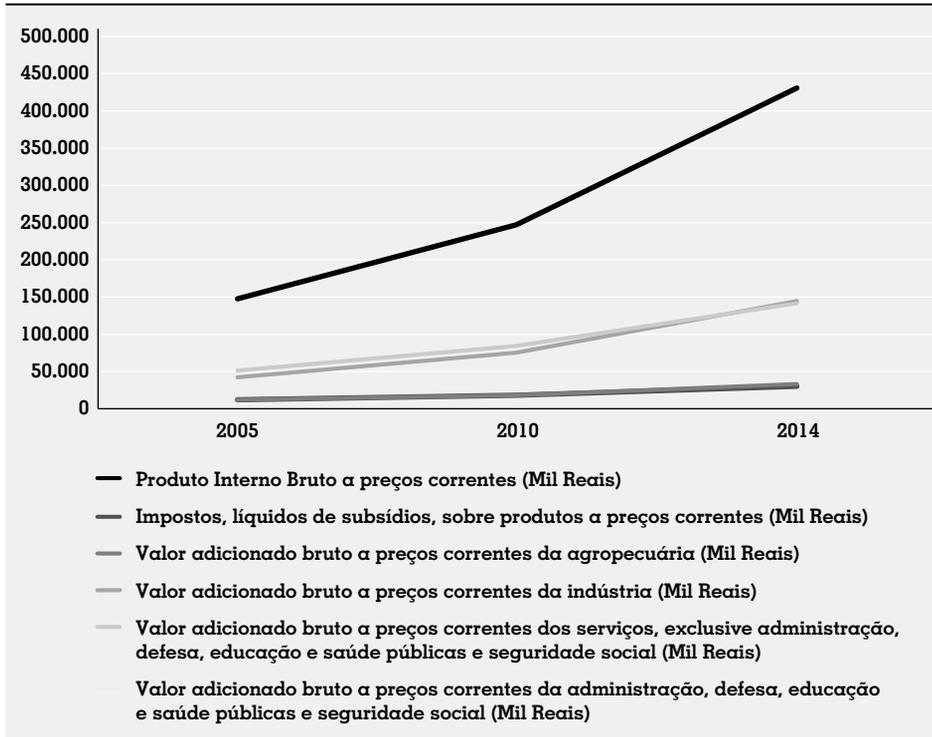
Ao longo dos últimos nove anos, o PIB do município, em termos nominais, quase triplicou, com destaque para o crescimento obtido no setor industrial, com aumento de cerca de 240%, e no setor de serviços, com alta superior a 185%¹ (Gráfico 1). Ressalta-se que, mesmo diante do crescimento nominal do PIB observado no município, não houve mudança na estrutura econômica da atividade interna e nem aumento da participação do município no PIB do estado. Isso parece significar que os impactos da universidade são mais intangíveis e sociais, ligados ao

1 Os autores entendem os riscos de calcular a taxa de crescimento do PIB em termos nominais. Na falta de um indicador físico para o PIB municipal, a evolução nominal é a única forma de registrar o crescimento da atividade interna dos municípios. O número apenas evidencia o crescimento do valor, que, é claro, tem também forte relação com o crescimento dos preços das atividades econômicas locais.

aumento do capital humano na região, mas, do ponto de vista econômico, a universidade cria uma nova dinâmica para a região, em que pese não possibilitar uma desconcentração regional da riqueza produzida na Bahia. O aumento nominal do PIB, muito além da inflação acumulada no período, sinaliza, ainda que de maneira não tão precisa, que a atividade interna do município deu um ‘salto’ após a criação da UFRB.

Gráfico 1

Evolução do PIB em Cachoeira em 2005/2010/2014



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017).

O VAB dos serviços públicos evoluiu de maneira uniforme nos últimos 13 anos, com uma média de crescimento de 13% ao ano (Tabela 1). Dois anos destacaram-se com crescimento bastante elevado: o ano de 2005, com crescimento de 26%, período em que foram iniciados os investimentos e imediatamente anterior ao funcionamento da UFRB, e 2011, já com a UFRB em pleno funcionamento, alcançando 19% de crescimento em relação ao ano anterior. Curiosamente, o ano de 2006, que marca o início da operação da UFRB, foi o pior em nível de crescimento alcançado neste período, com apenas 4%.

Tais números indicam que a inserção da UFRB, aparentemente, não representou nenhuma grande alteração na evolução econômica do setor público no município de Cachoeira. No entanto, desconsiderando-se os *outliers*, houve uma leve melhora no crescimento médio apresentado no período pós-instalação da universidade, saltando o patamar de crescimento médio de 10% para 12% ao ano.

No que se refere ao desenvolvimento do município, a análise a partir do IDHM, em suas diferentes dimensões – renda, longevidade e educação –, evidencia um crescimento representativo, superior a 25%

Tabela 1

Evolução do VAB do setor público e a variação percentual em Cachoeira em 2002-2014

Ano	VAB do setor público	Variação %
2002	20.162	-
2003	22.439	11%
2004	24.393	9%
2005	30.646	26%
2006	31.833	4%
2007	35.591	12%
2008	41.004	15%
2009	47.241	15%
2010	52.316	11%
2011	62.367	19%
2012	68.763	10%
2013	79.221	15%
2014	86.261	9%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017).
Elaboração própria.

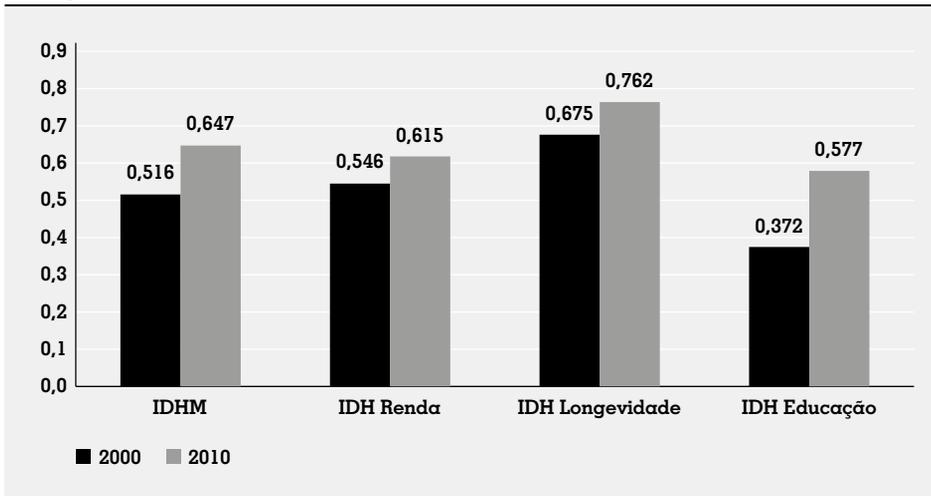
No que se refere ao desenvolvimento do município, a análise a partir do IDHM, em suas diferentes dimensões – renda, longevidade e educação –, evidencia um crescimento representativo, superior a 25%. Este crescimento deve-se ao salto percebido na dimensão educacional, que foi superior a 55%, enquanto que, nas demais dimensões, a melhora aproximou-se de 13%. A evolução do IDHM e nas três dimensões entre os anos de 2000 e 2010 estão representadas no Gráfico 2.

Pela construção metodológica do indicador, sabe-se que o crescimento experimentado pela dimensão da educação do IDHM não possui nenhuma relação direta com a presença da UFRB. No entanto, pode-se considerar que a instituição de ensino no município abre novos horizontes aos seus moradores, que se aproximam do ambiente universitário e não mais têm a necessidade de se deslocar a outros municípios para formação superior, externalidades que podem servir de estímulo à dedicação nos demais níveis de ensino, os quais impactam diretamente no indicador mencionado. Portanto, mesmo compreendendo que não há impacto direto da instalação da UFRB na dimensão de educação do IDHM, a presença da universidade pode estar refletida nos efeitos indiretos, ao estimular a continuação dos jovens no ensino médio, como requisito básico para futuro ingresso nesta.

Em que pese o setor industrial ter tido o maior crescimento no ponto de vista econômico, houve queda no estoque de empregos gerados, com redução superior a 12% entre os anos de 2005 e 2015, conforme dados da Tabela 2. Em contrapartida, o setor de serviços aumentou significativamente o número de empregos gerados, com crescimento acima dos 35% entre 2005 e 2015. Diante do comportamento relatado, verifica-se

Gráfico 2

Evolução do IDHM em Cachoeira em 2000/2010



Fonte: PNUD-Atlas de desenvolvimento humano no Brasil (2017).

que o setor industrial tem perdido espaço para o setor de serviços. Além do efeito direto da instituição de ensino que faz parte do setor de serviços, o crescimento do comércio local pode ser percebido como efeito transbordamento, diante do acréscimo na demanda de serviços e do aumento da renda, relacionados não somente com os empregos mais bem remunerados, mas também com o incremento em setores como o aluguel residencial e o transporte de passageiros.

Tabela 2

Estoque de empregos formais por setor em Cachoeira em 2005/2010/2015

	2005	2010	2015
Indústria	829	713	727
Construção civil	61	63	54
Comércio	487	619	637
Serviços	1444	1770	1953
Agropecuária	97	99	100

Fonte: Brasil (2017).
Elaboração própria.

Este crescimento percebido no estoque de empregos do setor de serviços é uma evidência dos reflexos da UFRB na estrutura do mercado de trabalho no município. Posição que é reforçada a partir dos dados apresentados na Tabela 3, que indicam que o crescimento de aproximadamente 20% nos empregos formais na cidade deveu-se, majoritariamente, aos postos de trabalhos regidos pelo regime estatutário, que estão vinculados à administração pública. Não havendo outros concursos relevantes realizados pelo estado ou município nesse período de referência (de acordo com pesquisas feitas pelos autores), pode-se, sim, inferir a participação da UFRB nesses volumes de empregos.

A evolução da qualificação do trabalhador também ilustra, de maneira bem expressiva, os efeitos decorrentes da instalação da UFRB [...], o corpo de funcionários técnicos é majoritariamente de pessoas com ensino superior, e o corpo de professores é formado quase que exclusivamente por mestres e doutores

Tabela 3

Estoque de empregos por regime de contratação, o município de Cachoeira em 2005/2010/2015

	2005	2010	2015
CLT U/ PJ Ind	2582	2826	2517
CLT U/ PF Ind	11	20	52
CLT R/ PJ Ind	6	4	11
CLT R/ PF Ind	86	72	50
Estatut- rio	1	208	655
Estatut- rio n, o efetivo	121	106	71
Tempor- rio	107	2	70
Aprendiz	0	25	31
CLT U/ PJ determinado	3	0	4
CLT R/ PJ determinado	1	0	0
CLT R/ PF determinado	0	0	1
Diretor	0	1	0
Contrato lei municipal	0	0	9

Fonte: Brasil (2017).

Elaborado, o próprio.

A evolução da qualificação do trabalhador também ilustra, de maneira bem expressiva, os efeitos decorrentes da instalação da UFRB, pois, conforme apontado anteriormente, o corpo de funcionários técnicos é majoritariamente de pessoas com ensino superior, e o corpo de professores é formado quase que exclusivamente por mestres e doutores.

Conforme Tabela 4, enquanto houve redução nos postos de trabalhos para as pessoas nas camadas mais baixas de qualificação profissional – à exceção da faixa até a 5ª série do fundamental completo –, nas camadas superiores, para aqueles que possuem o ensino superior completo e os títulos de mestre e doutor, o crescimento foi contundente nos últimos cinco anos. Os dados estatísticos evidenciam que os postos de

Tabela 4

Grau de escolaridade dos empregados formais em Cachoeira em 2010/2015

	2010	2015
Analfabeto	27	13
Até 5 ^ª incompleto	152	140
5 ^ª Fundamental completo	73	87
6 ^ª a 9 ^ª Fundamental	270	202
Fundamental completo	202	186
MÉdio incompleto	348	184
MÉdio completo	1773	1837
Superior incompleto	81	82
Superior completo	299	662
Mestrado	35	63
Doutorado	4	15

Fonte: Brasil (2017).

Elaborado, o próprio.

trabalho ocupados por profissionais com ensino superior mais que dobraram, apresentando um crescimento de mais de 120%, o número de mestres quase dobrou, com crescimento de aproximadamente 80%, e o número de doutores quase quadruplicou, com um crescimento de 275%. Ressalta-se que, em número absoluto, mestres e doutores não possuem representatividade, no entanto, os profissionais com ensino superior já representam cerca de 20% do total de postos de trabalho locais.

Uma das consequências provenientes da melhoria da qualificação do profissional empregado é a melhora da condição salarial. A partir da Tabela 5, nota-se que, mesmo diante do domínio dos trabalhadores na faixa de 1,01 a 1,50 salários mínimos, houve um avanço expressivo entre os ocupantes de postos de trabalho com remuneração superior aos 1,51 até 7,00 salários mínimos, entre as quais se destacam as faixas de 4,01 a 5,00 e de 5,01 a 7,00, com crescimento, entre 2005 e 2015, de 163% e 74%, respectivamente.

A presença da UFRB foi importante para uma mudança no quadro de estagnação do município de Cachoeira pós-crise dos ciclos de agroexportação

Tabela 5

Faixa salarial para os empregos formais em Cachoeira em 2005/2010/2015

	2005	2010	2015
Até 0,50	2	6	9
0,51 a 1,00	469	500	476
1,01 a 1,50	1495	1620	1528
1,51 a 2,00	387	479	606
2,01 a 3,00	232	328	320
3,01 a 4,00	95	112	250
4,01 a 5,00	47	56	82
5,01 a 7,00	51	56	74
7,01 a 10,00	60	60	48
10,01 a 15,00	43	18	23
15,01 a 20,00	16	1	7
Mais de 20,00	12	4	6

Fonte: Brasil (2017).
Elaborada, o próprio.

A presença da UFRB foi importante para uma mudança no quadro de estagnação do município de Cachoeira pós-crise dos ciclos de agroexportação. Os efeitos provocados com a expansão do comércio local e dos serviços, em especial serviços básicos como o aluguel de residências, são resultantes do encadeamento para trás, preconizado pelas teorias de desenvolvimento regional. Pela própria essência da universidade, tendo em vista que a qualificação da mão de obra é necessária, houve a elevação da qualidade do trabalho e da faixa salarial dos empregos ofertados no município. Este aumento de renda elevou o nível de demanda e tem representado um novo estímulo aos investimentos, especialmente no comércio e no setor de serviços, criando condições mais otimistas para o município daqui para frente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo apresentar os reflexos na estrutura econômica e do mercado de trabalho do município de Cachoeira a partir da implantação da UFRB, considerando que a instalação da universidade representa uma nova atividade motriz para cidade.

Constatou-se que, desde o início das atividades da UFRB, em meados do ano de 2006, o PIB do município, em termos nominais, quase triplicou, impulsionado pelos setores industrial e de serviços, tendo participação relevante dos serviços públicos. Percebe-se, no entanto, que a evolução do VAB do setor público ao longo dos anos manteve-se relativamente estável, nos períodos pré e pós-instalação da UFRB, havendo apenas uma pequena elevação no patamar de crescimento, de 10% para 12%, desconsiderando-se os *outliers*. O impacto também pode ser percebido no IDHM, cuja evolução ocorreu basicamente em função da melhoria no eixo da educação. Ressalva-se que, mesmo não impactando diretamente, a presença da UFRB pode ter estimulado a formação nos demais níveis de ensino, pela vivência do ambiente universitário e pela facilidade de poder cursar o ensino superior sem ter que se deslocar do município.

A geração de externalidades oriundas da instalação da universidade evidencia-se mais claramente na análise do mercado de trabalho. Se o setor industrial foi o que mais cresceu no aspecto econômico, o estoque de empregos foi reduzido, enquanto que o crescimento apresentado pelo setor de serviços foi corroborado pelo crescimento no número dos postos de trabalho no setor de serviços e como efeito transbordamento no setor comercial.

A influência da UFRB na estrutura do mercado de trabalho de Cachoeira é reforçada quando se analisam os regimes de contratação do trabalhador. O crescimento experimentado no estoque de empregos no município deveu-se essencialmente aos funcionários em regime estatutário, ou seja, está ligado aos servidores do setor público, como é o caso da universidade que é uma autarquia do governo federal.

Houve ainda significativa melhora da qualificação dos empregados. Em que pese a maioria das pessoas empregadas possuir nível médio, o número de trabalhadores com nível superior já representa mais de 20% do total de empregados. Esta melhora se reflete no avanço do patamar da faixa salarial dos funcionários, tendo havido considerável aumento nas faixas que vão desde 1,51 a 7,00 salários mínimos.

Vê-se, portanto, que no caso de Cachoeira confirma-se que o investimento público no setor educacional pode representar uma atividade motriz para o município em que se instala. Fato que deve ser considera-

do, além das questões tratadas pela teoria do capital humano de Schultz e o reflexo nas economias de aglomeração.

O estudo iniciado neste artigo terá sequência com análise semelhante à apresentada neste trabalho para os demais municípios sedes de *campus* da UFRB, e com posterior comparação com o cenário apresentado nos demais municípios do Recôncavo que não se beneficiaram diretamente da implantação da universidade.

De antemão, reforça-se a ideia de que o acesso à educação é mais que um direito, é mecanismo de ascensão social e pode representar uma nova perspectiva para municípios com baixa dinâmica econômica e com forte dependência do poder municipal/estadual. Além do aumento do capital humano e da qualificação profissional, a presença da universidade nos pequenos municípios pode se colocar como vetor do desenvolvimento a partir das externalidades dela decorrentes, por ser capaz melhorar a geração de renda e reestruturar o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

BENKO, Georges. *Economia espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.

BOAVENTURA, Edivaldo M. *Metodologia da pesquisa*: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. *A educação brasileira e o direito*. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho. *RAIS - Relação Anual de Informações Sociais 2015*. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais/rais-2015>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

CORAGGIO, José Luís. Hacia una revisión de la teoría de los polos de desarrollo. In: PLANIFICACIÓN REGIONAL Y URBANA EM AMERICA LATINA, 1., 1972, Viña del Mar. *Anais...* Viña del Mar: ILPES, 1972.

FERREIRA, André; AMARAL, Marcelo G. do; LACERDA, Pítias Teodoro. A inserção da universidade pública no processo de inovação e desenvolvimento regional: um estudo de caso exploratório. In: ENCONTRO DA ANPAD, 33., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPAD, 2009.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Base de dados do município de Cachoeira*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cachoeira/panorama>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

LIPIETZ, Alian. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1999, p. 16

PAELINCK, Jean. A teoria do desenvolvimento regional polarizado. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. *Às urnas, cidadãos!: crônicas 2012–2016*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Atlas de desenvolvimento humano no Brasil no ano de 2013*. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download//>>. Acesso em 24 jan. 2017.

SANTOS, Fábio Silva. *O Plano Diretor do município de Itabuna-BA e seus desdobramentos na ampliação do ensino superior*. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador, Salvador, 2016.

SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SCHULTZ, Theodore W. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

STIGLITZ, Joseph. *O grande abismo: sociedades desiguais e o que podemos fazer sobre isso*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia*. Salvador: SEI, 2016. v. 2, 252 p.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação e universidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. 187 p.

_____. *Educação no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969. 385 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. *Informações institucionais*. Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/portal/institucional>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

RESUMO

O Produto Interno Bruto dos municípios revela o comportamento econômico destes a partir dos processos produtivos desenvolvidos em cada unidade territorial. Em 2015, a economia baiana registrou desempenho negativo, em função das instabilidades econômica e financeira observadas em nível nacional. Apesar dessa situação, alguns municípios conseguiram se destacar em meio aos demais, particularmente aqueles onde o setor agropecuário tem maior relevância na estrutura produtiva. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é fazer uma leitura dos principais destaques do PIB municipal para o ano de 2015 na Bahia, considerando as estruturas produtivas por setor econômico, bem como a renda per capita gerada nos municípios baianos.

Palavras-chave: Produto Interno Bruto. Municípios. PIB per capita. Crescimento.

ABSTRACT

The Gross Domestic Product of the municipalities reveals their economic behaviors based on the productive processes developed in each territorial unit. In 2015, the economy of Bahia registered a negative performance, due to the economic and financial instability observed at the national level. In spite of this situation, some municipalities managed to excel among the others, particularly those where the agricultural sector has greater relevance in the productive structure. In this sense, the objective of this work is to make a reading of the main highlights of the municipal GDP for the year 2015 in Bahia, considering the productive structures by economic sector as well as the per capita income generated in the municipalities of the state.

Keywords: Gross Domestic Product. Cities. GDP per capita. Growth.

Dinâmica e perfil econômico dos municípios baianos em 2015

JOÃO PAULO CAETANO SANTOS

Mestre em Economia e graduado em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador de Contas Regionais e Finanças Públicas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). joaopaulo@sei.ba.gov.br

O CÁLCULO do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios é um trabalho realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com as 27 unidades da Federação e objetiva fornecer à sociedade os dados de produção econômica de cada um dos 5.570 municípios brasileiros. Esse é um projeto essencial do sistema estatístico brasileiro, na medida em que demonstra onde está sendo gerada a riqueza nacional, considerando-se os três grandes setores da atividade produtiva (agricultura, indústria e serviços), além do setor da Administração Pública (APU) e dos impostos arrecadados sobre o processo produtivo. Ademais, os dados do PIB municipal permitem não apenas analisar o processo de geração da riqueza, mas também o nível de concentração da atividade produtiva, quais os principais municípios geradores de riqueza e que tipo de riqueza é gerado em cada um, considerando, neste último caso, a especialização econômica municipal.

O objetivo deste artigo é demonstrar a dinâmica produtiva dos municípios baianos para o ano de 2015, último dado disponível da série que se iniciou em 2002. Como será observado nas seções a seguir, o processo

Em 2015, a economia baiana, assim como a brasileira, passou por um momento de forte recessão, registrando queda de 3,4% em comparação com 2014

produtivo dos municípios baianos foi, assim como nas demais unidades da Federação, influenciado pela conjuntura vivida no país naquele momento, caracterizada por um alto grau de incerteza tanto econômica quanto política, além da convivência com um processo inflacionário, no qual se observou a taxa de inflação alcançar dois dígitos.

DESEMPENHO DA ECONOMIA BAIANA EM 2015

Em 2015, a economia baiana, assim como a brasileira, passou por um momento de forte recessão, registrando queda de 3,4% em comparação com 2014. Naquele ano, o PIB baiano somou R\$ 245 bilhões em valores correntes, sendo R\$ 216 bilhões referentes ao Valor Adicionado (VA) e R\$ 29,1 bilhões, de Impostos sobre o produto. Dentre os grandes setores produtivos, a agropecuária registrou o melhor desempenho, com expansão de 9,9%, impulsionada pela recuperação do subsetor da agricultura, o qual registrou expansão de 14,9% no VA em comparação com 2014. A cultura com maior destaque foi a de soja, que registrou crescimento de 40,8%, totalizando 4,5 milhões de toneladas. Com esse desempenho, a agropecuária baiana aumentou a participação no VA do estado, passando de 7,9% em 2014 para 8,3% em 2015 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2018).

Em oposição ao setor agropecuário, os setores da indústria e de serviços tiveram desempenho negativo em 2015. Mesmo tendo aumentado a participação no VA do estado, passando de 21,0% para 22,1%, o setor industrial registrou a maior retração entre os demais, com queda de 7,9% em volume, com destaque para as retrações nos segmentos de construção civil (-11,3%) e indústria extrativa (-10,3%). A indústria de transformação, apesar de ter registrado forte queda de 6,7%, foi beneficiada pelo movimento positivo nos preços dos seus produtos, os quais tiveram variação de 64,0%, fazendo com que esse segmento recuperasse participação no VA total do estado, alcançando 11,3%. Os principais destaques na indústria de transformação foram as atividades de *refino de petróleo, produtos alimentícios, produtos químicos orgânicos e inorgânicos* (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2018).

Já o setor de serviços – 69,6% do VA da Bahia – recuou 3,0%, em volume, com destaque para as quedas nas atividades de *comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas* (-9,4%), *serviços de alojamento e alimentação* e *serviços de informação* (quedas de 8,8%). Por sua vez, os *serviços domésticos* (6,3%) e as *atividades financeiras* (1,3%) foram os destaques desse setor, com variação

positiva no ano. (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2018).

A dinâmica dos setores econômicos, destacada acima, influenciou de forma diferenciada o PIB de cada um dos 417 municípios; nesse sentido, a expansão da agropecuária favoreceu o crescimento e o aumento de participação dos municípios onde este setor tem maior relevância, particularmente aqueles situados na região oeste do estado. No entanto, o desempenho negativo da indústria foi relevante para determinar a perda ou o ganho de participação dos municípios onde essa atividade tem maior impacto; nesse caso, dois movimentos podem ser destacados: o primeiro é relativo aos municípios onde se desenvolvem atividades industriais que tiveram desempenho negativo (construção civil, geração de energia elétrica, alimentos e bebidas, metalurgia, automobilística); nos municípios onde essas atividades são relevantes houve movimento de retração no VA. O segundo movimento é relativo aos municípios onde algumas atividades da indústria tiveram desempenho positivo (particularmente a indústria química e petroquímica); os municípios desse grupo foram beneficiados pelo desempenho positivo e ganharam participação no PIB da Bahia. Para aqueles em que há a combinação desses dois grupos de atividades, a dinâmica final foi determinada pela composição de maior peso na estrutura produtiva.

Finalmente, o setor de serviços teve seu desempenho impactado pelas atividades de *comércio, alojamento e alimentação e serviços de informação*. Consequentemente, os municípios onde estas atividades são relevantes também foram afetados por uma dinâmica específica. Essencialmente, tais atividades tiveram maior destaque nos principais municípios baianos, a exemplo de Salvador, Camaçari e Feira de Santana.

DESEMPENHO MUNICIPAL 2014 - 2015

A análise do conjunto dos municípios baianos evidencia o setor de serviços como o de maior participação no total da economia estadual (71,1%) em 2014 e (69,6%) em 2015. A indústria¹, setor de grande relevância do ponto de vista da geração de empregos e de encadeamentos, respondeu por 21% em 2014 e 22,1% em 2015, seguida pela agropecuária, responsável por 7,9% em 2014 e 8,3% em 2015, conforme destacado na seção anterior. (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2018). Cabe frisar que, no tocante à perda de participação do setor de serviços, esta ocorreu em parte

1 Engloba a indústria de transformação, a indústria extrativa mineral, a indústria da construção civil e os Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP).

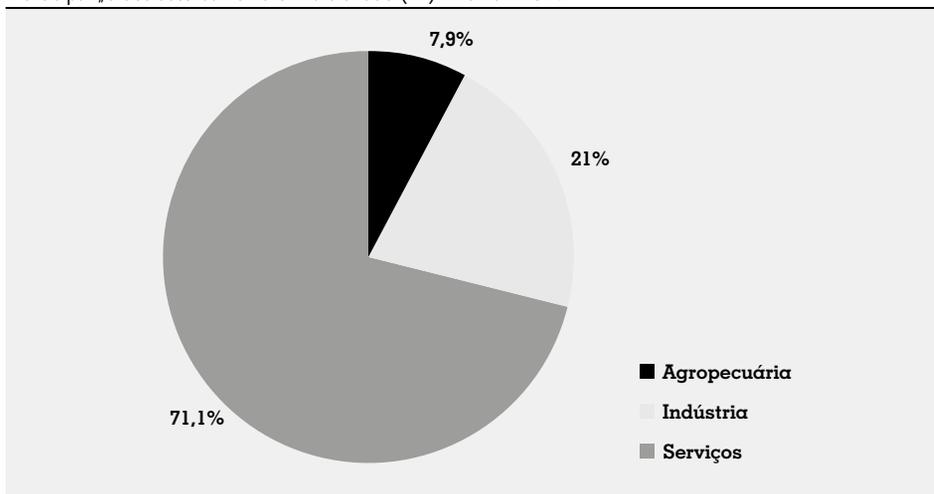
A economia baiana é altamente concentrada em termos produtivos, sendo que o setor de serviços responde por mais de 2/3 da atividade econômica

pela própria dinâmica recessiva observada nas atividades do setor, mas também pelo ganho de participação do setor industrial, o qual foi influenciado principalmente pelo preço do petróleo. Os gráficos 1 e 2 exibem a estrutura de participação dos setores no VA da Bahia entre os anos de 2014 e 2015.

Conforme destacado nos gráficos 1 e 2, a economia baiana é altamente concentrada em termos produtivos, sendo que o setor de serviços responde por mais de 2/3 da atividade econômica. Essa concentração também é evidenciada quando se analisa a economia baiana em termos espaciais. Em 2014, as cinco maiores economias municipais respondiam

Gráfico 1

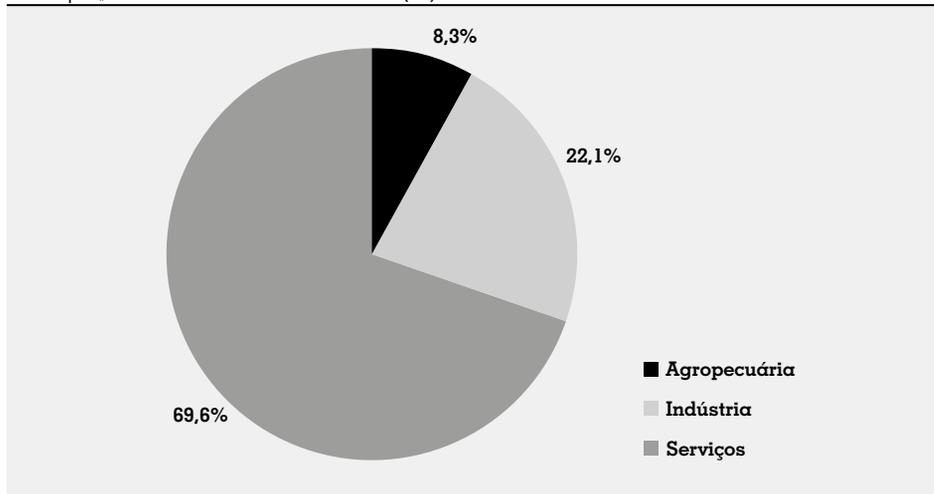
Participação dos setores no Valor Adicionado (VA) na Bahia em 2014



Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).

Gráfico 2

Participação dos setores no Valor Adicionado (VA) na Bahia em 2015



Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).

por 42,0% da atividade econômica, aumentando essa participação para 42,7% em 2015. A Tabela 1 e os gráficos 3 e 4 exibem o PIB das cinco maiores economias da Bahia em 2014 e 2015, bem como a participação dessas economias no total da atividade econômica baiana. Percebe-se que, no período, os cinco maiores municípios aumentaram a sua participação no PIB da Bahia, demonstrando, dessa forma, movimento de concentração produtiva.

Ao se analisar a evolução dos cinco maiores municípios de forma individualizada, observa-se, conforme a Tabela 1, que Salvador é responsável por 23,6% do PIB baiano, com destaque para as atividades do setor de serviços, mas também com relevância da construção civil e da indústria de alimentos – entre 2014 e 2015, o município apresentou perda de participação no PIB da Bahia. Em seguida estão os municípios de Camaçari

Ao se analisar a evolução dos cinco maiores municípios de forma individualizada, observa-se [...], que Salvador é responsável por 23,6% do PIB baiano, com destaque para as atividades do setor de serviços, mas também com relevância da construção civil e da indústria de alimentos

Tabela 1

PIB municipal ã Cinco maiores municípios ã Bahia ã 2014/2015

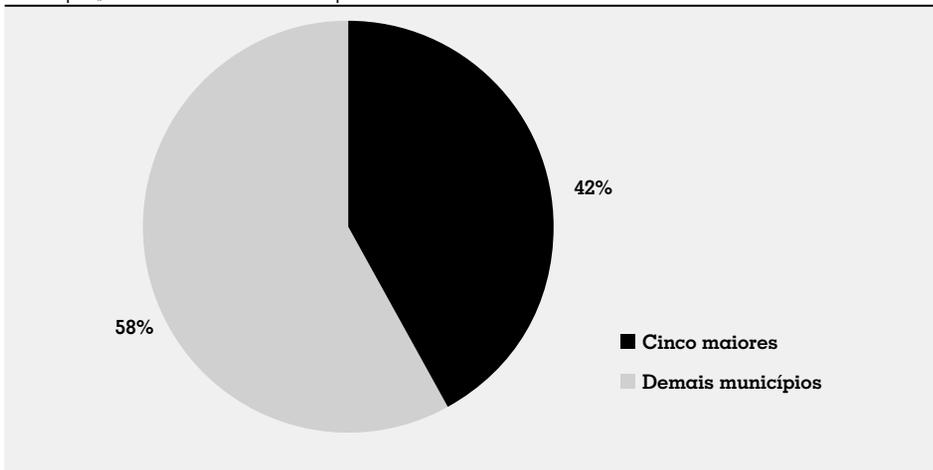
UNIDADE	PIB total		Participação no estado (%)	
	2014	2015 ⁽¹⁾	2014	2015 ⁽¹⁾
Bahia	223.930	245.025	-	-
Total municípios	94.147	104.614	42,0	42,7
Salvador	56.551	57.872	25,3	23,6
Camaçari	17.601	20.374	7,9	8,3
Feira de Santana	11.727	11.961	5,2	4,9
S.º Francisco do Conde	2.883	8.646	1,3	3,5
Vitória da Conquista	5.385	5.761	2,4	2,4

Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).

(1) Dados sujeitos a alteração.

Gráfico 3

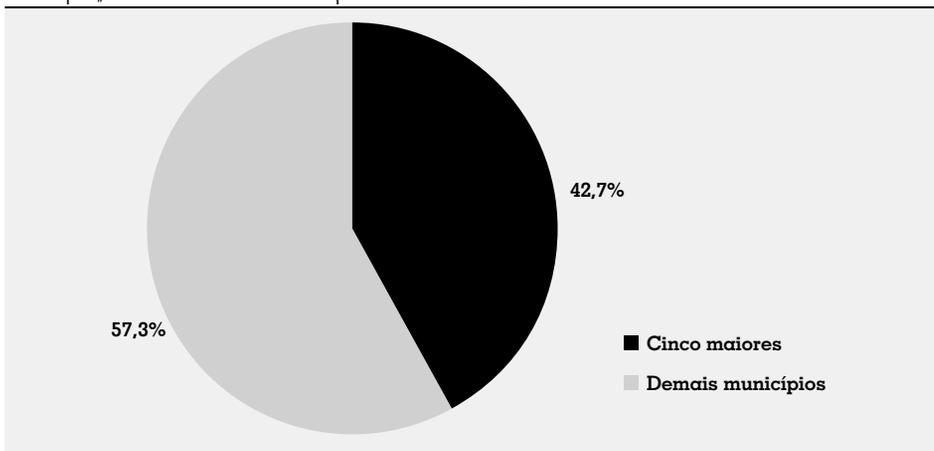
Participação dos cinco maiores municípios no PIB ã Bahia ã 2014



Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).

Gráfico 4

Participação dos cinco maiores municípios no PIB da Bahia em 2015



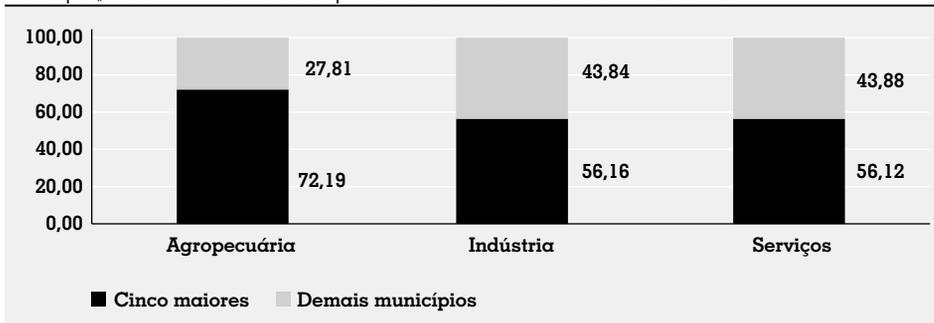
Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).

com 8,3% - com sua economia baseada na indústria de transformação, em especial nos segmentos químico e automotivo -; Feira de Santana com 4,9% - destacando-se por abrigar atividades industriais (alimentos e borracha), além dos serviços de educação, saúde, comércio e transportes -; São Francisco do Conde com 3,5% - retornando em 2015 ao grupo das maiores economias baianas em virtude da recuperação do setor de refino de petróleo, principal atividade econômica local -; e finalmente, Vitória da Conquista com 2,4%-, com destaque nos setores de educação, saúde e principalmente comércio.

A participação dos cinco maiores municípios com base nos setores econômicos exibe o alto nível de concentração produtiva na indústria (43,8%) e nos serviços (43,9%). Já a agropecuária é a que tem menor representatividade entre as cinco maiores economias municipais (27,8%), conforme se pode observar nos gráficos 5 e 6.

Gráfico 5

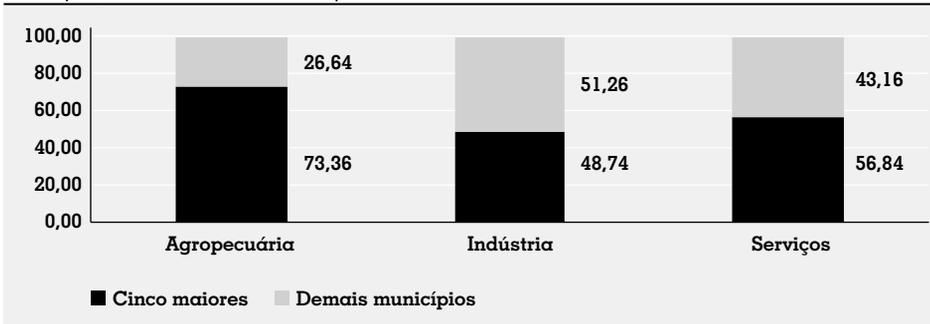
Participação dos cinco maiores municípios no VA dos setores econômicos da Bahia em 2014



Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).

Gráfico 6

Participação dos cinco maiores municípios no VA dos setores econômicos na Bahia em 2015



Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).

Em 2015, o setor industrial apresentou destaque em relação ao setor de serviços, conforme pode ser observado no Gráfico 6. Finalmente, o setor de serviços, apesar do alto nível de concentração, registrou queda nos cinco maiores municípios em 2015 comparado com 2014, demonstrando um ligeiro processo de desconcentração dessa atividade ao longo dos anos. Na seção seguinte são analisadas as dinâmicas econômicas entre 2014 e 2015 a partir dos setores de atividade econômica.

SETORES ECONÔMICOS**Agropecuária**

Apesar de se disseminar por praticamente todo o estado da Bahia, é na região oeste que o setor agropecuário apresenta a maior concentração de municípios que se destacam na atividade. Os cinco principais municípios agrícolas do estado estão situados nessa região, que concentra um dos mais promissores e modernos polos agroindustriais da Bahia, colocando a agropecuária local em posição de destaque. Juntos, eles respondem por 26,6% do VA da agropecuária baiana.

Conforme exposto na Tabela 2, no setor agropecuário destaca-se o município de São Desidério que, apesar da pequena queda de participação entre 2014 e 2015, manteve a primeira posição no *ranking* estadual da agropecuária, com participação de 9,9% do VA agrícola; além disso, em termos nacionais, o município é o que possui o maior VA na agricultura, sendo que as culturas que mais se destacam são *algodão* e *soja*.

Ainda conforme os dados da Tabela 2, Formosa do Rio Preto, com 5,6%, também é destaque no *ranking* estadual e nacional, ocupando o segundo lugar, tanto em termos de agropecuária baiana quanto nacional, e tem sua atividade agrícola centrada na produção de soja.

O setor de serviços, apesar do alto nível de concentração, registrou queda nos cinco maiores municípios em 2015 comparado com 2014, demonstrando um ligeiro processo de desconcentração dessa atividade ao longo dos anos

O setor industrial é o segundo mais importante na economia do estado e se caracteriza pelo alto grau de concentração produtiva em poucos municípios

Tabela 2

Valor Adicionado (VA) da agropecuária em cinco maiores municípios da Bahia em 2014/2015

Unidade	PIB Total		Participação no estado (%)	
	2014	2015 ⁽¹⁾	2014	2015 ⁽¹⁾
Bahia	15.484	17.836	-	-
Total dos municípios	4.307	4.752	27,8	26,6
São Desidério	1.684	1.773	10,9	9,9
Formosa do Rio Preto	880	1.008	5,7	5,7
Barreiras	628	737	4,1	4,1
Correntina	575	621	3,7	3,5
Luis Eduardo Magalhães	539	617	3,5	3,5

Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).

(1) Dados sujeitos a alteração.

Na sequência dos dados da Tabela 2 seguem os municípios de Barreiras (4,1%), apresentando ganho na participação em relação a 2014; Correntina (3,5%), e Luis Eduardo Magalhães, com 3,4% de participação de VA da agropecuária do estado. A soja é a principal cultura desses três municípios, onde também são cultivados *algodão e outros cereais*, além da criação de aves em Barreiras.

A Tabela 2 exibe as informações relativas ao VA da agropecuária dos cinco maiores municípios desse setor em 2014 e 2015.

Indústria

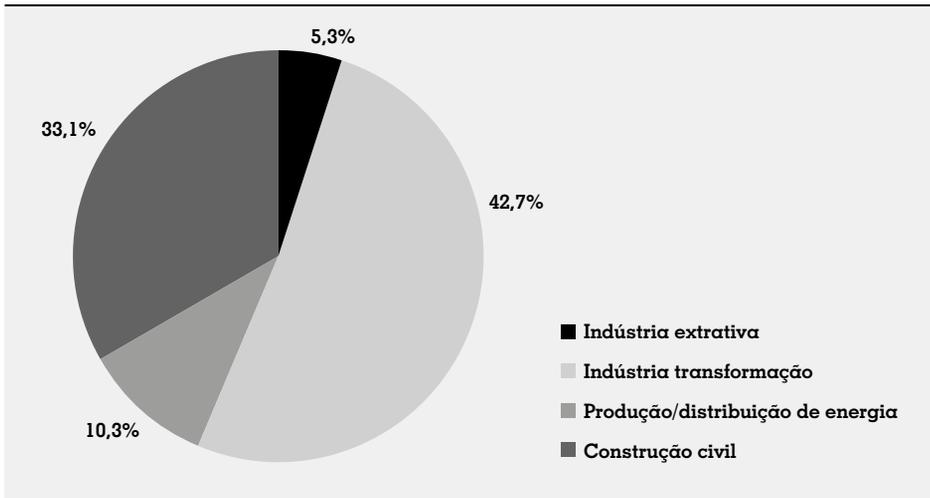
Conforme destacado inicialmente, o setor industrial é o segundo mais importante na economia do estado e se caracteriza pelo alto grau de concentração produtiva em poucos municípios. Os cinco maiores municípios, sendo a sua maioria pertencente à Região Metropolitana de Salvador (RMS), geraram 51,2% do VA do setor em 2015, sendo que essa participação foi de 43,8% em 2014 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2018).

Dentro do setor industrial são contabilizados os segmentos da indústria *extrativa mineral, transformação, construção civil e produção/distribuição de energia elétrica, água e esgoto*. O Gráfico 7 exibe a estrutura do setor industrial baiano, no qual se observa que a indústria de transformação representa mais da metade da atividade industrial do estado.

Analisando-se as informações da Tabela 3, verifica-se que Camaçari é a maior economia neste setor, com 17,5% do VA, sendo que, entre 2014 e 2015, registrou crescimento 1,4 p.p na participação estadual. Sede do maior polo petroquímico da América Latina, o município destaca-se na produção de produtos químicos e petroquímicos, além da produção automotiva e de celulose. O segundo município no segmento industrial é Salvador, com

Gráfico 7

Estrutura da indústria na Bahia em 2015



Fonte: SEI (2017).

participação de 17,4%. Entre 2014 e 2015, a capital baiana perdeu participação no setor industrial em função da redução observada no segmento de *produção/distribuição de energia elétrica*; Salvador destaca-se ainda como principal geradora de riquezas na *construção civil* e, em função de este segmento ter apresentado desempenho negativo em 2015, implicou impactos diretos sobre a participação municipal no total do setor.

Ainda conforme a Tabela 3, São Francisco do Conde, com 8,3%, foi o principal destaque tanto no PIB geral quanto no setor industrial. Até 2010, este município se posicionava entre as maiores economias do estado por conta do desempenho positivo do segmento de *refino de petróleo*. No entanto, entre 2011 e 2014, os contínuos desequilíbrios neste segmento impactaram diretamente no VA do município, fazendo com que este deixasse de participar do grupo das maiores economias municipais da Bahia. Em 2014, conforme se observa na Tabela 3, o VA do município no setor industrial foi negativo (R\$ -1,7 bilhão). Já em 2015, com a recuperação da atividade, o município registrou VA positivo de R\$ 3,9 bilhões. Feira de Santana aparece como o quarto mais importante município no segmento industrial, com 4,6% do VA, em função dos segmentos de *transformação* e *construção civil*. Entre 2014 e 2015, o desempenho negativo desses dois segmentos no município determinaram perda de participação equivalente a 1,3 p.p..

O quinto maior município industrial da Bahia é Dias d'Ávila, com 3,4%, destacando-se no segmento da *indústria de transformação* representada pela metalurgia do cobre. A Tabela 3 resume a dinâmica do setor industrial baiano entre 2014 e 2015.

São Francisco do Conde, com 8,3%, foi o principal destaque tanto no PIB geral quanto no setor industrial. Até 2010, este município se posicionava entre as maiores economias do estado por conta do desempenho positivo do segmento de *refino de petróleo*

Tabela 3

Valor Adicionado (VA) da indústria nos cinco maiores municípios da Bahia em 2014/2015

Unidade	PIB total		Participação no estado (%)	
	2014	2015 ⁽¹⁾	2014	2015 ⁽¹⁾
Bahia	41.143	47.768	-	-
Total dos municípios	18.038	24.485	43,8	51,3
Camaçari	6.646	8.383	16,2	17,5
Salvador	9.205	8.292	22,4	17,4
São Francisco do Conde	-1.735	3.972	-4,2	8,3
Feira de Santana	2.454	2.214	6,0	4,6
Dias de Vila	1.468	1.624	3,6	3,4

Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).

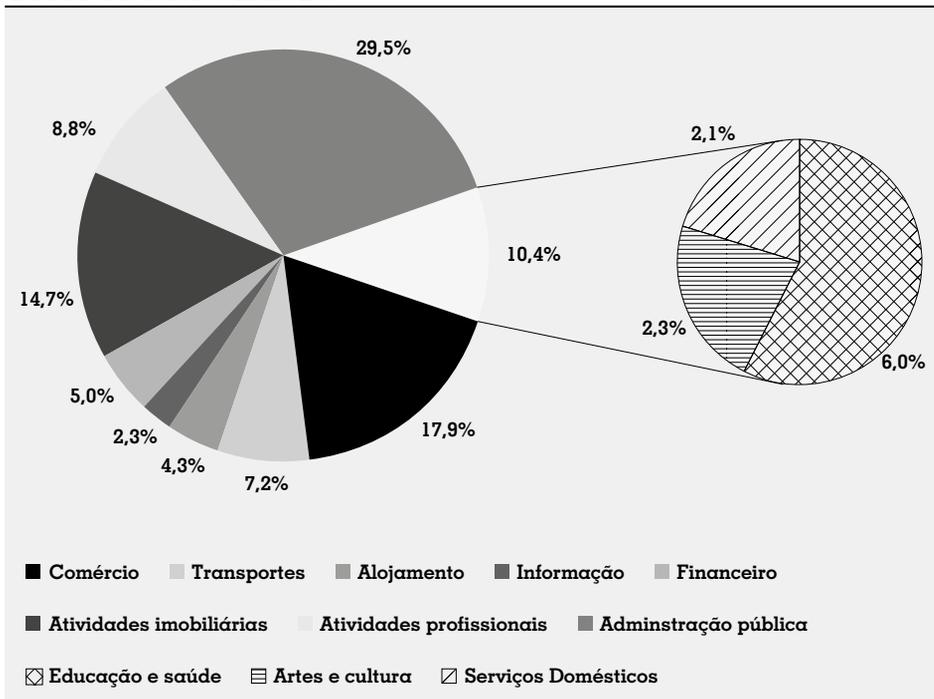
(1) Dados sujeitos a alteração.

Serviços

O Gráfico 8 exibe a estrutura das atividades que compõem o setor de serviços baiano. Em 2015, os segmentos de *administração pública*, *comércio*, *atividades profissionais* e *atividades imobiliárias* representavam 70,0% do setor, com destaque para a administração pública com quase 1/3 do VA do setor.

Gráfico 8

Estrutura do setor de serviços na Bahia em 2015



Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).

Dentre as maiores economias no setor de serviços, demonstradas na Tabela 4, Salvador destaca-se como principal e mais importante, com participação de 28,1%, a despeito de ter apresentado uma pequena queda de participação em relação a 2014. Essa expressiva concentração da atividade na capital baiana é decorrente da presença de grandes empresas, associadas a este setor e que ofertam desde segmentos de turismo, passando pelo comércio até atividades financeiras e APU.

Ainda conforme a Tabela 4, verifica-se que o segundo município mais importante é Feira de Santana com 5,3%, com destaque para a atividade comercial e a produção de serviços de apoio à atividade industrial (atividades profissionais). Camaçari – 3º maior município nos serviços – responde por 4,5% do VA do setor, principalmente no que se refere a serviços relacionados à atividade industrial, além de serviços bancários e comércio. Vitória da Conquista com 2,8% destaca-se, sobretudo, nos serviços de saúde e educação mercantil. Finalmente, Lauro de Freitas com 2,5% é a quinta maior economia no setor, destacando-se nas atividades de comércio, serviços de educação e saúde, além de serviços relacionados à atividade turística. A Tabela 4 exibe o VA dos cinco maiores municípios baianos no setor entre 2014 e 2015.

Essa expressiva concentração da atividade na capital baiana é decorrente da presença de grandes empresas

Tabela 4

Valor Adicionado (VA) dos serviços nos cinco maiores municípios na Bahia em 2014/2015

Unidade	PIB Total		Participação no estado (%)	
	2014	2015 ⁽¹⁾	2014	2015 ⁽¹⁾
Bahia	139.575	150.041	-	-
Total dos municípios	57.536	60.983	41,2	40,6
Camaçari	40.061	42.134	28,7	28,1
Salvador	6.114	6.806	4,4	4,5
São Francisco do Conde	2.844	3.081	2,0	2,1
Feira de Santana	7.504	7.901	5,4	5,3
Dias d'Ávila	1.012	1.061	0,7	0,7

Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).

(1) Dados sujeitos a alteração.

PIB per capita

O nível de produção de uma determinada economia não revela de que forma a renda gerada está sendo distribuída, isto é, se o crescimento econômico converte-se em desenvolvimento econômico. Com vista a tentar quantificar essa relação, diversos indicadores foram propostos ao longo do tempo. Dentre estes, um dos mais utilizados é o da renda ou PIB per capita, que corresponde ao quociente entre o PIB de uma localidade e a população dessa mesma localidade. Em termos gerais,

Os dados do PIB municipal de 2015 apontam que apenas 30 municípios tiveram o PIB per capita acima da média do per capita baiano (R\$ 16.115). [...] dentre os 417 municípios baianos, os cinco maiores PIB per capita foram: São Francisco do Conde, São Desidério, Camaçari, Cairu e Formosa do Rio Preto

o PIB per capita demonstra o quanto cada morador auferiu da renda gerada na sua localidade num determinado período de tempo.

Ainda que seja um indicador que tenta demonstrar a absorção da riqueza gerada, o PIB per capita é incapaz de revelar a riqueza social. Isso se deve ao fato de este indicador simplesmente fazer uma operação matemática de divisão de tudo que foi gerado na região pela população dessa região. No entanto, como se sabe, nem tudo o que é gerado numa região em termos monetários é repartido por todos os habitantes, muito menos de forma igualitária. Nesse sentido, o PIB per capita revela-se apenas como uma estatística extremamente preliminar e frágil do quanto de riqueza gerada está sendo absorvida pela população local².

Os dados do PIB municipal de 2015 apontam que apenas 30 municípios tiveram o PIB per capita acima da média do per capita baiano (R\$ 16.115). De acordo com a Tabela 5, dentre os 417 municípios baianos, os cinco maiores PIB per capita foram: São Francisco do Conde, São Desidério, Camaçari, Cairu e Formosa do Rio Preto. No que se refere ao primeiro colocado – São Francisco do Conde –, observou-se crescimento significativo no PIB per capita entre 2014 e 2015, saindo de R\$ 74.232 em 2014 e alcançando R\$ 219.845 em 2015. Esse crescimento do município se deveu aos impactos positivos do setor de refino de petróleo, o qual já foi destacado na seção anterior.

Na sequência dos maiores PIB per capita aparecem os municípios de: São Desidério (R\$ 83.234 em 2015) – nesse caso, o bom desempenho do setor agropecuário, particularmente da soja, contribuiu para que o município se posicionasse entre os maiores per capita da Bahia – e Camaçari (R\$71.012) – a recuperação de algumas atividades industriais teve impacto na renda per capita desse município em 2015. O quarto município entre os maiores per capita é Cairu com valor total de R\$ 67.787 – no entanto, convém destacar que este apresentou perda de 33,6% no valor do PIB entre 2014 e 2015, em função da queda nos preços do gás natural, explorado no litoral do município.

Formosa do Rio Preto é o quinto maior PIB per capita, com valor de R\$ 63.256 em 2015. Assim como São Desidério, esse município também tem no setor agrícola o principal impulsionador para o elevado PIB per capita local. A Tabela 5 exhibe os cinco maiores PIB per capita da Bahia nos anos de 2014 e 2015.

² A questão da distribuição de renda equitativa e geradora de desenvolvimento econômico tem sido abordada em diversos outros trabalhos e, por não ser o foco desta análise, não será debatida com profundidade, restringindo-se, nesse caso, ao que fora aqui exposto.

Tabela 5

PIB per capita ã Bahia ã Cinco maiores municípios ã 2014/2015

Município	PIB per capita R\$ 1,00		Ranking 2015
	2014	2015 ⁽¹⁾	
S.,o Francisco do Conde	74.232	219.845	1º
S.,o Desidério	78.676	83.234	2º
Camaçari	62.547	71.012	3º
Cairu	102.032	67.787	4º
Formosa do Rio Preto	54.488	63.256	5º

Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).

(1) Dados sujeitos a alterao.

MUNICÍPIOS BAIANOS NA ECONOMIA NORDESTINA

A Bahia, sendo a maior economia do Nordeste, com quase 1/3 da riqueza da região, tem alguns municípios como destaque entre os 1.794 municípios nordestinos. Considerando-se esse quantitativo, observa-se que 50,0% da riqueza gerada na região concentra-se em apenas 27 municípios. Destes, sete são municípios baianos. Por sua vez, 282 economias representam apenas 1% da riqueza gerada na região, sendo que nove estão situadas na Bahia.

Analisando-se os dados a partir do PIB per capita, entre os cinco maiores do Nordeste, dois estão no estado da Bahia, sendo que o município de São Francisco do Conde aparece como destaque, com o maior PIB per capita da região (Tabela 6).

Há ainda que se destacar a posio de Salvador em relao aos demais municípios nordestinos. A despeito da perda de participao no PIB da Bahia e do Nordeste, a capital baiana manteve-se como o maior município do Nordeste brasileiro, superando Fortaleza e Recife. A Tabela 7 exibe o PIB das maiores economias nordestinas em 2014 e 2015, onde é possível observar que, dentre as dez maiores economias da região, apenas Camaçari não é uma capital de estado, além de possuir PIB maior que três capitais (João Pessoa, Teresina e Aracaju).

Tabela 6

PIB per capita ã Nordeste ã Cinco maiores municípios ã 2014/2015

Município	PIB per capita R\$ 1,00		Ranking 2015
	2014	2015 ⁽¹⁾	
S.,o Francisco do Conde (BA)	74.232	219.845	1º
Ipojuca (PE)	80.221	95.950	2º
Tasso Fragoso (MA)	96.920	86.741	3º
Guamaré (RN)	18.247	85.163	4º
S.,o Desidério (BA)	78.676	83.234	5º

Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).

(1) Dados sujeitos a alterao.

Analisando-se os dados a partir do PIB per capita, entre os cinco maiores do Nordeste, dois estão no estado da Bahia, sendo que o município de São Francisco do Conde aparece como destaque, com o maior PIB per capita da região

Tabela 7

PIB dos municípios Regiões Nordeste e Dez maiores municípios em 2014/2015

Unidade	PIB total		Participação no estado (%)	
	2014	2015 ⁽¹⁾	2014	2015 ⁽¹⁾
Nordeste	805.099	848.533	-	-
Total dos municípios	295.145	303.576	36,7	35,8
Salvador	56.116	57.872	7,0	6,8
Fortaleza	56.116	57.246	7,0	6,7
Recife	50.515	48.032	6,3	5,7
São Luís	27.308	26.832	3,4	3,2
Natal	19.100	20.904	2,4	2,5
Maceió	18.266	20.681	2,3	2,4
Camari	17.601	20.374	2,2	2,4
João Pessoa	17.449	18.336	2,2	2,2
Teresina	17.774	17.627	2,2	2,1
Aracaju	14.900	15.672	1,9	1,8

Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).

(1) Dados sujeitos a alteração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2015, as economias brasileira e baiana tiveram os piores desempenhos em termos econômicos, considerando a atual série do PIB que vai de 2002 a 2015. O desempenho negativo afetou praticamente todas as atividades econômicas, sendo que algumas poucas conseguiram obter desempenho positivo, a exemplo do setor agropecuário.

Conforme observado nas seções anteriores, o desempenho negativo da economia baiana também se refletiu em maior ou menor grau no desempenho dos municípios. Nesse sentido, merece destaque a perda de participação de Salvador em virtude do baixo desempenho de atividades relevantes no município, particularmente quanto à construção civil, o consumo de energia e ao comércio varejista. Por sua vez, o principal destaque foi o ganho de participação de São Francisco do Conde. Desde 2011 esse município não figurava entre os maiores da Bahia em função das dificuldades operacionais no setor de refino de petróleo, principal atividade desenvolvida no município. Já em 2015, a recuperação do setor propiciou que São Francisco do Conde voltasse a se destacar no PIB municipal, colocando-se como a quarta maior economia da Bahia e como o primeiro PIB per capita da Bahia e do Nordeste.

Quanto aos municípios que têm a agropecuária entre as principais atividades, esses também se destacaram em 2015, a exemplo de São Desidério e Formosa do Rio Preto, que aparecem não apenas como os maiores PIB agropecuários da Bahia, mas também do Brasil; além disso, esses dois municípios, beneficiando-se dos ganhos do setor agropecuário, destacaram-se entre os maiores PIB per capita da Bahia.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produto Interno Bruto dos municípios*: 2010-2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *PIB municipal*: 2015. Salvador: SEI, 2017. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=561&Itemid=335>. Acesso em: 25 jan. 2018.

_____. *Produto Interno Bruto dos municípios*: 2014-2015. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=565&Itemid=301>. Acesso em: 25 jan. 2018.

RESUMO

O argumento principal apresentado neste texto é o de que a ruptura institucional ocorrida com o *impeachment* da presidente Dilma Rouseff teve como motivo fundamental uma disputa política entre distintas frações da burguesia brasileira – com o enfraquecimento da burguesia interna e o esfacelamento do que alguns acreditavam ser uma “frente política neodesenvolvimentista” constituída durante o segundo Governo Lula. A mudança do bloco no poder daí derivada – com o retorno do tripé macroeconômico rígido, o ajuste fiscal permanente e o aprofundamento das contrarreformas neoliberais –, associada à forma de inserção internacional (comercial e financeira) do país, aponta para um cenário de baixíssimo crescimento econômico no curto e médio prazo e de estagnação no longo prazo.

Palavras-chave: *Impeachment*. Bloco no poder no Brasil. Dinâmica macroeconômica. Política econômica. Crescimento econômico.

ABSTRACT

The main argument presented in this text is that the institutional rupture, which occurred with the impeachment of president Dilma Rouseff, had as fundamental motive a political dispute between different fractions of the Brazilian bourgeoisie – with the weakening of the internal bourgeoisie and the collapse of what some believed to be a “neodevelopmental policy front” constituted during the second Lula government. The change in the power bloc derived from it – with the return of the rigid macroeconomic tripod, permanent fiscal adjustment and the deepening of neoliberal counter-reforms – coupled with the country’s international (commercial and financial) insertion, points to a scenario of very low economic growth in the short and middle-term and a long term stagnation.

Keywords: *Impeachment*. Block in power in Brazil. Macroeconomic dynamics. Economic policy. Economic growth.

Economia, política e o bloco no poder no Brasil¹

LUIZ FILGUEIRAS

Pós-doutor em Economia, pela Université Paris 13; doutor em Ciências Econômicas, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em Economia, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).
Professor titular da Faculdade de Economia da UFBA. luizmfil@gmail.com

A HISTÓRIA do Brasil contemporâneo é marcada por inúmeras rupturas institucionais que redefiniram e/ou reacomodaram o “bloco político no poder²”, reorientando as políticas econômico-sociais do Estado de acordo com a nova correlação de forças daí derivada. A atual conjuntura brasileira ainda é um desdobramento do último desses eventos, qual seja: o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff – cujas gravíssimas implicações econômicas, sociais e políticas estão cada dia mais evidentes.

Em geral, as campanhas de denúncia da corrupção política e a bandeira de combate à corrupção beneficiam-se de uma conjuntura de crescente insatisfação da sociedade com o governo, em razão do agravamento da

1 Este texto é uma redução modificada do ensaio sobre “a relação entre economia, política e corrupção”, postado no blog *Observatório de Análise Política em Saúde*.

2 O bloco político no poder é um conceito de Poulantzas, que indica “a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista.” (1977, p. 229). Em seu interior, uma das classes – ou frações de classe participantes – assume a posição de liderança e hegemonia, legitimada pela sua capacidade de unificar e dirigir, política e ideologicamente, as demais classes ou frações, ao incorporar demandas que vão além de seus específicos interesses corporativos. Em suma, o bloco no poder configura o conjunto de forças políticas (e seus interesses) que está presente e representado, de forma dominante, em um Estado capitalista, em determinada conjuntura, e que se expressa nas ações e políticas públicas efetivadas pelos governos.

situação econômica do país: desaceleração do crescimento ou mesmo uma recessão, com aumento do desemprego e queda da renda; crescimento da inflação e fragilização financeira do Estado; piora das relações econômico-financeiras internacionais do país, com ameaça de crise cambial. Ao mesmo tempo, o uso político da corrupção potencializa e galvaniza a insatisfação com o governo, num processo em que as críticas econômicas e políticas fundem-se com a crítica ética e moral – que são estimuladas e alimentadas reciprocamente.

A derrubada do Governo Dilma, através de seu *impeachment*, encaixa-se exatamente nessa perspectiva: inicialmente, ainda no seu primeiro governo, houve a queda das taxas de crescimento da economia brasileira, num contexto de piora da conjuntura econômica internacional, e a deterioração da conta de transações correntes do balanço de pagamento do país; ocorreram ainda o crescimento da taxa de inflação e a piora das contas públicas – agravada pela política equivocada de desoneração fiscal. Depois, no seu segundo governo, a adoção da política de ajuste fiscal dos adversários derrotados nas eleições, a recessão e, ao final, o aumento do desemprego e a queda da renda completaram o cenário. Nessas circunstâncias, a campanha de denúncias ético-morais contra o governo encontrou um terreno fértil para se desenvolver e ‘colher frutos’ políticos.

Todavia, a prática da corrupção, apesar de condenada por todos, não é algo exógeno à economia e à política no capitalismo, ao contrário, ela é inerente a essas duas esferas, nas quais os diversos interesses sociais confrontam-se e disputam poder econômico e político (SOUZA, 2015). No caso do Brasil, podem ser citados os seguintes instrumentos e circunstância que propiciam essa prática: o financiamento privado das campanhas eleitorais por parte de grandes empresas; as emendas parlamentares individuais; a enorme quantidade dos chamados ‘cargos de confiança’, e a fragilidade jurídica e de fiscalização das relações entre o Estado e o capital – em especial as licitações para obras, o fornecimento de produtos e a terceirização da força de trabalho.

Há mais de 500 anos, Maquiavel (2010) demonstrou e explicou a estreita relação entre política e corrupção, evidenciando a existência de uma lógica própria da política, de conquista e manutenção do poder, cujos meios ultrapassam a moral individual privada, a moral cristã e a moral estrita do senso comum. Desse modo, a corrupção não se apresenta, simplesmente, como um problema moral e uma exceção, restrita e localizada e que, portanto, pode ser extirpada de forma ‘cirúrgica’. A corrupção é elemento estruturante e operante da vida econômico-política, constituindo-se em parte essencial do sistema político de representação.

E, pode-se ainda acrescentar, essa autonomização relativa não se restringe apenas à política; ela é mais forte ainda ante as demais esferas da vida social, como na esfera econômica das relações sociais capitalistas. A estreita relação entre poder político e riqueza, e entre Estado e mercado, já se constituía, ainda no alvorecer do capitalismo, no fundamento do processo de “acumulação primitiva do capital” (MARX, 2013) e de toda a doutrina e a prática dos mercantilistas (séculos XVI-XVIII). Mais tarde, no século XIX, essas relações também constituíram a base do pensamento nacionalista do economista alemão List (1983) quando, confrontando o liberalismo dos economistas clássicos ingleses, em particular a ideia do “livre comércio internacional” e das “vantagens comparativas”, enfrentou a questão do atraso do desenvolvimento capitalista de seu país, e de outros países europeus, comparativamente à Inglaterra. O seu pensamento influenciou fortemente as políticas de industrialização, a criação de uma União Aduaneira (o *Zollverein*) e, mesmo após a sua morte, o processo de unificação da Alemanha. Por fim, no século XX, a disputa imperialista que desembocou na Primeira Guerra Mundial e a chamada globalização ou mundialização do capital das últimas quatro décadas evidenciaram, mais uma vez, a impossibilidade de se pensar e entender economia e política separadamente (HOBSBAWM, 1995).

Por sua vez, a experiência e a história têm demonstrado, sistematicamente, que as campanhas e os movimentos políticos contra a corrupção, no Brasil e em todos os lugares do mundo, constituem-se, invariavelmente, a ponta do *iceberg*. No caso específico atual, do processo que culminou com a deposição da presidente Dilma Roussef, a parte mais importante do *iceberg* que não se encontra à vista, que está além da aparência ético-moral do fenômeno, é a disputa política e econômica travada por duas distintas frações da burguesia brasileira (BOITO JR., 2013).

De um lado, a burguesia cosmopolita (fração dominante economicamente), cujos interesses, assim como o modo de se reproduzir enquanto classe social, estão fortemente associados e imbricados com os capitais estrangeiros, o capital financeiro e o imperialismo; e cuja hegemonia político-ideológica se expressa, de forma inequívoca, no Parlamento, no Judiciário e nos grandes meios de comunicação³. De outro lado, a gran-

3 A fração da burguesia cosmopolita tem presença e pode ser reconhecida no Brasil, principalmente nos seguintes setores: atividades e mercados financeiros (bancos, fundos de investimento e de pensão, empresas de consultoria e assessoria financeira, seguradoras, corretoras, planos de saúde); empresas brasileiras fornecedoras e prestadoras de serviços, articuladas ou associadas às multinacionais em vários tipos de negócio; alta gerência das empresas multinacionais na indústria e no agronegócio; grandes grupos de marketing e comunicação; grandes escritórios de advocacia e auditoria, e, mais recentemente, grandes universidades privadas, muitas delas de propriedade do capital estrangeiro.

A marca característica fundamental das economias dos países ‘subdesenvolvidos’ ou ‘em desenvolvimento’ é, desde sempre, a dependência; são economias capitalistas cujas dinâmicas e trajetórias são fortemente condicionadas e restringidas pelo processo de acumulação de capital no plano mundial

de burguesia interna⁴ que, embora não se contraponha ao imperialismo e nem encarne ou proponha um projeto nacional de confronto e maior autonomia em relação a ele, tem interesses e uma forma de se reproduzir enquanto classe que não passam diretamente pela associação com os capitais estrangeiros, e, eventualmente, até mesmo se confronta com interesses específicos destes últimos – evidenciados, particularmente, no recente processo de internacionalização, patrocinado pelo Estado, de grandes grupos econômicos nacionais⁵.

Desse modo, essa disputa entre distintas frações do capital e da burguesia, tal como vem-se apresentando no Brasil nos últimos anos, tem reconfigurado, em cada conjuntura, a correlação de força no interior do bloco político no poder – que se expressa no plano imediato da representação e dos partidos em distintos projetos políticos, identificados com um maior ou menor grau de dependência da economia brasileira. Por isso, esses distintos projetos implicam repercussões distintas sobre o crescimento econômico, a disputa político-econômica entre capital e trabalho, as formas e a intensidade de exploração da força de trabalho, e as políticas econômicas e sociais dos governos. Desde a década de 2000, e mais ainda na atual conjuntura, a luta de classes entre capital e trabalho tem sido subsumida à disputa entre essas duas frações do capital/da burguesia brasileira. É isto que este artigo tentará evidenciar e explicar na sequência.

DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E DEPENDÊNCIA

A marca característica fundamental das economias dos países ‘subdesenvolvidos’ ou ‘em desenvolvimento’ é, desde sempre, a dependência; são economias capitalistas cujas dinâmicas e trajetórias são fortemente condicionadas e restringidas pelo processo de acumulação de capital no plano mundial – que lhes impõe a necessidade de adaptar suas respectivas estruturas produtivas internas às exigências dos países dominantes. Portanto, são economias subordinadas, com um grau de autonomia muito pequeno e que transferem continuamente renda e riqueza para os países centrais do sistema capitalista mundial.

4 A grande burguesia interna, conceito cunhado por Poulantzas (1974; 1977), não é sinônimo de burguesia nacional; diferentemente desta última, que já não existe no Brasil há décadas, não possui contradições incontornáveis com os capitais estrangeiros e o imperialismo, não é nacionalista, mas possui um espaço próprio de reprodução do capital que não passa necessariamente pela aliança com estes últimos – portanto, diferencia-se também da burguesia cosmopolita associada, política e objetivamente, ao imperialismo.

5 Essa fração da burguesia brasileira está presente, e pode ser identificada, em vários ramos da indústria de transformação (têxtil, alimentos, bebidas, bens de capital, entre outros), na cadeia produtiva do petróleo, na construção civil pesada, na produção de *commodities* agrícolas e minerais, em segmentos do grande comércio varejista e do agronegócio.

São economias de países que, desde o seu surgimento no século XIX, ocupam uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho – constituída em meados daquele século sob a hegemonia inglesa, e reconfigurada diversas vezes pelo capitalismo durante o seu processo de desenvolvimento. Mas as formas dessa dependência, sempre com a transferência de renda e riqueza (excedente) para os países centrais, modificaram-se ao longo da história, refletindo as mudanças ocorridas na divisão internacional do trabalho em cada momento.

Esses países, até a grande crise capitalista de 1929, foram exportadores de produtos minerais e agrícolas – alimentos e matérias-primas – e importadores de produtos manufaturados, transferindo, através da troca desigual, segundo a Teoria Marxista da Dependência (MARINI, 2011), ou da deterioração dos termos de troca, conforme a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), excedentes para os países do centro do sistema capitalista. O financiamento dos déficits estruturais de suas balanças comerciais, através de empréstimos internacionais, e o crescimento de suas dívidas externas configuravam a natureza da dependência, qual seja: comercial-financeira. Ao participarem da divisão internacional do trabalho na condição de economias agrário-exportadoras, transferiam renda a países desenvolvidos, ante a existência de preços relativos favoráveis aos produtos manufaturados importados quando comparados aos preços dos produtos minerais e agrícolas exportados; e também através do pagamento de juros dos empréstimos internacionais. A dinâmica de suas economias dependia diretamente de suas exportações, portanto, o motor de seu funcionamento estava situado no mercado mundial.

Posteriormente, já no século XX, com a possibilidade aberta pela crise de 1929, alguns desses países e economias nacionais iniciaram o seu processo de industrialização em substituição às importações, apoiados, fundamentalmente, no capital nacional e no estatal. No Brasil, a natureza dessa primeira fase da industrialização (1930-1955) foi denominada de nacional-desenvolvimentista. No entanto, em meados dos anos 1950, a partir do Governo JK, a industrialização brasileira deu um grande salto, com a implantação do segmento de bens de consumo duráveis através dos investimentos diretos realizados pelas corporações multinacionais, que permitiu a estas a transferência e o alongamento da vida útil de suas máquinas e equipamentos da segunda revolução tecnológica – quando esta já evidenciava, nos países centrais, esgotamento de seu dinamismo inovador. Isso se fez com uma política deliberada por parte do Estado brasileiro, que incluía entrada de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial, proteção do mercado interno com a adoção de elevadas tarifas de importação e preços de insumos subsidiados. A partir daí, a natureza da dependência transmutou-se de duas maneiras:

O financiamento dos déficits estruturais de suas balanças comerciais, através de empréstimos internacionais, e o crescimento de suas dívidas externas configuravam a natureza da dependência, qual seja: comercial-financeira

Essa nova dependência, também de natureza tecnológico-financeira, redefiniu, de novo, a inserção dos países periféricos na divisão internacional, aprofundando e radicalizando a subordinação destes

1. De um lado, com a internacionalização dos mercados internos e o domínio e controle do capital estrangeiro por setores e ramos industriais mais dinâmicos, a dependência dos países periféricos internalizou-se, enquanto o centro de decisões fundamentais relativas à industrialização e, portanto, à economia, deslocou-se para fora desses países. Assim, a dependência não era mais, apenas, uma força ou impulso emanado de fora para dentro, através do comércio e de empréstimos internacionais. Ela havia se enraizado nas estruturas e instituições econômicas, políticas e culturais desses países; os interesses dos capitais estrangeiros e do imperialismo passaram a se expressar e serem defendidos a partir de dentro, nas distintas esferas da vida social – em estreita articulação com determinados segmentos das classes dominantes locais. Esses interesses passaram a ser abertamente defendidos e justificados nos grandes meios de comunicação, nas universidades, no Parlamento e, cada vez mais, no Judiciário.
2. De outro lado, a dependência comercial-financeira desdobrou-se em dependência tecnológico-financeira, na qual a transferência de excedentes da periferia para o centro passou a se associar à importação de bens de capital de maior intensidade tecnológica e ao financiamento do processo de industrialização dos países periféricos (investimentos diretos e empréstimos) – com o crescimento exponencial de seus respectivos passivos externos, cuja expressão maior se materializou no pagamento de juros, *royalties* e patentes, e na remessa de lucros e dividendos. A crise da dívida externa da década de 1980, que envolveu todos os países da periferia do sistema mundial capitalista, evidenciou a subordinação tecnológico-financeira desses países. Além disso, constatou também que a industrialização não era uma condição suficiente para superar o subdesenvolvimento e a dependência.

Por fim, a partir dos anos 1970 – com os processos mundiais (distintos, mas articulados) de reestruturação produtiva, a mundialização do capital e a financeirização, sob a perspectiva ideológica das políticas neoliberais –, foi-se configurando uma nova (e atual) forma de dependência, que se mostrou plenamente constituída na década de 1990. Essa nova dependência, também de natureza tecnológico-financeira, redefiniu, de novo, a inserção dos países periféricos na divisão internacional, aprofundando e radicalizando a subordinação destes: transformou-os em plataforma de acumulação do capital financeiro internacional, através da securitização e do financiamento de suas dívidas públicas e do pagamento de rendas derivadas do monopólio do conhecimento e da informação; trouxe de volta àqueles, como o Brasil, que haviam se industrializado no período anterior a condição de ex-

portadores de *commodities* agrícolas e minerais e de manufaturados de baixo valor agregado e menor intensidade tecnológica, e tornou-os consumidores, mas não produtores, dos produtos típicos das terceira e quarta revoluções tecnológicas.

A consequência maior dessa nova dependência foi, de um lado, a quase completa perda de autonomia dos países dependentes para operacionalizar as políticas econômico-sociais e, de outro, o desencadeamento de um longo e penoso processo de desindustrialização – com o distanciamento, cada vez maior, desses países da fronteira da inovação tecnológica.

Em suma, e de forma sintética, o Brasil é um país dependente tecnológica e financeiramente; de um lado, não gera endogenamente, com raras exceções, tecnologia própria e se afasta, cada vez mais, da vanguarda do conhecimento. De outro, como todos os demais países periféricos, não tem moeda conversível internacionalmente, o que significa dizer que sua inserção internacional está condicionada ao acesso às moedas dos países centrais (Dólar e Euro).

A consequência maior dessa nova dependência foi, de um lado, a quase completa perda de autonomia dos países dependentes para operacionalizar as políticas econômico-sociais e, de outro, o desencadeamento de um longo e penoso processo de desindustrialização

DEPENDÊNCIA E PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA⁶

Um padrão de desenvolvimento capitalista define-se e é identificado por um conjunto de atributos – econômico-sociais e políticos – que estrutura, organiza e delimita a dinâmica do processo de acumulação de capital, assim como pelas relações econômico-sociais a ele subjacentes existentes em determinado Estado (espaço) nacional durante certo período histórico (FILGUEIRAS, 2013).

O primeiro atributo, que precede todos os demais, porque ao mesmo tempo os expressa e os delimita, é a configuração do bloco no poder num determinado período histórico. Este é composto, em cada conjuntura, por distintas classes ou frações de classes, assumindo uma delas a posição de liderança e hegemonia no seu interior. Essa hegemonia (GRAMSCI, 2002; LIGUORI, PASQUALE, 2017), para ter certa estabilidade, deve expressar a dominância e liderança de determinada fração do capital no processo objetivo de acumulação de capital em curso, e se caracteriza pela capacidade de unificar e dirigir, política e ideologi-

⁶ Essa parte do texto reproduz trechos do ensaio produzido para o Centro Celso Furtado e publicado no livro *Novas interpretações desenvolvimentistas*, intitulado “A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização” (FILGUEIRAS, 2013); e trechos do artigo publicado no blog *Análise de Política em Saúde*, intitulado “Notas para análise de conjuntura” (FILGUEIRAS, 2015a).

No Brasil, a dependência esteve associada, ao longo de sua história, a três padrões de desenvolvimento capitalista distintos que acompanharam as reconfigurações da divisão internacional do trabalho

camente, as demais frações do capital a partir de seus interesses específicos, mas também contemplando os interesses das outras frações.

Quando essa hegemonia incorpora, em maior ou menor grau, interesses das classes subordinadas ou de algumas de suas frações, deixa de ser estrita ao bloco no poder e se amplia para além dele, abarcando o conjunto da sociedade.

A identificação das distintas frações da burguesia e do capital, e de qual delas assume a liderança do processo de acumulação e a hegemonia no bloco no poder, é fundamental para caracterizar esse bloco, bem como a dinâmica e os interesses dominantes no padrão de desenvolvimento capitalista vigente. Esses interesses se expressam, sobretudo, na atuação econômica e política do Estado, nas políticas macroeconômicas, nas políticas sociais e na existência, ou não, de outras políticas públicas e seus respectivos conteúdos específicos.

Os demais atributos definidores de um padrão de desenvolvimento, e que estão estreitamente associados ao bloco no poder, são os seguintes:

1. A natureza e o tipo de regulação da relação capital-trabalho;
2. A natureza das relações intercapitalistas;
3. O modo como o estado articula-se com o processo de acumulação;
4. A incorporação do progresso técnico, a capacidade endógena de geração de inovações e a existência, ou não, de uma política industrial e tecnológica;
5. O modo de financiamento da acumulação, que diz respeito à importância de instituições financeiras públicas e/ou privadas e/ou do financiamento externo;
6. A estrutura de propriedade e distribuição de renda e da riqueza, bem como o conteúdo das políticas sociais;
7. A natureza da inserção internacional do país;
8. As formas de organização e representação política das distintas classes e frações de classes.

No Brasil, a dependência esteve associada, ao longo de sua história, a três padrões de desenvolvimento capitalista distintos que acompanharam as reconfigurações da divisão internacional do trabalho: o padrão

primário-exportador (1850/1930), o padrão de substituição de importações (1930-1990) e o padrão liberal-periférico (1990-2017).

De forma sucinta, no padrão de desenvolvimento capitalista primário-exportador, a fração da burguesia hegemônica no bloco no poder era o grande capital cafeeiro – que unificava as funções de produtor, comerciante, financiador e exportador de café. No seu interior também se acomodava as diversas oligarquias regionais constituídas a partir da grande propriedade fundiária. A rigor, do ponto de vista da relação capital-trabalho, pode-se identificar dois momentos distintos durante o predomínio desse padrão: o primeiro baseava-se no trabalho escravo, e o segundo estava estruturado a partir do trabalho livre assalariado. Essa mudança na relação de trabalho teve impacto importante no desenvolvimento das forças produtivas e na ampliação do processo de acumulação de capital, mas não alterou a natureza comercial-financeira da dependência vigente em todo o período, nem a dinâmica reflexa da economia: como já mencionado anteriormente, o motor de seu funcionamento estava situado fora, no mercado mundial – em razão da importância decisiva de suas exportações de café para o conjunto da economia.

No padrão de desenvolvimento de substituição de importações, o bloco no poder era constituído, até meados da década de 1950, pelo grande capital industrial (nacional e estatal) e pelas oligarquias agrárias, sob a hegemonia da burguesia industrial. A partir daí, com a entrada dos investimentos diretos estrangeiros e, portanto, com a internalização de seus interesses, o capital industrial multinacional incorpora-se ao bloco no poder, passando a ocupar uma posição hegemônica, juntamente com a parcela do grande capital nacional a ele associado e o capital estatal. Assim, com a implantação da indústria de bens de consumo duráveis e segmentos da de bens de capital, a industrialização deslança e o ciclo do capital e da acumulação, em grande medida, internaliza-se, com a ampliação concomitante do mercado interno, que passa a ser mais importante que o mercado externo para a produção do país. O nacional-desenvolvimentismo dos primeiros momentos da industrialização transforma-se em desenvolvimentismo associado-dependente, com o centro de decisões da economia exteriorizando-se e a constituição de uma fração burguesa cosmopolita e de uma classe média alta com ela identificada.

Por fim, o atual padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil – aqui denominado de liberal-periférico⁷ – foi constituído a partir da crise do

Com a
implantação
da indústria
de bens de
consumo
duráveis e
segmentos
da de bens
de capital, a
industrialização
deslança
e o ciclo do
capital e da
acumulação, em
grande medida,
internaliza-
se, com a
ampliação
concomitante
do mercado
interno

7 A análise desse padrão de desenvolvimento está detalhada no livro *A economia política do governo Lula* (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

padrão anterior, manifestada na chamada crise da dívida externa dos anos 1980. No início dos anos 1990, com o Governo Collor, foi-se configurando o que já era uma realidade no plano mundial, qual seja: uma nova hegemonia, desta feita comandada pelo capital financeiro, que subordinou a lógica produtiva a sua própria lógica volátil e de curto prazo. Esse padrão se aprofundou durante os governos de FHC e se consolidou durante os governos de Lula e Dilma.

As características estruturais fundamentais desse padrão, que o diferenciam do padrão anterior, podem ser resumidas em cinco pontos:

1. A relação capital/trabalho teve a sua assimetria aumentada a favor do primeiro, em razão da reestruturação produtiva e da abertura comercial, que implicaram o crescimento do desemprego estrutural, do trabalho informal, da terceirização e da precarização do trabalho em todas as suas dimensões. Como consequência, a capacidade de organização, mobilização e negociação dos sindicatos reduziu-se dramaticamente.
2. As relações intercapitalistas, em razão da abertura comercial e financeira e das privatizações, foram redefinidas, alterando-se a posição e a importância relativa das distintas frações do capital no processo de acumulação e na dinâmica macroeconômica: o capital financeiro (nacional e internacional) passou a ocupar posição dominante, deslocando a antiga hegemonia do capital industrial; o capital estatal perdeu relevância em favor do capital estrangeiro, e fortaleceram-se grandes grupos econômicos nacionais produtores/exportadores de *commodities* e o agronegócio.
3. A inserção do país na nova divisão internacional do trabalho aumentou a sua vulnerabilidade externa. De um lado, a reprimarização da pauta de exportação do país aprofundou o processo de desindustrialização iniciado ainda na década de 1980. De outro, cresceu dramaticamente a dependência financeira do país, fragilizando o Estado e reduzindo fortemente a sua capacidade de fazer política macroeconômica. Tudo isso em decorrência da abertura comercial e financeira que também alimentou a desindustrialização do país e o crescimento da dívida pública.
4. O papel e a importância do Estado no processo de acumulação e na dinâmica macroeconômica foram alterados em virtude do processo de privatização e da abertura financeira. O Estado fragilizou-se financeiramente e perdeu capacidade de regular a economia e de operacionalizar políticas macroeconômicas e de apoio à produção.

5. Por fim, em razão de todas essas mudanças, e ao mesmo tempo alimentando-as, constituiu-se um novo bloco no poder, sob a hegemonia do capital financeiro, que passou a ditar as políticas fundamentais do Estado.

Em suma, o padrão é liberal porque foi constituído a partir da abertura comercial e financeira, das privatizações e da desregulação da economia, com a clara hegemonia do capital financeiro ante as demais frações do capital. E é periférico porque o neoliberalismo assume características específicas nos países capitalistas dependentes, que o tornam mais regressivo ainda quando comparado a sua agenda e à forma como é operacionalizado nos países capitalistas centrais.

Do ponto de vista da dinâmica macroeconômica, a característica fundamental desse padrão de desenvolvimento capitalista, que aprofundou estruturalmente a dependência tecnológica e financeira dos países periféricos, se expressa na sua extrema instabilidade e grande vulnerabilidade externa estrutural – que acompanham de perto as alterações cíclicas da economia internacional. Esse padrão de desenvolvimento, com as características estruturais aqui mencionadas, iguala todos os governos brasileiros que se sucederam a partir de 1990.

No entanto, esse padrão de desenvolvimento, desde a sua constituição, e a depender da conjuntura econômica internacional, passou por distintos regimes de política macroeconômica: a âncora cambial do Plano Real no primeiro Governo FHC; o tripé macroeconômico (metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante) rígido no segundo Governo FHC e em parte do primeiro Governo Lula, e, por fim, esse mesmo tripé flexibilizado no segundo Governo Lula e no primeiro Governo Dilma. Mais recentemente, a partir do segundo Governo Dilma, e mais ainda no Governo Temer, retornou-se à aplicação rígida desse tripé.

PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO E REGIMES DE POLÍTICA MACROECONÔMICA⁸

Esses distintos regimes – cujas vigências dependem decisivamente da conjuntura internacional e refletem prioridades e vantagens diferentes no que se refere às distintas frações do capital – sempre implicam alguma acomodação do bloco no poder. Portanto, são esses regimes de política macroeconômica que diferenciam os governos de FHC e Temer, de um lado, e os governos de Lula e Dilma de outro, apesar de todos eles

A característica fundamental desse padrão de desenvolvimento capitalista, que aprofundou estruturalmente a dependência tecnológica e financeira dos países periféricos, se expressa na sua extrema instabilidade e grande vulnerabilidade externa estrutural

8 Essa parte do texto reproduz trechos do artigo já citado em nota anterior, publicado no blog Observatório de Análise Política em Saúde, intitulado *Notas para análise de conjuntura* (FILGUEIRAS, 2015a).

se assemelharem do ponto de vista da aceitação do padrão de desenvolvimento capitalista liberal periférico, seja através de sua promoção ativa (comportamento dos primeiros), seja por meio de uma adaptação passiva (adotada pelos segundos).

Desse modo, a hegemonia do capital financeiro no Brasil foi inconteste até o início do segundo Governo FHC em 1999, quando a política econômica do Plano Real, centrada na chamada “âncora cambial”, levou à sobrevalorização do Real e a uma crise cambial arrasadora, que obrigou a mudança dessa política. A partir daí, o bloco no poder passou por uma acomodação em sua correlação de forças internas, com o fortalecimento de frações do capital exportador – indústria extrativa mineral e agronegócio –, condição crucial para redução da vulnerabilidade externa conjuntural do país. Mais adiante, já na virada do primeiro para o segundo Governo Lula, o bloco no poder sofreu uma segunda acomodação: cresceram em importância outras frações do capital, como as grandes empreiteiras e as grandes redes de comércio varejista – na esteira da retomada dos investimentos do Estado e de uma política econômica de estímulo ao consumo.

Durante todo esse período, a hegemonia do capital financeiro nunca foi questionada, muito menos superada, apesar de este ter sido obrigado a partilhar o poder com outras frações do capital, que se expressaram durante o segundo Governo Lula na flexibilização do chamado tripé de política macroeconômica, implantado pelo Governo FHC desde a crise cambial de 1999: metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante. Essa flexibilização significou a redução da taxa de juros, a diminuição do superávit fiscal primário e intervenções no mercado de câmbio para a acumulação de reservas.

O *boom* econômico internacional nos anos 2000, só interrompido pela crise mundial deflagrada em 2008, permitiu a flexibilização (relaxamento) do tripé macroeconômico, em razão da redução da vulnerabilidade externa conjuntural do país. Essa flexibilização, associada a outras políticas adotadas principalmente a partir do final do primeiro Governo Lula – Bolsa Família, aumento real do salário mínimo e um programa de habitação popular –, teve como consequência a elevação das taxas de crescimento do país e a redução das taxas de desemprego, assim como a diminuição da pobreza absoluta e uma pequena redução da concentração de renda no interior dos rendimentos do trabalho.

A melhora desses e de outros indicadores veio acompanhada de uma inflexão do bloco no poder, na qual o capital financeiro sofreu um deslocamento em sua hegemonia absoluta, tendo que admitir o crescimento da influência de outras frações do capital na condução do Estado: o

agronegócio, o capital produtor e exportador de *commodities*, as grandes empreiteiras e os grandes grupos do comércio varejista; em suma, a chamada 'burguesia interna', que passou a ser objeto prioritário das políticas do Estado, em especial através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobrás. E, mesmo com um maior protagonismo do Estado, tudo foi feito sem atingir os interesses fundamentais do capital financeiro.

Esse momento conjuntural específico do padrão de desenvolvimento liberal periférico, produto de uma conjuntura internacional favorável e caracterizado por um regime de política macroeconômica que flexibilizou o 'tripé', reacomodou as distintas frações do capital no interior do bloco no poder e permitiu incorporar, via mercado e de forma passiva, determinadas demandas populares. Essa circunstância conjuntural, que trouxe para o primeiro plano a constituição de uma aliança informal entre os interesses da burguesia interna e de segmentos da classe trabalhadora, propiciando a incorporação de algumas de suas demandas, foi interpretada, no auge da luta política, como sendo um novo padrão de desenvolvimento, denominado de neodesenvolvimentismo (desenvolvimento com distribuição de renda e inclusão social) – que teria superado o padrão liberal periférico característico dos governos Collor e FHC.

No entanto, a crise mundial do capitalismo deflagrada em 2008, com a consequente piora da conjuntura internacional, bem como o *impeachment* de Dilma e a retomada das contrarreformas neoliberais a partir daí, desmentiu categoricamente essa ilusão. A crise, a princípio, dificultou e, em seguida, acabou por inviabilizar a continuação da flexibilização do tripé macroeconômico e a compatibilização dos interesses divergentes das distintas frações do capital e dos distintos setores populares. Com isso, a fragilidade e a reversibilidade dos benefícios conjunturais concedidos à classe trabalhadora vieram à tona, com o retorno do tripé macroeconômico em sua versão rígida e a implementação de novas contrarreformas neoliberais e aprofundamento das já efetivadas. Não há como desconhecer: sem as reformas estruturais democráticas, não pode haver mudanças essenciais na situação da classe trabalhadora.

Por fim, mais recentemente, ainda no primeiro Governo Dilma, e na esteira da persistência da crise internacional, o capital financeiro voltou a ter protagonismo mais ativo e exigiu o retorno da aplicação rígida do tripé macroeconômico como política econômica permanente de Estado. Abriu-se, então, uma disputa entre a burguesia cosmopolita e a burguesia interna pelo comando do Estado e de suas políticas, que veio a culminar com a derrota da segunda – inclusive com a prisão e humilhação de vários de seus membros –, impulsionada pelo *impeachment*

Após a crise geral do capitalismo em 2008, as circunstâncias internacionais reduziram drasticamente os fluxos de comércio e financeiros, afetando fortemente a demanda e os preços das commodities

da presidente Dilma e o retorno da agenda neoliberal em sua face mais radical. É nesse contexto que se deve compreender o ‘cavalo de pau’ que foi dado pelo segundo Governo Dilma, com a adoção do ajuste fiscal defendido pelos adversários derrotados na eleição, e que não foi meramente uma tentativa de ajuste nas contas do governo, e sim uma retomada do regime de política macroeconômica implementado no segundo Governo FHC e em parte do primeiro Governo Lula.

Em suma, dentro do mesmo padrão de desenvolvimento, podem-se ter distintos regimes de política macroeconômica: no primeiro Governo FHC o regime caracterizou-se pelo uso da ‘âncora cambial’, pela abertura comercial-financeira da economia e a valorização do Real; no segundo Governo FHC, em virtude de uma crise cambial, instituiu-se o tripé (metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante); na virada do primeiro para o segundo Governo Lula, tendo como pano de fundo uma conjuntura econômica internacional favorável, flexibilizou-se esse tripé e adotaram-se políticas complementares; no primeiro Governo Dilma foi mantida essa mesma política e, no segundo, começou uma volta ao tripé rígido; e, por fim, no Governo Temer adotou-se de vez, de forma ainda mais radicalizada, o tripé rígido.

Com exceção do breve período de flexibilização do tripé, o resultado para a vida da população em geral foi péssimo: baixíssimas taxas de crescimento, elevado desemprego, redução de rendimentos e precarização do trabalho. O tripé rígido significa a adoção do ajuste fiscal permanente e, portanto, a estagnação econômica e a piora das condições sociais, basta que sejam observados os indicadores econômico-sociais do país nos últimos 25 anos.

OS GOVERNOS DILMA, O AJUSTE FISCAL E O IMPEACHMENT⁹

Após a crise geral do capitalismo em 2008, as circunstâncias internacionais reduziram drasticamente os fluxos de comércio e financeiros, afetando fortemente a demanda e os preços das *commodities* e limitando as possibilidades de crescimento das economias em geral e da economia brasileira em particular.

Depois do impacto inicial, ainda no Governo Lula, a consequência maior e mais duradoura se fez sentir principalmente a partir do Governo Dilma que, ao tentar estimular a economia via desonerações fiscais, num

⁹ Essa parte do texto reproduz trechos do artigo publicado no blog Marxismo21, intitulado *Política econômica e ajuste fiscal: a receita universal do capital financeiro e da direita* (FILGUEIRAS, 2015b).

momento já de desaceleração da economia, não só não obteve resposta produtiva por parte dos empresários como também deteriorou rapidamente, no curto prazo, as contas públicas em razão da queda das receitas orçamentárias. No início do segundo Governo Dilma, a política fiscal ortodoxa adotada, em um momento já de desaceleração do consumo e retração dos investimentos, afundou de vez a economia e contribuiu, decisivamente, para a fragilização política do governo e o *impeachment* da presidente: golpe comandado, direta e indiretamente, pela grande burguesia cosmopolita e as forças sociais mais reacionárias da sociedade brasileira.

A presidente Dilma, imediatamente após as eleições, assumiu o diagnóstico liberal – elevando de novo a taxa de juros e anunciando um novo ajuste fiscal –, provavelmente tentando reeditar o que foi feito no primeiro Governo Lula: primeiro recobra-se a confiança dos mercados (eufemismo para designar o capital financeiro) e depois se flexibiliza o tripé macroeconômico de novo.

Do ponto de vista imediato, a consequência política foi desastrosa para o governo; em vez de a oposição de direita ficar satisfeita e dar uma trégua, pois afinal a sua proposta estava sendo implementada, ocorreu justamente o contrário. Tornou-se mais agressiva, incentivou e aproveitou o descontentamento de segmentos variados da classe média – e não apenas de suas frações com maior renda – e passou a pedir o *impeachment* da presidente. Esse é um caso paradigmático de como piorar a correlação de forças contra si a partir de suas próprias ações; e, para complicar ainda mais, o governo passou a perder o apoio de suas bases de sustentação tradicionais.

Ao longo do primeiro Governo Dilma (2011-2014), a economia brasileira entrou numa trajetória oposta à do segundo Governo Lula: o seu ritmo desacelerou e as taxas médias de crescimento do PIB reduziram-se drasticamente, de 4,6% para 2,3% ao ano (IPEADATA, 2018), e a taxa de inflação elevou-se (de 5,9% para 6,4%), embora ainda mantendo-se dentro da meta (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018). Apesar disso, a taxa de desemprego caiu de 6,7% para 4,8% da População Economicamente Ativa (PEA), atingindo o seu menor nível histórico (INDICADORES IBGE, 2015).

Na esfera das finanças públicas, que é a que mais interessa ao capital financeiro, o superávit primário, que foi de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2010, transformou-se em um déficit de 0,6% em 2014, enquanto o déficit nominal (quando se incluem os juros da dívida), que havia sido de 2,4% do PIB, atingiu 6,1%. Por isso, a dívida pública líquida como proporção do PIB voltou a crescer em 2014 (33,7%), depois de cair

Ao longo do primeiro Governo Dilma (2011-2014), a economia brasileira entrou numa trajetória oposta à do segundo Governo Lula: o seu ritmo desacelerou e as taxas médias de crescimento do PIB reduziram-se drasticamente, de 4,6% para 2,3% ao ano

Mas o problema fundamental, ao longo do primeiro Governo Dilma, que condicionou todos os demais, foi o fato de as contas externas do país terem se deteriorado continuamente

sistematicamente desde 2003 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016). A defesa, pelo capital financeiro, da ‘inevitabilidade’ do ajuste fiscal diz respeito a esses números, tendo em vista sua preocupação com a redução da transferência de recursos para o pagamento de juros, que, em 2015, não foi suficiente para reduzir ou estabilizar a dívida pública como proporção do PIB.

Mas o problema fundamental, ao longo do primeiro Governo Dilma, que condicionou todos os demais, foi o fato de as contas externas do país terem se deteriorado continuamente: a balança comercial evoluiu de um superávit de US\$ 30 bilhões para um déficit de US\$ 4 bilhões, enquanto o déficit da conta de renda e serviços elevou-se de US\$ 70,3 bilhões para quase US\$ 89 bilhões; como consequência, o déficit da conta de transações correntes passou de US\$ 52 bilhões para mais de US\$ 90 bilhões.

Essa relativa deterioração do quadro macroeconômico ocorreu apesar de a política econômica implementada ter sido, essencialmente, a mesma adotada no segundo Governo Lula. Qual o significado dessa reversão de trajetória e por que isso aconteceu?

Em primeiro lugar, o aumento da inflação no período não decorreu de uma demanda global excessiva; ao contrário, a desaceleração da economia, com o PIB apresentando taxas de crescimento menores (média de 2,1% ao ano nos últimos quatro anos e pífios 0,1% em 2014), é a evidência de que não havia excesso de demanda. Ocorre que os preços que então empurravam a inflação para cima eram os preços administrados pelo governo que não têm relação com a demanda, assim como os preços influenciados pelo câmbio e os preços de produtos agrícolas afetados momentaneamente por circunstâncias climáticas. Em nenhum dos três casos, a elevação da taxa de juros e os cortes nos gastos do governo têm capacidade de afetá-los diretamente e no curto prazo.

Por sua vez, os gastos primários do governo não são a razão fundamental do déficit público; basta se verificar a estrutura do Orçamento da União executado em 2015: mais de 42% do seu total destina-se ao pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações); em contrapartida, apenas um pouco mais de 4% para a Saúde e menos de 4% para a Educação. Quando se observa que o gasto com a Previdência ocupa o segundo lugar do gasto orçamentário (quase 22,7%), entende-se a ideia fixa do capital financeiro em bombardear a Previdência Social e propugnar por sua privatização. O terceiro lugar é ocupado pelas transferências para estados e municípios (quase 9%). O montante individual das demais rubricas do Orçamento é insignificante; em geral não chega

a 1%, como, por exemplo, Ciência e Tecnologia (0,27%), Organização Agrária (0,07%), Saneamento (0,01%) e habitação (0,00%) (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2018)¹⁰.

A composição do déficit público nominal em 2014 aponta na mesma direção: o seu total foi de 6,7% do PIB, enquanto o déficit primário foi de 0,63%, isso significa que o montante dos juros da dívida pública correspondeu a mais de 6% do PIB, ou seja, correspondeu à quase totalidade do déficit público nominal. Desse modo, fica evidente que os gastos financeiros com a dívida pública são decisivos para o resultado final das contas públicas. Em 2014, o setor bancário, ao contrário dos demais setores da economia, apresentou lucros crescentes; as três maiores instituições obtiveram lucro líquido de R\$ 41,8 bilhões. No entanto, o que incomodou ao capital financeiro foi o fato de não ter havido superávit primário que permitisse a redução do déficit nominal, com mais transferência de recursos públicos para o pagamento de juros. Para ele, o Estado deve priorizar, em primeiro lugar, o pagamento das despesas financeiras e só depois cumprir suas outras obrigações.

Claramente, portanto, a razão fundamental da fragilidade financeira do Estado é a chamada dívida pública, que só faz crescer porque há muito tempo já se descolou e, principalmente, não depende das contas primárias do governo.

Quando, por uma conjuntura específica, se flexibiliza o superávit fiscal primário para que o Estado financie um pouco mais os gastos sociais e as atividades produtivas, a chamada economia real, o problema reaparece e as pressões aumentam em virtude do crescimento da dívida pública como percentual do PIB. O superávit primário, mesmo representando elevados percentuais do PIB, como deseja o capital financeiro e como ocorreu no segundo Governo FHC e no primeiro Governo Lula, não é suficiente para pagar os juros da dívida, por isso ela cresce em termos absolutos permanentemente. E para que ela não cresça também como proporção do PIB é necessário um permanente ajuste fiscal, porque é necessário um permanente superávit primário elevado.

Claramente,
portanto,
a razão
fundamental
da fragilidade
financeira do
Estado é a
chamada dívida
pública, que
só faz crescer
porque há
muito tempo já
se descolou e,
principalmente,
não depende
das contas
primárias do
governo

¹⁰ Todos esses dados são do Orçamento Geral da União: executado em 2015.

Em resumo, além de uma política deletéria do ponto de vista produtivo e social, o ajuste fiscal é um permanente processo de “enxugar gelo”; necessita ser executado permanentemente

Portanto, o papel do ajuste fiscal não é ‘sanear’ as finanças públicas, como foi no passado, quando o padrão de desenvolvimento era hegemônico pelo capital industrial. Esse tipo de política não tem mais essa função nem capacidade, o seu papel é garantir a transferência permanente de recursos públicos e de renda das atividades produtivas para a especulação financeira; da população em geral para os mais ricos. Trata-se de ajustar todas as demais despesas do Estado em função do aumento da despesa financeira, daí os cortes das despesas primárias, sem redução das despesas com o serviço da dívida. O ajuste tem, claramente, um caráter de classe: é uma escolha a favor do grande capital, em especial do capital financeiro, e dos mais ricos; e contra os trabalhadores, em especial os segmentos mais fragilizados.

Em resumo, além de uma política deletéria do ponto de vista produtivo e social, o ajuste fiscal é um permanente processo de “enxugar gelo”; necessita ser executado permanentemente, caso contrário o problema reaparece, de forma inexorável. É um eterno retorno: os problemas estruturais permanecem, a pobreza continua existindo, a concentração de renda não se altera no fundamental, o mercado de trabalho torna-se precário, mas os ricos ficam mais ricos.

Nas circunstâncias atuais do capitalismo, um sistema mundial de produção e distribuição de riqueza, o déficit público não é mais um problema eventual a ser corrigido por uma política passageira de cortes dos gastos do governo ou uma política anticíclica. O ajuste fiscal tornou-se uma política permanente do capital financeiro e da direita. Por quê? Porque, com a mundialização (globalização) do capital, em especial do capital financeiro, os estados de todos os países do mundo passaram a ser uma espécie de plataforma de acumulação para esse capital. A dívida pública passou a ser o instrumento fundamental de valorização do capital financeiro rentista, que vive da apropriação de uma parte crescente dos impostos cobrados da população em geral. Daí a necessidade permanente de obtenção de superávit fiscal primário (receitas – despesas correntes), para que possa ser transferido para o pagamento da dívida pública.

Desse modo, o ajuste fiscal permanente é hoje uma necessidade da acumulação financeira e, concomitantemente, um instrumento poderoso de ‘disciplinamento’ dos países e de chantagem sobre os governos, através da ameaça de fuga de capitais (crise cambial), rebaixamento da nota dos países pelas agências (desmoralizadas) de riscos. Em suma, a questão central é a dívida pública; o déficit público nominal do governo (que inclui o pagamento dos juros) é permanente em razão do crescimento e da rolagem da dívida, que cresce mesmo com o pagamento dos juros. Ela não é para ser liquidada, é a “galinha dos ovos de ouro”;

a preocupação do capital financeiro é tê-la sob o seu controle, monitorá-la, mantendo a sua relação com o PIB (dívida/PIB) dentro de certos limites que garantam o pagamento dos serviços da dívida. Se não fosse pelas dívidas dos Estados nacionais, o montante gigantesco de recursos que se alimenta dela (capital fictício, que não tem correspondência com os bens materiais existentes, mas que vive da extorsão das rendas da produção) não teria onde ser aplicado, não teria utilidade, simplesmente evaporaria.

O GOVERNO TEMER E A PEC 241/55¹¹

Após o *impeachment*, o Governo Temer trouxe de volta a agenda dos dois governos de FHC: reforma da Previdência (PEC 287 em tramitação no Congresso), reforma trabalhista (já aprovada), privatizações (em andamento) e, agora, um ajuste fiscal consubstanciado na PEC 241/55 (já aprovada), que manterá constante em termos reais, por 20 anos, os gastos correntes do governo. É a institucionalização (formalizada na Constituição) de um ajuste fiscal permanente, indo muito além da Lei de Responsabilidade Fiscal e da política fiscal de geração de superávits primários, pois alterou radicalmente o que estava estabelecido no capítulo da Constituição referente à ordem social do país.

O programa político-econômico que vem sendo executado pelo Governo Temer não é surpresa para aqueles que estão acompanhando todo esse processo para além de uma visão moralista: o golpe, evidentemente, não foi para purgar o país da corrupção – um objetivo só aparente e, de resto, absolutamente inexecutável. A composição, o perfil dos integrantes, os ministros demitidos precocemente por denúncias de corrupção (oito em nove meses de governo) que atingem o próprio Temer, e as práticas deste governo; o comportamento seletivo das várias instâncias do Poder Judiciário, bem como da cobertura feita pelos grandes meios de comunicação, e o atual silêncio ‘ensurdecador’ dos “batedores de panela”, sejam aqueles conscientes e defensores de seus privilégios ou os ignorantes e inocentes úteis, tudo isso fala por si mesmo.

Sem dúvida alguma, o golpe foi para redefinir, mais uma vez, o capitalismo brasileiro para pior: aprofundamento da desnacionalização da economia (desidratação, fragmentação e venda de ativos da Petrobras, redução do percentual de obrigatoriedade de conteúdo nacional na cadeia produtiva do petróleo, fragilização ou inviabilização das empresas

O programa político-econômico que vem sendo executado pelo Governo Temer não é surpresa para aqueles que estão acompanhando todo esse processo para além de uma visão moralista

¹¹ Essa parte do texto reproduz, parcialmente, artigo publicado no Jornal dos Economistas do Corecon-RJ, intitulado *Padrão de desenvolvimento e a natureza estrutural do ‘voo da galinha’* (FILGUEIRAS, 2017a).

A tendência à deterioração, qualitativa e quantitativa, dos serviços públicos será confirmada ano a ano, tornando ainda mais difícil a vida da maior parte da população brasileira

nacionais de engenharia e construção civil); desfiguração do capítulo da ordem social da Constituição brasileira, com a PEC 241/55; reforma da Previdência para ‘engordar’ os fundos de pensão privados; reforma trabalhista para flexibilizar ainda mais as garantias dos trabalhadores, e uma reforma do ensino médio tosca, já aprovada, saída da cabeça de meia-dúzia de técnicos e ‘educadores’ e que abre espaço para terceirizar atividades de ensino para o setor privado.

A PEC 241/55, em particular, tem um significado especial, pois exige, para poder ser efetivada com êxito, as demais reformas neoliberais. Ela congela por 20 anos os gastos correntes do governo em termos reais, isto é, o seu montante real em 2037 será o mesmo de 2017, pois a cada ano haverá apenas correção nominal de seu montante de acordo com a inflação do ano anterior. Como a população brasileira crescerá ao longo destes 20 anos, os recursos reais per capita destinados a saúde, educação, moradia, cultura, segurança, transporte etc. reduzirão ano a ano. A tendência à deterioração, qualitativa e quantitativa, dos serviços públicos será confirmada ano a ano, tornando ainda mais difícil a vida da maior parte da população brasileira, que necessita inequivocamente das políticas sociais do Estado. Não haverá alternativa a este segmento populacional, tendo em vista a enorme concentração de renda e riqueza – característica fundadora e estrutural da sociedade brasileira. Não serão, portanto, a educação privada, a saúde privada e os fundos de pensão privados que contemplarão os desejos e necessidades de uma parcela que não pode ter acesso a tais serviços.

Por sua vez, isso significa que, quando houver aumento real da receita do Estado, que sempre acompanha o crescimento da economia, todo ele será transformado em aumento do superávit fiscal primário apropriado pelos rentistas na forma de pagamento dos juros da dívida pública – configurando-se uma brutal transferência de recursos públicos, arrecadados de toda a população, para a parcela mais rica, minoritária e situada no topo da distribuição de renda e riqueza. O caráter de classe dessa política, e de todas as outras reformas propostas pelo Governo Temer, é inequívoco, impossível de ser disfarçado por qualquer tipo de retórica ‘científica’, própria da corrente dominante da teoria econômica e dos economistas por ela formados, majoritariamente com doutorados nos Estados Unidos e que exercem a função de intelectuais orgânicos da burguesia cosmopolita e do capital financeiro internacional.

Ademais, o ajuste fiscal permanente também afetará a política de aumento real do salário mínimo e o valor dos benefícios da seguridade social destinados aos segmentos mais pobres da sociedade, forçando uma desvinculação entre ambos.

Essa insanidade política, proposta por um governo de ocasião e sem qualquer legitimidade para encaminhar mudanças estruturais de tal magnitude e profundidade, aprovada por um Parlamento majoritariamente corrupto, fisiológico e descolado das necessidades e dos problemas da população, foi inscrita na Constituição do país. O capital financeiro e seus agentes e prepostos conseguiram, através de seus representantes políticos, transformar o que, no passado, foi um mero expediente de política macroeconômica conjuntural, o ajuste fiscal, em uma política permanente -, alçando-o a uma condição de instituição do Estado brasileiro. Esse expediente tosco e grosseiro lembra o Governo Menem, na Argentina, no início dos anos 1990, quando se incluiu na Constituição daquele país o congelamento do câmbio - estabelecendo uma paridade constante entre o Dólar e o Peso, extinguindo assim uma das três políticas macroeconômicas tradicionais, no caso a política cambial. Aqui se extinguiu um dos lados da política fiscal, os gastos públicos, como instrumento de estímulo à demanda efetiva e ao desenvolvimento.

Assim, mais uma vez, como nos anos 1990, o discurso é de que essa agenda regressiva é condição necessária para a retomada do “crescimento econômico sustentado”; o argumento central, que também é uma previsão, é que, com essas medidas, o empresariado recobrará a confiança e voltará a investir, em que pese todas elas se direcionarem aos interesses do capital financeiro e estimularem a prática rentista do capital em geral. Em especial, a manutenção de taxas de juros elevadas e o aprofundamento e a perenidade do ajuste fiscal após a aprovação da PEC241/55, em um cenário econômico internacional estagnacionista e conturbado politicamente, conspiram contra a retomada do crescimento no curto prazo. E, mais importante, nem de longe constrói uma trajetória temporal de “crescimento sustentado”, conceito este inaplicável às economias capitalistas dependentes, tecnológica e financeiramente, e inseridas de forma subordinada na divisão internacional do trabalho moldada pelo grande capital (produtivo e financeiro) a partir dos países imperialistas.

Todo esse programa e essas políticas não levarão o país a uma rota de crescimento ‘sustentado’ que, supostamente, teria como base o retorno da “confiança dos empresários”, tal como dito pelos seus apoiadores e repetido, dia e noite, pela grande mídia que participou do golpe. O discurso da confiança dirigido ao capital rentista, com a sinalização de garantia e segurança para as suas aplicações na dívida pública brasileira, é o atendimento da vontade e dos interesses deste; os investimentos produtivos dos capitais privados, nacionais ou estrangeiros, não comandarão uma nova fase de crescimento do país. Com a execução da PEC 241/55, a partir de 2017, o recado que se está

Todo esse
programa e
essas políticas
não levarão o
país a uma rota
de crescimento
‘sustentado’
que,
supostamente,
teria como
base o
retorno da
“confiança dos
empresários

O conjunto de medidas e reformas que vem sendo encaminhadas pelo Governo Temer implicará o aumento da vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira

dando para os empresários e a população em geral é que o país não tem mais política fiscal como instrumento de estímulo ao crescimento (uma arrematada sandice); o rentismo e os mercados financeiros são o grande negócio, para onde os capitais devem se dirigir e buscar sua rentabilidade, cabendo aos mercados em geral, por si mesmos, encaminhar a retomada do crescimento.

Em suma, o conjunto de medidas e reformas que vem sendo encaminhadas pelo Governo Temer implicará o aumento da vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira, uma maior transferência das receitas do governo para o pagamento dos juros da dívida pública, a retirada de direitos sociais e trabalhistas, o aumento do desemprego e da precarização do trabalho, a redução dos salários reais, a abertura à privatização do ensino médio público etc., só para ficar na esfera econômico-social.

A perspectiva é de estagnação no longo prazo, com maior volatilidade e eventuais pequenas recuperações conjunturais (que serão efusivamente comemoradas e infladas pelo governo de plantão): os ciclos de curtíssimo prazo, denominados de “voo da galinha”, reduzirão mais ainda sua amplitude; a situação imediata só não é pior em razão do montante de reservas acumuladas pelo país em títulos do governo dos EUA, o que afasta, momentaneamente, o perigo de uma crise cambial. Contudo, o mais grave é que, na esteira desse processo, assiste-se ao aprofundamento da tragédia social brasileira, sob os olhares indiferentes, cínicos, complacentes e hipócritas das várias frações da burguesia brasileira e das forças políticas que patrocinaram e deram o golpe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O argumento fundamental apresentado neste texto foi o de que a ruptura institucional ocorrida com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff teve como motivo fundamental uma disputa política entre distintas frações da burguesia brasileira – com o enfraquecimento da burguesia interna e o esfacelamento do que alguns acreditavam ser uma “frente política neodesenvolvimentista” constituída durante o segundo Governo Lula (BOITO JR., 2012).

Essa ‘frente’, ou aliança política informal, de caráter ‘neodesenvolvimentista’ teve na burguesia interna, com apoio decisivo do Estado, o seu sujeito principal. Diversos segmentos das classes trabalhadoras participaram de forma subordinada desse empreendimento e/ou o apoiaram passivamente, beneficiando-se de algumas políticas públicas importantes: entre as principais, a política de aumento real do salário mínimo,

com implicações sobre os benefícios da seguridade social; o programa de renda mínima intitulado Bolsa Família; o programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida; o financiamento do ensino universitário (em instituições privadas), através do Prouni e do Fies; e a ampliação do financiamento ao consumo, em especial através do crédito consignado. As maiores taxas de crescimento observadas no período foram fruto, ao mesmo tempo, de um cenário internacional muito favorável e das políticas econômico-sociais do Estado propiciadas por esse efêmero arranjo político.

O golpe desestabilizou os negócios da burguesia interna, levou à prisão de seus executivos, à fragilização de suas empresas e à desarticulação da engenharia nacional. Além disso, está 'esquartejando' a Petrobras e destruindo a política de conteúdo nacional da cadeia produtiva do petróleo – abrindo as portas para a entrada do capital estrangeiro na exploração do petróleo da camada do Pré-Sal; e, por fim, está reduzindo a capacidade do Estado em executar políticas públicas. Para o sucesso desse empreendimento, a chamada Operação Lava-Jato e os segmentos superiores do Poder Judiciário têm sido instrumentos decisivos da burguesia cosmopolita e do capital estrangeiro em sua disputa com a burguesia interna e também para o agravamento da recessão e do desemprego.

Do ponto de vista estrutural, para além da atual conjuntura recessiva, o padrão de desenvolvimento capitalista liberal periférico¹², constituído a partir dos anos 1990, atualizou as características mais marcantes da formação econômico-social brasileira, quais sejam: a dependência externa tecnológica e financeira, com grande transferência de renda para fora do país; a enorme concentração de renda e desigualdade social; o rebaixamento permanente do estatuto do trabalhador; o patrimonialismo nas relações entre o privado e o público e, como produto da incapacidade hegemônica da burguesia, a centralização e deslocamento do poder político real para fora das instituições políticas formais, e, mais recentemente, a 'judicialização' da política, o que tem implicado em reiteradas crises político-institucionais.

Ao longo da trajetória do padrão de desenvolvimento, forjou-se um consenso básico entre as distintas frações do capital, apesar das diferentes posições que ocupam no processo de acumulação capitalista, sobre os seguintes pontos: 1 – a abertura comercial e financeira da economia, com a sua consequente internacionalização, é uma das condições

12 O padrão de desenvolvimento, tal como evidenciado anteriormente, não deve ser confundido com o regime de política macroeconômica; é essa diferença que permite entender o que unifica e o que diferencia os governos FHC, de um lado, e os governos Lula e Dilma, de outro.

obrigatórias de inserção do país na nova ordem dominada pelo capital financeiro; 2 – a dominância do capital financeiro e o processo de financeirização da economia não podem, no essencial, ser questionados, portanto, a adaptação à nova ordem capitalista é o único caminho a ser trilhado pelos capitais individuais; 3 – a continuação do processo de privatização, com a conseqüente redução do Estado no âmbito produtivo, deve continuar, tanto através das privatizações dos novos investimentos na área de infraestrutura do país, quanto através da venda das empresas públicas ainda existentes; 4 – a desregulamentação do mercado de trabalho e a flexibilização da legislação trabalhista devem ser aprofundadas, na linha da “prevalência do negociado sobre o legislado”; 5 – todas as reformas neoliberais, agora mais uma vez em pauta, e a redução das políticas sociais a um mínimo possível são defendidas como pré-condições para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Desse modo, na atualidade, não há qualquer possibilidade de um projeto nacional, de caráter capitalista, vir a ser concebido e dirigido por qualquer fração da burguesia brasileira, em virtude de sua absoluta incapacidade – decorrente de sua internacionalização completamente dependente e subordinada ou de sua fragilidade econômica e política – de expressar os interesses econômicos e políticos diferenciados do conjunto da sociedade brasileira, em especial os das classes trabalhadoras. Em particular, a fração dominante da burguesia, a burguesia cosmopolita, não aceita e nem consegue conviver com uma melhor distribuição de renda; a necessidade de superexploração do trabalho está entranhada em seu *ethos* de classe e na subjetividade de seus integrantes.

Do ponto de vista da dinâmica macroeconômica, o retorno do tripé, o ajuste fiscal permanente e o aprofundamento das contrarreformas neoliberais, associados à forma de inserção internacional (comercial e financeira) do país, apontam para um cenário de estagnação. A ‘recuperação econômica’, quando ocorrer, será pífia; o processo de concentração de renda se acirrará e o mercado interno (consumo, investimento e gastos do governo) reduzirá mais ainda a sua capacidade de ‘puxar’ o crescimento, restando esperar por uma nova fase de ascensão do ciclo econômico internacional, que aumente a demanda e valorize as *commodities* exportadas pelo país.

Em suma, não se deve ter ilusão; quando vier a ‘recuperação’ (e ela virá inevitavelmente, depois de uma queda acumulada do PIB de 7,2% no período de 2014-2016), vai haver muita propaganda política por parte do governo, mas ela não resolverá nenhum dos graves problemas da economia e da sociedade brasileira. E não apenas porque as taxas de crescimento serão muito baixas, com certeza abaixo das taxas ocorridas durante o segundo Governo Lula. O problema maior, e essas taxas

baixíssimas de crescimento serão decorrentes dele, é que, com as rupturas econômico-sociais patrocinadas pelo Governo Temer, em especial o ‘esquartejamento’ da Petrobras e as privatizações no setor de serviços, o país está aprofundando sua dependência, com aumento do seu passivo externo líquido e da sua vulnerabilidade externa estrutural – configurando-se uma forma de articulação ainda mais frágil na divisão internacional do trabalho. Os ‘graus de liberdade’ da política econômica se reduzirão mais ainda, pois os centros de decisões econômicas relevantes estão cada vez mais fora do país; em suma, a economia ficará, como nunca, à deriva da volatilidade das conjunturas internacionais e das redefinições do capitalismo no plano mundial.

REFERÊNCIAS

- AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. *Números da dívida*: 2015. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2013/08/30/numeros-da-divida/>>. Acesso em: 16 jan. 2018.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Indicadores fiscais*. Brasília: BCB, 2016. (Série perguntas mais frequentes). Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/FAQs/FAQ%2004-Indicadores%20Fiscais.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2018.
- BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. FÓRUM DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 9., 2012, São Paulo. *Anais...* São Paulo: EESP, 2012.
- BOITO JR., Armando. *Pensamento econômico e conflito de classe*. São Paulo: Brasil de Fato, 2013. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/12522/>>. Acesso em: 2 abr. 2017.
- FILGUEIRAS, Luiz. A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização. In: CASTRO, Inez Sílvia Batista. *Novas interpretações desenvolvimentistas*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2013.
- FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. 3. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FILGUEIRAS, Luiz. *Notas para análise de conjuntura*. 2015a. Disponível em: <<http://www.analisepoliticaemsaude.org/oaps/pensamentos/1827d7ce5995e6173445b8300b586e87/14>>. Acesso em: 21 ago. 2015.
- FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique.

Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz. Padrão de desenvolvimento e a natureza estrutural do 'voo da galinha'. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, n. 331, fevereiro de 2017a.

FILGUEIRAS, Luiz. *Política econômica e ajuste fiscal: a receita universal do capital financeiro e da direita.* 2015b. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/10/Luiz-Filgueiras.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2015.

FILGUEIRAS, Luiz. *Política, economia e corrupção: a reconfiguração do bloco no poder no Brasil.* 2017b. Disponível em: <<http://www.analisepoliticaemsaude.org/oaps/pensamentos/5be24078b400ab6191da0e8afa8c38f3/1>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOBBSBAWN, E. *Era dos extremos: o breve século XX.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INDICADORES IBGE: principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa (2003-2014). Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/retrospectiva2003_2014.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *A economia brasileira no 4º trimestre de 2015: visão geral.* Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Comentarios/pib-vol-val_201504comentarios.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Série histórica do IPCA.* Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm>. Acesso em: 16 jan. 2018.

IPEADATA. *PIB Brasil.* Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

LIGUORI, Guido; PASQUALE, Voza (Org.). *Dicionário gramsciano (1926-1937).* São Paulo: Boitempo, 2017.

LIST, Georg Friedrich. *Sistema nacional de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

MARINI, R. M. Dialética da dependência (1973). In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro 1 - O processo de produção do capital.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SOUZA, Jessé de. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

RESUMO

Neste trabalho objetiva-se analisar algumas das principais medidas – em matéria de políticas fiscal e monetária – implementadas pelo Governo Temer e os seus resultados sobre a dinâmica da economia brasileira. Parte-se da hipótese que, longe de solucionar os problemas fiscais do país e de conter a evolução da dívida pública, o Governo Temer, através do seu programa de ajuste fiscal estrutural e de uma política monetária recessiva, tem colaborado para o péssimo desempenho da economia brasileira. Este governo, que em maio de 2017 completou o seu primeiro ano, tem conduzido o país a um cenário de aprofundamento da recessão econômica. Um conjunto de dados evidencia a deterioração da situação fiscal e econômica do país como um todo. O investimento público, por exemplo, alcançou, em 2016, a taxa mais baixa registrada desde o ano 2004, a saber, 1,8% do PIB, enquanto a dívida pública bruta continuou crescendo e registrou, também em 2016, 69,9% do PIB.

Palavras-chave: Ajuste fiscal estrutural. Governo Temer. Políticas fiscal e monetária. Recessão econômica.

ABSTRACT

This paper aims to analyze some of the main measures - with regard to fiscal and monetary policies - implemented by the Temer Government and their results on the dynamics of the Brazilian economy. It is based on the hypothesis that, far from solving the fiscal problems of the country and to contain the evolution of the public debt, the Temer Government through its program of structural fiscal adjustment and of a recessive monetary policy has contributed to the poor performance of the Brazilian economy. This government, which in May 2017 completed its first year, has led the country into a scenario of economic recession. One set of data evidences the deterioration of the fiscal and economic situation of the country as a whole, for example, public investment reached, in 2016, the lowest rate registered since 2004, namely 1.8% of GDP, at the same time, the gross public debt continued to grow and registered, in 2016, 69.9% of GDP.

Keywords: *Structural fiscal adjustment. Temer Government. Fiscal and monetary policies. Economic recession.*

As políticas fiscal e monetária do Brasil no Governo Temer: deterioração da situação fiscal e recessão econômica

PRISCILA MARTINS DE O. SANTANA

Mestre em Economia e graduada em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). prisciila_@live.com

LAÍSE STEFANY SANTOS COSTA

Graduanda em Economia, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). laisestefanycosta@hotmail.com

A ASCENSÃO ao poder do atual presidente da República, Michel Temer, que ocorreu em 12 de maio de 2016, marca o início de uma fase de implementação agressiva de reformas econômicas estruturais no país e aprofundamento das políticas fiscal e monetária pró-cíclicas (medidas que já tinham sido tomadas pela presidente Dilma Rousseff). Diante do afastamento da presidente Dilma do cargo, o vice-presidente Michel Temer tornou-se presidente em exercício do país, sendo empossado alguns meses depois, no dia 31 de agosto de 2016. A partir de então, um conjunto de reformas econômicas estruturais que certamente não passaria por aprovação eleitoral, passou a ser adotado no país sem qualquer espaço para o exercício democrático do debate com os diversos setores da sociedade.

Para quem conhece o conteúdo do documento *Uma ponte para o futuro*, apresentado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em outubro de 2015, para determinados setores políticos e eco-

nômicos – antes mesmo da consolidação de Michel Temer no Poder Executivo –, é possível identificar que as medidas adotadas ao longo do primeiro ano do Governo Temer já estavam sinalizadas no texto (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO; FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015). Vale lembrar que o documento é taxativo sobre a natureza da crise econômica brasileira, tratando-a meramente como uma crise fiscal que deve ser solucionada unilateralmente, através de medidas imediatas e sem qualquer discussão com a sociedade, pois “nesta hora da verdade, em que o que está em jogo é nada menos que o futuro da nação, impõe-se a formação de uma maioria política, mesmo que transitória ou circunstancial, capaz de, num prazo curto, produzir todas estas decisões na sociedade e no Congresso Nacional.” (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO; FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 2).

Sob a justificativa da necessidade de “resolver” imediatamente o problema das contas públicas, diversas propostas de mudanças radicais no âmbito fiscal, tais como a reforma da Previdência, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 87 (BRASIL, 2015)¹, a PEC do teto de gastos primários, dentre outras, passaram a expressar, logo nas primeiras semanas de atuação, os principais objetivos do Governo Temer. Além disso, a diretoria colegiada do Banco Central (BC) foi entregue a uma nova equipe econômica, tendo à frente da execução da política monetária um novo presidente, Ilan Goldfajn, e, no Ministério da Fazenda, Henrique Meirelles². A nova equipe não trouxe um discurso radicalmente oposto ao da equipe anterior, mas frisou algumas prioridades, destacando o compromisso em trazer, a qualquer custo social, a inflação para o centro da meta de 4,5%.

Desde os primeiros dias à frente da Presidência, o que tem referenciado a ação de Temer é uma visão estreita de livre mercado, a qual está apoiada na subserviência ao programa de ajuste fiscal estrutural e na ideia de que o nível de investimento privado será retomado a partir do afastamento do investimento público. Entretanto, até o momento, não há indicação nem tampouco consenso de que a economia brasileira entrou em processo de recuperação, ao contrário, o que o país enfrenta é uma recessão caracterizada por uma forte queda do Produto Interno Bruto (PIB) e pelo crescimento do nível de desemprego. Neste

1 A PEC 87/2015 prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até o ano 2023 e eleva o percentual a ser desvinculado de 20% para 30%.

2 Tanto o presidente do Banco Central como o ministro da Fazenda estão relacionados aos interesses do setor financeiro. Ilan Goldfajn é um dos sócios do Banco Itaú, e Henrique Meirelles é membro do Banco Original.

sentido, a visão ortodoxa sobre a momentaneidade de desequilíbrios parece não se sustentar diante do cenário cada vez mais crítico da economia brasileira.

Com o intuito de analisar algumas das principais medidas – em matéria de políticas fiscal e monetária – implementadas pelo Governo Temer e os seus resultados sobre a dinâmica da economia brasileira ao longo deste primeiro ano de gestão, este artigo organiza-se em duas seções além desta introdução e das considerações finais. A segunda seção discute algumas das principais medidas adotadas pelo Governo Temer no plano fiscal e os efeitos recessivos dessas medidas sobre o dinamismo da economia. Na seção seguinte, examinam-se algumas iniciativas deste governo no campo da política monetária e os impactos destas sobre o arrefecimento do nível de atividade. Por fim, a última seção dedica-se a apresentar as considerações finais e alguns limites estruturais da economia brasileira que dificultam ainda mais as possibilidades de retomada do crescimento econômico para o ano 2018.

Em dezembro de 2016, o atual governo impôs um dos principais mecanismos de ajuste estrutural sobre a economia, a saber, a atual EC nº 95

A QUESTÃO FISCAL NO GOVERNO TEMER: RETROSPECTIVA E PERSPECTIVAS

A ação do presidente Temer tem sido claramente orientada por uma agenda de ajuste fiscal estrutural que começou a ser implementada logo nos primeiros meses de mandato. Em dezembro de 2016, o atual governo impôs um dos principais mecanismos de ajuste estrutural sobre a economia, a saber, a atual EC nº 95 (BRASIL, 2016), antiga PEC 55. A lógica econômica inerente à EC nº 95, que estabelece um teto rebaixado para o gasto primário, tem como pretensão a ‘eliminação’ das incertezas sobre os resultados primários, pois busca reduzir fortemente a dependência do crescimento das receitas primárias para a obtenção de resultados superavitários. No entanto, o resultado primário mantém a ‘inconveniência’ de depender das receitas primárias, as quais dependem de realização futura e não estão sob o controle direto e pleno da administração pública.

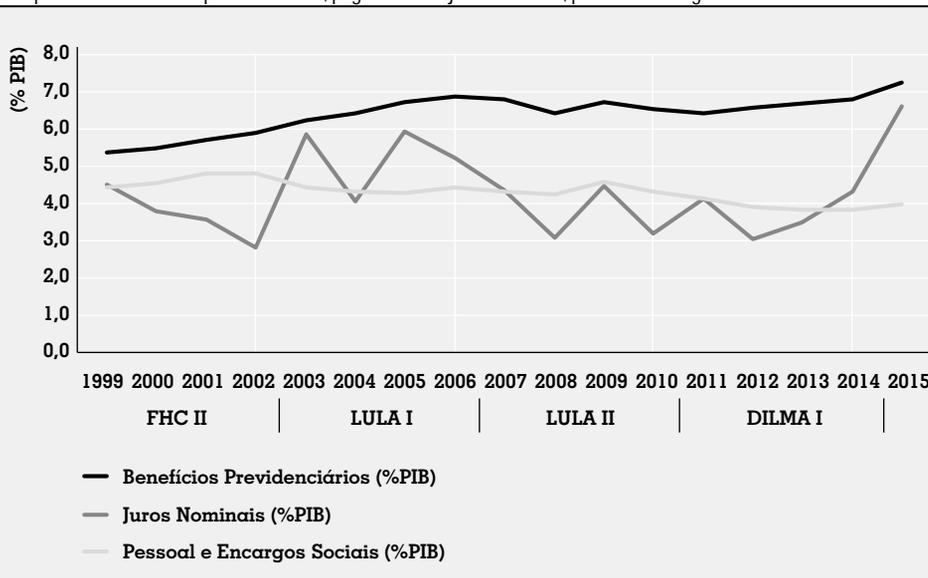
A arrecadação tributária feita pelas três esferas do setor público depende fundamentalmente do nível de atividade econômica. No caso da União, as principais fontes de receita tributária são o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda (IR). Quando a economia entra em recessão e/ou quando a indústria de transformação perde dinamismo em relação ao resto da economia, inevitavelmente ocorre uma queda na arrecadação tributária, comprometendo assim a capacidade da administração pública de alcançar a meta pretendida de resultado primário.

O diagnóstico da crise fiscal brasileira deve ser feito na presença de um quadro mais amplo, algo negligenciado pela maioria dos defensores de um ajuste fiscal rígido

Na avaliação de Rezende (2016), o diagnóstico da crise fiscal brasileira deve ser feito na presença de um quadro mais amplo, algo negligenciado pela maioria dos defensores de um ajuste fiscal rígido que tende a concentrar suas análises exclusivamente em torno da questão das despesas primárias. Para este especialista, não se deve desprezar do exame da evolução do endividamento do país os impactos de outras políticas econômicas, como a política de aquisição de ativos do Banco Central, que alcançou 20% do PIB em julho de 2016, impactando significativamente a trajetória de crescimento da relação dívida pública bruta/PIB.

Gráfico 1

Despesas com benefícios previdenciários, pagamento de juros nominais, pessoal e encargos sociais no Brasil em 1999-2015



Fonte: Elaboração própria, com dados da Secretaria do Tesouro Nacional (BRASIL, 2017c).

No documento *Austeridade e retrocesso* (2016)³, vários economistas apresentam uma análise do comportamento das diversas variáveis fiscais e da natureza da atual crise fiscal do país. Os especialistas enfatizam algumas circunstâncias nas quais o crescimento da dívida pública torna-se bastante problemático, provocando forte instabilidade econômica, quais sejam: 1) quando há incidência de uma taxa de juros muito elevada sobre a dívida, o que promove uma trajetória explosiva e insustentável do endividamento e impacta substancialmente o orçamento público; 2) quando o país tem uma dívida que tem como referência uma moeda que não é a doméstica, já que a necessidade de se obter moeda estrangeira envolve dificuldades e custos. Assim, de acordo com o documento, o comportamento da dívida pública envolve uma complexa relação entre variáveis distintas, de modo que a dinâmica desta não é afetada exclusi-

3 Documento elaborado pelo GT de Macroeconomia da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), Fundação Friedrich Ebert, Fórum 21 e Plataforma Social.

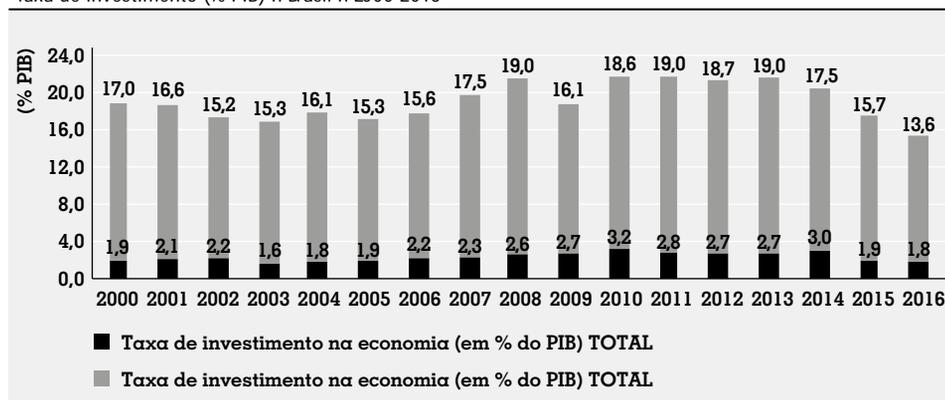
vamente pelo resultado primário, mas sim por um conjunto de variáveis que envolve também a política monetária e a política cambial.

Isso pode ser constatado quando se observa que, em quase duas décadas, os gastos com benefícios previdenciários aumentaram pouco mais de 2% do PIB, enquanto as despesas com juros nominais apresentaram uma trajetória de alta superior a 3% do PIB em apenas três anos. Assim, embora tenha havido crescimento nos gastos com benefícios previdenciários, a rubrica que mais cresceu foi a da despesa com juros nominais, que saiu do patamar de 2,9% do PIB em 2012 para 6,7% do PIB em 2015 (Gráfico 1), o que indica que o aumento da dívida pública no período recente é muito mais devido ao crescimento da despesa com juros do que ao suposto descontrole dos gastos com a Previdência. Gentil (2006), que reúne dados e informações oficiais do governo sobre a composição da Previdência Social, mostra que, ao contrário daquilo que é propagado por alguns analistas, a Previdência Social não se encontra em crise, tampouco está ameaçada pela futura transição demográfica.

A queda simultânea do investimento público e do investimento privado em 2016 evidencia que o discurso do atual governo, que insiste em afirmar que o nível de investimento privado será retomado a partir do afastamento do investimento público e do ajuste fiscal, não se confirma minimamente quando se verifica a realidade econômica mais recente do país. Segundo dados do Centro de Estudos do IBMEC (2017), a taxa de investimento no Brasil em 2016 – em percentual do PIB – foi a mais baixa dos últimos 16 anos. No ano observado, a taxa de investimento público correspondeu a 1,8% do PIB – a taxa mais baixa registrada desde o ano de 2003 –, enquanto que a taxa de investimento privado no mesmo ano foi de 13,7% do PIB, o nível mais baixo registrado no intervalo de 16 anos. O que está ocorrendo é que a recessão que o país tem enfrentado está empurrando o investimento (tanto público quanto privado) para o nível mais baixo registrado nos últimos 16 anos.

Figura 1

Taxa de investimento (% PIB) no Brasil de 2000-2016



Fonte: extralado de Centro de Estudos do IBMEC (2017).

O que está ocorrendo é que a recessão que o país tem enfrentado está empurrando o investimento (tanto público quanto privado) para o nível mais baixo registrado nos últimos 16 anos

A despesa com juros e encargos da dívida, que corresponde à despesa financeira do país, explicita que o principal problema das contas públicas consiste no dispêndio financeiro do Estado

A equipe econômica do Governo Temer apresentou para 2017 uma meta de déficit para o setor público consolidado de R\$ 143,1 bilhões, mas, tendo em vista o impacto negativo da política de austeridade fiscal sobre o nível de atividade econômica do país, o governo propôs uma revisão da meta de déficit para este mesmo ano, aumentando-a para o valor de R\$ 159 bilhões.

Enquanto a agenda de austeridade fiscal segue sendo intensificada, consolida-se um cenário no qual o setor público vai registrar o quarto déficit primário consecutivo. Neste contexto, certamente, o governo ampliará o endividamento, emitindo mais títulos para cobrir o déficit orçamentário que vem sendo potencializado pela combinação de política monetária recessiva e austeridade fiscal. Segundo dados do Banco Central do Brasil (2017a), a dívida bruta do governo geral alcançou 69,9% do PIB, em dezembro de 2016, e a dívida líquida, 46,2% do PIB. Em outubro de 2017, de acordo com a mesma fonte, a dívida pública bruta do país já se encontrava em níveis próximos a 80% do PIB.

O aprofundamento da recessão brasileira também vem ocorrendo em grande medida devido à natureza da política monetária⁴ que o país tem adotado desde a segunda metade da década de 1990, a qual tem atuado sempre no sentido de arrefecer qualquer impulso da demanda agregada. No entanto, a equipe econômica segue fazendo projeções otimistas e implementando um ajuste fiscal que é cada vez mais estrutural. Recentemente, apresentou o Programa de Demissão Voluntária (PDV) para os funcionários públicos e o incentivo de redução da jornada. A medida de enxugamento da máquina pública propõe desligar cinco mil servidores e cortar cerca de R\$ 1 bilhão anuais da folha de pagamento, segundo o Ministério do Planejamento. A economia para o setor público, gerada pelo programa, cobriria uma parte minúscula da despesa com salários, que hoje consome cerca de R\$ 280 bilhões por ano. Como é possível observar, com base nos dados sobre a execução orçamentária do ano de 2016, a despesa com juros e encargos da dívida, que corresponde à despesa financeira do país, explicita que o principal problema das contas públicas consiste no dispêndio financeiro do Estado, oriundo dos efeitos de uma política monetária centrada em juros elevados.

Do ponto da política fiscal, parece muito nítido que a orientação do atual governo prossegue no sentido de contingenciar as despesas correntes e a rubrica investimentos, enquanto mantém os elevados gastos com o pagamento dos serviços da dívida. Essa dinâmica na condução da política fiscal atende claramente a uma lógica rentista em detrimento

4 Algo reconhecido, mais recentemente, até pelo economista André Lara Resende, um dos formuladores do Plano Real (LIMA, 2017).

Figura 2

LOA 2016/ Despesas públicas por natureza de despesa

GND (Cod)	GND	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago
1	Pessoal e encargos sociais	277.187.336.063	280.105.526.280	277.254.231.483	276.418.117.551	275.998.762.719	936.104.432
2	Juros e encargos da dívida	304.101.215.258	273.101.215.258	205.008.766.239	204.891.738.043	204.890.863.485	1.744.882
3	Outras despesas correntes	1.105.676.228.718	1.157.540.335.709	1.139.278.943.980	1.097.032.324.173	1.080.620.508.071	66.525.441.396
4	Investimentos	45.362.439.406	47.264.058.081	38.122.476.115	17.303.310.217	16.826.190.223	31.225.225.933
5	Inversões financeiras	86.562.503.974	92.385.628.275	76.477.939.681	68.588.739.966	68.581.773.536	6.898.900.277
6	Amortização/ refinanciamento da dívida	1.044.806.784.485	1.075.806.784.485	925.331.634.467	925.267.553.395	925.258.804.496	18.845.163
7	Reserva de contingência	89.849.879.404	77.204.010.041	0	0	0	0
N.º Aplic. vel	N.º aplic. vel	0	0	0	0	0	0
N.º Informado	N.º informado	0	0	0	0	0	0
Total		2.953.546.387.308	3.003.407.558.129	2.661.473.991.965	2.589.501.783.345	2.572.176.902.530	105.606.262.083

Fonte: Brasil (2017b).

Nota: extrado do sítio do Senado Federal.

do atendimento dos interesses e das necessidades da sociedade, em especial daqueles setores da sociedade que dependem fundamentalmente dos serviços públicos disponibilizados pelo Estado.

A lógica rentista que orienta a política fiscal é conduzida de forma muito coesa com os interesses da composição política e econômica que assumiu o poder no país no último ano. Quando o governo adota um programa de política econômica como o que está predominando no país, mantendo o pagamento em níveis alarmantes da despesa com juros e serviços da dívida, o Estado fica completamente impossibilitado de atender às demandas sociais, afastando-se, portanto, das bases e dos princípios políticos de uma sociedade democrática.

A POLÍTICA MONETÁRIA DO GOVERNO TEMER E O APROFUNDAMENTO DA RECESSÃO

Entre todos os aspectos que contribuíram para o aprofundamento da recente crise enfrentada pelo país, cabe destacar os efeitos provenientes das resoluções de política monetária que, em grande medida, impactaram o nível de atividade econômica a partir do prolongamento de um esforço monetário recessivo.

A condução da política monetária manteve-se, pois, submetida à lógica da ortodoxia econômica por um longo período. A taxa básica de juros (Selic) foi mantida em nível bastante elevado, o que, por sua vez, repercutiu no aumento da taxa real de juros, na medida em que a inflação convergiu para níveis mais baixos. Em contrapartida, o Banco Central

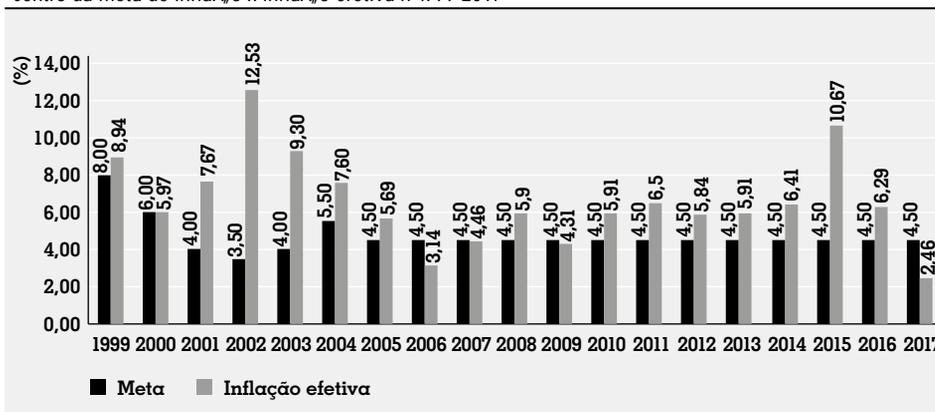
Pode-se identificar o fraco dinamismo da economia enquanto principal elemento de contribuição para a forte queda no nível geral de preços

só mudou de postura a partir de outubro de 2016, e mesmo assim de maneira muito limitada ao apresentar uma redução de apenas 0,25 p.p. (de 14,25% para 14%), sendo este o primeiro corte desde 2012.

Ao longo do primeiro semestre de 2017, o ritmo de queda da inflação intensificou-se, registrando valores cada vez mais próximos do centro da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 4,5% a.a.. A expectativa dos analistas de mercado para a inflação em 2017 permaneceu em queda após alguns períodos de alta e atualmente encontra-se abaixo do piso da meta de 3%.

Gráfico 2

Centro da meta de inflação, o x inflação efetiva em 1999-2017



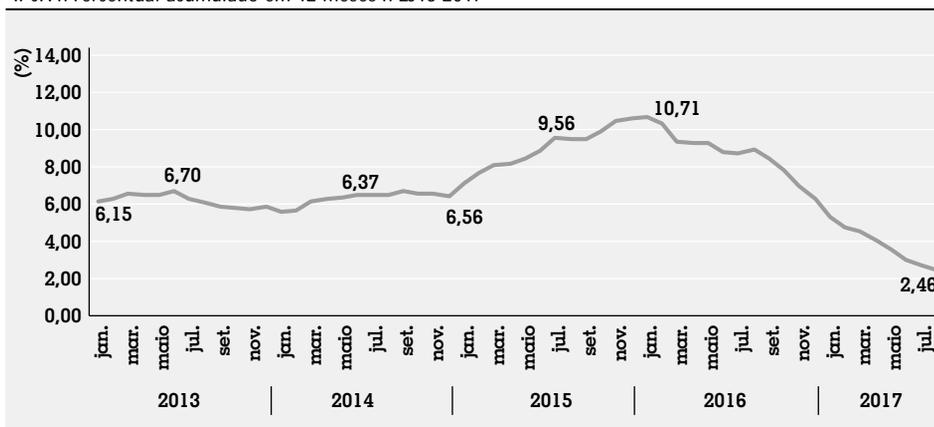
Fonte: Banco Central do Brasil (2017d). Elaboração própria.

Após a melhora das condições de oferta dos alimentos e do restabelecimento dos preços de monitorados em patamar razoável, principais pressões inflacionárias dos últimos anos, a trajetória da inflação tem prosseguido em ritmo de queda. Para compreender o processo desinflacionário em curso é necessário considerar um amplo conjunto de variáveis, e não apenas um suposto 'êxito' da política monetária ortodoxa. Ao atentar para as situações reais de que o número de brasileiros desempregados segue em alta e também o nível de endividamento da economia, pode-se identificar o fraco dinamismo da economia enquanto principal elemento de contribuição para a forte queda no nível geral de preços, ou seja, há um custo socioeconômico bastante elevado por trás de todo o processo desinflacionário.

Em junho de 2017, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou o primeiro resultado negativo em 11 anos, uma deflação de 0,23%. No acumulado dos últimos 12 meses, o índice encontra-se em 2,46%, resultado este inferior aos 2,71% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores. Dessa maneira, o processo desinflacionário tem sido corroborado, principalmente, pela melhora do comportamento dos preços dos alimentos que, embora esperada, vem ocorrendo de forma mais intensa em virtude das boas safras em 2017. A ausência de eventos

Gráfico 3

IPCA ñ Percentual acumulado em 12 meses ñ 2013-2017



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017). Elaborado a, o prÙpria.

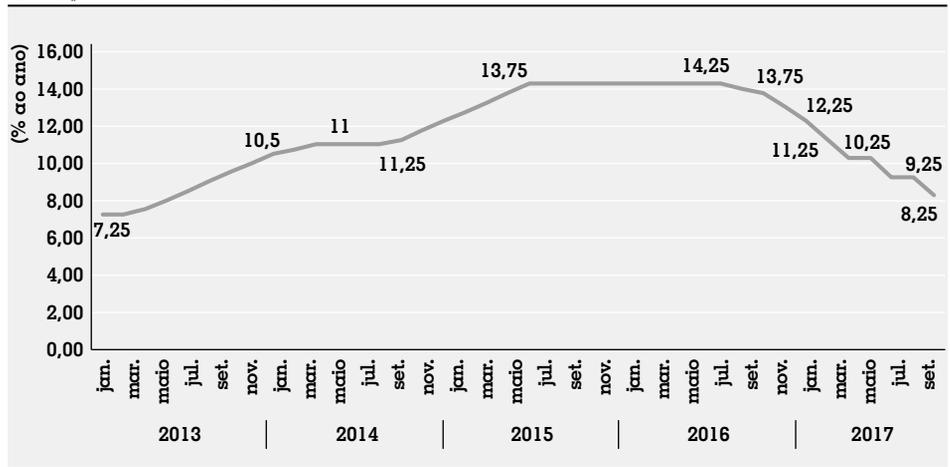
climáticos adversos tem participação significativa na composição desse resultado repercutido no grupo Alimentação e Bebidas que, no mês de agosto, apresentou uma queda de 0,6 p.p. (de -0,47 para -1,07).

O Gráfico 4 demonstra a trajetória contínua de queda da inflação, que se intensifica mais precisamente a partir de outubro de 2016. De acordo com as expectativas dos analistas do mercado financeiro, a inflação deverá fechar o ano de 2017 abaixo do centro da meta de 4,5% e, em 2018, algumas projeções dão conta de que a inflação também ficará abaixo desse patamar. Na última reunião do Copom, realizada entre os dias 5 e 6 de setembro de 2017, a taxa Selic foi reduzida de 9,25% para 8,25% ao ano, simbolizando mais uma redução de um ponto percentual na taxa. Contudo, as decisões dos dirigentes da política monetária sobre a redução da taxa básica de juros (Selic) não demonstram clareza de que tal processo seguirá o mesmo ritmo nas próximas reuniões. Segundo Kliass (2017), além de a taxa Selic estar caindo num ritmo muito mais lento do que a redução no nível de preços, os *spreads* bancários embutidos nas operações financeiras feitas no país continuam em níveis extremamente altos, inviabilizando qualquer possibilidade de retomada do dinamismo da economia.

No âmbito do cenário externo, considerando-se uma melhora relativa da atividade global sem maiores pressões das condições financeiras nas economias avançadas, a principal variável que poderia interromper o atual ciclo de reduções na Selic advém da possibilidade de os EUA subirem os juros. Ainda que pequeno, um aperto monetário nos EUA, poderia afetar a economia brasileira de forma a propiciar um processo de fuga de capitais com o qual, dado a situação atual do país, este não suportaria. Conseqüentemente, o quadro de instabilidade do Brasil seria alavancado e o processo recessivo, prolongado ainda mais.

Em dissonância com as trajetórias da inflação e da taxa nominal de juros (Selic), o caminho da taxa real de juros no Brasil ainda continua em tendência de alta, embora se verifiquem oscilações

Gráfico 4
Evolução da taxa Selic 2013-2017



Fonte: Banco Central do Brasil (2017e). Elaboração própria.

O Gráfico 5 demonstra a última redução consecutiva da taxa Selic desde a mudança de postura do Banco Central em outubro de 2016. Contudo, essa recente mudança não reflete sinais de melhora da economia brasileira, muito pelo contrário, o prolongamento ou a manutenção da política de alta dos juros ao longo dos últimos três anos contribuiu, em grande medida, para o próprio aprofundamento da crise atual.

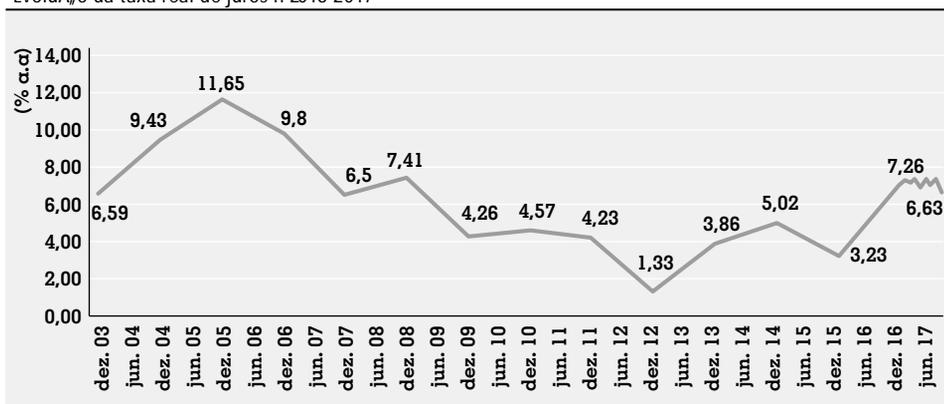
Em dissonância com as trajetórias da inflação e da taxa nominal de juros (Selic), o caminho da taxa real de juros no Brasil ainda continua em tendência de alta, embora se verifiquem oscilações. O Brasil apresenta uma das maiores taxas reais de juros do mundo (6,63%)⁵. Dessa forma, esse fenômeno gera implicações ainda mais severas para a retomada do dinamismo interno por conta do alto custo que causa ao funcionamento da atividade econômica e ao setor público.

Tendo em vista a manutenção prolongada das despesas com juros nominais, um exercício de comparação internacional faz-se importante e necessário. A ortodoxia sustenta que o aumento das taxas de juros acompanha o nível de confiança dos agentes econômicos na capacidade de solvência do Estado. A Tabela 1, que traz informações comparativas entre as taxas de juros (nominal e real), a taxa de inflação e o nível de endividamento – este último medido pela razão dívida bruta/PIB, indicador mais comum em comparações internacionais –, revela que o Brasil se encontra na liderança do grupo selecionado com a mais alta taxa real e nominal de juros, mesmo possuindo menor vulnerabilidade econômica do que muitos desses países elencados.

5 Adotaram-se a taxa de juros referencial como a meta Selic fixada pelo Copom e a inflação como o IPCA acumulado em 12 meses.

Gráfico 5

Evolução da taxa real de juros ñ 2013-2017



Fonte: Banco Central do Brasil (2017e), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017).
Elaboração própria.

Tabela 1

Taxas de juros internacionais e dívida bruta/PIB ñ Dez. 2015

País	Taxa de juros nominal	Inflação	Taxa de juros real	Dívida bruta (% PIB)
Brasil	14,25%	8,74%	5,51%	66,23%
Costa Rica	1,75%	0,48%	1,27%	62,11%
São Tomé e Príncipe	10,00%	5,50%	4,50%	68,23%
El Salvador	4,33%	0,88%	3,45%	64,16%
Rússia	10,50%	7,20%	3,30%	17,70%
Honduras	5,50%	2,40%	3,10%	44,06%
Paraguai	5,50%	2,90%	2,60%	19,70%
China	4,35%	1,80%	2,55%	43,90%
Polónia	1,50%	-0,90%	2,40%	51,30%
Peru	4,25%	2,96%	1,29%	23,00%
África do Sul	7,00%	6,30%	0,70%	50,10%
Índia	6,50%	6,07%	0,43%	67,20%
Zona do Euro	0,00%	0,20%	-0,20%	90,70%
EUA	0,50%	0,80%	-0,30%	104,17%
Chile	3,50%	4,00%	-0,50%	17,50%
Uruguai	9,25%	10,05%	-0,80%	62,80%
Colúmbia	7,75%	8,97%	-1,22%	38,00%

Fonte: Trading Economics (2015). Elaboração própria.

Modenesi e Modenesi (2012) consideram a política monetária brasileira pós-Plano Real uma grande anomalia. Além da rigidez dessa política econômica, que tem impactos negativos sobre a taxa de câmbio, as contas públicas e o nível de atividade da economia, existe uma articulação entre os mercados monetário e de títulos públicos que resulta em problemas de coordenação entre o Bacen e o Tesouro Nacional, já que o primeiro utiliza a taxa Selic enquanto instrumento de política monetária, e o segundo tem a sua oferta de títulos referenciada na mesma taxa. Desse modo, ao comprometer uma parcela considerável do Orçamento público, a política monetária vigente no país tem deteriorado

significativamente a capacidade de atendimento do Estado, afetando diretamente a qualidade dos serviços públicos oferecidos à sociedade e o volume de investimentos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a Grande Depressão dos anos 1930, especialmente após a contribuição da teoria de Keynes, os teóricos da área econômica reconhecem que, quando a economia entra num cenário recessivo, a retomada do dinamismo depende cada vez mais da mobilização dos componentes da demanda agregada, principalmente dos gastos públicos, pois o governo é um agente decisivo na economia. Neste sentido, o ajuste fiscal é incapaz de sanar os problemas estruturais da economia brasileira. Ao contrário, ele aprofunda a crise econômica, como os dados da economia brasileira vêm demonstrando.

Mesmo que hipoteticamente o Brasil consiga engatar uma trajetória de crescimento a partir de 2018, existem razões para acreditar que será um crescimento pífio, medíocre. Isso porque a economia do país possui um conjunto de problemas estruturais que limita seu potencial de crescimento em longo prazo. Podem-se listar os principais problemas estruturais que limitam o potencial de crescimento, dentre os quais: 1) a desindustrialização precoce, fenômeno que tem acometido a economia nas últimas duas décadas e que tem impacto negativo sobre o crescimento em longo prazo por dois canais distintos. Por um lado, a desindustrialização reduz o nível e a taxa de crescimento da produtividade do trabalho, uma vez que essa produtividade é, na média, mais alta na indústria de transformação do que nos setores de serviços e na agricultura, de forma que uma redução da participação da indústria de transformação no PIB reduz a produtividade média da economia, e 2) a indústria é a fonte dos retornos crescentes de escala e do progresso técnico, aspectos indispensáveis para o crescimento da produtividade em longo prazo. Por sua vez, a elasticidade-renda das exportações dos produtos manufaturados é maior do que a dos produtos primários, de tal forma que a desindustrialização atua no sentido de criar um desequilíbrio externo estrutural, tornando o país dependente de poupança externa e, portanto, do movimento dos mercados financeiros internacionais. Por fim, o terceiro problema consiste no desequilíbrio fiscal estrutural que está concentrado no lado das receitas e compromete as finanças do Estado. Ao contrário do que se pensa, embora haja grande variedade de tributos no país, que são cobrados em valores muito altos para um país em desenvolvimento, o grande problema não é o 'tamanho' da carga tributária, mas sim a sua natureza. Nos países considerados mais desenvolvidos, o imposto é tributado sobre a renda (o chamado 'imposto direto'), e isso é feito de forma progressiva, ou seja, proporcionalmente,

quem tem a maior renda contribui mais na arrecadação de impostos do que quem tem a renda menor. Já no Brasil, a maior parte dos impostos incide sobre o consumo ('impostos indiretos'), e de forma regressiva, ou seja, os mais pobres pagam proporcionalmente mais impostos do que os mais ricos. Além disso, o Brasil é um dos poucos países do mundo onde o capital não é tributado; por exemplo, os dividendos dos acionistas são isentos de imposto de renda; existe a Lei Kandir, que isenta determinados setores exportadores, dentre outros graves problemas no modelo tributário.

No que tange à política monetária, é preciso insistir no fato de que a manutenção dos juros em patamares elevados por um período prolongado repercutiu não apenas no aumento do custo do capital, desestimulando assim os investimentos produtivos, como na retração do crédito (livre e direcionado), tendo impactado também em valorização da taxa de câmbio ao atrair capitais externos interessados apenas em lucrar com o enorme diferencial entre os juros internos e externos que, no ano de 2016, chegaram ao seu maior patamar em dez anos, com 13,73 pontos percentuais.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Flávio. Teto dos gastos já prejudica o orçamento público e o país. *Jornal GGN*, [S.l.], 31 jul. 2017. Disponível em: <<http://jornalgggn.com.br/noticia/teto-dos-gastos-ja-prejudica-o-orcamento-publico-e-o-pais-por-flavio-arantes>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

AUSTERIDADE e retrocesso: finanças públicas e política fiscal no Brasil. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2016. 64 p. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/Austeridade-e-Retrocesso.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Política fiscal*. Brasília: BCB, 28 jul. 2017a. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/notecon3-p.asp>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

_____. *Focus: relatório de mercado*. Brasília: BCB, 28 jul. 2017b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20170728.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

_____. *Notas da 209ª reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil*. Brasília: BCB, 12 set. 2017c. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/copom/not20170906209.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2017.

_____. *Histórico de metas para a inflação no Brasil*. Brasília: BCB, 26 ago. 2017d. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pec/metas/TabelaMetaseResultados.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

_____. *Histórico das taxas de juros*. Brasília: BCB, 26 ago. 2017e. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

BRASIL. Congresso. Senado Federal. *Congresso aprova déficit de R\$ 159 bi, mas ainda precisa votar destaques*. Brasília, 31 ago. 2017a. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/08/31/congresso-aprova-deficit-de-r-159-bi-mas-precisa-votar-destaques>>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. *Orçamento da União*. Disponível em: <<http://www8d.senado.gov.br/BOE/BI/logon/start.do?ivsLogonToken=WWW8D.senado.gov.br%3A6400%408743118J0CzcDSjyUSQHSLWavfQwP28743116JiZXa1QhM9JI7HyRAGLf1bZ>>. Acesso em: 10 set. 2017b.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Promulgada Emenda Constitucional do teto dos gastos públicos*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ECONOMIA/521413-PROMULGADA-EMENDA-CONSTITUCIONAL-DO-TETO-DOS-GASTOS-PUBLICOS.html>>. Acesso em: 8 dez.2017.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *PEC 87/2015*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1567815>>. Acesso em: 28 set.2017

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. *Resultado fiscal do governo central: estrutura antiga*. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado-do-tesouro-nacional>>. Acesso em: 8 dez. 2017c.

CAMPOS, Eduardo. Ilan diz que inflação seguirá em queda nos próximos anos. *Valor Econômico*, São Paulo, 3 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/financas/5066494/ilan-diz-que-inflacao-seguira-em-queda-nos-proximos-anos>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

CENTRO DE ESTUDOS DO IBMEC. *Recuperar poupança do setor público: investimento e poupança na economia brasileira: 2000 - 2016*. [S.l.]: Instituto IBMEC, 2017. (Nota CEMEC, 03/2017). Disponível em: <<http://ibmec.org.br/instituto/wp-content/uploads/2014/10/NOTA-CEMEC-03-DESAFIO-RECUPERAR-POUPAN%C3%87A-DO-SETOR-PUBLICO.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2017

GENTIL, Denise Lobato. *A política fiscal e a falsa crise da seguridade social brasileira: análise financeira do período 1990-2005*. 2006. 245 f. Tese (Doutorado em Economia)–Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Séries históricas*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/>>

precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?&t=series-historicas>. Acesso em: 30 jul. 2017.

INDICADORES IBGE: Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor IPCA e INPC. Rio de Janeiro: IBGE, jul. 2017a. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Precos_Indices_de_Precos_ao_Consumidor/IPCA/Fasciculo_Indicadores_IBGE/ipca-inpc_201707caderno.pdf >. Acesso em: 31 jul. 2017.

INDICADORES IBGE: Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor IPCA e INPC. Rio de Janeiro: IBGE, ago. 2017b. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Precos_Indices_de_Precos_ao_Consumidor/IPCA/Fasciculo_Indicadores_IBGE/ipca-inpc_201708caderno.pdf >. Acesso em: 27 set. 2017.

KLIASS, Paulo. Esqueceram a taxa de juros. *Jornal GGN*, [S.l.], 18 out. 2017. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/esqueceram-a-taxa-de-juros-por-paulo-kliass>. Acesso em: 19 ago. 2017

LIMA, Flávia. Brasil vai contra a realidade ao insistir em juros altos, diz Lara Resende. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 jun. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/06/1896609-brasil-vai-contra-a-realidade-ao-insistir-em-juros-altos-diz-lara-resende.shtml>. Acesso em: 8 jul. 2017

_____. Investimento privado no Brasil recua ao menor nível desde 2000. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 jul. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/07/1897709-investimento-privado-no-brasil-recua-ao-menor-nivel-desde-2000.shtml>. Acesso em: 8 dez.2017

MODENESI, André de Melo; MODENESI, Ruy Lirio. Quinze anos de rigidez monetária no Brasil pós-Plano Real: uma agenda de pesquisa. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 389-411, jul./set. 2012.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO; FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. *Uma ponte para o futuro*. Brasília: PMDB; Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2016.

REZENDE, Felipe. Por um novo regime fiscal. *Valor Econômico*, São Paulo, 15 set. 2016. Disponível em: <http://www.valor.com.br/opiniao/4710327/por-um-novo-regime-fiscal>. Acesso em: 11 nov. 2016

RODRIGUES, Edmilson. DRU: mais um ataque à seguridade social. *Carta Capital*, São Paulo, 7 jun. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/dru-mais-um-ataque-a-seguridade-social>. Acesso em: 10 nov. 2016.

TRADING ECONOMICS. *Taxas de juros e dívida bruta/PIB*. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/>. Acesso em: 15 dez. 2015.

RESUMO

Falta de controle sobre o grande capital traduz-se em tendências cíclicas que se agravam pela falta de políticas econômicas em longo prazo. Estratégias de defesa dos interesses do grande capital agravam a desvalorização do trabalho e a sobre-exploração. Esses princípios de políticas conservadoras, que atingem os interesses dos trabalhadores, tendem a aprofundar conflitos sociais. A questão brasileira precisa ser colocada no contexto de disputas mundiais de poder que modificam as condições de dependência em que funciona a economia nacional.

Palavras-chave: Incerteza cíclica. Agravamento da exploração. Falta de políticas de desenvolvimento.

ABSTRACT

The present work analyses, in general terms, the transformations and trends that capitalism has presented in the last decades. In particular, the instability caused in the political field with the advancement of Neoconservatives is emphasised and, in the social and economic fields, the hegemony of the interests of international finances is highlighted. The absence of public control on big capital determines cyclical trends, enhanced by the lack of development policies in the long-term. Big capital interests derive on devaluation of work and on overexploitation of workers. Conservative policies, that affect worker's interests, contribute to deepen social conflicts. Brazilian issues shall be placed in the context of world power disputes that modify the conditions of dependence on which national economy operates.

Keywords: Cyclical uncertainty. Overexploitation. Lack of development policies.

As flutuações ondulatórias do capital incontrollável¹

FERNANDO PEDR O

Doutor em Ciências Econômicas e docente livre, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); especialista em Desenvolvimento Econômico, pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e graduado em Ciências Econômicas, pela UFBA. Membro da Academia de Ciências da Bahia e diretor acadêmico do Instituto Brasileiro de Políticas Sociais e Econômicas.

O CORTE DO BARALHO²

EM SUA forma avançada, o capital funciona com pressupostos de controle tecnológico e financeiro que o tornam independente das políticas econômicas nacionais dos países capitalistas, onde as relações de capital se realizam em mercado. Essa falta de controle reflete-se em imprevisibilidade, o que tende a acentuar as flutuações da produção que podem ser imediatamente cíclicas ou não, sendo que a tendência ao ciclo é inegável, dadas variações da produção rural e em tecnologia.

- 1 A morte de István Mészáros, principal pensador do socialismo hoje, autor de obra incomparável, traz à tona o seu conceito relacionado à incontrollabilidade e à destrutividade do grande capital, cuja lógica de reprodução, que aparentemente se separou do Estado com a ascensão das empresas multinacionais, revela-se em sua articulação congênita com o Estado, tanto nas grandes potências como nas economias periféricas dependentes como a brasileira. Dois aspectos originais do capital hoje são o alargamento da distância entre grande e pequeno capital e um metabolismo que se realiza em escala internacional e que sustenta a tese de ser necessário retomar a proposta de Marx em seus fundamentos. Sobre a experiência latino-americana agregam-se outros dois argumentos que são o significado histórico da colonização, com sua versão moderna em dependência e com a reciclagem de formas coloniais genuínas; e a metamorfose política do capital, que mostra, por baixo da corrupção, a falta de alternativas da política econômica do bloco dirigente. A gigantesca obra de Gyorgy Lukács sobre a *Ontologia do ser social* reconstruiu o fundamento ontológico da discussão do capital, expondo o tecido antropológico das relações de poder.
- 2 Esta não é uma expressão bizarra nem irônica. Refere-se à possibilidade de a discussão do cenário mundial ganhar com os conceitos probabilísticos da teoria dos jogos. Será oportuno referir à crítica de Bertrand Russell ao uso de probabilidades por John Keynes que, segundo Russell (1967) é um uso viciado porque não distingue as condições de expectativa dos jogadores. Acolho-me ao próprio Russell em seu *Human Knowledge* (1967) quando trata com a necessidade de distinguir diferentes graus de credibilidade. Nesse sentido, a propensão keynesiana ao consumo é uma simplificação que não registra o relativo à composição da demanda nem à do capital.

Se a relação capital/trabalho está contaminada por precarização do emprego, há uma tendência perversa à queda da taxa de salário com efeitos mediatos na contração do mercado interno

A reflexão sobre perspectivas na atualidade refere-se a processos que são parte do capitalismo, mesmo que em sua periferia. Assim, nas condições atuais de integração da economia mundial, qualquer exercício de explicação de tendências e perspectivas da economia brasileira tem que se situar em um quadro de referências econômicas mundiais. Nessa composição das relações internacionais, com uma balança de comércio mantida por exportações de produtos primários e operando com capitais especulativos, eventuais sinais positivos da economia dependem de variações aleatórias de preços e não indicam ganhos de produtividade.

Por isso é preciso distinguir as grandes revoluções do sistema de poder nesta época em que se aprofundaram as diferenças entre a esfera do grande poder e do grande capital e a esfera da pluralidade de economias periféricas, em que há diferentes relações de dependência entre países e uma ascensão dos capitais na produção imaterial. De fato, a economia mundial está articulada por um sistema de dependências. As referências de eficiência na produção foram afetadas pela mercantilização das empresas³, que seguiu a desvalorização do trabalho.

A internacionalização do mercado de trabalho avança com a diluição da identidade das classes médias, que é parte de um movimento de atualização da alienação. O processo de perda de identidade atinge o mundo capitalista em geral, com diferentes expressões na América do Norte, na Europa e na América Latina (HALL, 2005). Mas funciona como um poder paralisante em países periféricos como o Brasil (ANTUNES, 2013), cuja elite opta por ser dependente⁴.

Sob a pressão de políticas estagnantes e em meio a políticas de desemprego e de precarização do emprego torna-se necessário rever as relações fundamentais do capitalismo, que são: capital/trabalho, capital/produto e taxa de lucro/taxa de salário. Se a relação capital/trabalho está contaminada por precarização do emprego, há uma tendência perversa à queda da taxa de salário com efeitos mediatos na contração do mercado interno.

Até a revolução tecnológica da década de 1960, que se centrou em transportes e comunicações, a modernização realizou-se sob o impulso do capital industrial, em cujo fundamento esteve o compromisso com a

3 O movimento geral de mercantilização envolve a mercantilização das religiões e das culturas em uma antropologia subordinada que transforma as causas das minorias em mercadoria.

4 A elite brasileira quer morar nos Estados Unidos, desde açougueiros, músicos, atrizes e dançarinos até um ex-presidente do Supremo Tribunal Federal. Subentendem que o mercado de trabalho norte-americano é uma continuidade do brasileiro e não têm compromisso algum com o Brasil. Não percebem que essa adesão é uma *capitis diminutio*.

indústria bélica⁵. Desde então, a revolução das comunicações abriu espaço para a produção imaterial que passou a condicionar o consumo – com os *personal computers* e agora com a universalização dos celulares –, gerando as megaempresas de hoje, que crescem em paralelo à indústria aeroespacial. Nesse ambiente de maior fluidez do capital, as economias periféricas como o Brasil ficaram limitadas a condições de dependência que pertencem à etapa anterior da tecnologia. Novos saltos em tecnologia, como em biotecnologia e em nanotecnologia, estão integrados com a matriz central de pesquisas comandadas pelo Estado. Tudo isso implica planejamento em longo prazo.

A CABRA-CEGA DO PODER

No relativo ao Brasil, a diferença entre uma visão de curto prazo e uma perspectiva em médio e longo prazo ficou inesperadamente menor ou foi eliminada pelo fato de que a China e a Rússia têm grandes planos em longo prazo, em contraste com os Estados Unidos que aparentemente operam com perspectivas de curto prazo. A dependência comercial dos dois primeiros e a dependência de capital do terceiro mostram que a incapacidade da política econômica brasileira para trabalhar sobre longo prazo é uma característica de sua posição de dependência periférica, além de eventual mediocridade dos gestores da política econômica. Mesmo na perspectiva de uma gestão econômica conservadora, não há explicação para que a condução da economia nacional fique a cargo do Ministério da Fazenda, nem que o Banco Central opere como especulador de mercado. Não há como ignorar que a desfuncionalidade da política econômica é responsável por uma gestão imediatista que não oferece políticas concretas para indústria, agricultura e transportes.

Os Estados Unidos têm planos para manter seu poderio bélico, mas não têm planos para atualizar sua indústria⁶. O Japão é uma economia defensiva e a Europa está reduzida a planos de manutenção de status. Possivelmente Altvater (2010) tenha razão com sua tese sobre o fim do capitalismo como é conhecido, isto é, baseado em planos de empresas. Os planos da China com a Rússia que estão contemplados no acordo

Novos saltos em tecnologia, como em biotecnologia e em nanotecnologia, estão integrados com a matriz central de pesquisas comandadas pelo Estado. Tudo isso implica planejamento em longo prazo

5 A economia oficial ignora o papel da indústria bélica no sistema capitalista, sem reconhecer a influência do complexo militar industrial nas grandes potências, os orçamentos ocultos e o gasto para manter o aparato bélico mesmo sem guerras.

6 Hoje enfrentam uma nova geração de tecnologia militar russa que torna vulnerável o sistema baseado em porta-aviões. Informações na mídia sobre o aparecimento de embarcações rápidas capazes de destruir porta-aviões e de caças capazes de operar em longa distância tornam obsoleta a tecnologia militar de grandes unidades.

Para pensar o Brasil é preciso olhar a perspectiva das transformações mundiais, em que se processam grandes mudanças, que têm um 'pé' em energia, especialmente petróleo, e outro na movimentação de recursos financeiros

de Shanghai de 1998 – hoje informações públicas ventiladas pelo BRIC⁷ – representam uma mobilização das economias centro-asiáticas, e o projeto chinês de reativação da Rota da Seda envolve 47 países. Essas iniciativas alteram as perspectivas mundiais de mercado e afetam de forma indireta, mas poderosamente, a economia brasileira que é exportadora de mercadorias de baixa tecnologia.

Trabalhar sobre longo prazo significa acionar a relação entre sistema produtivo e infraestrutura e criação de mercados consumidores estáveis. Na prática, esses países hoje operam sobre uma articulação internacional do mercado de trabalho, em que eles têm a primazia de deslocamentos de trabalhadores. Levam seus operários para realizar obras públicas em outros países, assinam contratos especiais de controle do trabalho. O mercado de trabalho torna-se uma extensão das condições diferenciadas de operação dos grandes capitais imperiais. Contrasta com o mercado de trabalho local básico que se organiza sobre as demandas de bens salários dos grupos de rendas médias e inferiores.

Para pensar o Brasil é preciso olhar a perspectiva das transformações mundiais, em que se processam grandes mudanças, que têm um 'pé' em energia, especialmente petróleo, e outro na movimentação de recursos financeiros. No primeiro caso houve um importante aumento de reservas mundiais em que o Brasil apontou suas reservas de pré-sal. Com importantes diferenciais de custos, especialmente nas redes de distribuição, contrastam o poder de grandes países grandes produtores como a Rússia, a China e o Irã, pequenos países grandes produtores como a Noruega e aberrações nacionais como os reinados medievais árabes. O Brasil hoje é uma grande economia periférica dependente que passa por um processo de reprimarização econômica e retrocesso social. A revelação da corrupção profunda exercida por um bloco dominante pré-industrial ocupa a visão de todos, mas o principal problema do país é a mediocridade da política econômica, que continua com o modelo pré-Segunda Guerra Mundial de Estado mínimo privatizado.

No movimento geral do capital ressaltam-se deslocamentos no sistema de poder econômico e político com concentração do capital em suas diversas formas, em que se destacam o aumento exponencial da produção imaterial e a consolidação de sistemas de comercialização orientais, resultando em reprimarização das economias periféricas, subalternização das economias europeias e disputas de espaço entre

7 O acordo de Shanghai de 1998 envolve os países com costas no Mar Cáspio, além de Rússia e China, em um pacto econômico e militar.

as economias hegemônicas. Também há realinhamento das relações da China com os Estados Unidos, com projetos de investimentos que são parte de um movimento geral de penetração no mercado norte-americano. O contraste entre a condução aparentemente imprevisível da economia norte-americana⁸ e a determinação implacável do socialismo de Estado da China⁹ aprofundou traços de tendências mundiais que arrastam a economia brasileira gerida sob a égide da mediocridade consagrada.

O declínio da importância da Europa, com contradições que chegam ao seu centro medular na Alemanha, acentua o fato de que a principal revolução econômica hoje da hegemonia das empresas de produção imaterial mostra outro aspecto do contraste entre Ocidente e Oriente¹⁰. Os espaços para o imperialismo econômico da Alemanha na Europa estão praticamente esgotados, enfrentam a ascendência financeira da Noruega e o poderio energético e militar da Rússia¹¹. A diferença entre elas é que os planos de expansão da empresa chinesa se fazem a partir de mercado interno e não dependem de acordos internacionais.

Prevalece a lei básica do capitalismo, pela qual o capital flui para onde o mercado se expande. É uma rua de mão dupla. Por um lado, a China cresce usando recursos naturais de outros países e, por outro lado, exporta seus produtos elaborados para seus concorrentes, como é o caso do aço. Em 2014, segundo *Worldsteel*, a China produziu 780 milhões de toneladas de aço com ferro comprado do Brasil, comparados com 80 milhões dos Estados Unidos, 40 milhões do Irã e 20 milhões do Brasil, segundo informações do Banco Mundial. Em condições em que os atrativos de mercado dependem de eficiência em infraestrutura, o Brasil, com diversos gargalos estratégicos em suas rotas de exportação, só pode atrair capitais especulativos ou para controle de recursos naturais. Com a prevalência dos interesses dos grandes bancos e uma política de mercantilização para os grandes capitais, a sustentação do modelo

O declínio da importância da Europa, com contradições que chegam ao seu centro medular na Alemanha, acentua o fato de que a principal revolução econômica hoje da hegemonia das empresas de produção imaterial mostra outro aspecto do contraste entre Ocidente e Oriente

8 Na atual versão intempestiva da política econômica norte-americana, ressalta-se a diferença entre o refinamento do pensamento teórico de autores como Alvin Hansen, Daniel Hamberg, Paul Samuelson, Hollis Chenery, Robert Solow e tantos outros e a onda cavernaria atual. O aventureirismo, semelhante ao de Andrew Jackson e Theodore Roosevelt, é plenamente previsível e facilita a expansão chinesa. O novo acordo de investimentos entre EUA e China, saudado como positivo pelo presidente norte-americano, representa a abertura do mercado norte-americano para a expansão chinesa.

9 Declarações oficiais de que a China pretende ser o novo centro econômico do mundo estão confirmadas com seu projeto de restauração da Rota da Seda, estimado em US\$ 120 bilhões.

10 Não se deve esquecer a importância da economia da Índia nem o fato de que o Vietnã cresce mais que as economias latino-americanas.

11 Informação não oficial que o valor de mercado de Concent Holdings é de US\$ 500 bilhões, equivalente à empresa russa de petróleo, a Rosatom.

A ortodoxia econômica estática e positivista ignora o papel dos movimentos cíclicos no capitalismo, de modo equivalente a uma aeronave que ignora os movimentos dos ventos

dependente depende do aumento da taxa de exploração do trabalho e da desnacionalização do sistema produtivo.

Neste decênio, o essencial dos movimentos do capital em seus efeitos nas economias nacionais ficou encoberto pelas flutuações na relação entre os sistemas diretos de produção e os sistemas de infraestrutura. Verifica-se que a Europa apenas faz manutenção de seus sistemas e que os Estados Unidos têm crescimento residual. A Rússia empreendeu novas redes de distribuição de combustíveis. No Brasil, concluída a etapa de construção inflacionária de sistemas hidrelétricos, aparece um novo modo inercial de crescimento da produção de energia, a partir de fontes secundárias, especialmente da eólica e de termoelétricas convencionais.

Para tratar do Brasil, ante o tripé capital, trabalho e Estado, é preciso fazer a leitura de dependência, alienação e exploração que liga a esfera mundial e a nacional. Para cobrir a experiência brasileira é preciso rever o discurso do capital, dado que há diferenças orgânicas entre as forças determinantes de acumulação na escala mundial e as que conduzem processos periféricos como o do Brasil. Independentemente de reconhecer que o Brasil está em um momento de retrocesso social e perda de identidade, é preciso ver que há uma contradição entre os objetivos de sustentação de um bloco dominante desqualificado, incapaz de pensar e agir de modo independente. Por isso, a crítica da alienação é um passo fundamental para uma verdadeira revolução ideológica.

O CICLO E A FORMAÇÃO DE CAPITAL

A ortodoxia econômica estática e positivista ignora o papel dos movimentos cíclicos no capitalismo, de modo equivalente a uma aeronave que ignora os movimentos dos ventos. É a autossuficiência que ignora a pluralidade do mundo moderno. No capitalismo desigual avançado, as flutuações na formação de capital estão ligadas às diferenças de tempo de vida útil dos equipamentos, respondem pelas flutuações em médio prazo, que são as identificadas com a renovação dos equipamentos. Acontece que, na esfera do grande capital, nunca há simples renovação, mas há uma pressão por substituição de equipamentos.

Como o capital se reproduz mediante flutuações oscilatórias e ondulatórias, é essencial que a forma do ciclo das flutuações do capital dependa da composição do capital, que estabelece possibilidades e limites das relações econômicas internacionais. O ponto fraco da teoria neoclássica internacional do gênero Hecksher-Olin é ficar com uma mecânica

restrita a condições estáticas iniciais e que não registra além da balança comercial. Mas, quando os movimentos de capitais se guiam por rentabilidade financeira e não por eficiência econômica, essa análise vale muito pouco. É o caso do Brasil, que se tornou objeto de movimentos de capital especulativo indiferentes à competitividade da economia¹². Esse padrão veio junto com a falta de uma política seletiva de financiamento público, que permitiu a mercantilização do financiamento para sustentar o aventureirismo¹³, foi um fator restritivo das alternativas de política, cujos efeitos mais graves estão no desajuste entre necessidades e práticas de financiamento. Daí formou-se um desajuste na dinâmica da economia nacional, que hoje está na passividade da política de financiamento público.

É um problema estrutural do Estado brasileiro, cuja origem está na substituição do Ministério de Planejamento pelo da Fazenda na condução da política econômica. Foi um movimento iniciado no advento da República civil posterior à ditadura, que revelou a rejeição do governo a planejamento e cujos efeitos perduram, agravados, até hoje. O Ministério da Fazenda não tem condições socioestruturais adequadas para fazer planejamento e continua com a tese colonial de Estado mínimo e arrocho tributário. Assim, com movimentos cíclicos gerados no componente de setor exportador de mercadorias de baixo valor adicionado, os movimentos positivos do ciclo ficam restritos aos movimentos inerciais do componente dependente passivo do sistema, que são monoculturas de grãos e carne e exportação de minerais de baixa elaboração. Tacitamente, descartam-se possibilidades de crescimento acelerado, enquanto os horizontes positivos ficam restritos a taxas inferiores ao crescimento demográfico.

É um quadro de crescimento restrito, com taxas que estão abaixo do crescimento sustentado do modelo de Harrod, em que a melhoria do produto total presume uma situação de pleno emprego e de investimentos suficientes nos setores estratégicos da produção. Pelo contrário, aqui a taxa de crescimento do produto tem que ser descontada das taxas de desemprego que, além de seu significado social, representam um constrangimento do mercado interno. Se o sistema produtivo so-

12 É preciso registrar o antecedente norte-americano. Os Estados Unidos tampouco têm política industrial, e a crise eclodida em 2008 resultou da perda de competitividade da economia norte-americana na produção automotora, na aviação e na construção civil. Essa brecha ficou registrada no fato de que o financiamento para superar a crise foi direcionado a empresas aéreas e automotoras à beira da falência e não para salvar o endividamento da classe média. Não é um problema do capitalismo, mas da incompetência dos gestores da política econômica que pretendem desenvolvê-la a partir da gestão do Banco Central.

13 É o único modo de explicar como o governo brasileiro financiou grupos como o dos Batista e acobertou a corrupção sistêmica.

**Ministério da
Fazenda não
tem condições
socioestruturais
adequadas
para fazer
planejamento e
continua com a
tese colonial de
Estado mínimo
e arrocho
tributário**

Há uma questão de dinâmica econômica a ser explicada, a de que toda política de desenvolvimento inclui uma política de crescimento e toda política de crescimento tem efeitos sobre o desenvolvimento

fre os efeitos de insuficiência prolongada de investimentos nos setores que precisam de renovação tecnológica para se manter, o sistema de equipamentos em seu conjunto enfrenta os efeitos do acelerador negativo¹⁴ que pesam sobre a formação da taxa de crescimento. São dados concretos da formação da taxa de crescimento que incidirão sobre qualquer política de desenvolvimento, tornando-se decisivos em situações de ausência de política. É um dado essencial no exame da economia brasileira, entendendo-se que políticas de desenvolvimento implicam sempre seleção de investimentos que são escolhas que atingem a composição do capital.

Há uma questão de dinâmica econômica a ser explicada, a de que toda política de desenvolvimento inclui uma política de crescimento e toda política de crescimento tem efeitos sobre o desenvolvimento. Os efeitos interativos entre decisões de curto e longo prazo foram soberanamente ignorados pela política econômica de Roberto Campos em diante e agravados nos sucessivos ministérios desde a instalação da República civil em 1985. Os fundamentos estruturais da transformação econômica são inevitáveis e a suposição de políticas mínimas de crescimento apenas desconhece os efeitos sistêmicos de cada política¹⁵. Em dinâmica econômica, como alertou Lange (1986), a falta de política é uma política negativa, em que a economia está exposta aos efeitos negativos do ciclo, do desemprego, da falta de política tecnológica e apenas preserva a taxa de lucro do grande capital. A falta de políticas de desenvolvimento é uma política negativa que leva, necessariamente, ao aparecimento de bloqueios ao desenvolvimento por incapacidade no setor externo e a conflitos sociais no plano interno.

Esses são dados sintéticos dos movimentos do capital que afetam as condições específicas de mercado para cada investimento. Pequenos e médios capitais operam basicamente em mercado interno, onde recebem influências de grandes capitais. A dinâmica geral do grande capital não altera as condições de mercado para os pequenos capitais que operam com compradores em faixas de renda em que só se fazem compras necessárias, mas que são os responsáveis pela sustentação do emprego. Essa dicotomia tornou-se evidente no ambiente urbano das principais cidades brasileiras nas quais se desenvolveu um circui-

14 A teoria de Harrod, do acelerador, contempla efeitos inerentes de dinâmica na reposição de equipamentos. Deliberadamente, Harrod omite os efeitos estruturais da falta de renovação e os efeitos em cadeia da desestruturação de sistemas. Esses efeitos em cadeia negativa, que foram antecipados por André Marchal, tornaram-se visíveis na política de privatização do sistema elétrico brasileiro, que causou danos sistêmicos à capacidade produtiva. É preciso explorar o lado negativo do modelo, que permite estudar os efeitos estruturais da desestruturação de sistemas.

15 Convém rever os achados de Daniel Hamberg em sua crítica da simplificação macroeconômica, no que explora as implicações cíclicas das políticas de curto prazo.

to de capitais das favelas e comunidades periféricas que respondem pelo comércio de mais da metade das populações dessas cidades e pela maior parte de seu mercado de materiais de construção¹⁶. O reconhecimento dos diferentes circuitos sociais de produção é um passo necessário para a construção de uma “antieconomia” brasileira (ATTALI; GUILLAUME, 1975)¹⁷.

INÉRCIA DO SISTEMA E RUMOS DA ACUMULAÇÃO

O sistema do capital é um conjunto operacional que se reproduz preservando sua capacidade produtiva, um objetivo necessário que implica atualização tecnológica, financeira e de qualificação. Significa que a preservação do sistema oscila entre o caminho de menor esforço, que é o da continuidade da composição, e o de ampliar resultado, que implica diversificação. Preservar o sistema aparentemente é o caminho do menor risco, mas também é o que leva ao esgotamento dos capitais de porte médio em geral. É um contraste que ocorre sobre a dinâmica do mercado. Por isso, é um problema do ambiente dinâmico em que se realiza a formação de capital.

Esse problema aparece com mais clareza no plano microeconômico¹⁸, mas é um dado das características operacionais dos sistemas produtivos em seu conjunto, que inicia o questionamento sobre as margens efetivas de autonomia na progressão das economias modernas.

As margens de autonomia entre sustentação e mudança refletem a diferença entre a inércia e as mudanças na reprodução do sistema. Logicamente, é um tema que só se coloca na perspectiva macroeconômica, que se trata com deslocamentos estratégicos de tecnologia e não com escolha de técnicas de produção. Implica acesso à relação básica de ciência e tecnologia. Para uma política de tecnologia dessa envergadura contemplam-se tecnologias básicas e complementares e efeitos em cadeia das alterações dos regimes tecnológicos.

O sistema do capital é um conjunto operacional que se reproduz preservando sua capacidade produtiva, um objetivo necessário que implica atualização tecnológica, financeira e de qualificação

16 O componente urbano de moradores em comunidades de baixa renda ou de favelas hoje se vê em sua complexidade, principalmente pela presença de criminalidade generalizada, descuidando que os setores urbanos de baixa renda são majoritários, desenvolveram seus sistemas econômicos com comércio, construção civil, modos de sobrevivência defensivos ao problema generalizado de desemprego, representando um contraste com o ambiente de criminalidade.

17 Referência ao trabalho marco de milha de Jacques Attali e Marc Guillaume, *A antieconomia*.

18 Essa pode ser uma explicação porque Marx optou por apresentar o mecanismo de acumulação em uma abordagem microeconômica (*O capital*, Livro III), passando por alto da brecha entre a disponibilidade de capital para acumulação e as condições de mercado para absorver esse capital.

Há em marcha um processo de desvalorização do trabalho, que é uma resposta do capital dependente a sua perda de posição na acumulação conduzida pelo grande capital

PASSIVIDADE E REAÇÃO DO TRABALHO

Alguns sinais do contra-ataque do capital sobre o trabalho foram registrados na literatura crítica dos movimentos de 1968 e, de modo antecipatório, em autores como Lojkin (1990) e Gaudemar (1977) e são movimentos independentes da reconcentração norte-americana mostrada aqui por Tavares e Fiori (1998). Sob as condições restritivas de dependência e desnacionalização, o capital procura uma aliança com o sistema político que lhe facilite financiamento e uma legislação favorável. Por isso, há em marcha um processo de desvalorização do trabalho, que é uma resposta do capital dependente a sua perda de posição na acumulação conduzida pelo grande capital. Políticas de destruição dos direitos dos trabalhadores representam interesses no aprofundamento da exploração como alternativa de perda de competitividade e de estreitamento do mercado interno. A precarização do emprego converge com a tendência à informalidade, que já refletia a incapacidade do sistema para absorver o crescimento da força de trabalho e passava a conviver com estratégias de sobrevivência. São consequências da desindustrialização, coincidente com o esgotamento do modelo de reformismo burguês desde a década de 1980, quando o desemprego tecnológico teve efeitos acumulativos sobre a estruturação do mercado de trabalho, induzindo migrações internas e ao exterior e dificultando o acesso de jovens ao emprego.

Nessas condições, a tendência geral à informalidade encobre formas defensivas de organização social. O mecanismo de seleção por concurso foi uma solução transitória porque foi objeto de profissionalização do aparelho de treinamento. Emigrar tornou-se um objetivo da classe média e de trabalhadores qualificados. Sob os efeitos da mercantilização do sistema educativo, com a correspondente perda de objetivos qualitativos, agravou-se a perda de capacidade da maioria dos trabalhadores para atender aos requisitos dos empregos nos setores em expansão. Consolidou-se a tendência à perda de renda real dos empregados semi-qualificados e pouco qualificados e de redução geral da vida profissional da maioria. Trata-se, portanto, de um fenômeno muito mais amplo e profundo, relacionado ao aumento estrutural do desemprego. O movimento geral de desvalorização do trabalho está ligado ao aumento da taxa de exploração que se torna parte essencial da mais valia sistêmica. Na conjuntura atual, essas pressões são institucionalizadas na reforma trabalhista, cujos efeitos sistêmicos tendem a ser de reorganização social em torno da informalidade e de emigração.

O sistema político torna-se uma variável econômica, dadas as contradições entre os interesses do capital e as necessidades de sobrevivência

dos políticos. Sobre um mercado básico de consumo há uma tendência já definida de reajuste nas relações de classe, assim como o desgaste da classe política converte-se em contradição do governo conservador.

UM RETROSPECTO DA ALIENAÇÃO

As condições históricas concretas de alienação em países que foram colônias e, em todo caso, que prosperam em condições subordinadas de participação na economia mundial são, agora, reconhecidas como um aspecto essencial entre as dificuldades para superar processos de subdesenvolvimento. A teoria da alienação terá que ser reescrita à luz das condições específicas da dependência brasileira. O país saiu de situações básicas de alienação na contratação direta dos trabalhadores para uma alienação que se tornou a base do atrelamento do alienado à subordinação. O ciclo básico da alienação cumpre-se quando o alienado a identifica com sua sobrevivência e se torna um elemento ativo na reprodução dos mecanismos de alienação¹⁹. Mas a alienação avançou em complexidade junto com o capital. Nas sociedades avançadas tornou-se um mecanismo de separação de classe que resulta em isolamento entre as elites e as classes médias, com problemas de convivência ante as imigrações. Nos países periféricos torna-se um mecanismo de rejeição de formas ideológicas tradicionais e adesão à indústria cultural exportada pelos países ricos. No essencial é um movimento que se distancia dos valores da sociedade industrial e procura identidades alternativas negativas. Dadas as grandes diferenças entre classes no Brasil, o mecanismo geral de alienação torna-se o fundamento de identidades de desnacionalização com os mais variados pretextos.

SOBRE EXPLORAÇÃO E EXPLORAÇÃO SISTÊMICA

Através de seus componentes urbanos e especialmente nas cidades de grande porte, as condições de trabalho frequentemente incluem componentes de sobre-exploração que surgem da escassez de postos de trabalho e do que já se admite como saturação dos espaços de informalidade. Os jovens encontram dificuldade para entrar no mercado de trabalho e estão sujeitos a trabalho temporário, o que significa precariedade de renda. Nas grandes cidades, essas condições desfavoráveis se somam à desvalorização do tempo das pessoas, que são constrangidas a gastos desproporcionados de horas em transporte público e para te-

**Através de seus
componentes
urbanos e
especialmente
nas cidades de
grande porte,
as condições
de trabalho
frequentemente
incluem
componentes
de sobre-
exploração
que surgem
da escassez
de postos de
trabalho**

¹⁹ Por exemplo, grande parte dos economistas brasileiros acredita que só se faz teoria econômica satisfatória nos países anglo-saxões e se coloca como alunos 'eternos' dos norte-americanos. Há também quem ache que só se faz pesquisa histórica séria na Inglaterra etc.

rem acesso a serviços públicos. Esse gasto compulsório de tempo constitui uma exploração sistêmica que terá que ser avaliada em qualquer política econômica socialmente significativa. Assim como o planejamento rural depende de avaliações dos usos do tempo dos trabalhadores, as políticas econômicas deverão enfrentar o custo social dos usos do tempo nas cidades onde hoje moram 85% dos brasileiros. O fator condições de vida deverá entrar nas políticas econômicas e sociais como uso do tempo das pessoas.

PERSPECTIVAS ALÉM DO CAPITAL INCONTROLÁVEL

Em uma reflexão sobre o futuro da economia brasileira é inevitável abordar o tema da responsabilidade social. A sobrevivência da sociedade é um objetivo diferente do que visa à acumulação de capital. Está ligada ao significado humano da economia (ATTALI; GUILLAUME, 1975). Depende de que a sociedade se veja separada dos desígnios do capital. O movimento sistêmico do grande capital se faz como uma desumanização do processo, que substitui condições de vida por acumulação, independentemente do padrão de distribuição da renda que ela encobre. É um processo de despersonalização que coloca as empresas como equivalente a outras tantas mercadorias. O processo de despersonalização pressupõe uma racionalidade *in generis* em que os dirigentes de capitais, por mais poderosos que sejam, são também mercadorias e, como tal, descartáveis. O processo de desnacionalização leva esse movimento a suas últimas consequências, reduzindo os trabalhadores a situações incidentais de contrato, revelando a inutilidade da prosperidade dependente. Em seus estudos sobre a crise estrutural do capital, Mézáros (2009) e Negri (2002) apontaram a incongruência de investimentos que não reproduzem o capital produtivo, mas apenas evadem lucros. Essa crítica aponta apenas a parte do processo porque não considera que a produção imaterial em geral – publicidade, marketing etc. – não oferece qualidade alguma, mas apenas induz ao consumo e protege o sistema político. Mas são práticas operacionais que não reconhecem suas próprias contradições. O esgotamento da política liberal conservadora nos países mais ricos pressagia as limitações dessas políticas em países que não têm controle sobre o capital especulativo.

REFERÊNCIAS

ALTVATER, Elmar. *O fim do capitalismo como o conhecemos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

ATTALI, Jacques; GUILLAUME, Marc. *A antieconomia: uma crítica à teoria econômica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

BOULDING, Kenneth. *A reconstruction of economics*. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1950.

EICHEGREEN, Barry. *A globalização do capital*. São Paulo: Editora 34, 2000.

GAUDEMAR, Jean Paul de. *Movilidad del trabajo y acumulación de capital*. México: ERA, 1977.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HAMBERG, Daniel. *Economic growth and instability*. New York: Norton, 1959.

HIRSCH, Joachim. *Teoria materialista do Estado*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

JOHNSON, Harry. *Economic policies toward less developed countries*. Washington: Brookings, 1967.

KALECKI, Michal. *Ensayos escogidos sobre la dinámica de la economía capitalista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.

LANGE, Oskar. *Ensaio sobre planificação econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

LOJKINE, Jean. *A classe operária em mutação*. Rio de Janeiro: Oficina de Livros, 1990.

MARX, Karl. *El capital*. México: Fondo de Cultura Económica, 1956. 3 v.

_____. *Grundrisse*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985. 2 v.

MÉSZAROS, Istvan. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZAROS, Istvan. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

NEGRI, Antonio. *O poder constituinte*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PAULA, João Antonio de (Org.). *Adeus ao desenvolvimento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PEDRÃO, Fernando. *Economia, política e poder*. Salvador: Juris, 2010.

_____. A despersonalização do capital e as condições culturais da administração. *Revista Brasileira de Administração Política*, Salvador, v. 9, n. 2, out. 2016.

RUSSELL, Bertrand. *Human knowledge*. New York: Murray, 1967.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez, 2000.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. *O poder do dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TINBERGEN, Jan. *Política econômica, princípios e planejamento*. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

Colaboraram nesse número:

ANA ELÍSIA DE FREITAS MERELLES

CARLA DO NASCIMENTO

ELISSANDRA BRITTO

FÁBIO DA SILVA SANTOS

FERNANDO PEDRÃO

GUSTAVO CASSEB PESSOTI

JOÃO PAULO CAETANO SANTOS

JOÃO PAULO CAETANO SANTOS

LAÍSE STEFANY SANTOS COSTA

LUÍZ FILGUEIRAS

OSVALDO GUERRA

PEDRO M. DE SANTANA

PRISCILA MARTINS DE O. SANTANA

REINALDO SAMPAIO

ROBERTO LUCAS SPÍNOLA SOUTO

ROSEMBERGUE VALVERDE DE JESUS



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

